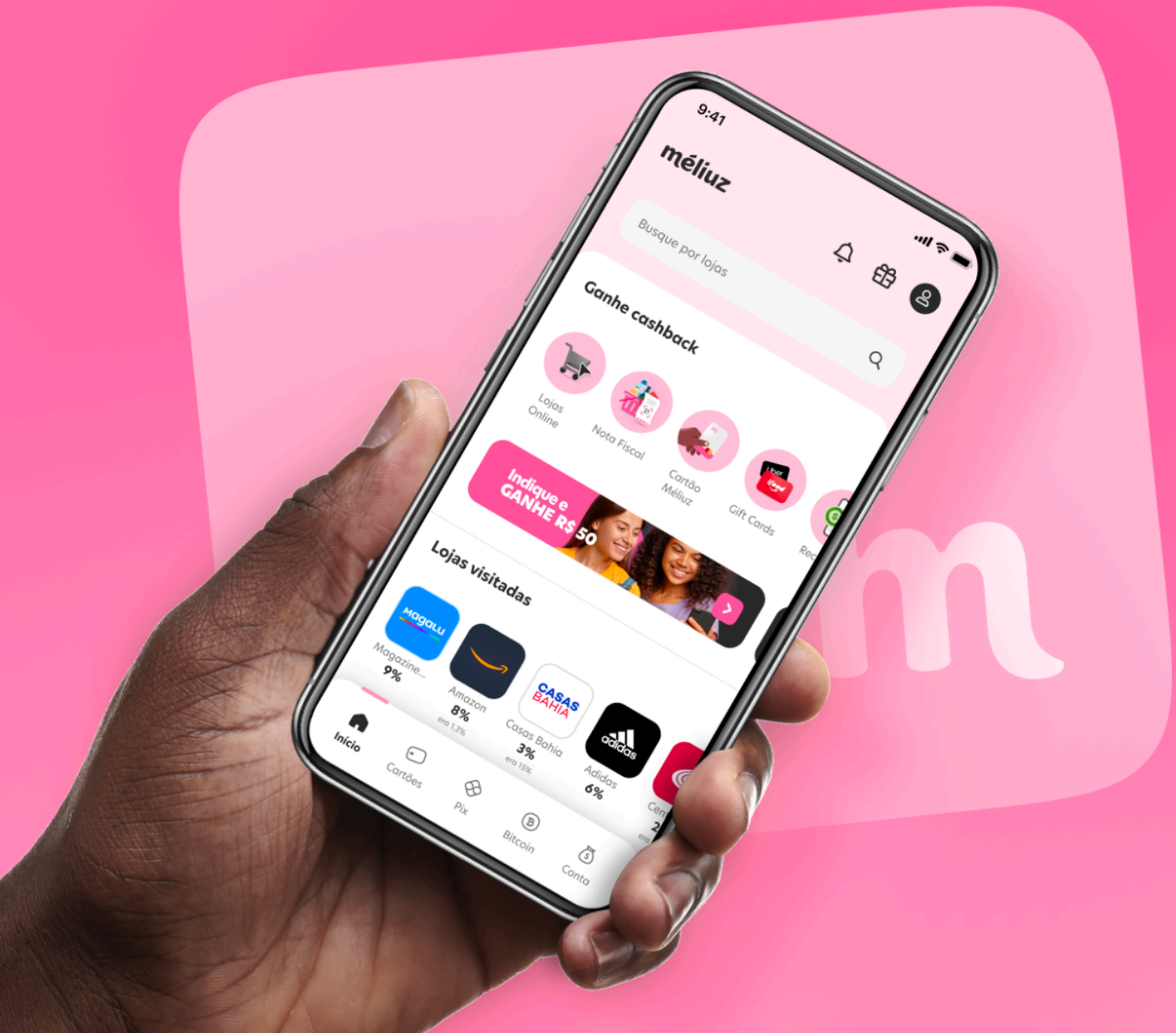
Formulário de

Referência

2023 - versão 14



Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 6
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 20
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 21
1.5 Principais clientes 36
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 37
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 39
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 40
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 41
1.10 Informações de sociedade de economia mista 42
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 43
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 44
1.13 Acordos de acionistas 45
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 46
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 47
1.16 Outras informações relevantes 48
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 49
2.2 Resultados operacional e financeiro 57
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 59
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 61
2.5 Medições não contábeis 63
2.6 Eventos subsequentes as DFs 66
2.7 Destinação de resultados 68
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 70
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 71
2.10 Planos de negócios 72
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 74
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 75
3.2 Acompanhamento das projeções 76

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 77
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 109
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 112
4.4 Processos não sigilosos relevantes 114
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 115
4.6 Processos sigilosos relevantes 116
4.7 Outras contingências relevantes 117
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 118
5.2 Descrição dos controles internos 123
5.3 Programa de integridade 125
5.4 Alterações significativas 129
5.5 Outras informações relevantes 130
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 132
6.3 Distribuição de capital 135
6.4 Participação em sociedades 136
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 137
6.6 Outras informações relevantes 138
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 160
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 162
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 163
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 165
7.4 Composição dos comitês 172
7.5 Relações familiares 175
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 176
7.7 Acordos/seguros de administradores 183
7.8 Outras informações relevantes 184
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 186

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 193
8.3 Remuneração variável 197
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 199
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 206
8.6 Outorga de opções de compra de ações 208
8.7 Opções em aberto 210
8.8 Opções exercidas e ações entregues 211
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 212
8.10 Outorga de ações 213
8.11 Ações entregues 215
8.12 Precificação das ações/opções 216
8.13 Participações detidas por órgão 218
8.14 Planos de previdência 219
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 220
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 223
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 224
8.18 Remuneração - Outras funções 225
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada 226
8.20 Outras informações relevantes 227
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 230
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 231
9.4 Outras informações relevantes 232
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 233
10.1 Descrição dos recursos humanos 234
10.2 Alterações relevantes 238
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 239
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 242
10.5 Outras informações relevantes 243
11. Transações com partes relacionadas
11.1 Regras, políticas e práticas 244

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas 245
11.2 Itens 'n.' e 'o.' 247
11.3 Outras informações relevantes 248
12. Capital social e Valores mobiliários
12.1 Informações sobre o capital social 249
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 251
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 252
12.4 Número de titulares de valores mobiliários 253
12.5 Mercados de negociação no Brasil 254
12.6 Negociação em mercados estrangeiros 255
12.7 Títulos emitidos no exterior 256
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 257
12.9 Outras informações relevantes 258
13. Responsáveis pelo formulário
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 259
13.1 Declaração do diretor presidente 260
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 261
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

1.1 Histórico do emissor

O Méliuz S.A. ("Méliuz" ou "Companhia") foi constituído como uma sociedade empresária limitada, tendo sido posteriormente transformada, em 6 de agosto de 2015, em uma sociedade por ações de capital fechado e por prazo indeterminado e, atualmente, tem como sede e foro a cidade de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a exploração de portal virtual destinado a veiculação e divulgação de marcas, produtos, serviços e outros materiais de propaganda e publicidade, incluindo a locação de espaço publicitário virtual para inserção de textos, desenhos e outros materiais. Constitui também objeto de a Companhia explorar, em caráter secundário e eventual, atividades de intermediação de negócios, de licenciamento de softwares e de participação em outras sociedades.

Israel Fernandes Salmen e Ofli Campos Guimarães se conheceram no curso de graduação em Economia, na Universidade Federal de Minas Gerais e, em 13 de junho de 2011, fundaram a Companhia, na época sob a denominação social de Solo Marketing Eletrônico Ltda. Seus atos constitutivos foram arquivados na Junta Comercial de Minas Gerais em 11 de agosto de 2011. À mesma época, houve ingresso no quadro societário da Companhia um investidor-anjo pessoa física (que se manteve na sociedade até 2016), que aportou aproximadamente R$ 400 mil.

No início, a empresa era focada em cupons de desconto e *cashback* - devolução de parte do valor da compra feita em lojas online parceiras, iniciadas pelo Méliuz. A Companhia sempre teve o objetivo de criar novas formas de recompensar seus usuários e parceiros, aos poucos, novos serviços foram lançados, ampliando a experiência de compra, no decorrer deste capítulo falaremos deles.

No ano de 2012, a empresa foi uma das 100 empresas selecionadas para participar do Startup Chile, um programa de aceleração de startups do Governo Chileno. Nesse contexto conheceram Leandro de Barros Alves, que veio a se tornar sócio da Companhia.

Ao longo dos anos seguintes a Companhia se dedicou a desenvolver o produto e a expandir sua base de usuários sendo que, no ano de 2015, buscou investidores estratégicos por meio de uma rodada de seed capital.

Em 2016, a Companhia realizou uma captação de investimento junto a fundos de investimento, incluindo o fundo Monashees, investidor da 99, Rappi e de outras companhias. Pouco menos de um ano depois, em 2017, foi realizada uma nova rodada de captação de investimentos, que foi liderada pela Lumia Capital, fundo de investimentos baseado em São Francisco, nos Estados Unidos.

As rodadas de investimento foram significativas e suficientes para que a Companhia pudesse fortalecer seu principal negócio na geração de vendas no segmento *marketplace*, como também para desenvolver novos negócios, com a expansão da sua atuação para parcerias com indústrias (além das lojas online) e parcerias com instituições financeiras para emissão de cartões de crédito.

Ainda em 2016, a Companhia abriu uma filial em Manaus, com o objetivo principal de atrair talentos da região, que conta com a Universidade Federal do Amazonas, um importante polo de formação de profissionais de tecnologia. Posteriormente, em 2022, a filial de Manaus foi fechada, já que todos os funcionários da Companhia trabalham remotamente.

Em 2018 o Méliuz criou o Dia do *Cashback* (29 de maio) - data em que oferece as melhores condições de compra em seu marketplace, o que atrai novos usuários e contribui para o aumento das vendas dos parceiros. Ainda em 2018, foi lançado o Méliuz partners, programa de recompensa exclusivo para influenciadores digitais.

Em 2019 a Companhia entrou para o mercado de serviços financeiros, com o lançamento do cartão de crédito *co-branded*, em parceria com o Banco Pan. O cartão não possui taxa de anuidade e oferece até 1,8% de *cashback* nas compras realizadas em qualquer estabelecimento. A parceria perdurou até novembro de 2021 e foram solicitados pelos nossos usuários mais de 7,2 milhões de cartões de crédito.

Em janeiro de 2020, o Méliuz passou a oferecer *cashback* por meio da leitura de notas fiscais. Nessa *feature* o consumidor ganha ao comprar produtos específicos que estejam em oferta no aplicativo do Méliuz ou mesmo ao enviar qualquer nota fiscal (a depender de quais campanhas estão ativas no momento). Para receber o benefício, basta fazer as compras em quaisquer lojas físicas ou online e escanear a nota fiscal usando o aplicativo Méliuz. Esta ferramenta permite que a indústria incentive a venda de produtos específicos sem precisar estar atrelada a uma rede ou ponto de venda específico. Além disso, por meio da leitura da nota fiscal, o parceiro e o Méliuz têm acesso a outras informações estratégicas, como: funil de compra, preço praticado na ponta, cesta completa de produtos e média de preços por dia/ estabelecimento/ cidade, dentre outras informações contidas na nota fiscal.

1.1 Histórico do emissor

Em julho de 2020, a Companhia passou a deter ações representativas de 51% da sociedade por ações Gana S.A., por meio de um relacionamento estratégico com Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. E, em 10 de setembro de 2021, a Companhia adquiriu o restante das ações, passando a deter 100% das ações da Gana S.A. Posteriormente, a Companhia vendeu 100% das ações adquiridas de Gana.

Inspirado em *players* consolidados no mercado internacional, o iDinheiro (Gana S.A) é um *marketplace* de serviços financeiros que tem a missão de auxiliar milhões de brasileiros no processo de bancarização e impulsionar os ganhos que o *open banking* traz para clientes e instituições financeiras. A plataforma oferece comparativos e simuladores como ferramentas para auxiliar os brasileiros e aumentar o ponto de contato das instituições com o público final, além de conteúdo educativo de qualidade.

Em outubro de 2020, foi implementada reorganização societária da Companhia que permitiu que os seus acionistas indiretos, por meio da sua estrutura de investimento de venture capital offshore, passassem a deter participação acionária direta na Companhia.

Em novembro de 2020, a Companhia se tornou emissora de valores mobiliários registrado na Categoria A perante a CVM, bem como realizou sua oferta pública inicial de ações, se tornando a primeira startup a abrir capital na bolsa de valores brasileira, B3.

Em dezembro de 2020, o Méliuz passou a disponibilizar a compra de produtos dentro do próprio App. Começando pela venda de *gift cards* - cartões pré-pagos que permitem nossos usuários ganharem *cashback* ao comprarem créditos que podem ser usados em parceiros como Uber, Google Play, iFood, Airbnb, entre outros. E em sequência, foi lançado a *feature* de recarga de celular, que também possui alta recorrência junto aos usuários.

Em fevereiro de 2021, foi celebrado o "*Share Purchase Agreement*", para adquirir 51,2% das ações representativas do capital social da Picodi.com S.A. ("Picodi.com"), por R$ 118,6 milhões. Ainda, a Companhia celebrou Acordo de Acionistas com os acionistas vendedores das ações do Picodi.com, sendo que estes permanecem titulares dos 48,8% restantes das ações representativas do capital social do Picodi.com. A aquisição foi submetida à aprovação dos acionistas em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2021, quando foi ratificada. Posteriormente à aquisição, a participação da Companhia foi alterada para 51,1%, em razão da emissão de novas ações para fins de remuneração do plano de incentivo à longo prazo, já previsto no contrato de aquisição.

A Picodi é uma empresa que atua na divulgação de cupons de desconto, ofertas e promoções de mais de 12 mil lojas em 44 países. Através de seu site, disponível em 19 línguas, ou extensão para navegadores, os usuários podem procurar pelas lojas parceiras e encontrar cupons de desconto, ofertas e promoções. Ainda em 2021, a Picodi passou a ofertar a *feature* de *cashback* em alguns países nos quais ela possui operações: Polônia, Rússia, Turquia, Romênia, República Tcheca, Emirados Árabes Unidos, Austrália, México e Espanha. Tais países foram escolhidos a partir de uma combinação de fatores, como tráfego orgânico e qualidade das redes de afiliados no território. Após completar um ano com a operação de *cashback* presente em 9 dos 44 países em que o Picodi atua, o *rollout* da *feature* foi finalizado para os demais países e já construímos um ecossistema com aproximadamente 13 mil lojistas parceiros. A aquisição do Picodi foi estratégica para os negócios da Companhia, na medida em que permitiu um ganho de escala e volume para a operação de shopping, e ampliou a exposição do Méliuz a mercados internacionais.

Em março de 2021, a Companhia lançou o Méliuz Empréstimos, no qual permitimos que os usuários simulem empréstimos em dezenas de instituições financeiras, em um só lugar, de maneira personalizada, gratuita, rápida e segura. Este lançamento ampliou sua atuação do Méliuz no mercado de serviços financeiros.

A Companhia celebrou, em 3 maio de 2021, o "Acordo de Associação" com a Acessopar Investimentos e Participações S.A. e a Acesso Soluções de Pagamento S.A. (em conjunto com a Acessopar, "Grupo Acesso"), fintech especializada em soluções de pagamento e *banking as a service* e que opera utilizando as marcas "Acesso", "Acesso Bank", "Bankly" e "Banco Acesso" ("Bankly" e "Acordo de Associação", respectivamente). O Acordo de Associação prevê, dentre outras avenças, a incorporação pela Companhia de 100% das ações de emissão da Acessopar, *holding* controladora do Bankly, em troca de novas ações de emissão da Companhia ("Transação), pelo valor de R$ 324,5 milhões.

O Bankly é uma plataforma de *bank as service* que oferece soluções modularizadas que vão desde uma conta digital completa, emissão de boletos bancários, transferências (TED) e PIX até uma plataforma de cartão completa (emissão, processamento e gestão de cartões bandeirados Mastercard personalizados), dentre vários outros recursos.

1.1 Histórico do emissor

O Grupo Acesso é uma solução completa que fornece soluções financeiras para negócios (B2B). A empresa é uma Instituição de Pagamento (IP) autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e possui número próprio, 332, dentro do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro). É participante direta do SPI (Sistema de Pagamentos Instantâneos) sendo, portanto, habilitada a processar todas as transações de PIX. É autorizada pela Mastercard para emissão de cartões na modalidade internacional, possuindo também licença perante o regulador para emissão de cartão de crédito na modalidade pós-paga. Está integrada na CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos). A empresa possui tecnologias proprietárias que incluem KYC para empresas e consumidores, pessoas físicas e sistemas de prevenção à fraude.

A Companhia celebrou, em 12 de maio de 2021, o "Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças", para adquirir quotas representativas de 100% do capital social da Promobit Serviços de Tecnologia Digital Ltda. ("Promobit"), pelo preço de R$ 13 milhões. Adicionalmente, os vendedores terão direito a receber eventual *earn out*, a depender do atingimento de determinadas metas financeiras apuradas pela Promobit. A aquisição foi submetida à aprovação pelos acionistas em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 25 de junho de 2021, quando foi ratificada.

A Promobit atua no segmento de social-commerce. Por meio de seu site e aplicativo para celular, os usuários compõem uma grande comunidade de compradores que divulgam e compartilham entre si ofertas e oportunidades de compra de centenas de lojas online. O Promobit promove a troca de informações e opiniões sobre produtos e promoções entre seus usuários. Logo, a aquisição ampliou a capacidade da Companhia de se posicionar e se fazer presente em mais etapas do processo de tomada de decisão do consumidor, além de ser uma importante fonte de tráfego qualificado e a baixo custo, minimizando os gastos do Méliuz com a aquisição de novos usuários.

Em 13 de maio de 2021, a Companhia celebrou o "Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças", para aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da Melhor Plano Internet Ltda. ("Melhor Plano"), por R$ 10,3 milhões. Adicionalmente, os vendedores terão direito a receber eventual *earn out*, a depender do atingimento de determinadas metas financeiras apuradas pela Melhor Plano. A aquisição foi submetida à aprovação pelos acionistas em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 28 de junho de 2021, quando foi ratificada.

Através da plataforma da Melhor Plano, os usuários conseguem encontrar diferentes ofertas de planos e pacotes de serviços de telecomunicações que melhor se adequam ao seu perfil individual de consumo. Em um mesmo ambiente é possível comparar entre as diferentes empresas do setor planos de telefone móvel ou fixa, TV por assinatura, internet fixa e combos. As empresas parceiras pagam para estarem presentes na plataforma e pelos usuários originados para seus serviços a partir do Melhor Plano. Recentemente a Melhor Plano incluiu em sua plataforma a vertical de serviços financeiros, iniciando por um comparador de cartões de crédito e outro de contas digitais, na qual, de maneira similar à vertical de telecomunicações, os bancos e instituições financeiras pagam uma comissão ao Melhor Plano pelos clientes gerados a partir da sua plataforma. A Melhor Plano também é dona da plataforma Minha Conexão permite aos usuários auferirem a velocidade de sua conexão com a internet.

Em julho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de 20.265.967 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, sendo (a) 7.500.000 novas ações de emissão da Companhia e (b) 12.765.967 ações de titularidade dos acionistas vendedores, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, ao preço de R$ 57,00 por ação (R$ 95,00, se considerar o grupamento/desdobramento das ações em 01/06/2023), perfazendo o montante total de R$ 1.155.160.119,00 (considerando as ações adicionais).

A Companhia celebrou, em 29 de julho de 2021, o "Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças", para adquirir quotas que representam 100% do capital social da Alter Pagamentos Ltda. ("Alter"), pelo valor de R$ 25,9 milhões. A aquisição foi submetida à aprovação dos acionistas em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 1 de outubro de 2021, quando foi ratificada. Em janeiro de 2022 foi realizada a conversão de notas conversíveis em participação societária da Alter que eram detidas por investidores desde o momento anterior à aquisição da companhia pelo Alter. Com a conversão dessas notas, o Méliuz passou a ser titular de 99,67% do capital social do Alter. Em 6 de abril de 2022 foi dado início ao processo de incorporação de ações do Alter para que ele se tornasse uma subsidiária integral do Méliuz, e em 16 de agosto de 2022 foi homologada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a conclusão da incorporação das ações. Sendo assim, a partir do dia 16 de agosto de 2022 o Méliuz passou a ser titular de 100% do capital social do Alter.

A Alter é uma startup especializada na negociação de criptoativos, consolidando em um único aplicativo uma carteira de criptomoedas com integração de uma conta digital e um cartão pré-pago. A referida aquisição teve como principal objetivo aproximar a Companhia de um mercado em notória ascensão.

1.1 Histórico do emissor

Em setembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão de 1:6, sem alteração no valor do capital social da Companhia, passando o capital social da Companhia a ser composto por 803.598.000 ações.

Em outubro de 2021, foi firmada parceria entre a Companhia e a Captalys Companhia de Crédito ("Captalys") com objetivo de oferecer um produto de crédito para os seus usuários que viriam a possuir o novo cartão Méliuz a partir de 2022. A parceria permitia que o Méliuz fosse o motor de crédito, aplicando a sua inteligência e conhecimento do seu cliente, enquanto a Captalys entrava com a experiência de crédito fornecendo a infraestrutura e o financiamento da operação. A estrutura elaborada para dar apoio à parte de crédito para o novo Cartão Méliuz seria realizada através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) exclusivo, onde tanto o Méliuz quanto a Captalys teriam participação.

Em novembro de 2021, foi anunciado o término da parceria entre a Companhia e o Banco Pan S/A, por meio da assinatura de distrato do contrato referente a emissão do cartão de crédito *co-branded*. A parceria, que teve início em 19 de março de 2019, foi o primeiro passo do Méliuz na vertical de serviços financeiros e obteve mais de 7 milhões de solicitações de cartão nesse período. O término da parceria ocorreu como uma consequência natural do amadurecimento dos negócios e do plano estratégico do Méliuz, haja vista que, com o lançamento do novo App, o Méliuz passou a oferecer aos seus usuários um ecossistema completo, onde a vertical shopping e a vertical de serviços financeiros estão totalmente integradas.

A Companhia celebrou, em 10 de dezembro de 2021, o "Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças", para adquirir ativos de titularidade da Bridi e Rolim Ltda. ("Muambator"), de Cícero Raupp Rolim, de Paulo Martini Bridi e de Ícaro Raupp Henrique, pelo valor total de R$ 3 milhões, sendo que 85% do valor foi pago em dinheiro e 15% em ações da Companhia.

A Muambator é especializada no rastreamento online de pacotes e encomendas nacionais e internacionais, sendo possível que o próprio usuário cadastre códigos de rastreio nas compras feitas em diversas lojas de e-commerce, incluindo, mas não se limitando, à Shoppe, Aliexpress e Mercado Livre.

Para mais informações a respeito das aquisições indicadas acima vide itens 1.2, 2.4 e 6.6 deste Formulário de Referência.

No início de 2022, o Méliuz lançou seu novo aplicativo que chegou ao mercado já com a nova identidade visual e novo posicionamento da Companhia.

Com o objetivo de facilitar o processo de compra dos usuários por meio da oferta de serviços financeiros integrados de maneira fluida à jornada de shopping já existente, em junho de 2022 finalizamos o *rollout* do novo app em que passamos a oferecer uma conta digital gratuita, compra e venda de *bitcoin*, cartão de crédito Platinum, cartão de débito e cartão pré-pago. Para mais informações sobre os novos produtos acessar o item 1.2 deste Formulário de Referência.

Em março de 2022, recebemos do Banco Central e, posteriormente, em assembleia com os nossos acionistas, a aprovação da aquisição do Bankly, empresa que foi peça chave e determinante para o sucesso do novo App e pela qualidade dos produtos que lançamos. Essas entregas foram construídas em cima de uma infraestrutura robusta e escalável que, além do Méliuz, já serve centenas de parceiros B2B. O Bankly foi fundado em 2020 e já se coloca como uma das principais empresas no setor de *Banking as a Service*.

Em Julho de 2022, lançamos o nosso social-commerce, uma nova funcionalidade que traz a experiência do Promobit para dentro do nosso App, promovendo um ambiente onde os usuários possam trocar informações sobre produtos e promoções de lojas.

Em agosto de 2022, realizamos a incorporação dos serviços de criptomoedas da Alter - empresa adquirida em 2021 - dentro do ecossistema Méliuz e lançamos a *feature* de *criptoback*, permitindo que o usuário resgate o seu *cashback* - seja do cartão ou das suas compras online - diretamente em Bitcoin.

Em outubro de 2022, expandimos a operação de *cashback* para todos os 44 países em que a Picodi atua com um ecossistema que já conta com mais de 13 mil lojistas parceiros. Nossa expansão internacional segue crescendo de acordo com as nossas expectativas, indicando a tração do produto e corroborando a tese inicial da estratégia.

Em em 16 de novembro de 2022,a Companhia celebrou o "Contrato Particular de Compra e Venda de Ações", para vender e transferir ao Comprador 100% do capital social do Gana, composto por 5.003.576 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas de emissão da Companhia, com todos os direitos que representam, pelo valor total de R$ 2 milhões.

1.1 Histórico do emissor

A Companhia celebrou, em 30 de dezembro de 2022, parceria estratégica com o Banco BV (“Aliança Estratégica” ou “Aliança”) pelo qual passou a ofertar aos seus clientes produtos e serviços financeiros do Banco BV.

Com a celebração da parceria estratégica, através de um acordo comercial consolidado em 8 de março de 2023, a Companhia passa a atuar na oferta de produtos e serviços financeiros no modelo *asset light,* deixando de incorrer em custos e despesas relacionados aos produtos, passando a ser remunerado pela originação de transações de serviços financeiros junto à base de clientes do Méliuz, sem abrir mão da experiência do usuário.

Como parte da Aliança, o Banco BV adquiriu 3,85% do capital social do Méliuz através do Bloco de Referência e poderá exercer, em até 24 meses (findos em 8 de março de 2025), a opção de compra da totalidade das ações ordinárias de emissão do Méliuz de titularidade dos acionistas Israel Fernandes Salmen, Ofli Campos Guimarães, André Amaral Ribeiro, Lucas Marques Peloso Figueiredo, Davi de Holanda Rocha e a Org Investments LCC, sendo obrigados a realizar uma oferta pública de ações nos mesmos termos e condições para a compra de 100% das ações dos acionistas minoritários do Méliuz.

Ainda como parte da Aliança Estratégica com o banco BV, foi assinado um *Memorandum of understanding* (memorando de entendimentos - “*MoU”*) para a compra de 100% dos ativos do Bankly pelo banco BV pelo valor de R$ 210 milhões. A transação encontra-se em fase de aprovação pelos órgãos de governança do banco BV e, posteriormente, deverá ser aprovada pelos respectivos órgãos reguladores.

A Companhia esclarece que não foram verificadas decisões políticas setoriais e macroeconômicas que a tenham afetado de forma relevante no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e até a data de arquivamento anual deste Formulário de Referência, observadas as informações descritas nos demais itens deste Formulário de Referência.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Somos uma Companhia de tecnologia que tem como objetivo impulsionar vendas gerando tráfego qualificado para as lojas e marcas parceiras a partir do empoderamento dos consumidores por meio de uma jornada de compra fácil e integrada à oferta de serviços financeiros. Acreditamos que conseguimos proporcionar isso aos nossos clientes (usuários e varejistas) por sermos uma empresa focada em tecnologia, com um time fora da curva e detentora de uma cultura única.

Nosso modelo de negócios é estruturado para entregar uma proposta de valor "ganha-ganha-ganha", na qual todos os participantes do nosso ecossistema digital (usuários, parceiros e o Méliuz) são beneficiados por meio do seguinte ciclo virtuoso sustentável:

- Usuários: recebem, de forma gratuita, acesso a uma pluralidade de marcas, produtos, serviços, cupons de descontos e *cashback*, todos organizados em um único ecossistema digital dinâmico e *user-friendly*;

- Parceiros: têm acesso a um importante canal de divulgação das suas marcas, produtos e serviços, o qual, além de atingir uma base de mais de 26 milhões de consumidores (referência 31 de dezembro de 2022), conta com inteligência de dados e tecnologia voltados para aquisição e retenção de usuários, com a finalidade de gerar mais vendas pelos parceiros e ao mesmo tempo otimizar os seus investimentos de *marketing;*

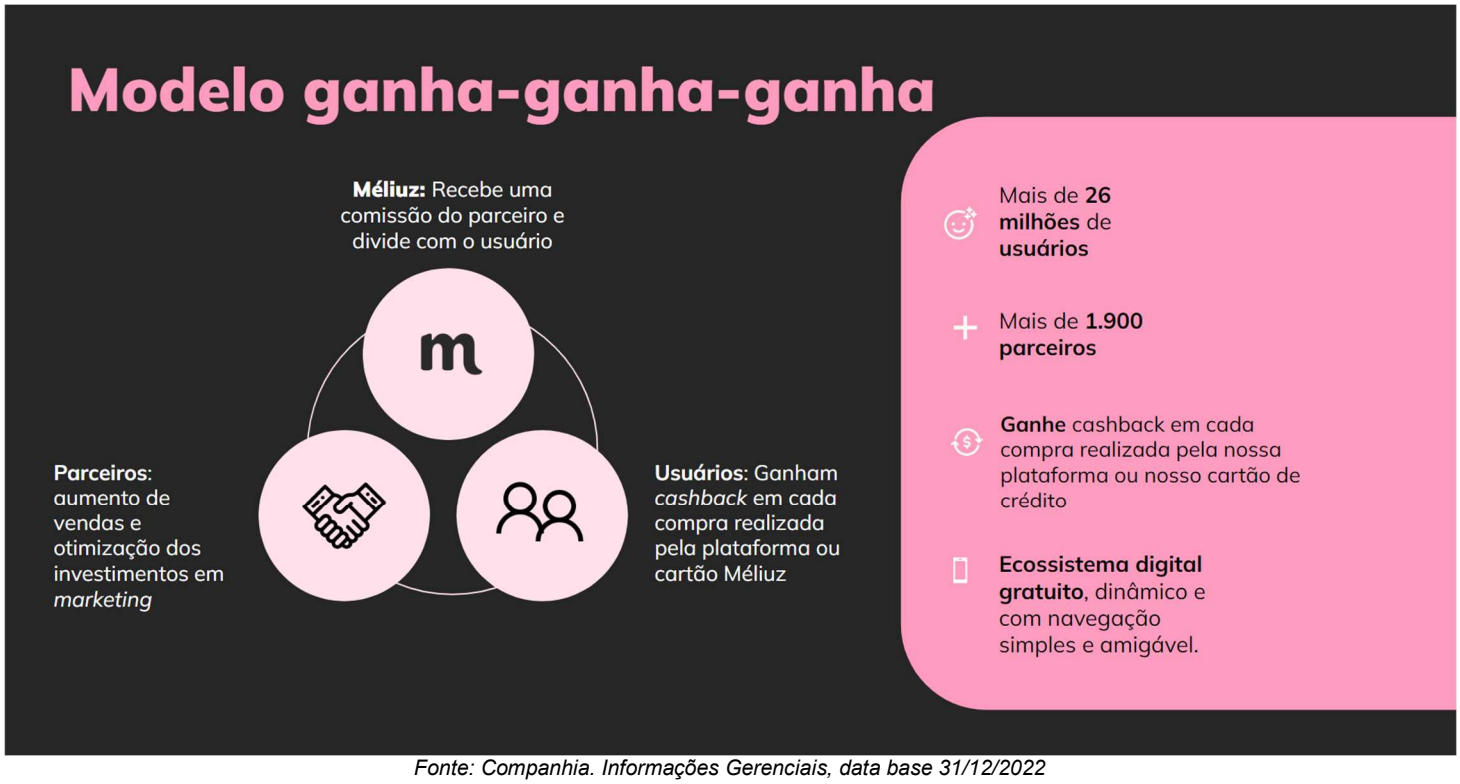
- Companhia: nossas atividades são remuneradas pelos parceiros mediante o pagamento de (a) remuneração fixa relativa à venda de espaços publicitários de destaque em nossa plataforma para divulgação de marcas, produtos e serviços e à ativação de serviços financeiros; (b) remuneração variável incidente sobre o GMV gerado em nossa plataforma e/ou sobre o volume total de pagamentos (*Total Payment Value* ou "TPV") decorrente de produtos e/ou serviços financeiros oferecidos em nossa plataforma; e (c) remuneração por usuários gerados para nossas parcerias, como cartões de crédito e empréstimos originados em nossa plataforma. Dessas atividades remuneradas, um percentual é dividido com o usuário em forma de c*ashback*. No dia 30 de dezembro de 2022, anunciamos uma importante aliança estratégica com o banco BV que nos proporcionará um crescimento sustentável no segmento de serviços financeiros. A transação com o banco BV nos trás a oportunidade de crescer com uma estrutura de custos e despesas mais enxuta, além de viabilizar novas fontes de receitas advindas da ativação de cartões e de contas, mantendo por completo a experiência do usuário dentro do nosso ecossistema, garantindo assim a qualidade dos serviços que tanto valorizamos.

Há pouco mais de 11 anos, começamos como a empresa pioneira de *cashback* no Brasil e, aos poucos, lançamos novos serviços que ampliam a experiência de compra dos nossos usuários, como o *cashback* via Nota Fiscal, a compra de créditos de celular (recarga), *gift cards* e serviços financeiros.

Hoje, com uma base de mais de 26 milhões de usuários, passamos a oferecer uma nova experiência na jornada de compra dos usuários unindo o shopping aos serviços financeiros. Com o objetivo de facilitar o processo de compra dos usuários por meio da oferta de serviços financeiros integrados de maneira fluida à jornada de shopping já existente, essa nova experiência oferece uma conta digital gratuita, compra e venda de bitcoin, cartão de crédito Platinum, cartão de débito e cartão pré-pago, que permite que o usuário use o saldo da sua conta para fazer compras na função crédito em qualquer estabelecimento online ou físico que aceite a bandeira Mastercard.

Com a integração do shopping com os novos serviços financeiros, o Méliuz se torna uma completa e valiosa plataforma, onde usuários conseguem descobrir, decidir, comprar, pagar, investir, guardar e ganhar usando um único aplicativo. Da mesma forma, com mais pontos de contato com nossos usuários, teremos mais oportunidades de engajamento com as nossas lojas parceiras, para quem poderemos agregar ainda mais valor.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Companhia. Informações Gerenciais, data base 31/12/2022

Cartão Méliuz

O Cartão Méliuz é um cartão múltiplo (crédito, débito e pré-pago) com bandeira Mastercard Platinum, sem anuidade e que oferece *cashback* e *criptoback* nas compras. Aceito no mundo inteiro em compras presenciais e online, o cartão está disponível nas versões física e virtual que, além de mais segurança, garante mais agilidade já que permite ao usuário fazer compras antes mesmo do cartão físico chegar.

Além da diferença na categoria da bandeira, o cartão possui outras vantagens importantes em relação à versão *co-branded* e outras opções do mercado: total controle do cartão pelo aplicativo do Méliuz, com experiência fluida e intuitiva; retorno de até 2% em *cashback* nas compras; e atendimento 24 horas por um time 100% integrado ao Méliuz.

A segurança é outro diferencial do Cartão Méliuz, que é o primeiro do Brasil a ser emitido sem tarja magnética. A inovação dificulta a clonagem do cartão, incentiva o uso da função de pagamento por aproximação (*contactless*) e ainda diminui o custo de produção do plástico.

Cabe lembrar que, conforme anunciado no dia 30 de dezembro de 2022, firmamos uma importante aliança estratégica com o banco BV que nos proporcionará um crescimento sustentável no segmento de serviços financeiros através do acordo comercial que prevê a emissão de cartão e criação de conta em forma de parceria para os usuários Méliuz. A transação com o banco BV nos trás a oportunidade de crescer com uma estrutura de custos e despesas mais enxuta, além de viabilizar novas fontes de receitas, sem abrir mão da experiência do usuário dentro do nosso ecossistema, garantindo assim a qualidade dos serviços que tanto valorizamos.

Criptomoedas

A compra e venda de bitcoins dentro do app do Méliuz foi desenvolvida para ser o jeito mais fácil de investir em criptomoedas. Além de permitir que o usuário comece a investir com apenas R$ 1,00, a experiência completa de transação se dá com poucos toques e em poucos segundos.

A possibilidade de receber o *cashback* de shopping em cripto, dentro do próprio aplicativo do Méliuz, também é um importante diferencial do novo produto que vai contribuir para aumentar o engajamento e atrair novos usuários para a plataforma.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Conta digital

A conta digital do Méliuz, disponível no App, é 100% gratuita e garante acesso a todos os serviços Méliuz, como cashback via Nota Fiscal, recarga de celular, compra de gift card, envio e recebimento de Pix, investimento em criptomoedas, além do Cartão Méliuz. A experiência de transferir valores via Pix pela conta do Méliuz é outro diferencial do novo produto. Seguindo a mesma lógica aplicada a toda nova experiência, o usuário consegue completar a transação com poucos cliques, de maneira simples e sem atrito.

A experiência Méliuz foi desenvolvida a partir do propósito da empresa de estar sempre em busca de soluções para que usuários e parceiros ganhem sempre. Para isso, é essencial criar uma experiência totalmente fluida entre shopping e novos produtos financeiros, de modo que consigamos ajudar nossos usuários a alcançarem aquilo que desejem comprar. Ao mesmo tempo, nos tornamos mais eficientes em alavancar os nossos parceiros, trazendo novas soluções e ferramentas que facilitem a jornada de consumo.

Assim como mencionado acima para o produto de cartão de crédito, cabe lembrar que, conforme anunciado no dia 30 de dezembro de 2022, firmamos uma importante aliança estratégica com o banco BV que nos proporcionará um crescimento sustentável no segmento de serviços financeiros através do acordo comercial que prevê a emissão de cartão e criação de conta em forma de parceria para os usuários Méliuz. A transação com o banco BV nos trás a oportunidade de crescer com uma estrutura de custos e despesas mais enxuta, além de viabilizar novas fontes de receitas, sem abrir mão da experiência do usuário dentro do nosso ecossistema, garantindo assim a qualidade dos serviços que tanto valorizamos.

Nossa estratégia

Diante de um cenário macroeconômico mais desafiador, com aumento na taxa de juros e, consequentemente, com impactos negativos nos setores de tecnologia e varejo, revisitamos nossa estratégia ao longo de 2022 de forma a continuar crescendo de forma mais eficiente, com margens mais saudáveis em todas as linhas de negócio.

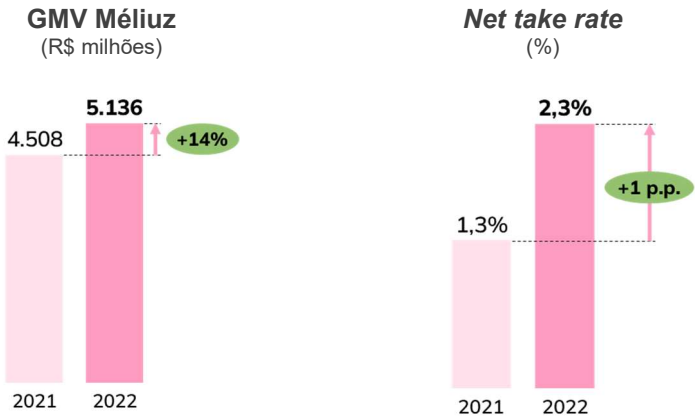
Ainda assim, fomos capazes de finalizar 2022 com 26,9 milhões de contas cadastradas, um forte crescimento de 20% em comparação a 2021, quando fechamos com 22,4 milhões de contas cadastradas.

No caso do Shopping Brasil, o aumento do *net take rate* é o principal caminho na busca de maior eficiência e, consequentemente, da geração de margens mais positivas. Finalizamos 2022 atingindo um net take rate de 2,3%, um importante crescimento de 1,0 p.p. em relação a 2021, quando atingimos 1,3%. Em termos de *take rate*, atingimos o percentual de 6,5%, em linha com o registrado em 2021.

Com o foco na otimização de margens, evidenciado pelo forte crescimento do *net take rate* no período, atingimos um GMV de R$ 5.136 milhões no Méliuz em 2022, um crescimento de 14% comparado a 2021, quando atingimos R$ 4.508 milhões. Apesar do cenário externo mais desafiador, com dados do e-commerce brasileiro retraindo em 2022 em média 4,2% em relação a 2021, fomos bem sucedidos em apresentar um crescimento do GMV de 14% entre os períodos, bem superior à média do mercado e que confirma a assertividade da nossa estratégia de que é possível continuar crescendo de forma sustentável, alcançando margens mais saudáveis.

Se considerarmos os resultados da Promobit, no valor de R$ 211 milhões, alcançamos no Shopping Brasil em 2022, um GMV de R$ 5.347 milhões, contra R$ 4.669 milhões em 2021, representando um crescimento de 15%.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Companhia. Informações Gerenciais, data base 31/12/2022.

No Shoppping Internacional, no final de 2022, após completar um ano com a operação de *cashback* presente em 9 dos 44 países em que o Picodi atua, finalizamos o *rollout* da *feature* para os demais países e já construímos um ecossistema com aproximadamente 13 mil lojistas parceiros. Atualmente, todos os 44 países onde o Picodi tem operação estão atuando com a *feature* de *cashback* e os resultados iniciais são animadores.

A operação de *cashback* continua ganhando cada vez mais representatividade frente à operação legada (cupom de desconto), principalmente após a finalização do *rollout* da *feature* para todos os países. Os 35 países que tiveram a operação de *cashback* implementada ao longo do 4T22 já representam, aproximadamente, 40% do total de novos compradores do Picodi. Alguns desses países já atingiram um número de cadastros e compras próximos, em alguns casos até superiores, aos volumes apresentados nos 9 países que estavam com a *feature* rodando desde setembro de 2021.

Utilizando a expertise adquirida com o Méliuz, atingimos um total de 1,3 milhão de contas abertas em pouco mais de um ano de operação de *cashback* no Picodi. Apenas para efeito de comparação, no Méliuz essa quantidade de usuários foi atingida somente no quarto ano de operação de *cashback* no Brasil. Em termos de GMV, atingimos na operação de *cashback* de Picodi um volume de PLN 167,9 milhões (R$ 198,5 milhões) em 2022.

Na parte de serviços financeiros, fechamos o ano de 2022 com um total de 1,9 milhão de contas digitais Méliuz desde o seu lançamento e 43,9 mil cartões de créditos emitidos (acumulado).

O volume transacionado com o Cartão Méliuz totalizou R$ R$ 183,8 milhões e o cartão *co-branded* totalizou R$ 2,8 bilhões em 2022, uma queda de 13% em relação a 2021 quando atingimos um TPV de R$ 3,2 bilhões. Essa redução é explicada pelo término do contrato referente ao cartão de crédito *co-branded*, anunciado em novembro de 2021.

Vale lembrar que, conforme anunciado no dia 30 de dezembro de 2022, firmamos uma importante aliança estratégica com o banco BV que nos proporcionará um crescimento sustentável no segmento de serviços financeiros através do acordo comercial que prevê a emissão de cartão e criação de conta em forma de parceria para os usuários Méliuz. A transação com o banco BV nos trás a oportunidade de crescer com uma estrutura de custos e despesas mais enxuta, além de viabilizar novas fontes de receitas, sem abrir mão da experiência do usuário dentro do nosso ecossistema, garantindo assim a qualidade dos serviços que tanto valorizamos. Nesse sentido, o impacto positivo do acordo comercial com o banco BV será absorvido a partir de 2023.

Em termos financeiros, a receita líquida consolidada aumentou de forma consistente atingindo um total de R$ 368,1 milhões em 2022, um aumento de 40% em relação aos R$ 263,5 milhões reportados em 2021. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelo: (i) maior GMV gerado no Shopping Brasil fazendo com que a receita desta linha de negócio aumentasse 30% entre os períodos; (ii) incorporação dos resultados de Bankly a partir de junho de 2022 (R$ 48 milhões); (iii) melhores resultados de Promobit, Melhor Plano e iDinheiro.

Na data deste Formulário de Referência, atuamos com as seguintes frentes “macro” de parcerias: (i) no âmbito de *shopping*, junto aos principais *players* dos mercados de *e-commerce*, turismo e lazer, bens de consumo, vendas *cross-border* e serviços diversos, e (ii) no âmbito de serviços financeiros, junto a instituições financeiras, como bancos, *fintechs*, entre outros, com a oferta de diversos produtos financeiros, incluindo o Cartão de Crédito Méliuz. Tais frentes são

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

complementares, uma vez que geram sinergias operacionais para nós e nossos parceiros formando, juntas, um ecossistema digital que permite a realização de *cross-selling* (venda cruzada) de produtos e serviços junto à nossa significativa base de mais de 26 milhões de contas, em 31 de dezembro de 2022.

A configuração do nosso modelo de negócios amplia o “efeito de rede”, uma vez que a percepção de valor da nossa plataforma tende a aumentar, mediante a combinação das variáveis de atração e retenção de usuários (obtida ao se oferecer uma diversidade de produtos, serviços e benefícios) e da entrada de novos parceiros (em busca de uma base ampla e diversificada de contas), o que gera um ciclo positivo de crescimento por meio da interação de tais variáveis acima que se retroalimentam. Com o crescimento do número de contas, conseguimos também ampliar nossa base de dados interna, permitindo oferecer soluções cada vez mais *tailor-made* para nossos parceiros, mediante a transformação dos dados de perfis e hábitos de consumo em inteligência de mercado.

Além do crescimento orgânico, nos últimos anos ampliamos de forma inorgânica o nosso mercado de atuação por meio de aquisições estratégicas conduzidas ao longo de processos diligentes. Até a data de divulgação deste Formulário de Referência já anunciamos ao mercado seis aquisições, detalhadas a seguir.

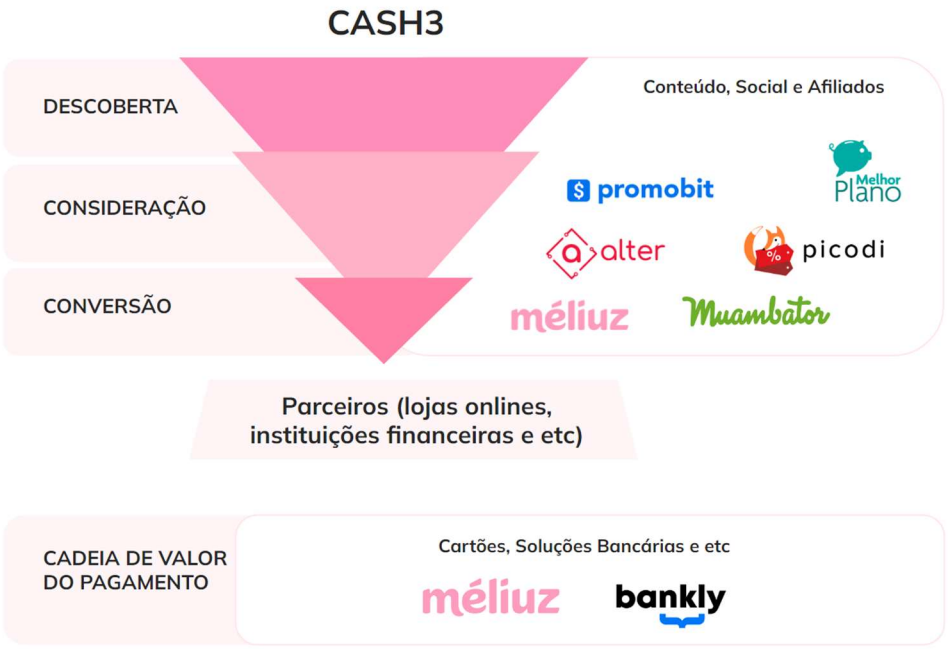
A primeira aquisição foi a Picodi em fevereiro de 2021, marca global presente em 44 países que oferece cupons de descontos e códigos promocionais. Utilizamos todo o conhecimento e experiência do Méliuz em reter e engajar usuários para implementar o *cashback* na Picod nos 44 países. Ao longo deste percurso, estamos entendendo a dinâmica do mercado nesses países e o perfil dos clientes da Picodi para então entrar de forma mais ativa em um determinado país ou nicho de mercado e posteriormente escalar o *business*.

Em maio do mesmo ano realizamos mais três aquisições: Promobit, plataforma de social-commerce; Melhor Plano, site que oferece ferramentas de comparação de preços de serviços de telecomunicações e de serviços financeiros; e Bankly, plataforma de *embedded finance* e *bank as a service*, no qual permite que qualquer empresa, independentemente do modelo de negócio, ofereça suas próprias soluções financeiras para os seus clientes, desde uma conta digital completa, emissão de cartão, boleto, TEDs e muitos outros recursos de forma modular. O Bankly, por meio da Acesso Soluções de Pagamento, é uma instituição de pagamento autorizada a funcionar pelo Banco Central, possuindo as licenças, tecnologia e infraestrutura bancária para o desenvolvimento e construção de produtos financeiros através de uma plataforma modular com mais de 30 API’s, variando de acordo com a necessidade de cada cliente.

Já no segundo semestre de 2021 ocorreram as aquisições: Alter, empresa especializada na negociação de criptoativos, o que nos permite entrar para a linha de investimentos; e dos ativos do Muambator, empresa que consolida rastreamento online de pacotes e encomendas nacionais e internacionais.

Além de ampliarmos nosso posicionamento em diferentes etapas do funil de consumo e expandirmos a atuação para outras geografias, a adição de novos produtos e serviços, e seja por desenvolvimento interno seja por meio de aquisições, permite agregar valor ao que oferecemos aos nossos usuários aumentando assim o valor por cliente ao longo do seu relacionamento com nossa Companhia. Segue abaixo figura que ilustra:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Informações Gerenciais da Companhia. A mudança de controle do Bankly para o Méliuz foi aprovada pelo BACEN em 31/03/2022 e a transação foi concluída em 30/05/2022.

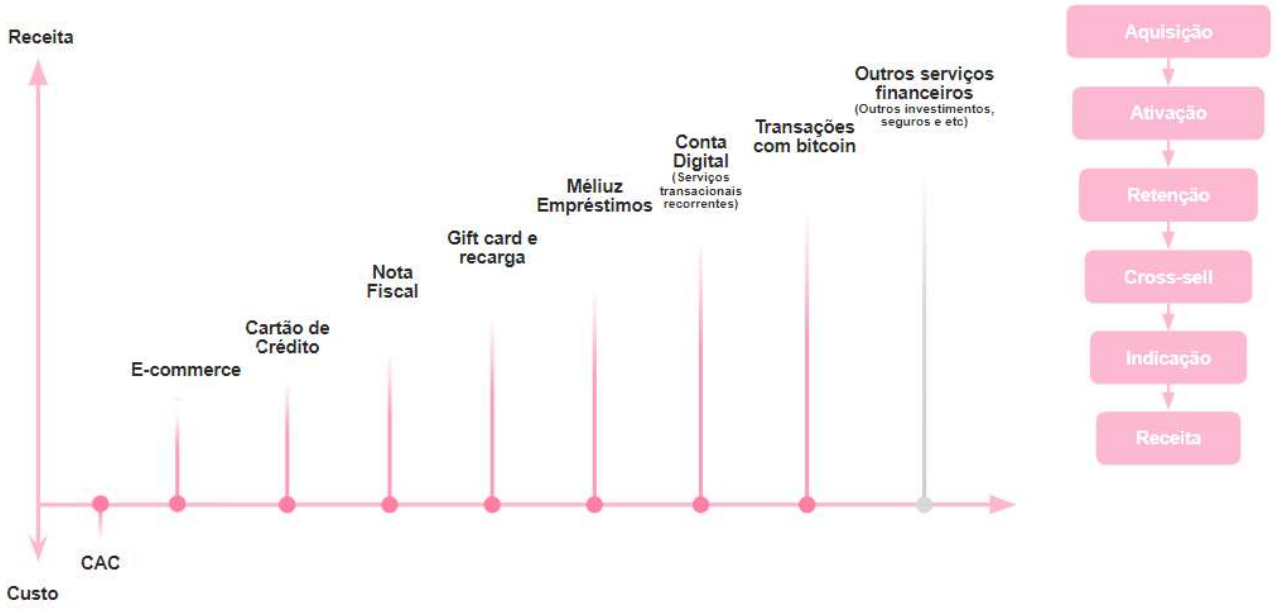
No que tange às nossas operações de shopping - que englobam o e-commerce, o Méliuz Nota Fiscal, Gift Card e Recarga - nosso modelo de negócios é *asset-light* e flexível, sendo focado no fornecimento de soluções digitais para que nossos parceiros promovam as suas marcas, aumentem seu volume de vendas e a capilaridade da sua atuação. Dessa forma, além de assegurarmos rentabilidade e escalabilidade nessa linha de negócio, (i) não contamos com estoques ou ativos imobilizados relevantes (como por exemplo, centros de distribuição), uma vez que os produtos e serviços são oferecidos diretamente por nossos parceiros, sendo a sua fabricação, formatação, entrega e o pós-venda de responsabilidade exclusiva dos parceiros; e (ii) somos bem sucedidos em manter nossos custos com atendimento baixos, visto que, consolidando os atendimentos de shopping e serviços financeiros, em 2022 aproximadamente 42% dos *tickets* são resolvidos de forma automatizada.

Na operação de shopping, ficam somente a cargo da nossa Companhia a (i) operacionalização da nossa plataforma que conta com as ferramentas e inteligência de mercado para divulgação dos produtos e serviços dos nossos parceiros ao público-alvo e (ii) o repasse de eventual *cashback* às contas, o qual é definido a exclusivo critério da nossa Companhia e é calculado a partir do valor prometido e divulgado pela Companhia no momento da ativação do benefício de *cashback* pelo usuário. Os valores de *cashback* das compras são acumulados no extrato Méliuz do usuário que, ao completar R$ 20 de saldo disponível, pode solicitar o resgate do valor para sua conta corrente, sem nenhum custo.

Já em relação aos serviços financeiros, a partir da efetivação do acordo comercial com o banco BV, o Méliuz passa a atuar na oferta de produtos e serviços financeiros no modelo *asset light*, deixando de incorrer diversos custos e despesas relacionados aos produtos e focando apenas na experiência do usuário, passando a ser remunerado pela originação de transações de serviços financeiros junto à base de clientes do Méliuz. Nos termos do acordo comercial, foram definidas as seguintes principais condições, dentre outras: (i) remuneração por cartão ativado; (ii) remuneração por conta ativada; e (iii) percentual atrelado ao TPV do cartão.

Ainda, é importante destacar que nascemos como uma Companhia de tecnologia e entendemos ser importante continuar a promover o nosso crescimento a partir de tal fato. No fechamento de 2022, contávamos com aproximadamente 52% do nosso time composto por desenvolvedores, *designers* e gerentes de produto. Acreditamos que usar tecnologia de maneira intensiva é a melhor maneira para continuar entregando um serviço de qualidade para nossos usuários e parceiros. Dessa forma, para os próximos anos, pretendemos continuar a investir em tecnologia, com a finalidade de garantir que a Companhia se posicione de forma única frente aos seus concorrentes.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Companhia. Informações gerenciais.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

As tabelas a seguir apresentam um resumo das nossas principais informações financeiras e operacionais para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Para informações mais detalhadas sobre as nossas demonstrações financeiras, veja a seção 2 deste Formulário de Referência.

(em milhares)	**Em 31 de dezembro de 2022**
Contas Totais (1)	**28.203**
Contas Méliuz	26.877
Contas Picodi	1.326
GMV Shopping Brasil Total (2)	**5.347.184**
GMV Méliuz	5.136.447
GMV Promobit	210.737
GMV Shopping Internacional (3)	**198.477**

(em R$ mil, exceto porcentagem)	**Em 31 de dezembro de 2022**
Receita Líquida	368.107
EBITDA (4)	**(127.818)**
Margem EBITDA (5)	-34,72%
EBITDA Ajustado (6)	(76.769)
Margem EBITDA Ajustado (7)	-20,86%

(1) Contas Totais: Total de usuários que possuem cadastro no Méliuz e no Picodi;
(2) GMV Shopping Brasil Total: valor Bruto de Mercadorias, na tradução para português. Indica o valor total das vendas originadas para nossos parceiros do e-commerce na data em que os usuários realizaram as compras, ou seja, trata-se do GMV originado no ato da compra – contempla os números de Méliuz e Promobit;
(3) Conceito explicado no item 2 acima, porém considerando os números da operação de cashback do Picodi;
(4) EBITDA: Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização;
(5) Margem EBITDA: EBITDA dividido pela receita líquida;
(6) EBITDA Ajustado: Considera por meio do EBITDA receitas ou despesas que a Companhia identifica como itens extraordinários ou não recorrentes, tais como os gastos com aquisições de empresas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

No caso de 2022 os itens extraordinários foram: gastos com M&A (R$ 9,2 milhões); reversão do earn-out a pagar das empresas adquiridas em 2021 (Promobit, Melhor Plano e Alter) e atualização da opção de compra da Picodi (R$ 31,1 milhões); pagamento via transferência de ações que estavam em tesouraria com efeito não-caixa resultado do valor de mercado das ações frente ao seu custo de aquisição (R$ 10,2 milhões); operação de venda da iDinheiro - Gana (R$ 1,9 milhões); custo baixa de ativo imobilizado (R$ 1 milhão); perda por impairment (R$ 0,7 milhão); despesas com time de desenvolvimento de novos produtos (R$ 54,5 milhões) e provisão de perda da Americanas (R$ 4,7 milhões);
(7) Margem EBITDA Ajustado: EBITDA ajustado dividido pela receita líquida.

Oportunidades nos Mercados de Atuação

Atuamos nos mercados de *shopping* e serviços financeiros que têm apresentado significativas taxas de crescimento em períodos longos e que contam com um potencial de expansão dada a baixa penetração em determinados nichos, em comparação com mercados mais maduros. Atuamos em tais mercados por meio do estabelecimento de parcerias diversificadas, contando, apenas no Brasil, com mais de 1.900 parceiros, em 31 de dezembro de 2022. Além disso, com aquisições anunciadas desde o IPO: i) ampliamos a quantidade de parceiros aumentando nossa presença para mais de 44 países, com a aquisição de Picodi; ii) aumentamos nossa presença ao longo do funil de consumo e em outras verticais de consumo, com a aquisição de Promobit e Melhor Plano; iii) aumentamos nossas capacidades de oferta de produtos e serviços financeiros com a aquisição do Bankly; (iv) aumentamos a experiência dos nossos usuários com a possibilidade de transacionar criptomoedas, além de trazer para o Méliuz um time talentoso de empreendedores e de desenvolvedores.

Com o nosso modelo de negócios *asset-light* e escalável, acreditamos que podemos consolidar e intensificar nossa presença no setor de *shopping*, além de continuar nossa expansão acelerada no mercado de serviços financeiros, conforme oportunidades abaixo destacadas.

a) *Shopping:* De acordo com dados da 47ª edição do estudo Webshoppers, fica claro que o Brasil é um local muito propício para as vendas online. A cada ano, são alcançados números expressivos em relação a receita, quantidade de compradores e valor médio das transações, entre outros. Em 2022, o e-commerce brasileiro alcançou um novo recorde e apresentou sinais de estabilização após dois anos de crescimento acelerado, registrando um modesto aumento de 1,6% no volume de vendas no e-commerce no Brasil.
O aumento na quantidade de pedidos demonstra a confiança do consumidor em realizar compras online, mesmo que o valor médio das transações tenha diminuído. O período de maior crescimento foi de janeiro a março, com destaque para janeiro, que teve um aumento de 20% em relação a 2021.

b) Serviços financeiros: O setor de meios eletrônicos de pagamento brasileiro encerrou o ano de 2022 com excelentes resultados, mostrando que a inovação e tecnologia continuam impulsionando a digitalização dos pagamentos no país. O valor total transacionado por meios eletrônicos (cartões de crédito, débito e pré-pago) atingiu a marca de R$ 3,31 trilhões, o que representa um crescimento de 24,6% em relação ao ano anterior.

Esse aumento expressivo se deve, em grande parte, ao investimento constante em inovação e tecnologia, que ajudaram a ampliar o escopo do setor e a disseminar a digitalização dos pagamentos, mesmo em um cenário desafiador no mercado interno, com alta inflação e menor poder de compra da população, e da influência de eventos externos, como a guerra na Ucrânia.

Para mais informações sobre os mercados de atuação da Companhia, veja o item 1.4 deste Formulário de Referência.

Principais Prêmios e Reconhecimentos

Fomos reconhecidos nos seguintes *rankings* no período de 2016 a 2022:

- Melhores empresas para se trabalhar em Minas Gerais (porte médio) - *Great Place to Work (GPTW) - 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022*
- Melhores empresas de tecnologia para se trabalhar (porte médio) - Great Place to Work (GPTW) - 2018,2019,2020, 2021, 2022
- 10 Melhores empresas para se trabalhar (porte médio) – Ranking Minas Gerais - 2021, 2022
- 35 Melhores empresas para se trabalhar (porte médio) - *Ranking Mulher, da GPTW – 2020, 2021*
- 50 Melhores empresas para se trabalhar no Brasil (porte médio) - *Great Place to Work (GPTW) - 2019*
- Melhores empresas para se trabalhar no Norte (porte médio) - *Great Place to Work (GPTW) – 2020*
- Melhores empresas para se trabalhar no Amazonas (porte médio) - *Great Place to Work (GPTW) - 2019*

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Empresas que mais respeitam o consumidor (categoria Programas de Fidelidade) - *Grupo Padrão – 2018*
- *Startup* do Ano e Equipe Fundadora - *Associação Brasileira de Startups – 2016*
- Prêmio Inovação e *E-Commerce Brasil* 2018 - *Melhor case "Dia do Cashback" - 2018*

Em 2021 entramos nos índices Ibovespa e em janeiro de 2022 nos índices IBrX-50 e IGPTW (Great Place to Work) da B3. O índice IBrX-50 representa os 50 ativos mais negociados e mais representativos do mercado de ações brasileiro. Já o IGPTW, índice recém-criado pela B3 em parceria com a consultoria global Great Place to Work, tem foco nas empresas que possuem as melhores práticas no mercado de trabalho.

Nossas Vantagens Competitivas

Seguem abaixo as nossas principais vantagens competitivas.
Ecossistema digital que viabiliza o crescimento da Companhia, o qual é intensificado pelo "efeito de rede".

Somos uma Companhia de tecnologia que oferece uma experiência de compra integrada à vida financeira dos usuários, cujo modelo de negócios é estruturado para entregar uma proposta de valor ganha-ganha-ganha, na qual todos os *stakeholders* do nosso ecossistema digital (usuários, parceiros e a nossa Companhia) são beneficiados por meio de um ciclo virtuoso sustentável, conforme descrito no item "Visão Geral" acima.

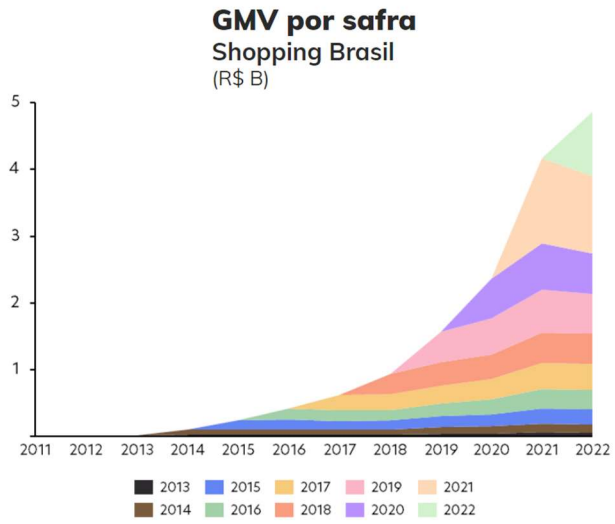
Tal proposta de valor é evidenciada principalmente pelo crescimento relevante da nossa base de contas abertas (que passou de 200 mil contas em junho de 2014 para 26,9 milhões de contas em dezembro de 2022) e do volume comercializado por nossos parceiros a partir da vertical *shopping* (que passou do GMV de R$ 163 milhões no exercício de 2014 para o GMV de aproximadamente R$ 6,0 bilhões na visão consolidado no exercício de 2022). Com o crescimento do número de contas, conseguimos também ampliar nossa base de dados interna, permitindo oferecer soluções cada vez mais apuradas e *tailor-made* para nossos parceiros, mediante a transformação dos dados de perfis e hábitos de consumo em inteligência de mercado.

O crescimento da base de contas, aliado ao incremento de parcerias, impactam positivamente as nossas receitas, as quais são auferidas mediante o pagamento pelos nossos parceiros à nossa Companhia de (i) remuneração fixa relativa à venda de espaços publicitários de destaque em nossa plataforma para divulgação de marcas, produtos e serviços e à ativação de serviços financeiros; (ii) remuneração variável incidente sobre o GMV gerado em nossa plataforma e/ou sobre o TPV decorrente de produtos e/ou serviços financeiros oferecidos em nossa plataforma; e (iii) remuneração por usuários gerados para nossas parcerias, como por exemplo cartões de crédito e empréstimos originados em nossa plataforma. A adição de mais empresas do grupo a partir das aquisições anunciadas até a data deste Formulário de Referência diversifica ainda mais os setores de atuação; a presença geográfica; a base de clientes; o tráfego de usuários qualificados; e o nosso portfólio de produto e serviços ofertados para a nossa base.

As nossas receitas líquidas aumentaram de forma consistente atingindo uma receita líquida total de R$ 368,1 milhões em 2022, um aumento de 40% em relação aos R$ 263,5 milhões reportados em 2021.

Por fim, esclarecemos ainda que nosso modelo de negócios tem o seu crescimento também impulsionado pelo "efeito de rede". Por isso, a percepção de valor da plataforma tende a aumentar, mediante a combinação das variáveis de atração e retenção de usuários (obtida ao se oferecer uma diversidade de produtos, serviços e benefícios); e à entrada de novos parceiros (em busca de uma base ampla e diversificada de contas), o que gera um ciclo positivo de crescimento decorrente da interação de tais variáveis que se retroalimentam. Segue abaixo gráfico de evolução do GMV na vertical de *shopping* gerado pelas *cohorts* anuais da nossa base de usuários:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Companhia. Informações gerenciais.

Modelo de negócios asset-light e escalável, que possibilita o crescimento de receitas, de forma a preservar a rentabilidade.

Não contamos em nosso modelo de negócios com estoques ou ativos imobilizados relevantes (como por exemplo, centros de distribuição), uma vez que a fabricação, entrega, e pós-venda dos produtos e serviços disponibilizados em nossa plataforma são de responsabilidade exclusiva dos nossos parceiros, sendo o nosso foco, o fornecimento de soluções digitais para promoção de tais produtos e serviços, que promovam a intensificação das vendas dos nossos parceiros junto a nossa significativa base de contas. Como principal vantagem de tal modelo, não incorremos em riscos e custos relativos a tais produtos e logística de sua entrega, nem em riscos de crédito relacionados aos serviços financeiros oferecidos pelos nossos parceiros.

Considerando tal dinâmica, conseguimos aumentar o volume e sortimento do portfólio de produtos e serviços em nossa plataforma, exclusivamente por meio do estabelecimento de novas parcerias e aumento da nossa base de contas. Acreditamos que o “efeito de rede” presente em nosso ecossistema, bem como o marketing “boca-a-boca”, nos permite atrair e reter novas contas com investimentos reduzidos, sem a necessidade de realização de mais dispêndios em despesas de vendas e *marketing.* Com uma base de contas robusta e fidelizada, podemos expandir nossa atuação para outros serviços e produtos, como já fizemos, por exemplo, de forma bem-sucedida, quando entramos no mercado de serviços financeiros, mediante a disponibilização do Cartão Méliuz.

Contamos com uma base de parceiros ampla e fidelizada, com potencial de expansão.

Nos beneficiamos de uma base de mais de 1.900 parceiros em 31 de dezembro de 2022, que inclui desde empresas de pequeno e médio portes a grandes *players*. Além disso, com a aquisição de Picodi anunciada em fevereiro de 2021, ampliamos as parcerias para mais de 13 mil lojas presentes em 44 países. A Aquisição de Melhor Plano anunciada em maio de 2021, por sua vez, amplia a base de parceiros comerciais para setores como telecomunicações e serviços financeiros.

Atuamos em duas principais grandes frentes de parcerias: (i) no âmbito de *shopping* junto aos principais *players* dos mercados de *e-commerce*, turismo e lazer, bens de consumo, vendas *cross-border, telecomunicações,* serviços diversos, e (ii) no âmbito de serviços financeiros, junto a instituições financeiras, como bancos, *fintechs*, entre outros, com a oferta de diversos produtos financeiros, incluindo o Cartão Méliuz.

Nossos parceiros mais relevantes em termos de representatividade das nossas receitas são Companhias com extenso histórico de atividade, com as quais temos um relacionamento de longa data. Adicionalmente, acreditamos que o nosso *track-record* e inteligência de mercado adquirida desde a nossa fundação, nos permitem celebrar novas parcerias de forma

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

ágil em novos nichos de mercado nos quais entendemos haver oportunidades de crescimento, dada a sua penetração e condições macroeconômicas e setoriais favoráveis.

Contamos com tecnologia proprietária para fornecer aos nossos parceiros soluções personalizadas e, ao mesmo tempo, promover a atratividade da nossa plataforma junto a nossa base de usuários.

A nossa plataforma é composta por portal/*website* (www.meliuz.com.br), um aplicativo *mobile*, bem como extensão (*plugin*) para os navegadores Chrome e Firefox, os quais foram desenvolvidos internamente pela nossa Companhia. Tal plataforma é amparada por uma solução completa de CRM (*e-mail*, *webpush*, *push*, *push* geolocalizado, SMS, *placements* no site e aplicativo) que permite aos nossos parceiros realizar ofertas personalizadas a partir da análise de dados e das informações de consumo da nossa base de usuários.

Somos orientados a dados e tecnologia e entendemos ser a nossa prioridade a entrega e aprimoramento da nossa plataforma e suas funcionalidades de forma a conquistar novos usuários e parceiros bem como reter os atuais. Para atingir tal objetivo, 52% de toda nossa equipe de colaboradores está focada no desenvolvimento de plataformas (data base 2022).

Adicionalmente, utilizamos de forma intensa as tecnologias como *Machine Learning* aplicadas à extensa base de dados para desenvolver e entregar produtos customizados. Temos uma forte cultura de testes e times dedicados a aplicá-los e disseminá-los pela nossa Companhia. Visando alcançar uma melhoria contínua nos resultados, o nosso time implementa de maneira consistente a execução de testes nas diversas etapas do funil e também em diferentes etapas da nossa operação. Isso garante ganhos constantes de performance operacional e melhorias significativas nas taxas de conversões dos diferentes funis, refletindo em redução de custos, como menores custos de aquisição (CAC), e aumento de receitas.

Cultura corporativa centrada em inovação, bem como no desenvolvimento dos nossos colaboradores, orientada à excelência no atendimento de nossos stakeholders.

A palavra “melius” significa “melhor” em latim, e norteia a nossa missão de sermos a principal companhia de tecnologia focada no fornecimento de soluções digitais por meio de uma plataforma integrada. Para tal, buscamos construir e desenvolver uma cultura empreendedora centrada em nossos *stakeholders*, focada em inovação, agilidade e confiabilidade, a qual busca primar pela formação de um time de colaboradores altamente capacitado e comprometido com os nossos valores e cultura corporativa. Em decorrência desses valores primordiais e nossa missão, acreditamos que, por meio de nossa capacidade de adaptação, podemos embutir uma cultura de constante inovação e proximidade dos nossos parceiros e convergência dos nossos usuários ao nosso propósito.

Acreditamos que quanto mais nos dedicamos a fornecer soluções personalizadas aos nossos parceiros e usuários, mais compreendemos suas necessidades.

Estratégia de crescimento

Acreditamos que a implementação das nossas principais estratégias comerciais e financeiras nos proporcionará melhorias no desenvolvimento das nossas atividades, de forma a maximizar a lucratividade dos nossos acionistas e propiciando vantagens sobre os nossos concorrentes. Nossa estratégia contempla os fatores descritos a seguir:

Continuar a promover o crescimento orgânico das atividades atuais de shopping em nossa plataforma.

Planejamos continuar nos adaptando e levando ao mercado soluções inovadoras e funcionalidades aprimoradas para a nossa plataforma. Com isso em mente, iremos acelerar o lançamento de novas funcionalidades (*features*) em nossa plataforma, a fim de adicionar mais valor à nossa vertical shopping. Essas novas funcionalidades permitirão a inclusão de novos produtos e serviços, como exemplo, já iniciamos o ano de 2022 com uma nova identidade visual e um novo posicionamento. Essas mudanças estão em linha com o propósito do Méliuz de proporcionar uma experiência de consumo cada vez mais fluida e criar um ecossistema que integra shopping e serviços financeiros. O nosso novo posicionamento, "o prazer de ganhar sempre", reforça a missão do Méliuz de oferecer benefícios aos consumidores e parceiros por meio das melhores soluções digitais.

Em conjunto com a identidade visual e posicionamento, lançamos nosso novo aplicativo, que facilita o processo de compra dos usuários por meio da oferta de serviços financeiros integrados de maneira fluída à jornada de shopping já existente. A nova experiência oferece uma conta digital gratuita, compra e venda de bitcoin, cartão de crédito Platinum e com *cashback*, cartão de débito e cartão pré-pago, além da possibilidade de realizar transferência via PIX.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Com a integração dos novos serviços financeiros, o Méliuz se tornou uma completa e valiosa plataforma, onde usuários conseguem descobrir, decidir, comprar, pagar, investir, guardar e ganhar usando um único aplicativo - o do Méliuz.

No segundo trimestre de 2022 lançamos o nosso social-commerce, uma nova funcionalidade que traz a experiência do Promobit para dentro do nosso App, promovendo um ambiente onde os usuários possam trocar informações sobre produtos e promoções de lojas.

A inclusão de novas funcionalidades intensifica e estimula o *cross-selling* (venda cruzada) dos produtos e serviços dos nossos parceiros junto à nossa ampla e diversificada base de contas, o que impacta de forma positiva o volume de transações em nossa plataforma, e, por conseguinte, a remuneração devida por nossos parceiros à nossa Companhia, de forma a promover o crescimento orgânico da nossa plataforma.

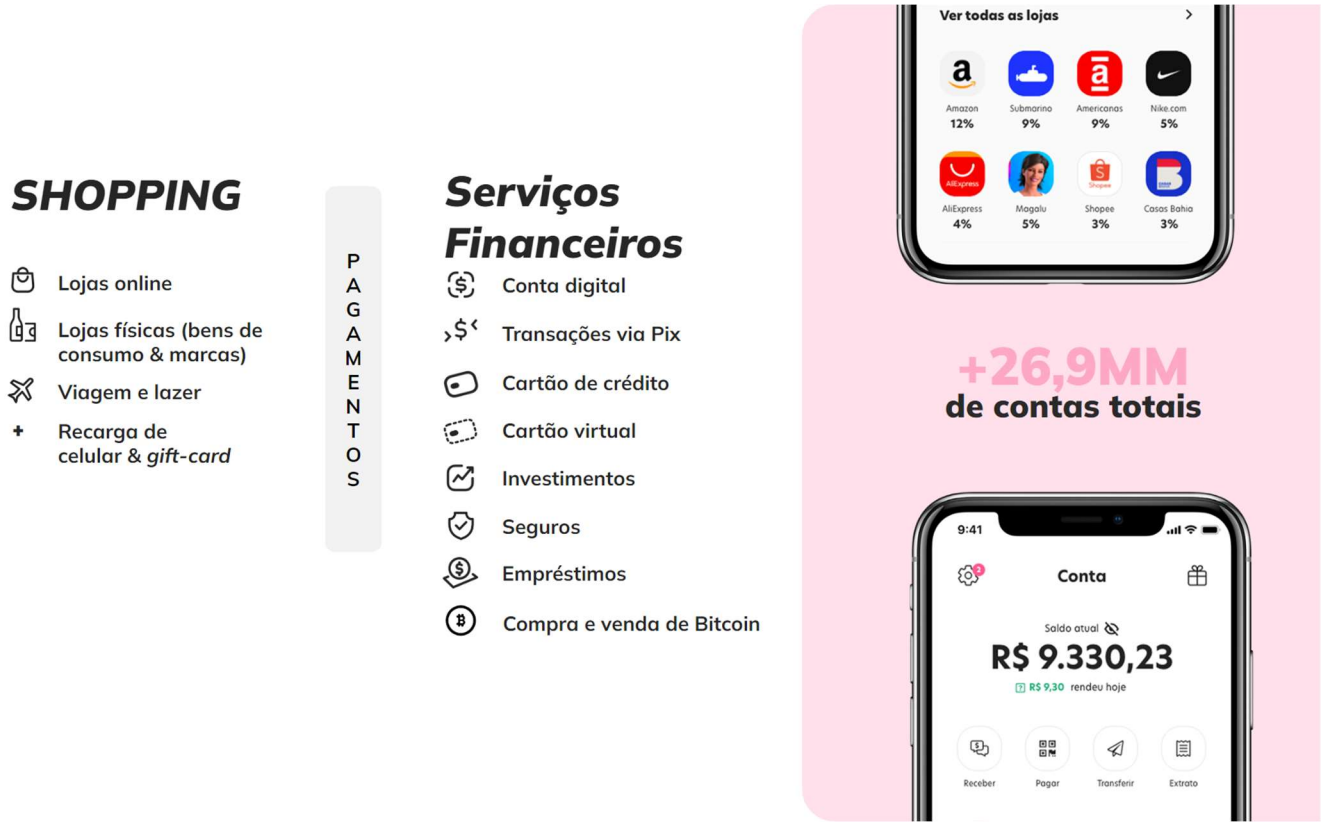
Fortalecimento e expansão da oferta de novos serviços financeiros em nosso ecossistema digital.

Acompanhando o desenvolvimento do mercado de crédito no Brasil, entendemos ser uma importante estratégia para o nosso crescimento da expansão da oferta de produtos e serviços financeiros em nosso ecossistema digital. Para tal, lançamos em janeiro de 2022 o Cartão Méliuz, um produto múltiplo (crédito, débito e pré-pago) com bandeira Mastercard Platinum, sem anuidade e que oferece *cashback* e *criptoback* nas compras. Aceito no mundo inteiro em compras presenciais e online, o cartão está disponível nas versões física e virtual que, além de mais segurança, garante mais agilidade já que permite ao usuário fazer compras antes mesmo do cartão físico chegar. Além de retorno de até 2% em *cashback* nas compras e atendimento 24 horas.

Acreditamos que a expansão da oferta de produtos e serviços de crédito oferecidos aos nossos clientes possibilita uma maior flexibilidade no pagamento ampliando o poder de compra e aumentando a fidelidade da nossa base de contas, além de incrementar nossa receita de operações de crédito.

Com a adição de novos produtos e serviços financeiros como conta digital, pagamento de contas e cartão de crédito pré-pago, é possível retroalimentar todo nosso ecossistema a partir do saldo de *cashback* gerado pelos usuários nos atuais serviços e produtos disponibilizados pela Companhia. Até o lançamento da conta digital do Méliuz, em Janeiro de 2022, os usuários resgatavam o seu *cashback* para uma conta bancária de outra instituição, agora, o resgate de *cashback* é feito para a conta digital do Méliuz, onde os usuários podem usufruir com os próprios produtos Méliuz - como compra e venda de *bitcoin*, transações via PIX e etc. Segue abaixo figura ilustrativa de oportunidades que podem ser exploradas no ecossistema da Companhia:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Companhia. Informações Gerenciais. Data base: 31/12/2022

Cabe lembrar que, conforme anunciado no dia 30 de dezembro de 2022, firmamos uma importante aliança estratégica com o banco BV que nos proporcionará um crescimento sustentável no segmento de serviços financeiros através do acordo comercial que prevê a emissão de cartão e criação de conta em forma de parceria para os usuários Méliuz. A transação com o banco BV nos trás a oportunidade de crescer com uma estrutura de custos e despesas mais enxuta, além de viabilizar novas fontes de receitas, sem abrir mão da experiência do usuário dentro do nosso ecossistema, garantindo assim a qualidade dos serviços que tanto valorizamos.

Maximizar o aproveitamento de nossa base de contas.

Pretendemos explorar mais intensamente as oportunidades de *cross-selling* sobre nossa base de contas, que totalizaram mais de 26,9 milhões de contas em 31 de dezembro de 2022. Para tal, pretendemos alavancar a promoção dos produtos e serviços que atualmente integram o nosso ecossistema digital, por meio da: (i) migração de clientes para serviços de maior valor agregado, (ii) intensificação do esforço de identificação de produtos e serviços complementares que possam ser oferecidos para a nossa base de contas, e (iii) otimização do fluxo de procedimentos online para incentivar a venda de produtos e serviços complementares.

Acreditamos ainda estarmos no início do processo de incremento da nossa penetração com tais ofertas complementares junto à nossa atual base de contas, e uma vez que tais ofertas sejam bem-sucedidas, irão estimular o nosso crescimento nos próximos anos.

Expertise regulatória para expansão da oferta de novos serviços financeiros em nosso ecossistema digital.

Conforme informado acima, a aliança estratégica com o banco BV marca mais um passo na expansão do ecossistema de serviços financeiros do Méliuz, permitindo o desenvolvimento de soluções em contas digitais, pagamentos, e outros temas relacionados a serviços e produtos transacionais.

No dia 30 de dezembro de 2022, anunciamos uma importante aliança estratégica com o banco BV que nos proporcionará um crescimento sustentável no segmento de serviços financeiros. Com a mudança do cenário macroeconômico, essa aliança se tornou fundamental para que o Méliuz consiga se reafirmar como uma empresa *asset light*, geradora de caixa no curto prazo e livre do risco de crédito.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A transação com o banco BV nos trás a oportunidade de crescer com uma estrutura de custos e despesas mais enxuta. Teremos novas fontes de receitas advindas da ativação de cartões e de contas, além de cada transação realizada (TPV), além de manter por completo a experiência do usuário dentro do nosso ecossistema, garantindo assim a qualidade dos serviços que tanto valorizamos.

Com isso, a Companhia passa a ter capacidade de aumentar ainda mais o engajamento da base de usuários, facilitando o lançamento de novos produtos financeiros como investimentos e seguros, além de aumentar a venda cruzada com os produtos e serviços já existentes: Cartão Méliuz, *Shopping* e Méliuz Nota Fiscal.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

A Companhia atua com a divulgação de produtos e serviços de parceiros, mediante o desenvolvimento e exploração de uma plataforma composta por portal/website, um aplicativo mobile e extensão (*plugin*) para navegadores de internet Chrome e Firefox ("Plataforma").

As receitas da Companhia são decorrentes dos valores recebidos dos Parceiros, que podem variar entre valores fixos pela exibição de seus produtos ou ativação de serviços financeiros, e valores variáveis, incidentes sobre as vendas geradas pela plataforma.

A Companhia possui quatro segmentos reportáveis, considerando a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócios em que o Grupo CASH3 está envolvido. Dessa forma, os segmentos são: a) B2C (*Business to Customers*) Nacional; b) B2C Internacional; c) B2B (*Business to Business*); e d) Outros segmentos. Logo, as receitas líquidas, bem como o resultado líquido são derivados, em sua totalidade, destes quatro segmentos operacionais.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

(em R$ milhares)	Em 31 de dezembro de 2022
Receita líquida	**368.107**
B2C Nacional	278.115
B2C Internacional	25.009
B2B	47.986
Outros segmentos	16.997

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

(em R$ milhares)	Em 31 de dezembro de 2022
Resultado líquido	**(58.148)**
B2C Nacional	(31.190)
B2C Internacional	(3.183)
B2B	(18.675)
Outros segmentos	(5.100)

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a. características do processo de produção

A seguir serão apresentadas as características dos principais produtos e serviços do Méliuz.

B2C Nacional

- **Shopping**

Nossos usuários ao acessarem o site Méliuz ou o aplicativo recebem, de forma gratuita, acesso a uma pluralidade de marcas, produtos, serviços, cupons de descontos e *cashback*, todos organizados em um único ecossistema digital dinâmico e user-friendly.

Em shopping, o Méliuz é comissionado de três maneiras: (i) por meio das vendas realizadas aos nossos parceiros do e-commerce através da plataforma Méliuz – neste caso, os parceiros nos comissionam por cada venda gerada e então repassamos parte dessa comissão ao usuários através do *cashback*; (ii) por meio da divulgação de cupons de desconto; e (iii) por meio da venda de espaços para divulgação de marcas, produtos e serviços nas diferentes plataformas Méliuz - website, aplicativo e extensão para navegador (“Méliuz Ads”).

Para as indústrias e lojas parceiras, o Méliuz funciona como um importante canal de *marketing* que oferece solução de inteligência com foco em aquisição e retenção de usuários, além de incentivar as vendas e otimizar os resultados.

Com uma base de mais de 26 milhões de usuários cadastrados na plataforma - data base de 31 de dezembro de 2022 - e uma solução completa de CRM - e-mail, *webpush*, *push*, *push geolocalizado*, SMS, site e app - o Méliuz permite que indústrias e parceiros possam realizar ofertas personalizadas a partir da análise de dados e das informações de consumo dos clientes.

Além disso, ao investirem em *cashback*, as indústrias e os parceiros se associam a um dos principais mecanismos de incentivo às compras entre os brasileiros, de acordo com a *4ª* Pesquisa AlphaWise realizada pelo Morgan Stanley. Outro diferencial é que, diferentemente de descontos aplicados diretamente sobre o valor das mercadorias, o *cashback* não desvaloriza o produto, uma vez que o consumidor paga o preço cheio e é reembolsado posteriormente.

Cashback e cupons de desconto

Para utilizar nossos serviços e aproveitar os benefícios do *cashback*, os clientes devem entrar no site (www.meliuz.com.br) ou aplicativo do Méliuz e selecionar a loja *online* na qual pretendem comprar ou contratar algum serviço. É importante consultar as Regras e Exceções disponíveis na página da loja em nosso site ou app e ficar por dentro das condições para usufruir do benefício. Após ativar o *cashback e/ou* copiar o link do cupom de desconto disponível, o consumidor é direcionado automaticamente para o site da loja do parceiro para realizar a compra e/ou contratação do serviço, podendo optar por qualquer forma de pagamento disponível.

A ativação do *cashback* também pode ser realizada por meio da Extensão do Méliuz - *plugin* compatível com os navegadores Google Chrome e Firefox. Neste caso, o consumidor precisa clicar no ícone da extensão e ativar o *cashback* quando estiver no site da loja parceira e realizar a sua compra normalmente.

O *cashback* recebido pelo usuário pode ser resgatado a partir de R$ 20,00. Caso ele possua uma conta digital no Méliuz, o resgate é realizado direto para sua conta Méliuz, caso não possua, o usuário pode indicar a conta na qual gostaria que o *cashback* fosse depositado e em até 7 dias a transferência será realizada.

Para aproveitar o desconto oferecido pelo cupom, o consumidor precisa aplicar o código promocional na tela de *check-out*, antes de finalizar a compra e após isso o desconto é aplicado na hora. Neste caso, a Méliuz é comissionada por cada cupom de desconto utilizado.

Cashback via Nota Fiscal

O *cashback* via nota fiscal é a *feature* que permite que o usuário ganhe *cashback* após enviar a nota fiscal da compra dos produtos participantes das campanhas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Para receber o *cashback*, o usuário deve visualizar as ofertas que deseja aproveitar diretamente no aplicativo da Méliuz, comprar os produtos ofertados em qualquer supermercado ou farmácia e em sequência escanear o *QR Code* da nota fiscal ou digitar a chave de acesso dentro do prazo. O *cashback* entra como pendente no extrato do Méliuz e é confirmado após o fim da campanha.

Esta ferramenta permite que a indústria incentive a venda de produtos específicos sem precisar estar atrelada a uma rede ou ponto de venda específico. Além disso, por meio da leitura da nota fiscal, o parceiro e o Méliuz têm acesso a outras informações estratégicas, como: funil de compra, preço praticado na ponta, cesta completa de produtos e média de preços por dia/ estabelecimento /cidade, dentre outras informações contidas na nota fiscal.

Méliuz Ads

Com uma base qualificada de mais de 26 milhões de contas, conforme data base 31/12/2022, consolidamos um ambiente diversificado e multicanal capaz de evidenciar nossos parceiros, seus produtos, ofertas e ações comerciais em diferentes momentos da jornada de compra do usuário.

Nossos parceiros têm à sua disposição, através do Méliuz Ads, uma gama de posições de destaque em todo o nosso site, aplicativo e extensão, assim como uma variedade de comunicações dedicadas via canais de CRM. As estratégias são adaptadas a depender do parceiro e de seus objetivos.

A divulgação dos parceiros e das campanhas do Méliuz é realizada de maneira segmentada e multicanal. Ao se cadastrarem gratuitamente no Méliuz, os consumidores passam a receber comunicações por e-mail, SMS, pelo site, aplicativo e extensão para navegadores Chrome e Firefox, além de serem impactados também pelas redes sociais da empresa.

Toda comunicação é realizada de maneira contextualizada e a segmentação da mensagem é feita a partir da análise de dados referentes a perfil de comportamento, interesse, histórico de compras, entre outros.

Gift Cards e recarga de celular

No final de 2020, o Méliuz passou a oferecer a possibilidade de nossos usuários comprarem produtos dentro da plataforma do Méliuz. Começamos pela venda de *gift* cards - cartões pré-pagos que permitem nossos usuários ganharem *cashback* ao comprarem créditos que podem ser usados em parceiros como Uber, Google Play, iFood, Playstation, entre outros. E em sequência, no primeiro trimestre de 2021 lançou a recarga de celular, que também possui alta recorrência junto aos nossos usuários.

- **Serviços financeiros**

Todos os procedimentos bancários dentro da conta digital, o cartão de crédito Méliuz (exceto o *co-branded* com o Banco Pan), os investimentos realizados por transações de criptomoedas são feitos via APIs do Bankly, subsidiária do Méliuz que opera no ramo de *banking as a service*.

O Bankly desenvolve produtos e serviços inovadores para seus clientes, e tem no DNA a segurança das informações, adotando a mais alta tecnologia e processos que protegem e garantem a privacidade dos dados armazenados e processados em seu ambiente.

Visando o tratamento adequado das informações da empresa e de todos os seus clientes, o Bankly se baseia nos seguintes princípios de segurança da informação:

(1) Confidencialidade: Qualquer acesso à informação deverá ser obtido apenas por pessoas autorizadas, e somente quando de fato for necessário;
(2) Disponibilidade: A informação deve estar disponível para acesso, sempre que necessário;
(3) Integridade: Deve-se garantir a exatidão e completude das informações e dos métodos de seu processamento, bem como a transparência no trato com os públicos envolvidos.

Cartão de crédito Méliuz co-branded

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Cartão de crédito Méliuz lançado em março de 2019 em parceria com o Banco PAN e a Mastercard. O cartão não possui anuidade e recompensa o consumidor em até 1,8% de *cashback* sobre o valor de todas as compras realizadas, independentemente se o estabelecimento é parceiro do Méliuz ou não. Nada de pontos, milhas ou crédito. É dinheiro de verdade para o consumidor usar como quiser.

A porcentagem de *cashback* devolvida ao cliente varia de acordo com o valor mensal da fatura:

- Clientes com fatura de até R$ 750,00 - sem *cashback*
- Clientes com fatura entre R$ 750,01 e R$ 1.499,99 - 0,5% de *cashback* em todas as compras
- Clientes com fatura acima de R$1.500,00 - 0,8% de *cashback* em todas as compras

Além do *cashback* sobre o valor total da fatura, o cliente ainda pode receber 1% de *cashback* bônus nas compras online em *e-commerces* parceiros, iniciadas pelo site ou *app* do Méliuz e pagas com o Cartão, independentemente do valor da fatura.

O *cashback* oferecido pelo cartão e o bônus são cumulativos com o *cashback* ofertado pelos *e-commerces* parceiros e o processo de resgate é o mesmo - disponível a partir de R$ 20 de saldo confirmado.

Em novembro de 2021, a parceria com o Banco Pan foi encerrada, a fim de priorizar o lançamento do cartão de crédito próprio do Méliuz, um dos produtos que estavam no *roadmap* de lançamentos de produtos financeiros para o ano de 2022. Desde então o Banco Pan deixou de emitir novos cartões, no entanto, o produto continua funcionando para os usuários que já o possuem. Durante toda a parceria foram solicitados mais de 7,2 milhões de cartões de crédito.

Cartão de crédito Méliuz

Cartão de crédito lançado em 2022 com a marca 100% Méliuz. O cartão é platinum de bandeira Mastercard, internacional, sem anuidade, com cashback e *criptoback* e oferece até 2% de *cashback* sobre o valor das compras. Toda a experiência do usuário acontece dentro do app do Méliuz e o canal de atendimento possui suporte 24 horas. A concessão do cartão múltiplo está sujeita à análise de crédito feita pelo Méliuz.

O cashback do Cartão Méliuz varia de acordo com o valor da fatura, conforme descrito abaixo:

(1) Até R$ 750: 1% de *cashback* extra nas compras online iniciadas pelo Méliuz
(2) Entre R$ 750,01 e R$ 1.500: 0,5% de *cashback* em todas as compras + 1% de *cashback* extra nas compras online iniciadas pelo Méliuz
(3) Acima de R$ 1.500: 1% de *cashback* em todas as compras + 1% de *cashback* extra nas compras online iniciadas pelo Méliuz

Cartão de crédito Méliuz parceria BV

Conforme já mencionado neste relatório e anunciado no dia 30 de dezembro de 2022, firmamos uma importante aliança estratégica com o banco BV que nos proporcionará um crescimento sustentável no segmento de serviços financeiros através do acordo comercial que prevê a emissão de cartão e criação de conta em forma de parceria para os usuários Méliuz. A transação com o banco BV nos trás a oportunidade de crescer com uma estrutura de custos e despesas mais enxuta, além de viabilizar novas fontes de receitas, sem abrir mão da experiência do usuário dentro do nosso ecossistema, garantindo assim a qualidade dos serviços que tanto valorizamos. Mais detalhes sobre o cartão de crédito Méliuz em parceria com o banco BV ainda serão divulgados ao mercado.

Conta digital

A introdução de uma conta digital gratuita no portfólio de serviços da Companhia foi etapa importante na construção de um ecossistema completo, em que usuários podem fazer toda a sua jornada de compra dentro do ambiente Méliuz, indo desde a prospecção de produtos até o momento do pagamento, no qual o usuário pode utilizar o cartão Méliuz, até o recebimento do *cashback*, que pode ser resgatado para a conta digital do Méliuz após o acúmulo de R$ 20,00 de saldo. Esse produto já nasce com a possibilidade de que os usuários façam e recebam pagamentos via PIX.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Investimentos

O aplicativo Méliuz possui a *feature* de compra e venda de bitcoin. A proposta dessa nova *feature* é democratizar o investimento e o uso de criptoativos, de maneira que a experiência foi construída para que o usuário possa comprar e vender criptomoedas com poucos cliques e em poucos segundos. Além disso, seguindo a lógica de democratizar o acesso aos criptoativos, o processo de compra e venda foi elaborado para ser totalmente transparente, sempre informando, de maneira clara, todas as taxas inerentes às operações. Não só isso, também damos a possibilidade para que usuários comprem criptoativos com valores a partir de R$ 1,00.

Em 2022 lançamos a funcionalidade de *criptoback*, no qual o usuário pode resgatar o seu *cashback* em *bitcoin*. Durante o resgate do saldo de cashback no Méliuz, o usuário pode escolher entre receber seu cashback em dinheiro tradicional ou em criptomoedas, e caso opte pela segunda opção, receberá a quantia equivalente em *bitcoin* em sua carteira virtual. Essa opção tem se tornado cada vez mais popular entre os usuários que acreditam no potencial das criptomoedas e desejam investir nesse mercado em expansão.

A inserção desse novo serviço no app do Méliuz é uma forma de, além de tornar a compra e venda de criptoativos mais acessível aos brasileiros e ser mais uma fonte de valor para a empresa, fazer com que usuários passem mais tempo acessando o *app*, o que eleva a possibilidade de cross-sell de produtos. Nos próximos trimestres, seguiremos com a estratégia de ampliar o nosso portfólio principalmente com serviços financeiros, gerando cada vez mais engajamento e oportunidades de *cross-sell* além do crescimento da receita.

- **Social-commerce**

A aquisição da Promobit em maio de 2021, marcou a entrada da Companhia no segmento de social-commerce. A empresa é formada por uma comunidade de mais de 2,9 milhões de membros cadastrados e obteve mais de 17,2 milhões de visitas em 2022. Por meio de seu site e aplicativo para celular, os usuários compõem uma grande comunidade de compradores que divulgam e compartilham entre si ofertas e oportunidades de compra de centenas de lojas online.

Os usuários da comunidade garantem uma constante produção e curadoria de conteúdo para a plataforma. Este conteúdo leva os usuários a serem redirecionados para as lojas parceiras onde realizam suas compras. As lojas identificam a origem destes usuários pagando assim ao Promobit uma comissão pela venda.

B2C Internacional

- **Shopping Internacional**

A partir da aquisição do Picodi, em fevereiro de 2021, a Companhia passou a ter atuação em mercados internacionais. O Picodi é uma empresa que atua na divulgação de cupons de desconto, ofertas e promoções de mais de 13 mil lojas em 44 países. Através de seu site, disponível em 19 línguas, ou extensão para navegadores, os usuários podem procurar pelas lojas parceiras e encontrar cupons de desconto, ofertas e promoções. Os usuários também são impactados por comunicações enviadas por e-mail pelo CRM e redes sociais da empresa.

Ao utilizarem um cupom de desconto ou serem redirecionados para o site das lojas parceiras pelo Picodi, os usuários concluem seu processo de compra normalmente no ambiente das lojas. Estas identificam que aquela compra foi originada pelo Picodi e pagam para a empresa uma comissão pela venda.

O Picodi também possui receitas advindas da venda de espaços publicitários em seu site para lojas e marcas parceiras.

Desde setembro de 2021, o Picodi passou a ofertar a *feature* de *cashback* em alguns países nos quais ele possui operações: Polônia, Rússia, Turquia, Romênia, República Tcheca, Emirados Árabes Unidos, Austrália, México e Espanha e posteriormente em novembro de 2022 passou a ofertar a *feature* em todos os países no qual ela possui operação. Com isso, esperamos entregar um efeito de adição e retenção das safras de usuários similar ao que observamos historicamente no Méliuz, fazendo o volume de vendas crescer com maior robustez. Além disso, para fomentar ainda mais o engajamento e atração de usuários em tais territórios, começamos o *roll-out* do aplicativo do Picodi no primeiro trimestre de 2022.

Para mais detalhes sobre a empresa e aquisição, vide os itens 1.1 e 1.2.

B2B

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O Grupo Acesso é uma solução completa que fornece soluções financeiras para negócios (B2B) e consumidores finais (B2C). A empresa é uma Instituição de Pagamento (IP) autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e possui número próprio, 332, dentro do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro). É participante direta do SPI (Sistema de Pagamentos Instantâneos) sendo, portanto, habilitada a processar todas as transações de PIX. É autorizada pela Mastercard para emissão de cartões na modalidade internacional, possuindo também licença perante o regulador para emissão de cartão de crédito na modalidade pós-paga. Está integrada na CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos) e, em outubro de 2020, aplicou para licença de SCD (Sociedade de Crédito Direto) perante o BACEN. A empresa possui tecnologias proprietárias que incluem KYC para empresas e consumidores, pessoas físicas e sistemas de prevenção à fraude.

O Bankly, empresa do grupo Acesso, possui uma plataforma de *bank as a service* que oferece soluções modularizadas que vão desde conta digital completa, passando pela emissão de cartões de crédito pré-pago, emissão de boletos bancários, transferências (TED), PIX, dentre outros. Os serviços são oferecidos através de plataforma nativa na nuvem com integração sem fricção via API's.

O modelo de negócios do Bankly é composto por quatro principais linhas de receita:
- Modelo de assinatura: assinatura de volume mínimo para garantir o funcionamento de uma ou mais APIs (Application Programming Interface);
- *Pay as you grow*: pacotes com descontos diferenciados: PIX, TED, transações na rede de cartões e Boleto;
- Tarifas para base de usuários: base instalada ativa de contas e cartões;
- Tarifas de serviços: *pay-per-use* para outros serviços: KYC, antifraude, integração de usuários, emissão de cartão e logística.

Outros segmentos

- **Plataforma de conteúdo**

Com a aquisição da Melhor Plano em maio de 2021 a Companhia ampliou suas parcerias para o mercado de telecomunicações. Através da Melhor Plano os usuários conseguem encontrar diferentes ofertas de planos e pacotes de serviços de telecomunicações que melhor se adequam ao seu perfil individual de consumo. Em um mesmo ambiente é possível comparar entre as diferentes empresas do setor planos de telefone móvel ou fixa, TV por assinatura, internet fixa e combos. As empresas parceiras pagam para estarem presentes na plataforma e pelos usuários originados para seus serviços a partir do Melhor Plano.

A empresa em sua plataforma possui também a vertical de serviços financeiros, iniciando por um comparador de cartões de crédito e outro de contas digitais. De maneira similar à vertical de telecomunicações, os bancos e instituições financeiras pagam uma comissão ao Melhor Plano pelos clientes gerados a partir da sua plataforma.

A empresa também é dona da plataforma Minha Conexão. A plataforma permite aos usuários auferirem a velocidade de sua conexão com a internet. Devido ao tráfego de usuários elevado e qualificado para vertical de telecomunicações, a venda de espaços publicitários na plataforma constituem a fonte de receita desta plataforma.

- **Criptoativos**

Em julho de 2021, o Méliuz assinou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças com os sócios da Alter Pagamentos Ltda (“Alter”), com objetivo de adquirir quotas que representam 100% do capital social da empresa.

A Alter é uma empresa especializada na negociação de criptoativos que, desde 2018, vem atuando na melhora da experiência dos usuários no uso de criptomoedas em transações financeiras do dia a dia. Entre outros serviços, a Alter consolida em um único aplicativo uma carteira de criptomoedas com integração a uma conta digital e um cartão pré-pago.

A aquisição da Alter e incorporação ao grupo CASH3 tem como um de seus principais objetivos trazer para o Méliuz um time talentoso de empreendedores e de desenvolvedores, além do conhecimento em um segmento de negócios de alto crescimento, que poderá contribuir como uma boa ferramenta de engajamento e atração de novos usuários para a Companhia.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em agosto de 2022, os serviços da Alter foram descontinuados e os serviços oferecidos por ela foram incorporados no ecossistema Méliuz e podem ser acessados através do App do Méliuz.

b. características do processo de distribuição

Entendemos por processo de produção todas as atividades relacionadas às compras e contratações de produtos e serviços que são elegíveis para o recebimento de comissão por parte da Companhia e, em alguns casos, o repasse para o consumidor de parte desse valor, na forma de *cashback.*

O processo de entrega dos produtos e serviços de pós-venda são de responsabilidade dos Parceiros Comerciais, ficando a cargo da Companhia apenas o repasse do *cashback* – calculado a partir do valor final da compra informado pelos parceiros – e dos códigos de *gift cards* (no caso do produto homônimo).

Distribuição de *cashback*

O *cashback* referente a cada compra é usualmente confirmado ou cancelado na área "Minha Conta" do Portal Méliuz no prazo máximo de até 90 (noventa) dias após a data da compra de produto, período no qual o Parceiro Comercial nos confirma a conclusão da compra e em que é possível identificar compras que tenham sido canceladas, devolvidas ou alteradas (as quais não são elegíveis de *cashback*). O tempo real de espera para confirmação ou cancelamento do *cashback* varia conforme o parceiro onde o usuário fez a sua compra e, atualmente, a média de espera é de 35 dias. Nos casos de compra de serviços (ex: segmento de turismo, contratação de serviços financeiros, como empréstimos e seguros), o *cashback* somente é computado após a utilização do serviço, mediante confirmação da utilização (ex: no caso de passagem aérea, somente será computado após a utilização da passagem aérea e não da data de sua compra).

Já em relação ao *cashback* do cartão de crédito Méliuz O *cashback* bônus gerado pelo pagamento das compras com o cartão Méliuz também só é confirmado após a confirmação do cashback da compra.

Os valores de *cashback* são acumulados no extrato do usuário e, ao completar R$ 20,00 de saldo disponível, ele pode solicitar o resgate do valor para sua conta corrente do Méliuz, sem nenhum custo.

Distribuição do cartão

Os cartões do Méliuz - versão crédito e versão pré-pago - são disponibilizados em uma via física e virtualmente. Após a solicitação do cartão, a entrega da via física é feita por uma empresa parceira.

Canais de oferta de serviços

Os principais canais pelos quais o Méliuz oferta os seus serviços são: aplicativo, disponível para IOS e Android; website (meliuz.com.br); e a extensão para navegador, disponível para Google Chrome e Firefox. Estes dois últimos permitem somente a utilização da plataforma de *shopping*, ao passo que o app possibilita a interação com todos os produtos ofertados pela Companhia – plataforma de shopping, Méliuz Nota Fiscal, Gift Cards e Recarga, requerimento e controle do cartão Méliuz, conta digital, compra e venda de criptomoedas e Méliuz empréstimos. Há também um canal de atendimento ao usuário via telefone (para questões relacionadas a conta digital e ao Cartão Méliuz, disponível 24hrs), além disso o Picodi também possui aplicativo para celular, website e extensão para navegador.

Aquisição de usuários

A aquisição de usuários do Méliuz é feita por meio de SEO, notificações de celular (push), aquisição orgânica, programa de *referral* e por meio de canais pagos, sobretudo canais da internet, como o Facebook, por exemplo. Nos parágrafos abaixo, detalhamos cada uma dessas estratégias.

O SEO, ou *Search Engine Optimization*, é utilizado para alcançar um bom posicionamento do site do Méliuz em mecanismos de busca na internet, como por exemplo o Google. As equipes especializadas do Méliuz nessa estratégia buscam identificar quais palavras-chave são mais utilizadas pelos internautas quando procuram por algum serviço que é oferecido pelo Méliuz, tais como: sistemas de fidelização e vantagens para compras online, o que, no caso do Méliuz, é ofertado através do

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

cashback; serviços financeiros, como cartão de crédito e empréstimos; e *gift cards* e recargas de celular. Com essas informações, nosso time consegue configurar estrategicamente textos em nossos sites para que eles gerem um melhor posicionamento do nosso portal nas ferramentas de busca e assim atraia mais usuários para nossas plataformas.

A aquisição orgânica é feita principalmente pelo "Boca a Boca", ela só é possível pela excelência dos produtos e alta qualidade de atendimento do Méliuz. O serviço de atendimento ao cliente do Méliuz não apenas resolve problemas dos usuários, ele fornece um nível de atendimento acima da média do mercado. Os pilares de cultura do Méliuz focados nos clientes são fundamentais para o sucesso da estratégia de aquisição orgânica, são eles: Clientes Para Vida Toda e Ganha-Ganha-Ganha. Além disso, o Branding do Méliuz é essencial para a estratégia de aquisição orgânica. Por meio da gestão da marca que visa tornar o Méliuz mais reconhecido pelo público em geral e presente no mercado. A estratégia busca a admiração e desejo pelos valores que o Méliuz representa. Com o objetivo principal de despertar sensações e criação de conexões fortes, que serão fatores relevantes para a escolha do cliente pela marca no momento de decisão de compra.

O programa de *referral*, por sua vez, funciona a partir do oferecimento de um volume extra de dinheiro para os usuários que indicarem um determinado número de usuários. Tanto o volume de dinheiro ofertado quanto o número de usuários que devem ser indicados variam conforme a estratégia adotada pelas nossas equipes. Há um requerimento de que os usuários que forem indicados façam um volume mínimo de compras a partir do Méliuz para que a indicação seja validada.

Por fim, é válido comentar a respeito da estratégia de aquisição paga de usuários. Essa forma de atração de clientes se dá, sobretudo, por dois meios: (1) anúncios em canais na internet, como o Facebook; e (2) com influenciadores digitais. No que diz respeito ao primeiro meio, graças aos mecanismos de identificação única de usuários disponibilizados pelos sistemas operacionais IOS (com o IDFA) e Android (com o AAID), as equipes do Méliuz conseguem identificar, de maneira granular, a origem de cada um dos usuários (isso é, qual canal de aquisição que os levou a se cadastrar no Méliuz ou a utilizar algum de nossos serviços). Dessa maneira, podemos identificar quais das estratégias de aquisição são mais relevantes para gerar novos usuários e até mesmo quais delas tende a trazer usuários com mais engajamento em nossa plataforma. Fazemos sempre a aquisição com base em testes para identificar os canais e as mensagens mais impactantes, distribuindo verba para canais e verticais que possuem maior penetração.

A outra maneira pela qual comumente fazemos aquisição paga de usuários é, como mencionado acima, por meio de parcerias com influenciadores digitais. Nessa estratégia, estabelecemos contatos com celebridades para que elas veiculam informações do Méliuz em suas redes sociais. A remuneração dos influenciadores contratados pode ser fixa ou variável conforme o número de clientes atraídos, a depender da forma como cada contrato é feito.

Aquisição de tráfego

O Méliuz também busca fomentar o acesso à sua plataforma entre as pessoas que já possuem conta ou já possuem algum contato com a marca por meio de redes sociais. Para tanto, são disparados e-mails e notificações para usuários já cadastrados (e que autorizam o recebimento desse tipo de comunicação), bem como são feitas comunicações no Facebook, Instagram, YouTube e Twitter. Possuímos um grande volume de dados acerca do perfil dos nossos usuários, de maneira que, através de análises, podemos enviar notificações e e-mails personalizados com base, por exemplo, no histórico de compra da pessoa ou com base na sua localização, gerando assim elevada eficácia desses tipos de comunicação e aumentando a conversão desses usuários para o uso de algum de nossos serviços.

c. características dos mercados de atuação

i. participação em cada um dos mercados

1. *Shopping*

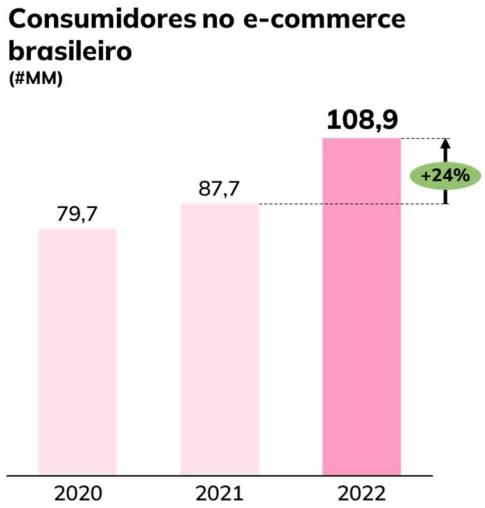
De acordo com dados da 47ª edição do estudo Webshoppers, fica claro que o Brasil é um local muito propício para as vendas online. A cada ano, são alcançados números expressivos em relação a receita, quantidade de compradores e valor médio das transações, entre outros. Em 2022, o e-commerce brasileiro alcançou um novo recorde e apresentou sinais de estabilização após dois anos de crescimento acelerado, registrando um modesto aumento de 1,6% no volume de vendas no e-commerce no Brasil.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O aumento na quantidade de pedidos demonstra a confiança do consumidor em realizar compras online, mesmo que o valor médio das transações tenha diminuído. O período de maior crescimento foi de janeiro a março, com destaque para janeiro, que teve um aumento de 20% em relação a 2021.

Fonte: Nielsen IQ Ebit - Webshoppers - 47ª edição.

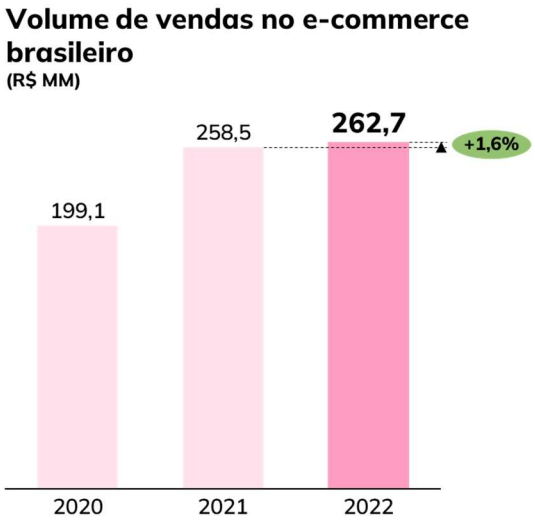
Em 2022, houve um aumento na quantidade de consumidores que optaram pelo e-commerce, apesar do comércio físico ter retomado seu funcionamento sem restrições após o período de distanciamento social. Seja pela praticidade, pelos preços atrativos ou pelo impulso de compra, a quantidade de compradores online aumentou de 87,7 milhões para 108,9 milhões, um crescimento de 24% em relação ao ano anterior. O gráfico a seguir demonstra a evolução do número de consumidores do *e-commerce* no Brasil, em milhões:



Fonte: Nielsen IQ Ebit - Webshoppers - 47ª edição.

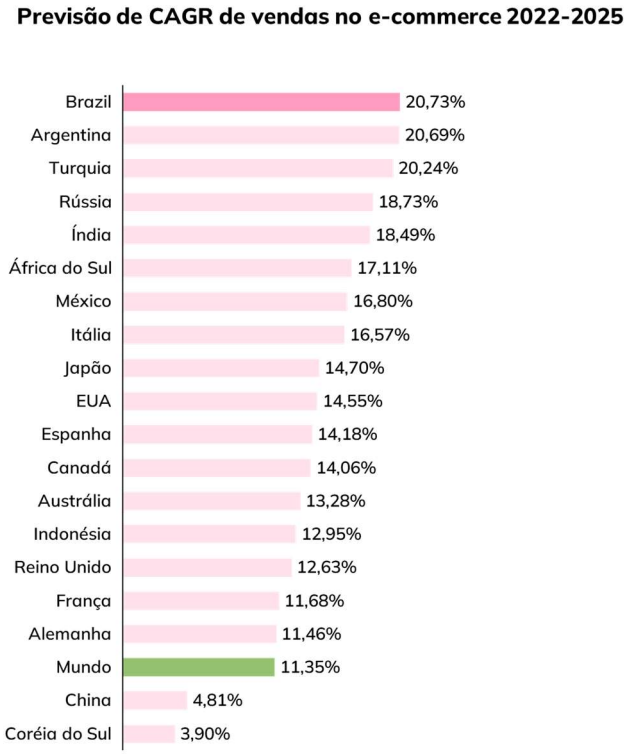
O gráfico abaixo, por sua vez, demonstra a evolução das vendas totais do *e-commerce* no Brasil, em bilhões de reais:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Fonte: Nielsen IQ Ebit - Webshoppers - 47ª edição.

Vale ressaltar que, apesar do expressivo crescimento que o segmento vem apresentando ao longo dos últimos anos no país, o e-commerce no Brasil ainda representa uma penetração muito baixa sobre vendas do varejo no país, possuindo uma expectativa de crescimento que é maior do que aquela para países mais desenvolvidos e para a média global. Abaixo, segue gráfico que ilustra esse cenário:



Fonte: Statista

Anúncios

A indústria de anúncios na América Latina apresenta um crescimento promissor, e as perspectivas para o futuro são muito positivas. Com os varejistas se voltando cada vez mais para a publicidade digital como uma forma mais eficiente de aumentar as vendas, há uma oportunidade significativa para as empresas expandirem suas margens.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Uma das principais vantagens da publicidade digital é o acesso aos dados que ela fornece. Isso permite que as empresas conectem produtos com os compradores certos, aumentando a eficiência de suas campanhas publicitárias. Como resultado, o mercado de gastos com publicidade digital na América Latina vem se expandindo a um ritmo impressionante nos últimos anos, superando em tamanho a publicidade tradicional.

Olhando para o futuro, as perspectivas para anúncios digitais na América Latina continuam fortes. De acordo com a eMarketer, uma empresa líder em pesquisa que fornece tendências em mídia digital e varejo, espera-se que o mercado cresça a uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 25% entre 2022 e 2026. Até 2026, os anúncios digitais devem representar quase 75% do mercado publicitário da América Latina.

Esse crescimento está sendo impulsionado por vários fatores, incluindo o aumento da penetração da Internet e a rápida adoção de smartphones e outros dispositivos móveis. À medida que os consumidores passam mais tempo online, o alcance potencial e a eficácia da publicidade digital continuarão a crescer.

No geral, as perspectivas para a indústria de publicidade na América Latina são brilhantes e as empresas que são capazes de capitalizar as oportunidades apresentadas pela publicidade digital estarão bem posicionadas para o sucesso. Com um CAGR de 25% previsto, há muito espaço para crescimento e lucro nos próximos anos.

Com o Méliuz Ads, a Companhia atua diretamente na oferta de placements para anúncios, logo tendo um papel importante para impulsionar vendas de parceiros. Para mais informações sobre o Méliuz Ads, conforme descrito neste item vide item 1.4a deste formulário de referência.

Social-commerce

Em 2021 a Méliuz anunciou a aquisição da Promobit, startup com mais de 2 milhões de usuários que compartilham entre si conteúdo sobre compras, ofertas e promoções. Essa aquisição marca o início das operações da Méliuz no mercado de Social Commerce – segmento que se caracteriza pelas compras realizadas por meio de plataformas de redes sociais incluindo links que direcionam o usuário diretamente para a página de compra do produto na loja e permite que os usuários interajam entre si na plataforma para troca de experiências de compra.

O uso das ferramentas de Social Commerce oferece uma série de benefícios para os lojistas, sendo o principal benefício o conhecimento e eventual promoção da jornada de compra para os consumidores, o que facilita a expansão da marca e estreitamento do relacionamento com o público-alvo. Dessa forma, a marca se beneficia de efeitos positivos e boa reputação do negócio para atrair mais consumidores.

Social commerce é uma estratégia de marketing que usa as redes sociais para promover produtos ou serviços, com o objetivo de aumentar as vendas e o relacionamento com o público. As redes sociais se tornaram uma ferramenta poderosa para as empresas se conectarem com seus clientes, e muitos consumidores usam essas plataformas para pesquisar produtos, fazer compras e compartilhar suas experiências de compra.

Uma das principais vantagens do social commerce é a possibilidade de criar uma jornada de compra mais fluida e personalizada para os consumidores. Por meio da Promobit, as lojas parceiras podem se comunicar diretamente com uma base selecionada de clientes e oferecer produtos mais personalizados aumentando a eficiência das comunicações, gerando engajamento e fidelização.

Segundo dados da Hootsuite, em 2022, mais de 4,2 bilhões de pessoas em todo o mundo usam as redes sociais, o que representa cerca de 53% da população global. Além disso, mais de 90% dos usuários de internet entre 18 e 44 anos usam as redes sociais. Esses números mostram o enorme potencial do social commerce para atingir um público diverso e em larga escala. Outro aspecto importante do social commerce é a possibilidade de criar campanhas de publicidade segmentadas e eficientes, isso aumenta a efetividade das campanhas e reduz o desperdício de recursos.

Segundo um estudo da Shopify, em 2022, as redes sociais foram responsáveis por mais de 30% das vendas online em todo o mundo. Além disso, a mesma pesquisa mostrou que mais de 70% dos consumidores usam as redes sociais para pesquisar produtos antes de fazer uma compra. Esses dados indicam que o social commerce já é uma realidade para muitas empresas e que o social commerce se tornou um canal importante de vendas e marketing.

Shopping internacional

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Considerando os 44 países nos quais a Companhia obteve presença a partir da aquisição do Picodi, passamos a ter acesso a um amplo mercado. A Picodi.com é uma plataforma de e-commerce que oferece *cashback* e cupons de descontos para compras online em diversos países. A empresa está presente em 44 países em todo o mundo, o que significa que tem uma ampla presença global. Abaixo, estão expostos dados do e-commerce em cada região em que a Picodi está presente. Os dados utilizados foram obtidos de diversas fontes, incluindo relatórios e estatísticas de mercado de renomadas empresas de pesquisa, como eMarketer, Statista e Forrester Research.

Europa:

A Picodi está presente em 28 países europeus, incluindo Alemanha, França, Itália, Espanha, Reino Unido, Polônia, Rússia, Ucrânia, Turquia e muitos outros. A Europa é um dos maiores mercados de e-commerce do mundo e estima-se que sua receita de e-commerce chegue a 717 bilhões de euros em 2023, o que representa um aumento de 23,6% em relação a 2020.

América do Norte:

A Picodi está presente em dois países da América do Norte: Estados Unidos e Canadá. O e-commerce nos Estados Unidos é o maior do mundo, com receitas de mais de 790 bilhões de dólares em 2022.

América Latina:

A Picodi está presente em seis países da América Latina, incluindo Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia e Peru. O e-commerce na América Latina é um mercado em crescimento, com uma receita de e-commerce projetada para chegar a US$ 116 bilhões em 2023, sendo o Brasil o maior mercado de e-commerce da região.

África:

A Picodi está presente em dois países africanos: África do Sul e Nigéria. O e-commerce na África é um mercado em crescimento, mas ainda tem um longo caminho a percorrer em relação a outras regiões do mundo. A receita de e-commerce na África é projetada para chegar a US$ 29 bilhões em 2022.

Ásia e Pacífico:

A Picodi está presente em seis países da Ásia e Pacífico, incluindo Austrália, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas e Singapura. A região Ásia-Pacífico é o maior mercado de e-commerce do mundo, com receitas de mais de US$ 2,2 trilhões em 2022. A China é o maior mercado de e-commerce da região, com receitas estimadas em US$ 1,4 trilhão em 2022.

A diversidade geográfica neste grupo de países abrange desde grandes mercados desenvolvidos e maduros, quanto importantes mercados emergentes com previsão de crescimento do *e-commerce* na casa de dois dígitos, como apresentado anteriormente nesta seção. Isso coloca a Companhia inserida em contextos e momentos diversos de mercado, contribuindo também para diversificação de receita e da base de clientes (*lojas online, marcas e indústrias*) e usuários.

2. Serviços financeiros

2.1 Cartão de crédito

O setor de meios eletrônicos de pagamento brasileiro encerrou o ano de 2022 com excelentes resultados, mostrando que a inovação e tecnologia continuam impulsionando a digitalização dos pagamentos no país. O valor total transacionado por meios eletrônicos (cartões de crédito, débito e pré-pago) atingiu a marca de R$ 3,31 trilhões, o que representa um crescimento de 24,6% em relação ao ano anterior.

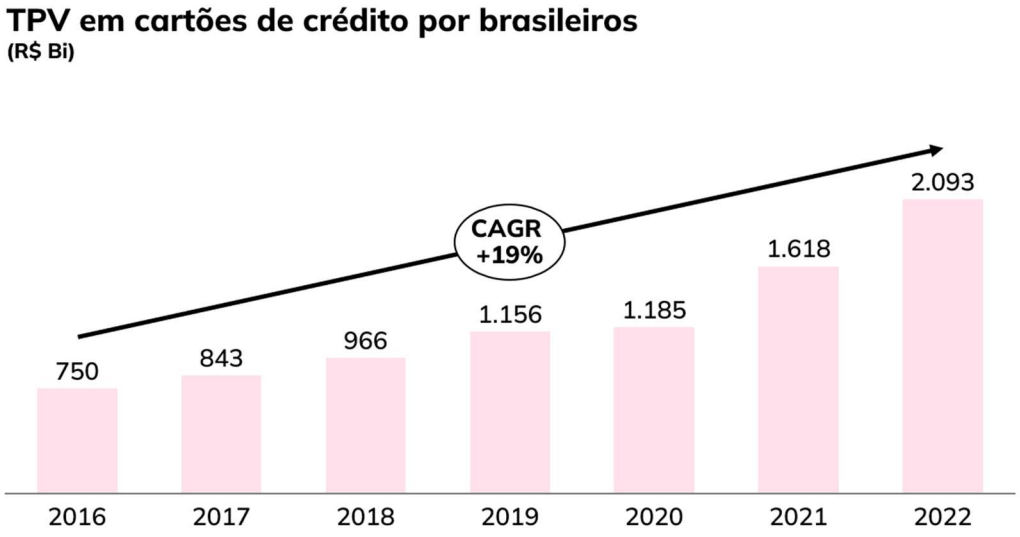
Esse aumento expressivo se deve, em grande parte, ao investimento constante em inovação e tecnologia, que ajudaram a ampliar o escopo do setor e a disseminar a digitalização dos pagamentos, mesmo em um cenário desafiador no mercado interno, com alta inflação e menor poder de compra da população, e da influência de eventos externos, como a guerra na Ucrânia.

Os brasileiros fizeram em média 107 milhões de pagamentos por dia em 2022, e o uso dos cartões atingiu o patamar de 39,3 bilhões de transações. Os valores do ticket médio por modalidade de cartão também foram expressivos: R$ 114,8 para o cartão de crédito, R$ 64,4 para o cartão de débito e R$ 40,2 para o cartão pré-pago.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Além disso, as compras remotas com cartões também movimentaram uma quantia significativa em 2022, atingindo a marca de R$ 700 bilhões. O uso dos meios eletrônicos de pagamento pela internet e outros canais remotos, como aplicativos e carteiras digitais, cresceu 22,8% no período. O valor transacionado por modalidade de cartão foi de R$ 679,5 bilhões para o cartão de crédito, R$ 10,7 bilhões para o cartão de débito e R$ 9,3 bilhões para o cartão pré-pago.

O gráfico abaixo demonstra o crescimento do volume total de pagamentos com cartões de crédito no Brasil, em bilhões de reais:



Fonte: Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS, 2022)

O recente crescimento evidencia o espaço para novas oportunidades no setor de serviços financeiros no Brasil, segundo pesquisa "*Brazilian Banks - Credit card battle - Incumbents vs. Newcomers*" divulgada pelo UBS em fevereiro de 2022, 22% dos brasileiros que possuem cartão de crédito se disseram propensas a cancelar o seu cartão, o que mostra que o mercado ainda não tem atendido bem às demandas dos consumidores nesse segmento. Além disso, de acordo com a mesma pesquisa, 76% dos usuários de cartão de crédito possuem cartão em mais de um banco, o que mostra a disposição dos consumidores em aderir a novas opções oferecidas por novos players.

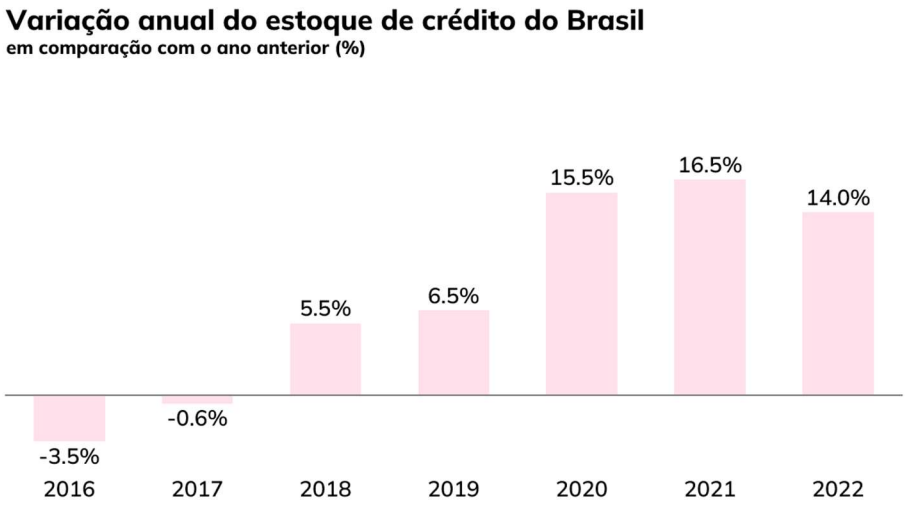
Sabe-se também que o nível de preços praticado pelas instituições bancárias no Brasil ainda é elevado sob o ponto de vista do consumidor, o que dá margem para a entrada de novos players no segmento financeiro. De acordo com uma pesquisa *"O papel social e a imagem das fintechs"* realizada pela Zetta em parceria com o Instituto Locomotiva, estima-se que 37% da população bancarizada brasileira possua conta em um banco digital. No entanto, 81% das pessoas veem bancos digitais como sendo vantajosos devido a fatores como taxas baixas. Essa diferença entre o percentual de pessoas que dizem preferir bancos digitais e o percentual que efetivamente possui conta nesse tipo de instituição sugere que uma parcela significativa da população ainda possui conta em bancos que não satisfazem sua demanda por serviços mais competitivos.

Diante desses resultados, é possível afirmar que o setor de meios eletrônicos de pagamento brasileiro tem um futuro promissor, com potencial de crescimento cada vez maior. A digitalização dos pagamentos traz inúmeros benefícios, como mais segurança, praticidade e agilidade nas transações financeiras. Com isso, é esperado que o setor continue se expandindo e contribuindo para o desenvolvimento da economia brasileira nos próximos anos.

2.2 Operações de crédito

O mercado de crédito brasileiro encerrou o ano de 2022 com um crescimento de 14% no estoque das operações de crédito, chegando a um total de R$ 5,3 trilhões, segundo dados do Banco Central. Embora tenha ocorrido uma desaceleração em relação a 2021, o resultado ainda é positivo e aponta para uma tendência de recuperação contínua do setor. Eis a variação dos 7 anos anteriores:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento de Estatísticas.

O crédito às famílias apresentou um crescimento de 17,4% em 2022, impulsionado pela expansão das modalidades de crédito pessoal não consignado, crédito consignado para funcionários públicos, aposentados e pensionistas do INSS, aquisição de veículos e cartão de crédito. Esse resultado demonstra a confiança dos consumidores em investir e adquirir bens, o que é um sinal positivo para a economia.

Já o crédito a empresas teve um avanço de 9,3% em 2022, apresentando uma desaceleração em relação a 2021. Mesmo assim, esse resultado ainda é positivo e reflete a continuidade dos investimentos das empresas e a retomada da atividade econômica.

Destaca-se também o crescimento de 17% no crédito livre, modalidade negociada no mercado, para as famílias em 2022, o que representa um forte impulso para o setor. O aumento foi impulsionado pela expansão de modalidades como crédito pessoal não consignado, aquisição de veículos e cartão de crédito.

O mercado de crédito brasileiro teve um desempenho surpreendente em 2022, mantendo-se em forte expansão em relação ao período pré-pandemia. A expectativa é que essa tendência otimista continue em 2023, com a carteira total de crédito registrando um crescimento de 8,2%. Apesar de ser uma taxa ligeiramente menor do que a prevista anteriormente, as projeções ainda indicam um desempenho robusto para o setor de crédito no próximo ano.

A Pesquisa FEBRABAN de Economia Bancária e Expectativas revelou que a melhora na projeção de crescimento da carteira total para 2023 é devido às surpresas positivas na economia, especialmente em linhas de crédito com recursos direcionados, como os programas públicos. Isso indica que a recuperação da economia brasileira está em curso e deve continuar impulsionando o setor de crédito.

Além disso, é importante ressaltar que o mercado de crédito brasileiro tem se mostrado resiliente mesmo diante de desafios econômicos, como a alta das taxas de juros. Apesar dessa perspectiva mais desafiadora para 2023, as projeções ainda indicam que o mercado de crédito continuará crescendo a um ritmo forte e consistente.

Portanto, há motivos para ser otimista em relação ao desempenho do mercado de crédito brasileiro em 2023. Com a recuperação da economia ganhando força e os programas públicos impulsionando o setor, as perspectivas continuam favoráveis para a expansão da carteira de crédito.

2.3 Investimentos

Segundo a ANBIMA, o mercado de investimentos brasileiro obteve um excelente desempenho em 2022, registrando um volume financeiro investido por pessoas físicas que atingiu a cifra de R$ 5 trilhões, um aumento de 11,7% em relação a 2021. Esse resultado é uma notícia muito positiva para o setor financeiro do país, e sugere uma retomada econômica promissora.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A participação do varejo tradicional subiu 13,3% no ano, demonstrando que os investimentos de menor valor ainda são muito importantes para o mercado. Além disso, o setor de private, que atende a clientes com no mínimo R$ 3 milhões em investimentos, cresceu 7,3%, mostrando que há uma demanda crescente por investimentos mais sofisticados e personalizados.

O desempenho positivo do mercado de investimentos em 2022 é uma boa notícia para o país, pois indica que os investidores estão confiantes na economia brasileira e estão dispostos a aplicar seu dinheiro em produtos financeiros. Esse cenário é um incentivo para as instituições financeiras desenvolverem novos produtos e serviços para atender às demandas dos investidores e contribuir para um crescimento ainda maior do setor no futuro.

2.3.1 criptoativos

De acordo com o relatório "2022 Global Crypto Adoption Index" da Chainalysis, o Brasil é um dos países com maior adoção de criptomoedas na América Latina, ficando atrás apenas do México. Além disso, o Brasil se tornou o maior mercado de criptoativos da região em volume de negociações, superando o México.

Esse cenário é resultado do grande número de investidores no país e da crescente adoção de criptoativos, impulsionada pela inflação e pela instabilidade econômica. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios regulatórios e de infraestrutura que podem limitar o crescimento do mercado de criptomoedas no país.

Apesar desses desafios, especialistas no setor veem o mercado brasileiro de criptomoedas com otimismo. A regulamentação em andamento pode trazer mais segurança e confiança aos investidores, contribuindo para o crescimento do mercado. No geral, o mercado brasileiro de criptomoedas apresenta um grande potencial de crescimento e pode liderar o mercado de criptoativos na América Latina.

ii. Condições de competição nos mercados

A Companhia possui concorrentes em suas diferentes frentes de atuação:

(i) ***Marketplace*** **de cupons de desconto e** ***cashback*****:** Companhias especializadas em serviços como *cashback*, cupons de desconto e ofertas em uma ampla variedade de produtos e serviços, incluindo eletrônicos, roupas, alimentos e viagens. Essas empresas operam por meio de plataformas online e atuam juntamente com outras empresas que oferecem serviços semelhantes; e

(ii) **Players financeiros:** Empresas de tecnologia financeira que oferecem serviços financeiros digitais, como contas bancárias, cartões de crédito, transferências e pagamentos, entre outros, e que estão entrando no mercado de marketplace, juntamente com outras empresas que atuam nesse ramo.

d. Eventual sazonalidade

O quarto trimestre de cada ano apresenta alta sazonalidade, em virtude de eventos como *Black Friday* e Natal, os quais, costumam impactar nossos resultados positivamente no próprio quarto trimestre e no trimestre seguinte, já que parte das nossas receitas de comissão são usualmente reconhecidas aproximadamente dois meses após a realização das vendas por nossos parceiros comerciais.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Nós cuidadosamente selecionamos e mantemos nossos fornecedores através de políticas, procedimentos e controles rigorosos. Durante o processo de escolha, nosso objetivo principal é garantir que somente os fornecedores mais qualificados sejam selecionados para fornecer produtos ou serviços específicos. Desta maneira atuamos com uma abordagem transparente e rigorosa em nossas contratações, planejando-as com antecedência e fazendo uma análise cuidadosa da reputação e dos antecedentes de cada fornecedor potencial. Assim, podemos ter a certeza de que estamos trabalhando com os melhores parceiros comerciais.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Entendemos que os processos de escolha e contratação são extremamente importantes, tanto para cumprimento de regulamentações quanto para minimização de riscos legais e de reputação. Entre os principais critérios que consideramos na escolha de nossos fornecedores, podemos destacar:

- Busca de melhores preços, prazos de entrega e condições de pagamento;
- Comprar serviços e produtos de qualidade, considerando os parâmetros qualitativos e quantitativos;
- Contratar fornecedores com bons antecedentes, a fim de manter uma relação de longo prazo.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia contrata profissionais externos para cuidar de tarefas como o processamento de pagamentos, transações com cartão de crédito, back office, apoio aos processos comerciais, produção e suporte a tecnologia da informação, conexões na internet e acesso à rede e computação em nuvem.

Todos os procedimentos bancários dentro da conta digital, o cartão de crédito Méliuz (exceto o *co-branded* com o Banco Pan), os investimentos realizados por transações de criptomoedas são feitos via APIs do Bankly, subsidiária do Méliuz que opera no ramo de *banking as a service*. Tornando o Bankly um fornecedor relevante para a Companhia, com quem firmamos acordos para fins de distribuição de produtos e serviços financeiros.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A flutuação dos preços, como as operações de crédito, juros e tarifas cobradas por nossos produtos e serviços financeiros, entre outros, estão sujeitos às condições econômicas gerais e competição no mercado. Os principais fatores que podem afetar as taxas de juros incluem: (i) mudanças na taxa básica de juros, controlada pelo Banco Central do Brasil de acordo com as expectativas de inflação; (ii) aumento ou diminuição da inadimplência dos clientes; (iii) variações nas taxas de impostos sobre operações financeiras; e (iv) o aumento ou diminuição da concorrência no setor financeiro.

1.5 Principais clientes

a. montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia distribui material publicitário de centenas de parceiros *online*, que são os clientes finais da Companhia e com as quais a nossa Companhia tem relacionamento direto, e pode operacionalizar as campanhas de tais parceiros via rede de afiliados (Agências de Distribuição de Publicidade).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contava com um portfólio de aproximadamente 339 clientes, dos quais somente os clientes abaixo respondiam, individualmente, por mais de 10% da receita líquida da Companhia.

Clientes	Em 31 de dezembro de 2022
Cliente 1	17,57%
Cliente 2	17,17%
Cliente 3	10,18%

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas da Companhia decorrem da remuneração pela divulgação de produtos e serviços de clientes, sendo tais receitas tratadas no segmento operacional B2C (*Business to Customers*) Nacional. Dessa forma, todas as receitas provenientes dos clientes impactam o referido segmento.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Nosso negócio está sujeito, em especial, a leis e regulamentos aplicáveis às companhias que fazem negócios na internet, em especial a regulação relativa à proteção de dados pessoais.

Regulação relativa à Proteção de Dados Pessoais

Em 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019 e pela Lei nº 14.010/2020, regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsas e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, entraram em vigor posteriormente, a partir de 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabeleceu um microssistema de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, e será aplicável a toda e qualquer operação envolvendo dados pessoais, que estarão sujeitas às hipóteses de tratamento previstas na LGPD.

Além disso, em 28 de dezembro de 2018, foi publicada a Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018 ("MP 869"), que altera certas disposições da LGPD e cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"). Entre as suas diversas competências, cabe à ANDP (i) editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como sobre relatórios de impacto à proteção de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na LGPD; (ii) deliberar, na esfera administrativa, em caráter terminativo, sobre a interpretação da LGPD, as suas competências e os casos omissos; (iii) articular-se com as autoridades reguladoras públicas para exercer suas competências em setores específicos de atividades econômicas e governamentais sujeitas à regulação; (iv) garantir que o tratamento de dados de idosos seja efetuado de maneira simples, clara, acessível e adequada ao seu entendimento; e (v) celebrar, a qualquer momento, compromisso com agentes de tratamento para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa no âmbito de processos administrativos.

A ANPD tem assegurado sua autonomia técnica, transformada em autarquia com status de agência reguladora em outubro do ano passado (2022), a Autoridade Nacional de Proteção de Dados deixou de ser vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República para ser vinculada ao Ministério da Justiça, A Lei nº 13.853/2019 também prevê autoridade para a ANPD avaliar as penalidades previstas pela LGPD. A competência da ANPD prevalece sobre qualquer autoridade relacionada com outras entidades públicas no que diz respeito à proteção de dados pessoais. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANDP.

A ANPD publicou na segunda-feira (27/02/23) a Resolução CD/ANPD nº 4 de 24 de fevereiro de 2023, que traz a regulamentação sobre a aplicação de penalidades aos infratores da Lei. Tal resolução CD/ANPD 4/2023 traz importantes definições que deverão ser levadas em conta caso seja iniciado um processo sancionatório e, apresenta quais requisitos deverão ser seguidos pela ANPD caso seja necessária a aplicação de uma das penalidades da LGPD.

Com a entrada em vigor da LGPD, a Companhia iniciou seu processo de adaptação de suas operações e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos em referida lei. Nesse sentido, a Companhia finalizou a adequação à LGPD no final de 2022,e, atualmente, segue com os processos rotineiros de proteção de privacidade e proteção de dados.

Adicionalmente, a Companhia conta com seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética ("*CyberEdge"*) contratado junto à AIG Seguros Brasil S.A., com cobertura para danos decorrentes de vazamentos de dados e responsabilidade civil por vazamentos de até R$ 5 milhões.

Regulação relativa ao BACEN

O Bankly (através da Acesso Soluções de Pagamentos) é uma instituição financeira submetida às regras do Bacen, que consistem em um arcabouço complexo e extenso.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Os principais pontos relevantes aos efeitos de tal regulação nos negócios do Bankly (e indiretamente nos negócios da Companhia) estão descritos no item 4.1(d) deste Formulário de Referência.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Nossas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente, motivo pelo qual não possuímos uma política ambiental formalizada e/ou aderimos a padrões internacionais ambientais. Dessa forma, esclarecemos que não incorremos em custos relevantes para o cumprimento da regulação ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis, compostos por nomes e/ou imagens, que identificam e distinguem produtos e/ou serviços.

A Lei nº 9.279/96 ("Lei da Propriedade Industrial") dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), o órgão responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual no Brasil. Após a concessão do registro da marca pelo INPI, é assegurado ao titular o uso exclusivo da marca registrada em todo o território nacional, para designar produtos e/ou serviços incluídos na classe na qual a marca foi registrada, por um prazo determinado de 10 (dez) anos, passível de sucessivas renovações, mediante o pagamento das taxas administrativas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Ainda, relevante destacar, que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando da não renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular); (iii) caducidade (falta de uso da marca); (iv) declaração de nulidade administrativa ou judicial; ou (v) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (referente à necessidade de a pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil).

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Somos titulares, em nome próprio ou de nossas afiliadas, de registros e pedidos de registro de marcas junto ao INPI, com destaque para da marca "MELIUZ", a qual é bastante relevante para as nossas atividades. Ainda, somos titulares de diversos nomes de domínio, entre eles o "meliuz.com.br".

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

ii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

O Méliuz não realizou nenhuma contribuição financeira diretamente ou por meio de terceiros em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, em favor de partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida total do Méliuz foi de R$ 368,1 milhões, dos quais R$ 343,1 milhões, correspondentes a 93,21% da receita líquida total, provém de clientes situados no Brasil, país sede do emissor.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida total do Méliuz foi de R$ 368,1 milhões, dos quais R$ 25,0 milhões, correspondentes a 6,79%, provém de clientes situados em países que não sejam o Brasil. As receitas provenientes de outros países surgem de uma presença global da Picodi, abrangendo 44 países ao redor do mundo. Diante disso, para fins de relatórios financeiros, todas as receitas estrangeiras são convertidas para a moeda da Polônia, local onde a sede da empresa está estabelecida. Portanto, a moeda polonesa é adotada como referência para a consolidação e análise dos resultados financeiros:

(em R$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de 2022	
Brasil	343.098	93,21%
Polônia	25.009	6,79%
Total receitas líquidas	**368.107**	**100,00%**

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia possui o controle acionário da Picodi, que opera internacionalmente com sede na Polônia, cujas receitas líquidas totalizaram R$ 25,0 milhões em 2022, representando 6,79% das receitas líquidas do Grupo.

Uma vez que a Companhia desenvolve suas atividades em diferentes países, conforme descrito no item 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência, a Companhia está sujeita a uma série de situações que podem afetar seu resultado financeiro adversamente.

As operações internacionais da Companhia exigem atenção, recursos de gestão e que a Companhia esteja em conformidade com uma grande variedade de culturas, práticas comerciais, leis e políticas locais.

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos complexos que se aplicam às suas operações internacionais, tais como requisitos de privacidade e proteção de dados, incluindo a GDPR (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, na tradução para o português), e leis locais que proíbem certos pagamentos a funcionários governamentais, regulamentos bancários e de processamento de pagamentos e regulamentos anti concorrenciais, entre outros. O custo do cumprimento destas várias e, por vezes conflituosas, leis e regulamentos pode vir a ser significativo, bem como a Companhia pode assegurar que os seus funcionários ou agentes não violem tais leis e regulamentos, ou mesmo políticas internas da Companhia.

Como consequência desses riscos, o resultado operacional, a reputação e as condições financeiras das operações nessas regiões onde a Companhia possui operações podem ser negativamente impactados. Para informações adicionais, vide o item 4.1(i) deste Formulário de Referência.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia não divulga informações ambientais, sociais e de governança corporativa. Somos uma empresa de tecnologia, cujas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente. Além disso, desde 2020, com o início da pandemia estamos atuando no regime de teletrabalho, reduzindo significativamente o consumo de energia dentro da empresa. Desta forma, não adotamos ainda uma política formal de responsabilidade ambiental, social e de governança corporativa, bem como não publicamos relatório de sustentabilidade.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações sociais e ambientais.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações sociais e ambientais.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações sociais e ambientais.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações sociais e ambientais.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações sociais e ambientais.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações sociais e ambientais.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:
i. a não divulgação de informações ASG
ii. a não adoção de matriz de materialidade
iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas
vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações sociais e ambientais. Somos uma empresa de tecnologia, cujas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

a. interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Incorporação de 100% das ações de emissão da Acessopar Investimentos e Participações S.A. ("Acessopar")

A Companhia celebrou, em 2 maio de 2021, o "Acordo de Associação" com a Acessopar Investimentos e Participações S.A. ("Acessopar") e a Acesso Soluções de Pagamento S.A. (em conjunto com a Acessopar, "Grupo Acesso"), fintech especializada em soluções de pagamento e *banking as a service* que opera utilizando as marcas "Acesso", "Acesso Bank", "Bankly" e "Banco Acesso" ("Bankly" e "Acordo de Associação", respectivamente). O Acordo de Associação previu, dentre outras avenças, a incorporação pela Companhia de 100% das ações de emissão da Acessopar, *holding* controladora da Acesso, em troca de novas ações de emissão da Companhia ("Transação), por R$ 324,5 milhões à época. Por meio da referida Transação, a Acessopar passouá a ser uma subsidiária integral da Companhia e os acionistas da Acessopar tornaram-se acionistas da Companhia. Adicionalmente, a Transação prevê a existência eventual *earn out,* a depender do atingimento de determinadas metas financeiras apuradas pela Acesso, podendo ser emitidas até 5.312.299 (cinco milhões, trezentos e doze mil, duzentas e noventa e nove) ações em função de tal *Earn-out* (ou o Méliuz poderá optar por realizar o pagamento do *Earn-out* em dinheiro no valor bruto de até R$ 27.500.000,00).

Em 31 de março de 2022, por meio do Ofício nº 7287/2022–BCB/Deorf/GTSP3, o Banco Central do Brasil ("BACEN") aprovou a transferência do controle societário do Grupo Acesso à Companhia, sendo essa uma das principais condições suspensivas da operação e, em 30 de maio de 2022, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária do Méliuz a incorporação de ações da Acessopar pelo Méliuz, de forma que, nesta data, a operação foi concluída e a Acessopar passou a ser uma subsidiária integral do Méliuz.

O Grupo Acesso é uma solução completa que fornece soluções financeiras para negócios (B2B). A empresa é uma Instituição de Pagamento (IP) autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e possui número próprio, 332, dentro do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro). É participante direta do SPI (Sistema de Pagamentos Instantâneos) sendo, portanto, habilitada a processar todas as transações de PIX. É autorizada pela Mastercard para emissão de cartões na modalidade internacional, possuindo também licença perante o regulador para emissão de cartão de crédito na modalidade pós-paga. Está integrada na CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos). A empresa possui tecnologias proprietárias que incluem KYC para empresas e consumidores, pessoas físicas e sistemas de prevenção à fraude.

Aquisição da Alter Pagamentos Ltda.

A Companhia celebrou, em 29 de julho de 2021, o "Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças", para adquirir quotas que representam 100% do capital social da Alter Pagamentos Ltda. ("Alter"), pelo valor de R$ 25,9 milhões. A aquisição foi submetida à aprovação dos acionistas em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 1 de outubro de 2021, quando foi ratificada.

Em janeiro de 2022 foi realizada a conversão de notas conversíveis em participação societária da Alter que eram detidas por investidores desde o momento anterior à aquisição da companhia pelo Alter. Com a conversão dessas notas, o Méliuz passou a ser titular de 99,67% do capital social do Alter. Em 6 de abril de 2022 foi dado início ao processo de incorporação de ações do Alter para que ele se torne uma subsidiária integral do Méliuz, e em 16 de agosto de 2022 foi homologada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a conclusão da incorporação das ações. Sendo assim, a partir do dia 16 de agosto de 2022 o Méliuz passou a ser titular de 100% do capital social do Alter.

A Alter é uma *startup* especializada na negociação de criptoativos, consolidando em um único aplicativo uma carteira de criptomoedas com integração de uma conta digital e um cartão pré-pago. A referida aquisição teve como principal objetivo aproximar a Companhia de um mercado em notória ascensão.

Alienação de 100% do Capital Social do Gana

A Companhia celebrou, em 16 de novembro de 2022, "Contrato Particular de Compra e Venda de Ações", para vender e transferir ao Comprador 100% do capital social do Gana, composto por 5.003.576 (cinco milhões, três mil quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas de emissão da Companhia, com todos os direitos que representam ("Operação"), pelo valor total de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Para operações realizadas após 31 de dezembro de 2022, vide o item 1.16 deste Formulário de Referência.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

No último exercício social, não houve redução de capital da Sociedade. Em contrapartida, em 2022 foram realizados os seguintes aumentos de Capital Social:

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de subscrição	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição/ Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/05/2022	Assembleia Geral	30/05/2022	R$148.215.491,82	Subscrição particular	61.246.071	0	61.246.071	7,62080000%	R$2,42	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço da emissão tomou como base o preço médio ponderado por volume das ações da Companhia no período de 27 de março de 2022 a 26 de abril de 2022.									
Forma de integralização	Incorporação da totalidade das ações de emissão da Acessopar pelo Méliuz, nos termos do Protocolo e Justificação.									
16/08/2022	Assembleia Geral	16/08/2022	R$86.003,33	Subscrição particular	8.163	0	8.163	0,00095000 %	R$10,51	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço de emissão das ações foi baseado na relação de troca de ações em virtude da incorporação de ações da Alter pelo Méliuz, que considerou um valuation do Méliuz com base na média das cotações de suas ações nos 30 (trinta) dias anteriores a 29 de julho 2021.									
Forma de integralização	Incorporação da totalidade das ações de emissão da Alter pelo Méliuz, nos termos do Protocolo e Justificação.									
08/09/2022	Conselho de Administração	08/09/2022	R$12,81	Subscrição particular	7.685	0	7.685	0,00000139%	R$0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço da emissão tomou como base o preço de exercício de R$0,01 (um centavo de real) aprovado pelo Conselho de Administração quando da outorga da opção de compra de ações, conforme Contrato de Opção celebrado entre a Companhia e os beneficiários, aplicado os efeitos do Desdobramento de ações, sobre o referido preço de exercício.									
Forma de integralização	Moeda corrente nacional através da subscrição e integralização das ações ordinárias objeto da Oferta Privada de ações da Companhia.									
10/02/2023	Conselho de Administração	10/02/2023	R$414,17	Subscrição particular	248.504	0	248.504	0,00004499%	R$0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço da emissão tomou como base o preço de exercício de R$0,01 (um centavo de real) aprovado pelo Conselho de Administração quando da outorga da opção de compra de ações, conforme Contrato de Opção celebrado entre a Companhia e os beneficiários, aplicado os efeitos do Desdobramento de ações, sobre o referido preço de exercício.									
Forma de integralização	Moeda corrente nacional através da subscrição e integralização das ações ordinárias objeto da Oferta Privada de ações da Companhia.									

Os documentos referentes às operações acima podem ser encontrados no site de RI da Companhia, https://ri.meliuz.com.br/ na aba de ***Governança***.

1.13 Acordos de acionistas

O Acordo vincula os acionistas ORG Investments LLC, Israel Fernandes Salmen, Lucas Marques Peloso Figueiredo e André Amaral Ribeiro em conjunto com seus respectivos sucessores e cessionários permitidos (conforme termos definidos no Acordo) (em conjunto, "Acionistas de Referência"), na totalidade de suas ações, bem como as demais ações que vierem a ser detidas pelos Acionistas de Referência.

O acordo de acionistas, celebrado em 31 de agosto de 2020, aditado em 30 de maio de 2022 com vigência até 31 de maio de 2030, no qual a Companhia figura como interveniente-Anuente, encontra-se arquivado na Companhia e pode ser acessado no website da Companhia (ri.meliuz.com.br).

Em decorrência de transação de compra e venda de ações realizada entre certos acionistas do bloco de referência e o Fundo de Investimento em Participações BV - Multiestratégia Investimento no Exterior ("FI BV"), em 8 de março de 2023, os acionistas do bloco de referência da Companhia e o FI BV celebraram um Acordo de Voto que regula, entre outras questões: (i) o direito do FI BV de indicar um membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e a obrigação dos acionistas do bloco de referência de votar afirmativamente à eleição de tal membro; (ii) a obrigação do FI BV de se abster de votar em qualquer matéria deliberada em assembleia geral de acionistas da Companhia, exceto se para acompanhar o voto dos acionistas do bloco de referência ou para eleger o candidato ao Conselho de Administração que o FI BV tenha indicado; e (iii) certos direitos e obrigações de caráter patrimonial.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

A Companhia celebrou, em 30 de dezembro de 2022, parceria estratégica com o Banco BV pelo qual passou a ofertar aos seus clientes, por meio de um acordo comercial, produtos e serviços financeiros do Banco BV.

Com a celebração do acordo comercial, a Companhia passa a atuar na oferta de produtos e serviços financeiros no modelo *asset light,* deixando de incorrer em custos e despesas relacionados aos produtos, passando a ser remunerado pela originação de transações de serviços financeiros junto à base de clientes do Méliuz.

Como parte da Aliança, o Banco BV adquiriu 3,85% do capital social do Méliuz através do Bloco de Referência e poderá exercer, em até 24 meses (findos em 8 de março de 2025), a opção de compra da totalidade das ações ordinárias de emissão do Méliuz de titularidade dos acionistas Israel Fernandes Salmen, Ofli Campos Guimarães, André Amaral Ribeiro, Lucas Marques Peloso Figueiredo, Davi de Holanda Rocha e a Org Investments LCC, sendo obrigados a realizar uma oferta pública de ações nos mesmos termos e condições para a compra de 100% das ações dos acionistas minoritários do Méliuz.

Ainda como parte da Aliança Estratégica com o banco BV, foi assinado um *Memorandum of understanding* (memorando de entendimentos - "*MoU*") para a compra de 100% dos ativos do Bankly pelo banco BV pelo valor de R$ 210 milhões. A transação encontra-se em fase de aprovação pelos órgãos de governança do banco BV e, posteriormente, deverá ser aprovada pelos respectivos órgãos reguladores.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

No decorrer do ano de 2022 foram celebrados aditivos aos contratos de mútuos celebrados em 2021 entre o emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais, conforme indicado no item 11.2 deste Formulário de Referência.

Na data do dia 22 de abril de 2022, foi celebrado instrumento particular de Aporte e Regulamentação para Capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) entre o emissor e a Alter Pagamentos S.A. no montante total de R$ 400 mil.

O emissor, na qualidade de acionista da Alter, realizou todos os atos e providências, observadas todas as exigências dispostas no AFAC, para o efetivo aumento de capital da Alter, com a sua subscrição pelo Méliuz e integralização mediante a conversão dos créditos decorrentes no dia 20 de agosto de 2022.

1.16 Outras informações relevantes

A Companhia celebrou, em 30 de dezembro de 2022, um *Memorandum of understanding* (memorando de entendimentos - "*MoU"*) com o Banco BV, por meio do qual as partes acordaram a negociação posterior dos documentos definitivos da venda do controle do Bankly em até 90 dias a contar referida data, com base no *enterprise value* de R$ 210 milhões.

Em 31 de março de 2023 a Companhia e o Banco BV chegaram a um acordo quanto à estrutura final, condições econômicas e termos contratuais definitivos a respeito da venda da totalidade das ações que detém na Acesso Soluções de Pagamento S.A. ("Bankly"), bem como firmaram um aditamento ao memorando de entendimento ("MoU") para refletir as alterações negociadas e para estender o prazo para a submissão dos documentos definitivos acordados às instâncias de governança das partes envolvidas.

A venda do Bankly e de até 100% das ações da Acessopar Investimentos e Participações S.A. ("Acessopar"), subsidiária integral da Companhia (nos termos do artigo 252 e seguintes da Lei das S.A.) que detém 52,19% do capital social do Bankly, mediante o cumprimento de determinadas condições, será realizada com base em um *enterprise value* de R$ 210 milhões, sendo que o valor será pago em parcela única, em dinheiro, no *closing* da operação, sujeito a determinados ajustes e correção pela variação positiva acumulada do CDI entre 31 de março de 2023, e a data do efetivo pagamento do preço pelo banco BV à Companhia.

Em 24 de abril de 2023 a Companhia convocou Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") para deliberar e oferecer aos seus atuais acionistas o direito de preferência na aquisição das ações de emissão da Acessopar, em cumprimento ao artigo 253 da Lei das S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.9 são derivadas das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As informações contidas neste item "Comentário dos Diretores" devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para acesso no nosso site (https://ri.meliuz.com.br/) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" das colunas de determinadas tabelas neste item "Comentário dos Diretores" significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

i. Indicadores de endividamento e de liquidez corrente

Entendemos que o Méliuz apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com as suas obrigações financeiras de curto e longo prazo, considerando os indicadores abaixo. Nossas atividades estão sendo suportadas pelos recursos captados na oferta pública inicial de ações (IPO realizado em novembro de 2020) e na oferta subsequente de ações (*Follow-on* realizado em julho de 2021).

(em R$ mil, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de 2022
Ativo Circulante	922.992
Passivo Circulante	471.614
Índice de Liquidez Corrente (1)	**2,0**
Passivo Não Circulante	87.139
Patrimônio Líquido	799.198
Índice de Endividamento (2)	**0,70**
Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)	132
Caixa e equivalentes de caixa	455.772
Dívida Líquida/ Caixa Líquido (3)	**(455.640)**

(1) Liquidez Corrente: Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante;
(2) Índice de Endividamento: (Passivo Circulante acrescido do Passivo Não Circulante) dividido pelo Patrimônio Líquido; e
(3) Dívida Líquida: A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. Informações Operacionais e Financeiras Méliuz

(em milhares)	Em 31 de dezembro de 2022
Contas Totais (1)	**28.203**
Contas Méliuz	26.877
Contas Picodi	1.326
GMV Shopping Brasil Total (2)	**5.347.184**
GMV Méliuz	5.136.447
GMV Promobit	210.737
GMV Shopping Internacional (3)	**198.477**

(em R$ mil, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de 2022
Receita Líquida	368.107
EBITDA (4)	**(127.818)**
Margem EBITDA (5)	-34,72%
EBITDA Ajustado (6)	(76.769)
Margem EBITDA Ajustado (7)	-20,86%

(1) Contas Totais: Total de usuários que possuem cadastro no Méliuz e no Picodi;
(2) GMV Shopping Brasil Total: valor Bruto de Mercadorias, na tradução para português. Indica o valor total das vendas originadas para nossos parceiros do e-commerce na data em que os usuários realizaram as compras, ou seja, trata-se do GMV originado no ato da compra – contempla os números de Méliuz e Promobit;
(3) Conceito explicado no item 2 acima, porém considerando os números da operação de cashback do Picodi;
(4) EBITDA: Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização;
(5) Margem EBITDA: EBITDA dividido pela receita líquida;
(6) EBITDA Ajustado: Considera por meio do EBITDA receitas ou despesas que a Companhia identifica como itens extraordinários ou não recorrentes, tais como os gastos com aquisições de empresas.
No caso de 2022 os itens extraordinários foram: gastos com M&A (R$ 9,2 milhões); reversão do earn-out a pagar das empresas adquiridas em 2021 (Promobit, Melhor Plano e Alter) e atualização da opção de compra da Picodi (R$ 31,1 milhões); pagamento via transferência de ações que estavam em tesouraria com efeito não-caixa resultado do valor de mercado das ações frente ao seu custo de aquisição (R$ 10,2 milhões); operação de venda da iDinheiro - Gana (R$ 1,9 milhões); custo baixa de ativo imobilizado (R$ 1 milhão); perda por impairment (R$ 0,7 milhão); despesas com time de desenvolvimento de novos produtos (R$ 54,5 milhões) e provisão de perda da Americanas (R$ 4,7 milhões);
(7) Margem EBITDA Ajustado: EBITDA ajustado dividido pela receita líquida.

Acreditamos que os resultados operacionais da Companhia indicam a nossa capacidade de crescimento. Uma base de usuários robusta e engajada viabiliza o crescimento sustentável da Companhia. Inclusive para 2023 nosso foco principal é continuar crescendo, mas de forma mais eficiente, ou seja, com margens mais saudáveis, em todas as linhas de negócio.

Atingimos em 2022 recorde histórico de GMV em conjunto com o crescimento expressivo do net take rate, resultado de alguns fatores: i) execução bem-sucedida da estratégia de atração e retenção de usuários ao longo de 2022; ii) otimização de margens focando na eficiência da relação cashback/comissão e iii) crescimento da nossa base de usuários.

Em 2022 nosso EBITDA negativo é decorrente do aumento das despesas, que serão explicados no item abaixo - “alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras” -. Estes gastos foram imprescindíveis para colocar o Méliuz bem posicionado frente ao mercado. Abrimos novas frentes de geração de valor que gradativamente vão impactar positivamente o resultado da Companhia.

b. estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das suas operações, apresentando uma proporção equilibrada entre capital próprio e de terceiros, conforme evidenciado na tabela abaixo:

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2022, a seguinte estrutura de capital:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em R$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de 2022
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	558.753
Capital próprio (patrimônio líquido)	799.198
Capital total (terceiros + próprio)	**1.357.951**
Parcela de capital de terceiros	41,15%
Parcela de capital próprio	58,85%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia, por meio da análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa, entendem que a Companhia tem a capacidade de honrar com as obrigações de curto, médio e longo prazo existentes.

A tabela abaixo apresenta a Dívida Bruta e o Caixa Líquido da Companhia nas referidas datas.

(em R$ milhares, exceto porcentagem)	2022
Dívida Bruta (1)	132
Caixa Líquido (2)	455.640

(1) A Dívida Bruta se refere ao total de empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil a pagar.
(2) O Caixa Líquido refere-se ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalente de caixa.

Assim, considerando nosso baixo endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada, em função de fatores exógenos a Companhia, como por exemplo fatores macroeconômicos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o saldo de caixa da advindo dos recursos captados na oferta pública inicial de ações (IPO realizado em novembro de 2020) e na oferta subsequente de ações (*Follow-on* realizado em julho de 2021).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e o saldo em caixa advindos dos valores captados nas ofertas públicas de ações. Caso necessário, empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia é de R$ 132 mil, referente a valores tomados pela controlada Picodi do governo polonês para fins de auxílio durante a pandemia do COVID-19. Devido à sua natureza extraordinária, esse empréstimo não incorre em juros e não possui garantia.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais, além daquelas já descritas no item “i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes” acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em 31 de dezembro de 2022, não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. No entanto, esclarece-se que, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no Passivo Exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia de R$ 132 mil, é referente a valores tomados pela controlada Picodi do governo polonês para fins de auxílio durante a pandemia do COVID-19. Devido à sua natureza extraordinária, esse empréstimo não incorre em juros e também não possui garantia.

O referido empréstimo impõe determinadas obrigações à Picodi quanto a destinação dos recursos provenientes do empréstimo, os quais (i) devem ser utilizados exclusivamente para cobrir as despesas da Companhia quanto ao exercício das suas atividades, o que não incluiria, por exemplo, a utilização de recursos para aquisição de outras entidades, realização de pagamentos aos acionistas e pessoas relacionadas aos acionistas (incluindo dividendos ou equivalentes) e (ii) somente podem ser utilizados para pagamento de outras dívidas até o limite de 25% do referido empréstimo concedido. O empréstimo também impõe a necessidade de notificação da contraparte caso haja a cessação e suspensão das atividades de Picodi e de demais eventos que possam prejudicar de forma relevante o adimplemento das obrigações do empréstimo pela Picodi. Adicionalmente, o contrato prevê que os termos do contrato não podem ser cedidos e/ou transferidos pela Picodi, sem o consentimento do governo polonês. Não obstante, o contrato não contém restrições expressas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos (não pagos com o empréstimo concedido), à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à transferência de controle societário.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data de publicação deste documento a Companhia não dispõe de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações contábeis auditadas da Companhia referentes ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparadas com o mesmo período do ano anterior conforme especificado a seguir:

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

(em R$ milhares, exceto porcentagem)	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH
Receitas líquidas	**368.107**	**100,00%**	**263.486**	**100,00%**	**39,71%**
Despesas operacionais	**(509.608)**	**-138,44%**	**(331.332)**	**-125,75%**	**53,81%**
Despesas com cashback	(179.277)	-48,70%	(140.477)	-53,31%	27,62%
Despesas com pessoal	(182.117)	-49,47%	(67.000)	-25,43%	171,82%
Despesas comerciais e de marketing	(26.740)	-7,26%	(47.150)	-17,89%	-43,29%
Despesas com softwares	(29.688)	-8,07%	(17.543)	-6,66%	69,23%
Despesas gerais e administrativas	(63.790)	-17,33%	(10.786)	-4,09%	491,41%
Serviços de terceiros	(33.196)	-9,02%	(24.911)	-9,45%	33,26%
Depreciação e amortização	(13.683)	-3,72%	(4.567)	-1,73%	199,61%
Ajuste a valor justo de earn-out a pagar e de opção de compra	31.065	8,44%	(12.928)	-4,91%	-340,29%
Outros	(12.182)	-3,31%	(5.970)	-2,27%	104,05%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado bruto	**(141.501)**	**-38,44%**	**(67.846)**	**-25,75%**	108,56%
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	**(141.501)**	**-38,44%**	**(67.846)**	**-25,75%**	**108,56%**
Resultado financeiro	69.612	18,91%	16.521	6,27%	321,35%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(71.889)**	**-19,53%**	**(51.325)**	**-19,48%**	**40,07%**
Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)	13.741	3,73%	16.991	6,45%	-19,13%
Resultado líquido do período	**(58.148)**	**-15,80%**	**(34.334)**	**-13,03%**	**69,36%**

Receitas líquidas

Atingimos uma receita líquida total de R$ 368,1 milhões em 2022, um aumento de 39,7% em relação aos R$ 263,5 milhões reportados em 2021, explicado principalmente pelo: (i) maior GMV gerado no período em Méliuz (+14%); (ii) incorporação dos resultados de Bankly a partir de junho de 2022 (R$ 48 milhões); (iii) maior GMV gerado pela Promobit (+31%) e (iv) crescimento das operações de Melhor Plano e iDinheiro.

Despesas operacionais

Em 2022 nossas despesas operacionais totalizaram R$ 509,6 milhões, sendo R$ 86,7 milhões referentes às despesas operacionais do Bankly que passaram a ser incorporados no resultado da Companhia a partir de junho de 2022. Desconsiderando Bankly, as despesas somaram R$ 422,9 milhões em 2022, um aumento de 28% em relação a 2021, quando totalizaram R$ 331,3 milhões.

Na linha de despesas com *cashback* finalizamos o ano em R$ 179,3 milhões, um aumento de 28% em relação a 2021, quando totalizaram R$ 140,5 milhões, explicado pelo maior GMV reportado no período.

Na linha de despesas com pessoal, excluindo Bankly (R$ 36,2 milhões), as despesas com pessoal foram de R$ 145,9 milhões em 2022, um crescimento de 118% em relação a 2021, explicado principalmente:

(i) itens extraordinários referente ao custo de stock options de funcionários (R$ 10,2 milhões). O pagamento foi realizado via transferência de ações que estavam em tesouraria, desta forma, o custo é a diferença entre o resultado do valor de mercado das ações frente ao seu custo de aquisição. Reforçamos que essa operação não impacta o caixa da Companhia;

(ii) outorga de ações dos colaboradores que se tornaram sócios no início de 2022 (Programa anual Gravata Amarela), cuja operação também é um efeito não-caixa;

(iii) investimento para o crescimento do time relacionado ao desenvolvimento de novos produtos. Vale lembrar que, com a mudança abrupta do cenário macroeconômico, revisitamos nossa estratégia de crescimento versus otimização de margens, de forma a despriorizar as contratações ao longo do segundo semestre de 2022.

No início de 2023 realizamos uma reestruturação na Companhia de forma a acelerar o movimento em busca da otimização de margens e geração positiva de caixa operacional. Essa reestruturação, alinhada à conclusão da aliança estratégica com o banco BV, vai nos ajudar a alcançar o break-even operacional do Méliuz, entregando resultados mais saudáveis e perenes a longo prazo.

Na linha de despesas com comercial e *marketing*, excluindo Bankly (R$ 0,7 milhões), as despesas comerciais e de *marketing* totalizaram R$ 26,0 milhões, uma redução de 45% em relação aos R$ 47,2 milhões registrados em 2021. Essa redução reforça nossa busca por eficiência e otimização de margens, alcançando um crescimento consistente e saudável de GMV e, consequentemente, de receita.

Apesar da redução conseguimos apresentar um crescimento consistente de GMV e receita, impulsionado principalmente por: (i) nossos usuários retidos; (ii) pela aquisição orgânica de usuários e (iii) eficiência na movimentação de usuários nas diferentes camadas do funil de aquisição de usuários, por meio de constantes otimizações de produtos.

Na linha de serviços de terceiros, excluindo Bankly (R$ 6,7 milhões), as despesas de serviços de terceiros foram de R$ 26,5 milhões em 2022, um aumento de 6% se comparado ao ano de 2021, quando as despesas totalizaram R$ 24,9 milhões. Esse aumento é explicado pelos gastos com M&A das aquisições que ocorreram em 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Se desconsiderarmos essas despesas com M&A, consideradas como extraordinárias pela Companhia, apresentaríamos um crescimento na linha de serviços de terceiros de 28%, majoritariamente devido a novas despesas relacionadas aos nossos produtos financeiros, como a entrada da central de atendimento aos clientes.

Importante ressaltar que, com a consolidação da aliança estratégica com o banco BV, a parte desses custos referentes aos serviços financeiros deixarão de fazer parte dos resultados do Méliuz sendo absorvidos pelo banco BV.

No somatório das linhas despesas gerais e administrativas, depreciação e amortização e outros, excluindo Bankly (R$ 40,3 milhões), finalizamos o ano com uma despesa total de R$ 18,3 milhões em 2022, uma redução de 47% se comparado a 2021, quando totalizaram R$34,3 milhões. Essa redução é explicada pela reversão parcial do earn-out a pagar das empresas adquiridas em 2021 (Promobit, Melhor Plano e Alter) e atualização da opção de compra da Picodi (R$ 31,1 milhões).

EBITDA e resultado líquido do período

O EBITDA consolidado foi de R$ 127,8 milhões negativos em 2022. Excluindo o Bankly, o EBITDA foi de R$ 90,1 milhões negativos, contra R$ 63,3 milhões negativos em 2021.

Considerando o resultado financeiro (R$ 69,6 milhões), amortização, depreciação e impostos (R$ 0,1 milhão), finalizamos 2022 com prejuízo consolidado de R$ 58,1 milhões. Excluindo o Bankly, finalizamos 2022 com prejuízo líquido de R$ 39,5 milhões, contra um prejuízo líquido de R$ 34,3 milhões em 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL

Comparação entre os saldos consolidados das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

ATIVO - R$ milhares, exceto percentuais	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	455.772	*33,56%*	514.749	*57,02%*	*-11,46%*
Contas a receber de clientes	31.180	*2,30%*	66.882	*7,41%*	*-53,38%*
Títulos e valores mobiliários	287.614	*21,18%*	-	-	-
Tributos a recuperar	27.734	*2,04%*	7.732	*0,86%*	*258,69%*
Empréstimos e contratos a receber	-	-	18.588	*2,06%*	-
Custódia de criptoativos	6.707	*0,49%*	28.303	*3,13%*	*-76,30%*
Carteira de criptoativos	102	*0,01%*	106	*0,01%*	*-3,77%*
Valores a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	-
Outros valores a receber	-	-	27.000	*2,99%*	-
Outros ativos	113.883	*8,39%*	3.756	*0,42%*	*2932,03%*
Total do ativo circulante	**922.992**	***67,97%***	**667.116**	***73,89%***	***38,36%***
NÃO CIRCULANTES					
Realizável a longo prazo					
Valores a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	73.262	*5,40%*	39.282	*4,35%*	*86,50%*
Adiantamentos	-	-	-	-	-
Antecipação de earn-out	12.994	*0,96%*	-	-	-
Outros ativos	5.456	*0,40%*	4.608	*0,51%*	*18,40%*
Total do ativo realizável a longo prazo	**91.712**	***6,75%***	**43.890**	***4,86%***	***108,96%***

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Investimentos	1	*0,00%*	1	*0,00%*	*0,00%*
Imobilizado	4.605	*0,34%*	6.258	*0,69%*	*-26,41%*
Arrendamento mercantil - direito de uso	-	-	1.554	*0,17%*	-
Intangível	338.641	*24,94%*	184.010	*20,38%*	*84,03%*
Total do ativo não circulante	**434.959**	***32,03%***	**235.713**	***26,11%***	***84,53%***
TOTAL DO ATIVO	**1.357.951**	***100,00%***	**902.829**	***100,00%***	***50,41%***

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R$ milhares, exceto percentuais	**31/12/2022**	**AV**	**31/12/2021**	**AV**	**AH**
CIRCULANTES					
Fornecedores	18.716	1,38%	6.953	0,77%	169,18%
Empréstimos e financiamentos	132	0,01%	305	0,03%	-56,72%
Obrigações trabalhistas e tributárias	41.792	3,08%	18.712	2,07%	123,34%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	656	0,05%	724	0,08%	-9,39%
Cashback	16.270	1,20%	34.818	3,86%	-53,27%
Arrendamento mercantil a pagar	-	-	660	0,07%	-
Créditos em circulação e estabelecimentos a pagar	356.016	26,22%	-	-	-
Dividendos mínimos a pagar	19	0,00%	21	0,00%	-9,52%
Custódia de criptoativos	6.707	0,49%	28.303	3,13%	-76,30%
Receita diferida	5.749	0,42%	3.375	0,37%	70,34%
Earn-out a pagar	8.034	0,59%	-	-	-
Adiantamentos	13.426	0,99%	-	-	-
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	101	0,01%	-
Outros passivos	4.097	0,30%	3.883	0,43%	5,51%
Total do passivo circulante	**471.614**	**34,73%**	**97.855**	**10,84%**	**381,95%**
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	-	-	152	0,02%	-
Arrendamento mercantil a pagar	-	-	841	0,09%	-
Cashback	954	0,07%	2.093	0,23%	-54,42%
Tributos diferidos	873	0,06%	2.182	0,24%	-59,99%
Obrigações trabalhistas e tributárias	6.315	0,47%	602	0,07%	949,00%
Earn-out a pagar	28.920	2,13%	38.194	4,23%	-24,28%
Opção de compra	12.794	0,94%	41.314	4,58%	-69,03%
Receita diferida	34.492	2,54%	23.625	2,62%	46,00%
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.789	0,21%	-	-	-
Outros passivos	2	0,00%	488	0,05%	-99,59%
Total do passivo não circulante	**87.139**	**6,42%**	**109.491**	**12,13%**	**-20,41%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	920.480	67,78%	772.178	85,53%	19,21%
Reserva de capital	-39.392	-2,90%	-46.637	-5,17%	-15,53%
Ações em tesouraria	-	-	-10.989	-1,22%	-
Outros resultados abrangentes	-3.636	-0,27%	-1.241	-0,14%	192,99%
Prejuízos acumulados	-90.996	-6,70%	-34.403	-3,81%	164,50%
Patrimônio líquido atribuído a controladores	**786.456**	**57,91%**	**678.908**	**75,20%**	**15,84%**

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Patrimônio líquido atribuído a não controladores	12.742	0,94%	16.575	1,84%	-23,13%
Total do patrimônio líquido	**799.198**	**58,85%**	**695.483**	**77,03%**	**14,91%**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.357.951**	**100,00%**	**902.829**	**100,00%**	**139,30%**

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao Fluxo de Caixa da Companhia para o período indicado:

(em R$ milhares, exceto porcentagem)	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	-43.026	72,95%	-32.787	-17,86%	31,23%
Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades de investimento	-4.304	7,30%	-168.332	-91,71%	-97,44%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	-6.974	11,82%	387.088	210,90%	-101,80%
Efeito de variação de câmbio de ajuste de conversão	-4.673	7,92%	-2.427	-1,32%	92,54%
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**-58.977**	**100,00%**	**183.542**	**100,00%**	**-132,13%**

Atividades Operacionais

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais totalizou R$ 43,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 31,2% no comparativo com 2021, quando foi de R$ 32,8 milhões. Esse aumento é explicado majoritariamente pela (i) incorporação dos resultados de Bankly (R$ 43,3 milhões); (ii) menor provisão de *cashback* no período (R$ 20 milhões); (iii) Ajuste a valor justo de earn-out a pagar e de opção de compra (R$ 31 milhões). Esse caixa utilizado foi parcialmente compensado pelo recebimento de um incentivo da Mastercard, nosso parceiro do novo cartão Méliuz (R$ 45 milhões).

Atividades de Investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento totalizou R$ 4.3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, uma redução de 97,4% no comparativo com 2021, quando o caixa utilizado foi de R$ 168,3 milhões. Em 2021 tive mos M&As que consumiram um caixa de R$ 150,0 milhões, já em 2022 não tivemos aquisições, o que explica essa queda no caixa utilizado nas atividades de investimento.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais totalizou R$ 7.0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, uma redução de 101,8% no comparativo com 2021, quando foi de R$ 387,1 milhões. Em 2021 tivemos um follow on no qual captamos R$ 427,5 milhões, o que explica a variação nas atividades de financiamento.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A origem das receitas da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 decorrem das:

(i) atividades principais da Companhia, de veiculação e divulgação de marcas, produtos, serviços e outros materiais de propaganda e publicidade e de intermediação de negócios.

Desde fevereiro de 2021, as receitas da Companhia passaram a ser compostas por receita decorrente das atividades da Companhia não somente no Brasil, mas também no exterior. Nesse sentido, a Companhia atua com a divulgação de produtos e serviços de parceiros, mediante o desenvolvimento e exploração de uma plataforma composta por portal/website e um aplicativo mobile ("Plataforma").

As receitas da Companhia são decorrentes dos valores recebidos dos Parceiros, que podem variar entre valores fixos pela exibição de seus produtos ou serviços ou percentuais sobre as vendas geradas pela plataforma. O *cashback* pago aos usuários é considerado um investimento para a Companhia, na medida em que é em grande parte responsável pelo grande fluxo de usuários – ao mesmo tempo, os valores pagos como *cashback* são tratados como uma despesa para a Companhia.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetaram os Resultados Operacionais são:

(i) crescimento do número de usuários e o constante desenvolvimento e aprimoramento da plataforma e suas funcionalidades. Parte das receitas da Companhia estão diretamente relacionadas ao tráfego e às compras realizadas pelos usuários dos parceiros comerciais da Companhia. Portanto, uma base maior de usuários tende a levar, naturalmente, a um tráfego maior e a uma geração de vendas maior;

(ii) crescimento das despesas com pessoal na contratação de pessoas para o desenvolvimento de novos produtos;

(iii) incorporação dos resultados da controlada Bankly a partir de junho de 2022 após aprovação do Banco Central e acionistas da Companhia;

(iv) fim da parceria com o banco Pan para emissão de cartões *co-branded*, afetando momentaneamente as receitas de serviços financeiros.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de vendas podem ser impactadas pela queda no consumo por parte dos usuários, assim como pelo surgimento de novos concorrentes no mercado. Em virtude de tal fato, caso o nível de consumo por parte dos usuários e/ou dos parceiros comerciais da Companhia sofra redução em virtude de condições macroeconômicas gerais, como por exemplo, variação nas taxas de juros, aumento da taxa de inflação, e variações da taxa de câmbio, as receitas de vendas da Companhia poderão ser impactadas.

A Companhia detém um baixo volume de operações em dólar americano e euro, representando essencialmente 8% da receita do ano. Além disso, considerando a aquisição da Picodi em fevereiro de 2021, a variação do Zloty polonês pode afetar o auferimento de receita da Companhia.

Apesar do início das atividades da Companhia no exterior, até 31 de dezembro de 2022, suas receitas ainda não haviam sido impactadas de forma relevante por variações de câmbio.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

2.2 Resultados operacional e financeiro

Considerando o exposto acima, caso haja aumento da taxa de inflação, bem como variações da taxa de juros e da taxa de câmbio que promovam uma queda significativa do consumo no país, levando os nossos usuários e parceiros comerciais a reduzir o consumo de forma geral, incluindo com relação ao consumo dos produtos e serviços da Companhia, as receitas da Companhia poderão ser impactadas.

Além disso, considerando o início das atividades no exterior, variações na taxa de câmbio podem afetar o auferimento de receita da Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após essa data. Não houve adoção antecipada de nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

A Companhia não identificou nenhum contrato como oneroso, pois os custos inevitáveis nos contratos, que são os custos de cumpri-los, compreendem apenas custos incrementais diretamente relacionados aos contratos.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do ‘dia 2’ decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensure as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações contábeis consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia por não ser um adotante pela primeira vez.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de ‘10 por cento’ para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia por não ser um adotante pela primeira vez.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, uma vez que não possuíam ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia informam que o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 não possui parágrafo de ênfase ou ressalva.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes aquisições de participação societária pela Companhia em outras empresas:

Incorporação de 100% das ações de emissão da Acessopar Investimentos e Participações S.A. ("Acessopar")

A Companhia celebrou, em 03 maio de 2021, o "Acordo de Associação" com a Acessopar Investimentos e Participações S.A. ("Acessopar") e a Acesso Soluções de Pagamento S.A. (em conjunto com a Acessopar, "Grupo Acesso"), fintech especializada em soluções de pagamento e *banking as a service* que opera utilizando as marcas "Acesso", "Acesso Bank", "Bankly" e "Banco Acesso" ("Bankly" e "Acordo de Associação", respectivamente). O Acordo de Associação prevê, dentre outras avenças, a incorporação pela Companhia de 100% das ações de emissão da Acessopar, *holding* controladora da Acesso, em troca de novas ações de emissão da Companhia ("Transação), por R$ 324,5 milhões. Por meio da referida Transação, a Acessopar passará a ser uma subsidiária integral da Companhia e os acionistas da Acessopar tornar-se-ão acionistas da Companhia. Adicionalmente, a Transação prevê a existência eventual *e arn o ut,* a depender do atingimento de determinadas metas financeiras apuradas pela Acesso, podendo ser emitidas até 5.312.299 (cinco milhões, trezentos e doze mil, duzentas e noventa e nove) ações em função de tal *Earn-out* (ou o Méliuz poderá optar por realizar o pagamento do *Earn-out* em dinheiro no valor bruto de até R$ 27.500.000,00).

Em 31 de março de 2022, por meio do Ofício nº 7287/2022–BCB/Deorf/GTSP3, o Banco Central do Brasil ("BACEN") aprovou a transferência do controle societário do Grupo Acesso à Companhia, sendo essa uma das principais condições suspensivas da operação e, em 30 de maio de 2022, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária do Méliuz a incorporação de ações da Acessopar pelo Méliuz, de forma que, nesta data, a operação está concluída e a Acessopar é uma subsidiária integral do Méliuz.

O Grupo Acesso é uma solução completa que fornece soluções financeiras para negócios (B2B) e consumidores finais (B2C). A empresa é uma Instituição de Pagamento (IP) autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e possui número próprio, 332, dentro do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro). É participante direta do SPI (Sistema de Pagamentos Instantâneos) sendo, portanto, habilitada a processar todas as transações de PIX. É autorizada pela Mastercard para emissão de cartões na modalidade internacional, possuindo também licença perante o regulador para emissão de cartão de crédito na modalidade pós-paga. Está integrada na CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos). A empresa possui tecnologias proprietárias que incluem KYC para empresas e consumidores, pessoas físicas e sistemas de prevenção à fraude.

Alienação de 100% do Capital Social do Gana

Em 16 de novembro de 2022, foi celebrado um instrumento particular de compra e venda de ações, firmado entre Méliuz S.A ("Vendedora"), Lucas Tavares Vieira da Costa ("Comprador") e Gana Internet S.A ("Interveniente anuente"). As partes acordaram, nos termos e condições estabelecidos em Contrato, na venda e transferência pela Vendedora ao Comprador de 5.003.576 (cinco milhões, três mil quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, representativas de 100% do capital social da Gana, com todos os direitos que representam.

O Comprador assumiu a obrigação de pagar à Vendedora o valor total de R$ 2,0 milhões. A venda foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 16 de novembro de 2022.

Em função da transação de venda, para fins de apresentação do resultado de 31 de dezembro de 2022, a referida empresa compôs o resultado apenas até novembro de 2022. Com isso, para fins de apresentação do resultado de 31 de dezembro de 2022, a referida empresa compõe o resultado divulgado para outros segmentos apenas até novembro de 2022.

c. eventos ou operações não usuais

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA ajustado, Margem EBITDA ajustado

- O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e pelas despesas de depreciação e amortização ("EBITDA").

- A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pelas receitas líquidas.

- O EBITDA ajustado é a Margem EBITDA desconsiderando as despesas que a Companhia considera como não recorrentes e como CAPEX. Na letra "b" deste capítulo detalhamos todos os itens que consideramos para ajustar o EBITDA.

- A Margem EBITDA ajustada consiste no EBITDA ajustado dividido pelas receitas líquidas.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), tampouco representam os fluxos de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional, como indicadores de liquidez da Companhia e como base para distribuição de dividendos.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução da CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA divulgado pela Companhia, bem como a Margem EBITDA podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA apresentados por outras empresas.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA no último exercício social:

(em R$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de 2022
EBITDA	**(127.818)**
Margem EBITDA	*-34,72%*
EBITDA Ajustado	**(195.772)**
Margem EBITDA ajustado	*-53,18%*

Dívida Bruta e Caixa Líquido

A Dívida Bruta equivale ao to tal de empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil a pagar (circulante e não circulante) ("Dívida Bruta").

O Caixa Líquido equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e TVM ("Caixa Líquido").

A Dívida Bruta e o Caixa Líquido não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BRGAAP e nem pelas IFRS emitidas pelo IASB e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e o Caixa Líquido de maneira diferente da calculada pela Companhia.

Seguem abaixo os valores do Caixa Líquido em 31 de dezembro de 2022:

(em R$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de 2022
Dívida Bruta	**132**
Caixa Líquido	**743.254**

2.5 Medições não contábeis

b. fazer a conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA ajustado, Margem EBITDA ajustada

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

(em R$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de 2022
Resultado Líquido	**(58.148)**
(+/-) Resultado Financeiro	69.612
(+/-) Imposto de renda e contribuição social recorrentes e diferidos	13.741
(+/-) Depreciação e amortização	(13.683)
EBITDA	**(127.818)**
Margem EBITDA	*-34,72%*
(-) Gastos com M&A	9.173
(-) Atualização (reversão) do earn-out a pagar das empresas adquiridas em 2021 (Promobit, Melhor Plano e Alter) e atualização da opção de compra da Picodi	-31.065
(-) Custos de stock options de funcionários[1]	10.241
(+) Ganho (perda) operação de compra da iDinheiro (Gana)	1.863
(-) Custo baixa de ativo imobilizado	971
(-) Perda por impairment	711
(-) Time de desenvolvimento de novos produtos	54.491
(-) Provisão de perda da Americanas	4.664
EBITDA Ajustado	**(76.769)**
Margem EBITDA ajustado	*-20,86%*
Receita líquida	**368.107**

Caixa Líquido

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do Caixa Líquido da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

(em R$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de 2022
Empréstimo e financiamentos (circulante)	132
Empréstimo e financiamentos (não circulante)	-
Arrendamento mercantil a pagar (circulante)	-
Arrendamento mercantil a pagar (não circulante)	-
Dívida Bruta	**132**
Caixa e equivalentes de caixa	455.772
Títulos e valores mobiliários	287.614
Caixa Líquido	**743.254**

2.5 Medições não contábeis

c. explicar motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA e EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

A Companhia utiliza o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA ajustado e a Margem EBITDA ajustado como indicadores gerenciais (não contábeis), pois acredita ser medidas práticas para medir o desempenho operacional, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos da estrutura atual da Companhia, que corresponde, conforme aplicável, aos indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

Caixa Líquido

A medição do Caixa Líquido é útil na avaliação do grau de endividamento da Companhia em relação à sua respectiva posição de caixa. Outras empresas podem calcular o Caixa Líquido de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de março de 2023 e emitidas em 14 de março de 2023.

Constam nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia, nos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Deliberação CVM nº 593/09, os seguintes eventos subsequentes:

Acordo comercial para oferta de produtos e serviços financeiros

A Companhia informa que concluiu, em 8 de março de 2023, a celebração do acordo comercial com o banco BV. Desta forma, a oferta de produtos e serviços financeiros pelo Méliuz em parceria com o banco BV teve início nesta data.

Com o início da operação, o Méliuz passa a atuar na oferta de produtos e serviços financeiros no modelo *asset light*, deixando de incorrer em diversos custos e despesas relacionados aos produtos e focando apenas na experiência do usuário, passando a ser remunerado por cartão de crédito ativado, conta ativada e percentual atrelado ao TPV do cartão.

Aquisição de participação minoritária

Em 8 de março de 2023, o fundo CVC do banco BV, como comprador, e os acionistas do Méliuz, Israel Fernandes Salmen, André Amaral Ribeiro e Lucas Marques Peloso Figueiredo, como vendedores, concluíram, a alienação de ações ordinárias representativas de aproximadamente 3,85% do capital social do Méliuz, pelo preço por ação de R$ 1,5354472, em razão do cumprimento de todas as condições precedentes e atos do fechamento previstos no contrato de compra e venda de ações firmado previamente entre as partes no dia 30 de dezembro de 2022.

Além da aquisição de 3,85% do capital social do Méliuz, o banco BV poderá exercer, em até 24 meses (findos em 8 de março de 2025), a opção de compra da totalidade das ações ordinárias de emissão do Méliuz de titularidade dos acionistas Israel Fernandes Salmen, Ofli Campos Guimarães, André Amaral Ribeiro, Lucas Marques Peloso Figueiredo, Davi de Holanda Rocha e a Org Investments LCC, sendo obrigados a realizar uma oferta pública de ações nos mesmos termos e condições para a compra de 100% das ações dos acionistas minoritários do Méliuz.

Celebração de memorando de entendimentos sobre a venda do Bankly

A Companhia celebrou, em 30 de dezembro de 2022, um *Memorandum of understanding* (memorando de entendimentos - "*MoU*") com o Banco BV, por meio do qual as partes acordaram a negociação posterior dos documentos definitivos da venda do controle do Bankly em até 90 dias a contar referida data, com base no *enterprise value* de R$ 210 milhões.

Em 31 de março de 2023 a Companhia e o Banco BV chegaram a um acordo quanto à estrutura final, condições econômicas e termos contratuais definitivos a respeito da venda da totalidade das ações que detém na Acesso Soluções de Pagamento S.A. ("Bankly"), bem como firmaram um aditamento ao memorando de entendimento ("MoU") para refletir as alterações negociadas e para estender o prazo para a submissão dos documentos definitivos acordados às instâncias de governança das partes envolvidas.

A venda do Bankly e de até 100% das ações da Acessopar Investimentos e Participações S.A. ("Acessopar"), subsidiária integral da Companhia (nos termos do artigo 252 e seguintes da Lei das S.A.) que detém 52,19% do capital social do Bankly, mediante o cumprimento de determinadas condições, será realizada com base em um enterprise value de R$ 210 milhões, sendo que o valor será pago em parcela única, em dinheiro, no closing da operação, sujeito a determinados ajustes e correção pela variação positiva acumulada do CDI entre 31 de março de 2023, e a data do efetivo pagamento do preço pelo banco BV à Companhia.

Em 24 de abril de 2023 a Companhia convocou Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") para deliberar e oferecer aos seus atuais acionistas o direito de preferência na aquisição das ações de emissão da Acessopar, em cumprimento ao artigo 253 da Lei das S.A.

Decisão do STF sobre "coisa julgada"

No dia 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em

2.6 Eventos subsequentes as DFs

questões tributárias. A Companhia realizou uma avaliação e não foi identificado nenhum caso, que tenha efeito significativo sobre suas operações.

2.7 Destinação de resultados

	2022
a. regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia dispõe que, dos resultados apurados, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, dentro dos limites estabelecidos no Artigo 152 da Lei nº 6.404/76. Parte do lucro líquido poderá ser retida, observada a seguinte destinação: (i) 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% do capital social, observado que a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o Parágrafo Primeiro do Artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder 30% do capital social; (ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, ser destinada à formação de reserva para contingências, permitida a reversão das reservas de tal natureza formadas em exercícios anteriores, nos termos do Artigo 195 da Lei 6.404/76; (iii) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei 6.404/76; (iv) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei 6.404/76; (v) uma parcela, poderá ser destinada para a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, observados os limites dispostos no Estatuto Social e a sua destinação; (v) o saldo terá a destinação dada pela Assembleia Geral.
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado da Companhia foi de prejuízo no valor de R$ 56,6 milhões, não havendo qualquer retenção de lucros. Este valor foi registrado na conta de Prejuízos Acumulados.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado da Companhia foi de prejuízo no valor de R$ 56,6 milhões, não havendo qualquer retenção de lucros. Este valor foi registrado na conta de Prejuízos Acumulados.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Conforme Artigo 36, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 0,001% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares. Nos termos do Artigo 36, Parágrafo Quarto, o pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei 6.404/76, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, (i) levantar balanços intercalares ou intermediários, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços, ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. No exercício de 2022 não foram pagos dividendos ou juros sobre capital próprio, intermediários ou intercalares.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial	Salvo pelo disposto na Lei 6.404/76 e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

2.7 Destinação de resultados

aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	
e. política de destinação de resultados	A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

c. natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não tem, atualmente, em seu portfólio, investimentos em andamento ou previstos relevantes.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente recursos provenientes de seu fluxo de caixa, bem como os recursos decorrentes da oferta pública inicial e secundária de ações da Companhia.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimento previstos

A Companhia celebrou, em 30 de dezembro de 2022, um *Memorandum of understanding* (memorando de entendimentos - "*MoU"*) com o Banco BV, por meio do qual as partes acordaram a negociação posterior dos documentos definitivos da venda do controle do Bankly em até 90 dias a contar referida data, com base no enterprise value de R$ 210 milhões.

Em 31 de março de 2023 a Companhia e o Banco BV chegaram a um acordo quanto à estrutura final, condições econômicas e termos contratuais definitivos a respeito da venda da totalidade das ações que detém na Acesso Soluções de Pagamento S.A. ("Bankly"), bem como firmaram um aditamento ao memorando de entendimento ("MoU") para refletir as alterações negociadas e para estender o prazo para a submissão dos documentos definitivos acordados às instâncias de governança das partes envolvidas.

A venda do Bankly e de até 100% das ações da Acessopar Investimentos e Participações S.A. ("Acessopar"), subsidiária integral da Companhia (nos termos do artigo 252 e seguintes da Lei das S.A.) que detém 52,19% do capital social do Bankly, mediante o cumprimento de determinadas condições, será realizada com base em um enterprise value de R$ 210 milhões, sendo que o valor será pago em parcela única, em dinheiro, no closing da operação, sujeito a determinados ajustes e correção pela variação positiva acumulada do CDI entre 31 de março de 2023, e a data do efetivo pagamento do preço pelo banco BV à Companhia.

Em 24 de abril de 2023 a Companhia convocou Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") para deliberar e oferecer aos seus atuais acionistas o direito de preferência na aquisição das ações de emissão da Acessopar, em cumprimento ao artigo 253 da Lei das S.A.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços

A Companhia considera para os fins de investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços somente as intervenções que possam gerar melhorias, aperfeiçoamentos, novas funcionalidades ou características, com potencial claro de resultar em ganho de qualidade, produtividade ou competitividade. Devido ao mercado em que se encontra inserida, o acompanhamento, desenvolvimento e adesão a novos produtos e serviços é fundamental e indispensável para as atividades da Companhia. No cenário de elevada competitividade nas áreas de atuação da Méliuz, os incrementos tecnológicos são, ao final, os responsáveis pela fidelização dos usuários e geração de vendas para os clientes. Na mesma linha, as parcerias comerciais referentes a novos negócios, tais como as celebradas com sofisticados participantes do mercado financeiro e com fintechs, dependem praticamente da identificação, por parte desses parceiros, de um diferencial inovador da Companhia. Esse diferencial inovador se mostra basicamente em duas frentes: (i) tecnologia de ponta no *backoffice*, para suportar e executar as transações envolvidas na parceria com eficiência e confiabilidade; e (ii) conhecimento profundo do comportamento dos grupos de seus usuários.

2.10 Planos de negócios

Em 8 de março de 2023, houve a celebração do acordo comercial com o banco BV. Com o início da operação, o Méliuz passa a atuar na oferta de produtos e serviços financeiros no modelo *asset light*, deixando de incorrer em diversos custos e despesas relacionados aos produtos e focando apenas na experiência do usuário, passando a ser remunerado por cartão de crédito ativado, conta ativada e percentual atrelado ao TPV do cartão.

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, pois não há pesquisas específicas em andamento que já tenham sido divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há registro de investimentos em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços no período.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não é aplicável, pois não há registro de investimentos em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, foram investidos pela Companhia R$ 2,4 milhões na adição do intangível, incluindo o desenvolvimento de novos produtos e serviços. O novo produto em desenvolvimento neste período foi a operação de *cashback* no Picodi.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

No momento não há oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Guerra na Ucrânia

Considerando a receita líquida da Picodi para o período de 12 meses findo em dezembro de 2022, de R$ 25,0 milhões, observamos uma redução de R$ 2,8 milhões na comparação com o mesmo período do ano anterior. Esta redução é explicada pela variação cambial entre os exercícios e pela guerra entre Rússia e Ucrânia, que continua a impactar negativamente o resultado destes países no ano de 2022.

Em conjunto, a Rússia, a Ucrânia e a Bielorússia, países cujas operações estão sendo mais impactadas pela guerra, possuem em 31 de dezembro de 2022 uma representatividade de aproximadamente 8% da receita total da Picodi. Estamos continuamente monitorando os efeitos da guerra no resultado da Picodi e, até o momento, consideramos que não há impacto à saúde financeira e ao caixa da Companhia.

O restante da operação não impactada pela guerra, no exercício de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2022, mostrou queda de aproximadamente 3% comparado ao resultado do exercício de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2022, e a variação cambial no mesmo exercício, amplificou essa queda para aproximadamente 6%. Esta queda é causada principalmente pela desaceleração em mercados de e-commerce frente a efeitos inflacionários e foi parcialmente compensada pelo ganho de tração da operação de *cashback*.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não fornece projeções quantitativas a respeito de seu desempenho financeiro futuro (*earnings guidance*), conforme lhe é facultado pelo artigo 20 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

a. o**bjeto da projeção**

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão referentes aos 3 últimos exercícios e exercício social corrente

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

3.2 Acompanhamento das projeções

a. i**nformar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas**

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b. q**uanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c. q**uanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as Demonstrações Financeiras e Informações Trimestrais - ITR da Companhia e as respectivas notas explicativas. Os negócios atuais e futuros, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez, a reputação e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os atuais e/ou potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

As referências constantes deste item 4.1 a “Emissor” ou a “Companhia” devem ser interpretadas como referência à Companhia e suas controladas, exceto se o contexto exigir de outra maneira.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na Companhia, na participação no mercado, na sua reputação, nos negócios atuais e futuros, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidos nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

a. emissor

A nossa Companhia é dependente de seus principais Parceiros Comerciais (conforme definido abaixo), que representam uma parte significativa do seu faturamento. O rompimento da relação comercial da nossa Companhia com seus principais Parceiros Comerciais ou a ocorrência de eventos que impactem seus resultados negativamente podem lhe afetar adversamente.

A nossa Companhia atua como uma plataforma de *shopping*, através de site, aplicativo e/ou extensão de navegadores de internet, por meio da qual seus usuários podem comprar produtos e serviços oferecidos por parceiros comerciais da Companhia (“Parceiros Comerciais”). A nossa Companhia não escolhe quais itens serão listados, nem estabelece preços ou outras decisões relacionadas aos produtos e serviços vendidos pelos Parceiros Comerciais nessas plataformas. A nossa Companhia não garante que seus Parceiros Comerciais estarão sempre aptos a oferecer aos seus consumidores os produtos e serviços que procuram. Os principais direcionadores dos negócios da nossa Companhia estão fora de seu controle e a nossa Companhia depende da preferência contínua de milhões de usuários individuais por serviços online de terceiros.

O nosso faturamento e a receita são vinculados aos resultados obtidos por nossos Parceiros Comerciais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía dois Parceiros Comerciais que respondiam, individualmente, por mais de 10% das receitas líquidas da Companhia - Vide item 1.5 deste Formulário de Referência para mais informações.

Os contratos com Parceiros Comerciais poderão ser rescindidos, inclusive de forma imotivada, ou não ser renovados em condições semelhantes quando dos seus vencimentos. A rescisão ou a impossibilidade de renovação destes contratos poderá gerar um efeito material adverso nos resultados da nossa Companhia. Uma eventual diminuição na venda dos produtos comercializados pelos Parceiros Comerciais, por qualquer razão (inclusive por dificuldades financeiras ou operacionais desses Parceiros Comerciais), a redução das atividades destes Parceiros Comerciais, bem como desenvolvimento de novas estratégias para fidelização de seus respectivos usuários, são fatores que podem causar efeito adverso relevante para a nossa Companhia e para a nossa situação financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Somos dependentes dos usuários de nossas plataformas eletrônicas, os quais estão sujeitos a alterações dos hábitos de consumo e a novas preferências tecnológicas, fatores substancialmente fora do controle da Companhia.

Nossos negócios dependem substancialmente de usuários que se cadastram nas plataformas eletrônicas da nossa Companhia e da atividade comercial e financeira que nossos usuários geram ao consumir produtos e serviços de nossos Parceiros Comerciais. Estamos sujeitos a alterações de hábitos de consumo e de demanda por produtos e serviços por parte de nossos usuários. Ainda, as atuais plataformas eletrônicas da nossa Companhia podem não ser capazes de acompanhar a transformação digital e tornarem-se obsoletas, afetando adversamente a nossa capacidade de atender às necessidades de nossos usuários. Dessa forma, podemos não ser capazes de nos antecipar ou responder de forma adequada às mudanças de hábito de nossos usuários e podemos não ser capazes de nos adaptar de forma suficientemente rápida para atender às preferências tecnológicas dos nossos usuários ou aos padrões do setor.

A perda de usuários ou a redução de transações de usuários junto aos Parceiros Comerciais são fatores que poderão afetar de forma significativa e adversa os nossos negócios e, por consequência, os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

Podemos ser responsabilizados pelo inadimplemento e comercialização de produtos inadequados por parte de lojas parceiras cadastradas em nossa plataforma, podendo causar danos à nossa imagem, marcas e aos nossos resultados financeiros.

Por meio de nossa plataforma, possibilitamos que lojas parceiras se cadastrem e ofereçam seus produtos dentro de nossos canais. Por meio deste modelo, nós somos intermediários das transações de venda, não estando sob nosso controle o cumprimento das obrigações e responsabilidades das lojas parceiras perante os respectivos consumidores. Caso alguma dessas lojas parceiras não cumpra com suas obrigações perante os consumidores, nós podemos ter nossos indicadores de atendimento aos consumidores impactados negativamente, sofrer sanções de órgãos reguladores e verificar aumento do número de ações judiciais na esfera cível e tributária, dentre outros, bem como ser obrigados a arcar com custos perante os consumidores que adquiriram seus produtos por meio da nossa plataforma. Podemos ainda ser responsabilizados (inclusive na esfera criminal) por lojas parceiras que comercializarem, ou mesmo cadastrarem e oferecerem em nossa plataforma, produtos falsificados, ilícitos e/ou ilegais. Estes aspectos podem afetar adversamente nossos resultados financeiros e reputação.

Operamos em mercados competitivos onde o aumento da competição pode afetar nossa participação nestes mercados e estratégia de preços.

A concorrência pelo reconhecimento e preferência de marca é intensa entre os serviços de pesquisa de produtos online e *shopping*, globalmente e nas principais regiões geográficas. Se não conseguirmos preservar e aumentar efetivamente o reconhecimento da nossa marca, podemos não conseguir manter ou aprimorar o reconhecimento da nossa marca e afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Ainda, podemos enfrentar concorrência em todos os mercados em que atuamos uma vez que eles apresentam reduzidas barreiras de entrada. Tais eventuais concorrentes podem contar com: (i) recursos tecnológicos de ponta; (ii) acesso a mercados de capitais estrangeiros a custos mais baixos e líquidos; e (iii) melhores condições de financiamento que as encontradas no Brasil. Caso não sejamos capazes de nos manter competitivos devido às reduzidas barreiras de entrada ou caso não consigamos responder adequadamente às estratégias de nossos eventuais concorrentes, poderemos ter a nossa participação em um ou mais mercados que atuamos reduzida, o que consequentemente reduziria nossas receitas e criaria uma pressão sobre os preços de nossos produtos e serviços, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

A extensão da guerra entre Rússia e Ucrânia pode impactar de forma imprevisível os resultados financeiros da Companhia.

A Companhia, através da controlada Picodi, possui atuação nos países impactados pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que se iniciou em fevereiro de 2022. Como resultado, a guerra vem desencadeando diversos impactos macroeconômicos e os países envolvidos estão sofrendo diversas sanções. As incertezas em relação aos impactos da guerra são imprevisíveis, enquanto ela durar, os impactos na economia global e no consumo desses países poderão afetar o cenário macroeconômico mundial, podendo ter reflexo nos resultados financeiros da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em conjunto, a Rússia, a Ucrânia e a Bielorússia, países cujas operações estão sendo mais impactadas pela guerra, possuem uma representatividade de aproximadamente 8% na receita total do Picodi, sendo que Picodi representou aproximadamente 6,79% da receita líquida total do Méliuz em 2022.

A Companhia depende de seus sistemas de informação para operar os seus negócios.

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de vários centros e sistemas de dados, incluindo o funcionamento das suas plataformas eletrônicas (sites, aplicativos e extensão para navegadores de internet), de sistemas de crédito, logística e comunicação e vários softwares usados para controlar estoques e gerar relatórios de desempenho financeiro. Na hipótese de falhas ou interrupção de seus sistemas, a Companhia pode perder dados ou pode ser incapaz de realizar transações comerciais e, com isso, deixar de auferir receitas de vendas, o que impactaria de forma adversa os seus resultados. A Companhia presta serviços aos seus clientes principalmente por meio de seu *website* e aplicativos próprios, e sua operação envolve o tratamento de dados pessoais de clientes. A Companhia está especialmente suscetível à aplicação das leis de proteção de dados pessoais e direitos dos usuários na internet, tanto no Brasil quanto nos outros países nos quais atua.

A falha dos sistemas ou software também pode afetar adversamente a disponibilidade e precisão dos relatórios de processamento de transações e da contabilidade financeira da Companhia, assim como afetar a capacidade de gerenciar os negócios, os resultados operacionais e as necessidades de caixa da Companhia. A Companhia precisa continuamente atualizar e melhorar a tecnologia e, ao fazê-lo, pode incorrer em despesas substanciais adicionais ou problemas de integração, o que pode afetar adversamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

As falhas de sistemas também poderão ter efeitos sobre a legalidade das operações da Companhia, resultando em violações aos direitos dos titulares dos dados pessoais utilizados pela Companhia. As eventuais demandas de compensação por danos materiais e morais por parte dos titulares de dados violados e a eventual aplicação de sanções administrativas, cíveis e criminais por autoridades competentes poderá impactar os resultados financeiros da Companhia, em caso de violação das leis aplicáveis.

Em consequência da grande dependência de tecnologia para as suas atividades, a Companhia também pode incorrer em perdas financeiras devido a impactos nas suas operações.

Adicionalmente, os sistemas de informação da Companhia estão expostos a vírus, softwares mal-intencionados e outros problemas que podem interferir inesperadamente em suas operações. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre os negócios, reputação, resultados de operações e perdas financeiras para a Companhia.

O comércio online ainda é um mercado em desenvolvimento na América Latina. As receitas futuras da Companhia dependem substancialmente da aceitação generalizada de consumidores e fornecedores e do uso contínuo da internet como forma de realizar comércio. Para a Companhia aumentar sua base de usuários com sucesso, mais consumidores devem aceitar e aderir a novas maneiras de conduzir negócios e trocar informações. Disponibilidade, velocidade de transação, aceitação, interesse e uso da internet são essenciais para o crescimento da Companhia. Caso os fatores acima não sejam verificados e o uso da internet como forma de comércio não seja consolidado, o crescimento da Companhia poderá ser freado, o que poderá representar um impacto adverso relevante nos seus negócios.

O rápido crescimento da disponibilidade, qualidade e uso da internet (particularmente como meio de fazer negócios ou fornecer e adquirir produtos e serviços) é um fenômeno relativamente recente no Brasil. A penetração da internet no Brasil pode nunca atingir os níveis vistos nos países mais desenvolvidos por razões que estão além do nosso controle incluindo, mas não se limitando, à falta de infraestrutura de rede necessária ou o atraso no desenvolvimento ou implementação de tecnologias inovadoras, melhorias de desempenho e medidas de segurança, prejudicando melhorias na confiabilidade da internet no Brasil. A infraestrutura da internet no Brasil pode também não ser capaz de suportar um crescimento contínuo no número de usuários, na frequência de uso ou nos requisitos de amplitude de banda, em especial se os serviços de telecomunicações não estiverem disponíveis de forma adequada para suportar o crescimento da internet no Brasil, ocasionando tempos de resposta no acesso à internet ou a nossos sistemas, produtos e serviços mais lentos, reduzindo o uso da internet e prejudicando nossos negócios. Adicionalmente, mesmo que a penetração da internet no Brasil aumente, não há garantia de que ocorra um aumento na utilização de produtos e serviços oferecidos pela internet, inclusive aqueles destinados ao incremento do *e-commerce* devido a vários fatores, incluindo a falta de confiança dos usuários na segurança online.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Para complementar este cenário, temos ainda que, no geral, os níveis de renda no Brasil são significativamente mais baixos do que nos Estados Unidos e em outros países mais desenvolvidos, enquanto os preços do acesso à internet e dos dispositivos conectados a ela, como computadores pessoais, *tablets*, telefones celulares e outros dispositivos portáteis são mais elevados do que nesses países, podendo limitar nosso crescimento, principalmente em partes do Brasil com baixos níveis de renda. Além disso, a inflação no Brasil tem mostrado índices mais elevados do que a inflação em outros países desenvolvidos, o que pode afetar de forma mais profunda os preços dos serviços de acesso à internet e dos dispositivos a ela conectados.

O crescimento da Companhia depende de sua capacidade de atrair e manter uma comunidade ativa de usuários e Parceiros Comerciais.

Os negócios da Companhia dependem substancialmente da atração de novos usuários e retenção de usuários existentes. Também devemos buscar novas parcerias estratégicas com Parceiros Comerciais e preservar as relações com atuais Parceiros Comerciais responsáveis por oferecer produtos que incentivem os usuários a participar das plataformas eletrônicas da Companhia.

Se os usuários atuais perderem interesse na plataforma da Companhia, seja por causa de uma experiência negativa, desinteresse nos produtos oferecidos pelos Parceiros Comerciais da Companhia, entre outros fatores, estes usuários podem fazer menos compras ou não recomendar a plataforma da Companhia a outras pessoas. Similarmente, caso os atuais Parceiros Comerciais, por qualquer razão (incluindo, sem limitação, experiência de uso ou melhores condições de concorrentes), percam interesse nos serviços ofertados pela Companhia, a redução do número de Parceiros Comerciais poderá limitar os benefícios ofertados pela Companhia e afetar negativamente a comunidade de usuários, além de apresentar impactos nos resultados financeiros e operacionais da Companhia. Nessas circunstâncias, a Companhia pode ter dificuldade em atrair novos usuários e Parceiros Comerciais sem incorrer em despesas adicionais de *marketing*.

A concorrência no comércio eletrônico também pode se intensificar. Outras empresas do ramo varejista e de comércio eletrônico podem vir a desenvolver e celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva e, com isso, limitar o número de potenciais Parceiros Comerciais da Companhia. À medida em que a carteira de clientes de tais empresas for crescendo e for fidelizada nos diversos segmentos do mercado de Internet, os participantes destes segmentos poderão buscar expandir os seus negócios para os segmentos de mercado nos quais atuamos.

Novas tecnologias podem intensificar ainda mais a natureza competitiva do varejo online. Acreditamos que a natureza da *internet* como um local de mercado eletrônico facilita a entrada de competidores. Esse aumento na concorrência pode vir a reduzir as nossas vendas, lucros operacionais, ou ambos. Ainda, os concorrentes poderão vir a disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de tecnologia e marketing do que nós.

Adicionalmente, o atendimento aos usuários da Companhia exige uma despesa significativa de pessoal e investimento no desenvolvimento de programas e infraestrutura de tecnologia para ajudar os representantes de atendimento aos usuários a desempenhar suas respectivas funções. Essas despesas podem afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia. A falha em gerenciar ou treinar adequadamente os representantes de atendimento aos usuários pode comprometer a capacidade da Companhia de lidar com as reclamações de seus usuários de maneira eficaz. Se a Companhia não tratar efetivamente das reclamações dos usuários, sua reputação poderá sofrer e a Companhia poderá vir a perder a confiança de seus usuários, o que pode afetar negativamente a comunidade de usuários e, consequentemente, o negócio e os resultados das operações da Companhia.

Se a Companhia não for capaz de manter usuários e Parceiros Comerciais existentes e atrair novos usuários e Parceiros Comerciais que contribuam para uma comunidade ativa, suas perspectivas de crescimento serão prejudicadas e seus negócios poderão ser afetados adversamente.

Uma falha no sistema de segurança da Companhia com relação à proteção de informações confidenciais de seus usuários, inclusive dados pessoais, e de sua rede poderá prejudicar sua reputação e marca e afetar substancialmente os negócios e os resultados das operações da Companhia.

As operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação. Caso estes sistemas tenham seu funcionamento interrompido por falhas próprias, por problemas de operação ou de prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis, pode haver a interrupção temporária, as operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a

4.1 Descrição dos fatores de risco

ser afetados direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia, bem como impactar negativamente sua reputação e as interações com concorrentes e terceiros, incluindo organizações governamentais e órgãos reguladores, fornecedores e outros.

Eventuais falhas no impedimento de violações de segurança, afetando a confidencialidade, integridade, proteção de dados pessoais ou disponibilidade de informações fornecidas por usuários e armazenadas pela Companhia, poderão prejudicar a reputação e a marca da Companhia, resultar em deveres de compensação material e sanções administrativas, inclusive multas, decorrentes da violação da LGPD, e, ainda, afetar substancialmente o negócio e os resultados das operações da Companhia. A Companhia está sujeita a vazamento de dados pessoais, acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração ou comunicação de dados pessoais, falhas no sistema e interrupções por perda de energia, falhas em telecomunicações, sabotagem, ataques terroristas, cibernéticos e situações similares, erros de softwares, vírus de computadores, disfunções físicas ou eletrônicas nos sistemas de computadores e *data centers* da Companhia. Além disso, quaisquer interrupções que afetem o site da Companhia também poderiam causar danos à sua reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e expor a Companhia a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades.

A Companhia depende de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos poderão resultar na exposição de falhas nas tecnologias que a Companhia utiliza para proteger dados pessoais fornecidos pelos seus usuários durante as operações na plataforma da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de atualizar suas plataformas de maneira constante, suas operações e sua conformidade legal poderão ser prejudicadas, afetando adversamente os resultados da Companhia.

A plataforma da Companhia está suscetível a usos impróprios ou ilegais, que podem resultar em perdas financeiras ou violações à legislação vigente. A Companhia pode não ser capaz de implementar medidas que sejam suficientes para detectar, prevenir ou impedir usos impróprios ou ilegais da sua plataforma.

Além disso, os dados e informações gerados em nossas operações são armazenados em servidores virtuais diretamente na rede mundial de computadores (armazenamento em “nuvem”). Caso esses servidores tenham seu funcionamento interrompido por falhas próprias, falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis, pode haver a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, consequentemente, seus resultados.

A Companhia está sujeita a ataques externos de usuários de redes públicas. Qualquer comprometimento da segurança da Companhia poderá prejudicar sua reputação e marca e expor a Companhia a situações de litígio, nas quais a Companhia poderá ser obrigada a indenizar a parte prejudicada, afetando negativamente o negócio e os resultados das operações da Companhia. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as medidas de segurança da Companhia poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em suas operações.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a leis e normas que podem exigir notificação de incidentes de segurança a órgãos reguladores, usuários ou funcionários, assim como pode ter que reembolsar e/ou indenizar usuários de cartões de crédito por quaisquer recursos furtados em decorrência de quaisquer violações ao sistema de segurança da Companhia, situações que poderiam aumentar significativamente os seus custos e reduzir sua atratividade.

Em consequência da grande dependência da tecnologia para as atividades da Companhia, também podemos incorrer em perdas financeiras devido a impactos de dificuldades técnicas nas operações da Companhia. Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, maliciosos (*malware*) e outros problemas, como por exemplo crimes e ataques cibernéticos, que podem interferir inesperadamente nas operações da Companhia. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre os negócios e causar danos à reputação e marca da Companhia, resultados de operações e perdas financeiras.

Falhas de segurança que acarretem a perda de dados e informações podem, ainda, além de impedir o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia, interferir no cumprimento de suas obrigações legais, como, por exemplo, as infrações à LGPD (conforme será abordado no item abaixo deste Formulário de Referência) ou a retenção de guarda de registros de acesso à aplicação exigida pela Lei nº 12.965/2014 (“Marco Civil da Internet”). Ainda, eventuais falhas em armazenar dados de acesso e utilização da plataforma de vendas pela Companhia podem dificultar ou impedir a defesa

4.1 Descrição dos fatores de risco

de seus interesses em eventuais ações judiciais ou administrativas, como, por exemplo, para investigação de fraudes e recuperação de valores.

Em função do regime de teletrabalho dos colaboradores da Companhia, estamos sujeitos a riscos relacionados a uma falha na segurança cibernética dos sistemas internos da Companhia. Assim, interrupções ou falhas nos nossos sistemas de tecnologia da informação, como por exemplo no sistema de teletrabalho, apuração e contabilização do faturamento, causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no nosso funcionamento corporativo, comercial e operacional, o que pode afetar nossos negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente a nossa imagem e confiabilidade junto ao mercado. Ataques cibernéticos têm se tornado cada vez mais sofisticados e difusos. Mantemos em nossa base de dados informações sensíveis de seus clientes, que podem ser objeto de ataques cibernéticos por parte de indivíduos que tentam ter acesso não autorizado a estas informações para utilização de forma indevida. Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais de nossos clientes, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem resultar em custos e afetar negativamente nossa imagem e reputação.

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de expandir e adaptar suas operações para atender rapidamente aos padrões industriais e de tecnologia em constante mudança, de maneira econômica e oportuna.

A Companhia pode não conseguir executar sua estratégia de crescimento e pode não conseguir expandir suas operações de maneira econômica ou oportuna, e os esforços de expansão podem não ter a mesma ou maior aceitação geral do mercado que os atuais serviços. Além disso, qualquer novo negócio ou serviço lançado pela Companhia que não seja recebido favoravelmente pelos usuários poderá prejudicar sua reputação e diminuir o valor de sua marca. Da mesma forma, a falta de aceitação do mercado desses serviços ou a incapacidade da Companhia em gerar receitas satisfatórias a partir de quaisquer serviços expandidos para compensar seus custos pode ter um efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A Companhia deve constantemente adquirir novos *hardwares*, atualizar os *softwares* que utiliza, aprimorar e melhorar seus sistemas, além de adicionar e treinar novas equipes de engenharia da computação e outras pessoas para acomodar o aumento do uso de sua plataforma eletrônica. Esse processo de atualização é caro, e a crescente complexidade e aprimoramento das plataformas eletrônicas da Companhia resultam em custos mais altos. A falha na atualização da tecnologia, recursos, sistemas de processamento de transações, infraestrutura de segurança ou infraestrutura de rede para acomodar o aumento do volume de tráfego ou transação ou a complexidade crescente do site pode prejudicar materialmente os negócios da Companhia.

As receitas da Companhia dependem de processos de cobrança rápidos e precisos. Qualquer falha em aumentar recursos de processamento de transações para acomodar o número crescente de transações por meio do *e-commerce* prejudicaria materialmente os negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia pode precisar estabelecer um relacionamento com vários parceiros estratégicos, sites e outros provedores de serviços *on-line* e outros terceiros necessários aos seus negócios. O aumento da complexidade do gerenciamento de vários relacionamentos comerciais pode levar a problemas de execução que podem afetar as receitas atuais e futuras e as margens operacionais da Companhia.

Os sistemas, procedimentos e controles atuais podem não ser adequados para apoiar as operações futuras da Companhia. Qualquer falha da Companhia em gerenciar o crescimento de maneira eficaz pode ter um efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Se a Companhia não implementar totalmente sua estratégia de crescimento, suas operações poderão ser adversamente afetadas.

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à estratégia de crescimento da Companhia dependem de fatores críticos de sucesso, dentre os quais sua competência e capacidade de:

(1) Proteger o poder da sua marca;
(2) Expandir e manter suas relações comerciais com Parceiros Estratégicos;
(3) Expandir e reter a base de usuários na plataforma digital;
(4) Desenvolvimento de aplicativos e plataformas tecnológicas que proporcionem uma experiência de compra mais fluida e rápida aos seus usuários;
(5) Garantia de uma oferta adequada de produtos, ampla e variada, que atenda as demandas dos usuários; e

4.1 Descrição dos fatores de risco

(6) Gerenciar a captação de recursos adicionais que venha a ser necessária para fins de implementação da estratégia financeira e operacional da Companhia.

A Companhia não garante que quaisquer destes objetivos sejam realizados com êxito, simultaneamente e por completo. O insucesso em implementar as estratégias pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de identificar, consumar, integrar ou ter sucesso e auferir os benefícios de aquisições futuras e de operações de novos negócios recém-constituídos/adquiridos, sendo que tais operações podem não trazer os resultados que a Companhia espera e/ou expor a Companhia a determinados riscos não vislumbrados.

No âmbito do plano de crescimento dos seus negócios, a Companhia considera além da expansão orgânica, a possibilidade de expansão por meio de combinações de negócios, aquisição de participação em outras Companhias ou constituição de novos negócios.

A Companhia não garante que será capaz de identificar e garantir oportunidades de aquisição adequadas. Além disso, a sua capacidade de realizar aquisições bem-sucedidas em termos favoráveis pode ser limitada pelo número de alvos de aquisição disponíveis, demandas internas de recursos e, na medida do necessário, a sua capacidade de obter financiamento em termos satisfatórios para aquisições maiores, bem como a sua capacidade de obter as aprovações societárias, regulatórias ou governamentais exigidas.

A conclusão e o sucesso de qualquer operação estarão sujeitos a uma série de fatores econômicos, riscos relativos a essas transações e outros que estão além do controle da Companhia. Esses riscos incluem a possibilidade de:

- superestimar o valor do negócio objeto de aquisição/parceria, especialmente se for considerado que esses negócios podem não oferecer os resultados previstos e, portanto, os investimentos podem não oferecer o retorno esperado;

- passivos e/ou contingências inesperados relacionados aos negócios adquiridos ou às parcerias estratégicas realizadas;

- como sucessora dos negócios de sociedades adquiridas, ser responsabilizada por passivos destas, bem como estar sujeita aos riscos e responsabilizações relacionados aos atos praticados por administradores e/ou ex-administradores, inclusive aqueles cujos fatos geradores tenham ocorrido anteriormente à conclusão de tal aquisição;

- celebrar documentos societários nas parcerias estratégicas e aquisições, que devido à passagem do tempo, podem conter termos e condições não compatíveis com os redirecionamentos estratégicos da Companhia, o que pode resultar em eventuais prejuízos futuros relativos às operações das empresas;

- não ter mapeado de forma exaustiva, ou não obter, as autorizações regulatórias necessárias às operações das companhias adquiridas ou em processo de aquisição, podendo sofrer sanção administrativa ou pecuniária;

- não ter monitorado toda a extensão de riscos relacionados a aderência de empresas em processo de aquisição ou já adquiridas em relação às regras de integridade corporativa (*compliance*, anticorrupção e outras);

- terceiros com quem a Companhia possui relações comerciais podem não estar dispostos a celebrar acordos em termos comercialmente aceitáveis em relação a uma transação específica.

Qualquer combinação dos fatores mencionados acima pode resultar na incapacidade da Companhia de integrar as empresas ou ativos adquiridos ou obter o crescimento ou as sinergias esperadas de uma transação específica.

As aquisições podem expor a Companhia a obrigações ou contingências desconhecidas incorridas antes da aquisição das empresas adquiridas ou dos respectivos ativos. A diligência realizada para avaliar a situação legal e financeira das empresas a serem adquiridas, bem como quaisquer garantias contratuais ou indenizatórias recebidas dos vendedores das empresas-alvo ou dos respectivos negócios, podem ser insuficientes para proteger ou indenizar a Companhia por quaisquer contingências que possam surgir. Quaisquer contingências significativas decorrentes de aquisições podem

4.1 Descrição dos fatores de risco

prejudicar as suas atividades e resultados. Além disso, a Companhia poderá adquirir empresas que não estão sujeitas à auditoria externa independente, o que pode aumentar os riscos relacionados às aquisições.

As aquisições podem também não serem concluídas por um longo período, ou até canceladas, por diversas razões, incluindo a não satisfação das condições precedentes ou a não obtenção das aprovações regulatórias exigidas, assim como condições para aprovação podem ser impostas, que não são passíveis de antecipação. Caso as condições precedentes não sejam verificadas, as operações podem não se concretizar, o que pode prejudicar a Companhia.

As aquisições podem impor à Companhia o cumprimento e atendimento de regulamentações setoriais específicas, aumentando os seus custos de *compliance*. Havendo a consumação da transação, junto ao Bankly, por exemplo, a Companhia passará estar sujeita a uma extensa e complexa regulamentação bancária por parte de órgãos governamentais e autorreguladores

Ainda, a Companhia pode não ser capaz de auferir o benefício de qualquer aquisição, incluindo a incapacidade de (i) implementar a cultura nas empresas adquiridas, (ii) integrar as respectivas políticas operacionais e contábeis e procedimentos, bem como sistemas de informação e operações de *Back-Office* com as das empresas adquiridas, (iii) agilizar operações de sobreposição e de consolidação de subsidiárias, (iv) manter a administração existente na medida necessária ou realizar a readequação das operações, (v) evitar potenciais perdas ou prejuízos às relações com os clientes e/ou usuários, conforme aplicável, existentes das empresas adquiridas ou com nossos usuários existentes, ou (vi) de qualquer outra forma gerar receitas suficientes para compensar os custos e despesas de aquisições. E, por consequência, a Companhia pode não conseguir atingir os resultados satisfatórios nos novos negócios, o que pode afetar as suas margens líquidas consolidadas.

Caso haja a materialização dos riscos dispostos acima, os negócios, resultados operacionais, reputação e condições financeiras da Companhia podem ser materialmente e negativamente afetados.

Se a Companhia não conseguir manter sua cultura e sua marca no processo de expansão, suas operações poderão ser adversamente afetadas.

A Companhia acredita que seu potencial de crescimento e o alcance de suas metas corporativas orientadas por resultados positivos financeiros e metas pré-definidas estão diretamente relacionados à sua capacidade de atrair e manter colaboradores altamente qualificados e comprometidos com a cultura e a marca da Companhia.

Na medida em que a Companhia expanda seus negócios, pode ser incapaz de identificar, contratar e manter trabalhando na Companhia um número suficiente de colaboradores alinhados à sua cultura corporativa. Tal falha poderia resultar em uma piora em seu atendimento aos seus usuários e/ou no desempenho de seus colaboradores, e consequentemente em um enfraquecimento da marca. A Companhia entende que sua cultura organizacional e a sua marca são cruciais para seus planos de negócio. O insucesso em manter tal cultura e marca pode afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

***A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pelo investimento na adoção de medidas para adequação à nova legislação, bem como aplicação de multas e outros tipos de* sanções.**

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, os quais entraram em vigor posteriormente, a partir de 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD vem transformando a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada, criando um microssistema de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, alterada determinadas disposições do Marco Civil da Internet, e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais que permitem o tratamento de dados pessoais, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação, vazamentos de dados pessoais e a transferências de dados pessoais, inclusive internacional, bem como as sanções a serem aplicadas em caso de descumprimento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD. Em 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANDP. Especialmente ao longo do ano de 2021, a ANPD iniciou o desenvolvimento de suas funções legais e cumprimento de sua Agenda Regulatória publicada em janeiro de 2021. Em 08 de março de 2021, foi editada a Portaria nº 01 da ANPD, que estabeleceu seu Regimento Interno. Ainda, em 28 de outubro de 2021, a ANPD aprovou o Regulamento do Processo de Fiscalização e do Processo Administrativo Sancionador, por meio da Resolução CD/ANPD nº 01, o que possibilitou o início da efetiva fiscalização pela autoridade, nos termos da LGPD. E, atualmente, em fevereiro do ano em curso foi aprovada a RESOLUÇÃO CD/ANPD Nº 4, cujo objeto é a aprovação do Regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança cibernética, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. A Companhia deve também providenciar um ambiente seguro para os titulares de dados. O investimento para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais na Companhia também será necessário, inclusive para a sustentação de sua estrutura de governança corporativa de proteção de dados pessoais. Ainda, conforme a LGPD, a Companhia tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus clientes e parceiros comerciais.

A LGPD também estabelece que as seguintes informações devem ser fornecidas aos titulares de dados, inclusive por meio avisos de privacidade: (i) finalidade(s) específica(s) do tratamento; (ii) meios e duração do tratamento; (iii) identificação do responsável pelo tratamento de dados; (iv) informações de contato do responsável pelo tratamento de dados; (v) informações a respeito do compartilhamento de dados pessoais com terceiros e a finalidade; (vi) descrição da responsabilidade e da responsabilidade dos agentes de tratamento envolvidos.

Com a entrada em vigor da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparação de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Marco Civil da Internet, em caso de violação de suas disposições, notadamente as regras de segurança do armazenamento online da informação, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Em outubro de de 2021, foi publicada a Resolução CD/ANPD nº 1, de 28 de outubro de 2021, que regulamenta o Processo de Fiscalização e o Processo Administrativo Sancionador no âmbito da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Entretanto, apenas em fevereiro de 2023 fora aprovado o Regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas, que tem por objetivo estabelecer parâmetros e critérios para aplicação de sanções administrativas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como as formas e dosimetrias para o cálculo do valor-base das sanções de multa. A Companhia está em conformidade com a LGPD, mas, de todo modo, a Companhia e suas controladas estão sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, (vi) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, e (vii) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e nossas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Para mais informações a respeito dos impactos da LGPD na Companhia, vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

Como explorado, a Companhia poderá ser judicialmente demandada ao pagamento de indenizações aos usuários prejudicados por violações dos seus direitos como titulares de dados, tais como seus direitos à transparência, no sentido de obter informações sobre o tratamento de seus dados pessoais e demais direitos previstos na LGPD.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão das atividades da Companhia, implicando custos que podem ter um efeito adverso negativo à reputação da Companhia e seus resultados e, consequentemente, afetar o valor de suas ações.

A perda de membros da alta administração da Companhia e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores qualificados podem causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte de esforços e da capacidade de sua alta administração formada por experientes executivos e colaboradores que detêm amplo conhecimento do negócio, entre eles, os fundadores da Companhia. A perda destes membros da alta administração da Companhia poderá afetar de modo adverso e relevante seus negócios e resultados operacional e financeiro. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, pode não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los.

O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, *marketing* e serviços aos seus usuários. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa, e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderá não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, consequentemente, os resultados operacional e financeiro da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A incapacidade da Companhia ou falha em proteger os seus direitos de propriedade intelectual contra violações de terceiros, poderá afetar negativamente a Companhia.

O sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger as atuais e futuras marcas da Companhia e defender os seus direitos de propriedade intelectual, com destaque para os nomes de domínio que permitem o acesso à plataforma e ao aplicativo da Companhia. Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais. O uso indevido ou não autorizado da propriedade intelectual da Companhia, principalmente, das marcas registradas, pode diminuir o valor da marca “MELIUZ”, bem como ocasionar um declínio nas vendas da Companhia.

A Companhia não garante que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade. Ainda, o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e assim, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para produtos ou soluções que atendam ao mesmo mercado.

Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de direitos de propriedade intelectual em tempo hábil ou que terceiros contestem e obtenham êxito na invalidação de quaisquer direitos de propriedade intelectual detidos pela Companhia ou a ela licenciados. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e fazer valer os direitos de propriedade intelectual da Companhia contra usos não autorizados ou violações praticadas por terceiros, e se não obtiver êxito na defesa de tais direitos, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

O vínculo da marca da Companhia com qualquer comportamento, ato ou conteúdo controverso divulgado por influenciadores digitais com os quais a Companhia possui ou venha a possuir contratos poderá enfraquecê-la frente aos seus usuários.

A Companhia celebra contratos com influenciadores digitais com numerosos seguidores, para a divulgação de sua marca em redes sociais e mídias digitais. Na medida em que a Companhia não tem controle sobre os atos praticados pelos influenciadores digitais nem sobre o conteúdo das publicações por eles realizadas e que tais postagens podem, eventualmente, envolver questões polêmicas ou, até mesmo, opiniões repudiadas publicamente, a Companhia poderá ver sua marca vinculada a temas e comportamentos controversos, diminuindo seu valor frente aos seus usuários e Parceiros Comerciais. O vínculo da marca da Companhia com conteúdo controverso divulgado por tais influenciadores digitais ou atos polêmicos por eles praticados, portanto, poderá enfraquecê-la e prejudicar sua imagem, afetando adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Dificuldades na gestão do risco de liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o crescimento da Companhia.

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos da Companhia, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2022, o valor dos passivos financeiros da Companhia era de R$ 84,9 milhões os quais se referem a fornecedores (R$ 18,7 milhões), *cashback* (R$ 17,2 milhões), empréstimos a pagar (R$ 132 mil), *earn-out* a pagar (R$ 37,0 milhões), opção de compra (R$ 12,8 milhões), créditos em circulação e estabelecimentos a pagar (R$ 356,0 milhões), adiantamentos (R$ 13,4 milhões) e carteira de criptoativos (R$ 6,7 milhões), para mais detalhes, vide item 5.5 deste Formulário de Referência. Caso a Companhia não seja bem-sucedida na manutenção dos seus níveis de caixa e equivalentes de caixa para fazer frente a tais obrigações, os resultados financeiros e operacionais da Companhia poderão ser impactados, e por consequência, poderá haver restrição da expansão das suas atividades.

Os usuários da Companhia podem ser alvo de e-mails de "phishing" ou outras invasões que podem submeter a Companhia a investigações ou obrigações de reparação de danos.

Os usuários da Companhia podem receber e-mails fraudulentos e/ou serem vítimas de *phishing* (tentativa fraudulenta de obter informações confidenciais), ao receber e-mails que parecem ser legítimos e enviados pela Companhia ou por um usuário da plataforma, mas que sejam sites falsificados e operados pelo remetente do e-mail ou que informam incorretamente que determinado pagamento foi creditado na plataforma da Companhia e solicitando que o destinatário envie o produto vendido ou envie uma senha ou outras informações confidenciais. Essas atividades podem prejudicar a reputação da Companhia e diminuir o valor de sua marca ou até desencorajar o uso do site e aumentar os custos da Companhia.

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas pelos seguros contratados e a dificuldades para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior, interrupção de certas atividades e ataques cibernéticos), danos não segurados ou danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices vigentes na data deste Formulário de Referência. Caso haja um ataque cibernético, por exemplo, a Companhia está sujeita a ações indenizatórias de indivíduos que se sentirem prejudicados em decorrência do uso ou tratamento inadequado de seus dados pessoais. Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não segurados, para os quais a Companhia não tenha cobertura contratada ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios acumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, a Companhia não garante que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, suas controladas e seus respectivos administradores podem criar obrigações relevantes e trazer efeitos adversos relevantes à Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, suas controladas e seus respectivos administradores podem criar obrigações relevantes e trazer efeitos adversos relevantes à Companhia, afetando seus negócios, sua condição financeira e reputação de forma negativa. A Companhia, suas controladas e seus respectivos administradores são e podem vir a ser no futuro partes no polo passivo em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais (de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental, concorrencial, criminal, de propriedade

4.1 Descrição dos fatores de risco

intelectual, trabalhista, entre outras). A Companhia não pode garantir que os resultados desses processos serão favoráveis a ela, suas controladas ou seus respectivos administradores, ou, ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Para mais informações, ver seções 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Decisões condenatórias ou a celebração de acordos que impliquem o pagamento de valores com relação a processos judiciais ou procedimentos administrativos poderão resultar em dispêndio de recursos relevantes para a Companhia, o que poderá afetar sua condição financeira ou a sua reputação de forma negativa, podendo inclusive ocasionar a proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público.

A Companhia poderá não ser capaz de prevenir ou detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e sobre a cotação de suas ações ordinárias.

A Companhia está sujeita, entre outras, à Lei n.º 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), à Lei n.º 9.613/1998 ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro") e à Lei n.º 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"). Os processos de governança, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não ser capazes de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção, Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro ou outras violações relacionadas a outras leis e regulamentos similares aplicáveis, nas esferas cível, administrativa ou criminal, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de administradores, funcionários ou terceiros contratados para atuar em interesse ou benefício da Companhia, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

A Lei Anticorrupção impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos lesivos à administração pública praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, podendo resultar, por exemplo, nas seguintes sanções: (i) multa no valor de até 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo; (ii) publicação extraordinária de sentença condenatória; (iii) obrigação de reparação de danos causados; (iv) perda de bens ou valores ilicitamente obtidos, e (v) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público. A Companhia poderá ainda, em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção perpetradas por seus acionistas do Bloco de Referência , controladores, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, consorciados, vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado, os quais, nesse caso poderiam afetar material e adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa e/ou judicial, nas esferas cível e/ou penal, relacionados a atos que violem as leis aplicáveis, praticados contra a administração pública do Brasil ou do exterior, por administradores, funcionários ou terceiros que agem em interesse ou benefício da Companhia podem resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais; (iii) proibição ou suspensão de atividades; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; entre outras sanções e consequências. Por conseguinte, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de usuários, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e a sociedade de modo geral pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a seus usuários, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, como parceiros de negócios ou seus usuários. Os danos à reputação da Companhia, sanções ou outras imposições legais também podem produzir efeitos adversos sobre seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social.

A Companhia pode precisar de capital adicional no futuro para fazer frente a expansão das suas atividades por meio de novas aquisições e/ou desenvolvimento de novas linhas de negócios, a qual demandará, por sua vez aumento de despesas com os seus colaboradores, por meio da contratação de novos profissionais e aumento de despesas com atualização ou desenvolvimento de novos softwares e marketing de serviços. A Companhia poderá optar obter o capital adicional por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o capital social da Companhia poderá diluir a participação do investidor no capital social.

Dificuldades para obter capital adicional em termos satisfatórios poderá atrasar, impedir a expansão ou afetar adversamente os nossos negócios.

A Companhia pode não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 0,001% do seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos.

O lucro líquido da Companhia pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido para a constituição de reservas, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e poderá não ser integralmente disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Na hipótese da ocorrência desses eventos, os titulares de ações da Companhia talvez não recebam dividendos ou juros sobre o capital próprio. Por exemplo, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou prejuízo de R$ 56,6 milhões, não tendo distribuído dividendos relativos a tal exercício social. Adicionalmente, a Companhia não pagará quaisquer dividendos a seus acionistas no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Para informações sobre distribuição de dividendos da Companhia, vide os itens 3.5 e 3.6 do Formulário de Referência, bem como até que todos os prejuízos acumulados tenham sido compensados.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos pela Companhia, quanto os por ela distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pela Companhia e/ou pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

No dia 25 de junho de 2021, a equipe econômica do Governo Federal entregou ao Congresso o Projeto de Lei n° 2.337/2021, o qual propõe alterações significativas na legislação do imposto sobre a renda. Uma das alterações propostas é a tributação da distribuição dos dividendos. Assim, caso seja aprovado, os lucros ou dividendos pagos ou creditados por pessoas jurídicas ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda retido na fonte à alíquota de 20% (ou à alíquota de 30%, caso o beneficiário seja residente ou domiciliado em país de tributação favorecida ou que esteja submetido a regime fiscal privilegiado). Outra alteração proposta relativa ao referido Projeto de Lei, se refere à extinção da dedutibilidade do pagamento de juros sobre capital próprio da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Este Projeto de Lei está em discussão no Senado Federal desde setembro de 2021, ainda pendente de definição, sendo um tema em voga nos noticiários e no mercado.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos do valor devido dos tributos incidentes em suas operações, seja em razão de reforma tributária, modificação de incentivos e isenções fiscais que usufrui ou por força de alteração das alíquotas ou base de cálculo de tributos devidos.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos da Companhia poderão afetar adversamente seus negócios.

As políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes e/ou suficientes para prevenir ou detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que foram utilizadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras adequadamente, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes e/ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha e/ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderão ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

Adicionalmente, os procedimentos de *compliance* e controles internos da Companhia podem não ser suficientes para prevenir, detectar e mitigar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de seus colaboradores, membros de sua administração, ou terceiros agindo em seu interesse ou benefício.

Caso seus colaboradores ou outras pessoas relacionadas à Companhia se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais violem leis e regulamentos aplicáveis ou as políticas internas da Companhia, a Companhia pode ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em sanções que podem ter um efeito adverso relevante sobre sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

Uma falha na avaliação dos riscos associados a fraudes de cartões de crédito poderá vir a prejudicar a nossa condição financeira, a nossa reputação e a nossa marca, afetando adversamente o nosso negócio e os resultados das operações da Companhia.

O Méliuz oferta serviço de cartão de crédito de duas maneiras: um serviço próprio com marca Méliuz e outro com marca compartilhada com o Banco Pan, o qual denominamos cartão *co-branded*. Este último já não é mais emitido desde novembro de 2021 - quando a parceria com o Banco Pan foi finalizada - mas permanece funcional para os usuários que já o possuíam. No que tange ao cartão *co-branded*, a Companhia autoriza o uso da marca “Méliuz” e a base de dados relativa a seus usuários ao Banco Pan, que é o prestador do serviço de cartão de crédito. Nesse caso, a Companhia não exerce nenhum controle substancial sobre a gestão das operações de cartão de crédito, ou sobre mecanismos de prevenção à fraude em operações de cartão de crédito, os quais ficam a cargo exclusivo da instituição financeira parceira.

Já no que tange ao cartão de serviço próprio com marca Méliuz, a responsabilidade sobre avaliação de riscos associados a fraudes é da própria Companhia. O Méliuz, através do Bankly, sua subsidiária integral, emite cartões de crédito e cartões de pagamento para seus clientes. Suas operações de crédito estão sujeitas a diversos riscos de fraude como por exemplo uso de dados roubados ou fraudulentos de cartão de crédito, tentativas de pagamentos com fundos insuficientes e etc. É responsabilidade da Companhia monitorar e avaliar os clientes e determinar se suas transações são legítimas, caso nosso cartão de crédito seja utilizado para transações ilegítimas poderemos sofrer perdas e incorrer em passivos. Esses tipos de transações ilegítimas também podem nos expor a sanções governamentais e regulatórias.

Em ambos os tipos de serviço (*co-branded* e marca própria), uma falha na prevenção ou correção de operações fraudulentas de cartão de crédito, ou qualquer dano causado aos titulares de cartões de crédito vinculados à marca “Méliuz”, poderá ter um efeito adverso relevante sobre sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias. Por consequência, podemos ter questionamentos de órgãos reguladores, aplicações de multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentarmos eventuais ações judiciais e/ou processos administrativos, o que prejudicaria nossa marca, operações e resultados.

Para os produtos e serviços financeiros ofertados a partir do acordo comercial firmado em 8 de março de 2023 com o banco BV, como por exemplo o cartão de crédito, a Companhia não exerce nenhum controle sobre a gestão das operações de crédito ou sobre mecanismos de prevenção à fraude em operações do cartão, os quais ficam a cargo exclusivo da instituição financeira parceira.

A Companhia está sujeita a riscos de crédito em suas operações de cartão de crédito próprio.

Na operação de cartão de crédito próprio do Méliuz, a Companhia está sujeita ao risco de seus clientes não terem fundos suficientes para pagar o saldo do cartão de crédito quando devido. Esse risco pode ocorrer caso os modelos utilizados na determinação da quantidade de crédito que estende a cada cliente não esteja devidamente calibrado.

Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um

4.1 Descrição dos fatores de risco

maior percentual de nossos clientes, sensível a estes fatores, pode se tornar inadimplente, causando piora significativa em nossos negócios.

Para os produtos e serviços financeiros ofertados a partir do acordo comercial firmado em 8 de março de 2023 com o banco BV, como por exemplo o cartão de crédito, a Companhia não exerce nenhum controle sobre a gestão das operações e análises de crédito ou sobre mecanismos de prevenção à fraude em operações de cartão de crédito, os quais ficam a cargo exclusivo da instituição financeira parceira. Nesse sentido, a Companhia não está sujeita ao risco de seus clientes não terem fundos suficientes para pagar o saldo do cartão de crédito quando devido ou qualquer outro risco relacionado a crédito.

A Companhia pode vir a enfrentar dificuldades na exploração de novas oportunidades de negócios.

O crescimento e expansão dos atuais negócios da Méliuz está fortemente ligado a diversos fatores, dentre os quais se destacam: (i) a atração e manutenção de Parceiros Comerciais e usuários, (ii) aprimoramento de seus produtos e serviços, (iii) sua capacidade de identificar e explorar novas oportunidades de negócios com sucesso; (iv) a disponibilidade de recursos financeiros para desenvolvimento de suas atividades, e (v) a contratação, treinamento e retenção de pessoal qualificado, especialmente em nível gerencial. Caso a Companhia não consiga administrar fatores e incertezas relacionados ao sucesso no aumento de sua base de usuários e no lançamento de novas verticais, os negócios e o resultado das operações da Companhia poderão ser negativamente afetados.

Adicionalmente, como parte de sua estratégia de crescimento, a Companhia analisa constantemente oportunidades de negócios (o que inclui aquisições, parcerias, *joint ventures*, entre outras formas associativas ou de aquisição) que julga interessantes para a sua atividade, relacionadas a seu mercado de atuação ou a novos mercados. A implementação bem-sucedida destes novos negócios poderá requerer o investimento de recursos financeiros não disponíveis para a Companhia, ocasionando a necessidade de captação de recursos adicionais. Além disso, a implementação de novos negócios envolve uma série de riscos e desafios que podem causar efeitos adversos sobre os objetivos de crescimento da Companhia, como riscos relacionados à integração das estratégias de negócios, às operações, aos sistemas de informação, ao pessoal, aos produtos e à base de usuários; às autorizações governamentais, incluindo das autoridades de defesa da concorrência; à geração dos retornos esperados; e à exposição de obrigações e contingências. O processo de diligência e auditoria financeira, operacional e legal que a Companhia conduz para avaliar a situação dos potenciais novos negócios e quaisquer eventuais garantias contratuais ou indenizações que eventualmente receba da contraparte ou negócios prospectados podem falhar ou serem insuficientes para identificar, proteger ou indenizar a Companhia em função de eventuais contingências. A concretização de qualquer um desses riscos ou a ausência de recursos financeiros para investimento poderá impactar negativamente a Companhia.

Nossos esforços de expansão internacional podem não ser bem-sucedidos ou podem sujeitar nossos negócios a maiores riscos.

No ano passado, passamos a atuar internacionalmente com a aquisição da Picodi em mais de 44 países. Como parte da nossa estratégia de expansão podemos oferecer os produtos já ofertados no Méliuz para esses outros países onde temos pouca experiência e onde há diversas leis internacionais diferentes. Podemos não obter sucesso na expansão de nossas atividades nesses outros mercados de maneira econômica, e nossos produtos e serviços podem não ter o mesmo engajamento e sucesso que observamos no Brasil. Adicionalmente, essa expansão pode depender de análises de viabilidade, custo de oportunidade e do ambiente regulatório local.

A Companhia pode precisar de capital adicional no futuro, que pode não estar disponível em termos aceitáveis

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional para financiar sua expansão, para desenvolver novas features ou aprimorar as existentes ou para atuar frente a pressões competitivas. Esse capital pode não estar disponível em termos favoráveis a Companhia, caso não estejam, podemos não ser capazes de financiar a nossa expansão, aproveitar oportunidades estratégicas e desenvolver o plano estratégico de crescimento da Companhia, o que teria um efeito adverso no nosso negócio e nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os interesses de nossos* acionistas do Bloco de Referência *podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e investidores. Ainda, os* acionistas do Bloco de Referência *não detêm mais do que 50% do capital votante, o que pode deixar a Companhia suscetível a novas alianças, além de outros eventos decorrentes da constituição de um acionista ou grupo de controle detentor da maioria do capital votante.

Somos controlados por um grupo de acionistas signatário do Acordo de Acionistas celebrado em 31 de agosto de 2020, aditado em 30 de maio de 2022, que entrou em vigor em 5 de outubro de 2020, o qual vincula a totalidade das ações de emissão da Companhia e de titularidade dos signatários do referido Acordo de Acionistas, conforme descritas e identificadas nos itens 6.1/2 e 1.13 deste Formulário de Referência.

A Companhia celebrou, em 30 de dezembro de 2022, acordo comercial com o Banco BV pelo qual passou a ofertar aos seus clientes produtos e serviços financeiros do Banco BV. Como parte da aliança, o Banco BV adquiriu 3,85% do capital social do Méliuz e poderá exercer, em até 24 meses (findos em 8 de março de 2025), a opção de compra da totalidade das ações ordinárias de emissão do Méliuz de titularidade dos acionistas Israel Fernandes Salmen, Ofli Campos Guimarães, André Amaral Ribeiro, Lucas Marques Peloso Figueiredo, Davi de Holanda Rocha e a Org Investments LCC, sendo obrigados a realizar uma oferta pública de ações nos mesmos termos e condições para a compra de 100% das ações dos acionistas minoritários do Méliuz.

A ausência de um acionista ou grupo controlador vinculado por acordo de voto que seja titular de mais de 50% do capital votante, ou titular de ações de emissão da Companhia em percentual que permita sua preponderância permanente nas deliberações societárias, poderá dificultar ou impossibilitar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Ademais, a ausência de acionista ou grupo controlador “permanente” pode deixar a Companhia suscetível à aliança ou acordos de votos entre os acionistas e a tentativas hostis de aquisição de controle, e aos conflitos daí decorrentes. Qualquer tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente a Companhia e o valor das ações.

Enquanto nossos Acionistas do Bloco de Referência estiverem vinculados pelo Acordo de Acionistas e forem titulares de ações de emissão da Companhia em percentual que os permita preponderar nas deliberações societárias, tais Acionistas do Bloco de Referência deverão, de maneira geral, continuar dirigindo os negócios e as atividades da Companhia da forma como é feito atualmente, o que poderá, eventualmente, conflitar com os interesses dos nossos demais acionistas ou não resultar em melhoria de nossos resultados operacionais, o que poderá impactar nossa situação financeira e patrimonial.

Por outro lado, caso o Acordo de Acionistas seja rescindido ou deixe de vigorar, ou caso um novo acionista ou grupo de acionista vinculado por acordo de voto venha a ser constituído, a Companhia poderá passar a não mais ter um acionista controlador ou grupo de controle vinculado por acordo de voto capaz de exercer influência significativa e de preponderar nas deliberações societárias da Companhia. Nestas hipóteses, a Companhia poderá sofrer mudanças repentinas e inesperadas das políticas corporativas e estratégicas, inclusive por meio de mecanismos como a substituição dos seus administradores, bem como poderá estar sujeita a disputas por controle que poderão afetar negativamente a reputação da Companhia, bem como seus negócios e operações.

Ainda, na ausência de um acionista ou grupo de acionistas do Bloco de Referência, a Companhia e os acionistas poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados por acionistas do Bloco de Referência e, em consequência, pode ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na equipe de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente a Companhia e o valor das nossas ações.

Eventual conflito entre os nossos acionistas do Bloco de Referência poderia prejudicar a condução estratégica de nossos negócios, afetando inclusive nosso resultado operacional.

Os atuais acionistas do Bloco de Referência são signatários de um acordo de acionistas que garante o poder para condução estratégica de nossos negócios e controle substancial de todas as questões submetidas à aprovação de nossos acionistas. Dessa forma, caso nossos acionistas do Bloco de Referência tenham interesses conflitantes entre si ou haja quaisquer discussões em juízo acerca dos termos e condições do acordo de acionistas, estes poderão retardar ou não implementar medidas fundamentais e significativas para nós. Portanto, eventual discordância entre os nossos

4.1 Descrição dos fatores de risco

acionistas do Bloco de Referência poderá prejudicar a condução estratégica de nossa Companhia, em particular quando se tratar de matérias que dependem da aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

Um mercado ativo para os valores mobiliários da Companhia pode não se desenvolver ou se sustentar e o preço de negociação das ações da Companhia pode ser negativamente impactado.

Antes da Companhia realizar a sua oferta pública inicial de ações ("IPO"), suas ações não eram negociadas em bolsa de valores. Um mercado ativo e líquido de negociação para valores mobiliários de emissão da Companhia pode não conseguir se sustentar. O mercado de valores mobiliários no Brasil é significativamente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados internacionais de valores mobiliários, como aquele dos Estados Unidos. Tais características de mercado podem limitar de forma significativa a capacidade dos acionistas da Companhia venderem ações da Companhia de que sejam titulares pelo preço e no momento em que desejarem, o que pode afetar de forma significativa o preço de mercado das ações de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações não for mantido, o preço de negociação das ações da Companhia pode ser negativamente impactado.

c. suas controladas e coligadas da Companhia

Além do risco descrito abaixo, aplicam-se às controladas da Companhia os riscos descritos nos subitens (a) e (i) deste item 4.1 do Formulário de Referência.

***A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento de regulamentações setoriais específicas e poderá ser afetada adversamente pelo investimento na adoção de medidas para adequação à referida regulamentação, bem como aplicação de multas e outros tipos de* sanções *em hipótese de não adequação ou descumprimento*.**

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia tem realizado operações de aquisição de participação societária em outras sociedades, algumas inclusive em curso, como parte de sua estratégia de crescimento e ganhos de sinergia no mercado nacional. Para mais informações a respeito dessas aquisições, vide itens 1.1, 2.3 e 6.6 deste Formulário de Referência.

As referidas aquisições podem impor à Companhia o cumprimento e atendimento de regulamentações setoriais específicas, aumentando os seus custos de *compliance*. Com a consumação da transação junto ao Bankly, por exemplo, a Companhia passa a estar sujeita a uma extensa e complexa regulamentação bancária por parte de órgãos governamentais e autorreguladores.

O não cumprimento a tais regulamentações pode sujeitar a Companhia a multas e sanções, bem como a alteração das leis existentes e regulamentos podem impor um aumento dos custos para as operações das controladas da Companhia, o que poderá afetar negativamente as operações e situação financeira da Companhia e de suas controladas.

A Companhia pertence a um grupo econômico no qual participam outras sociedades operacionais que são ou podem ser parte em processos judiciais nos quais a Companhia poderá ser solidária ou subsidiariamente responsável. No curso de suas atividades, essas sociedades são ou podem ser parte em processos judiciais nos quais, caso condenadas, o resultado da condenação poderá afetar a Companhia de forma solidária ou subsidiária. Isso inclui processos de diversas naturezas, em especial questões cíveis e trabalhistas. Caso alguma das sociedades do grupo econômico da Companhia sofra condenação judicial e a Companhia seja chamada a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, a Companhia poderá ser adversamente afetada.

Resultados reputacionais negativos das empresas controladas podem afetar os resultados da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia participa de Grupo Econômico formado pelas empresas Picodi, Melhor Plano Internet Ltda., Promobit Serviços de Tecnologia Digital Ltda., Alter Pagamentos Ltda., Acessopar Investimentos e Participações S.A. e Bankly, além de ter adquirido os ativos de titularidade da Bridi e Rolim Ltda. Eventuais resultados negativos nas atividades dessas empresas podem impactar o resultado da Companhia.

Por fim, eventuais falhas na prestação de serviços pelas controladas podem acarretar prejuízos financeiros e reputacionais à Companhia, ainda que de maneira indireta, na medida em que se trata de empresas que atuam diretamente sobre a base de usuários da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Bankly está sujeito a leis e regulamentações que dispõem sobre a prevenção e o combate à corrupção, de lavagem de dinheiro ou outras práticas ilícitas ou inadequadas no Brasil ou em outras jurisdições, o que pode expor o Bankly a sanções administrativas e judiciais.

O Bankly está sujeito a leis e regulamentação que dispõem sobre a prevenção e o combate à corrupção, de lavagem de dinheiro ou outras práticas ilícitas. Essas leis e regulamentações exigem a adoção de procedimentos específicos para mitigar o risco de que qualquer pessoa que atue em nome do Bankly ofereça uma vantagem indevida a um agente público, a fim de obter benefícios de qualquer natureza. O Bankly também deve realizar treinamento a seus funcionários para a prevenção de lavagem de dinheiro, do financiamento do terrorismo e de outras atividades ilícitas, bem como comunicar operações suspeitas às autoridades competentes.

A evolução da legislação exige um esforço contínuo de sistemas e processos, bem como a contratação de profissionais especializados em *compliance*. Os procedimentos destinados a detectar e prevenir o uso da estrutura do Bankly para lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, corrupção, suborno e outras atividades ilícitas, podem não se mostrar suficientes para evitar que a estrutura e os sistemas do Bankly sejam utilizados por pessoas agindo em seu nome, para atividades ilegais ou impróprias, o que poderá expor o Bankly a sanções, penalidades regulatórias, processos civis e/ou criminais, reivindicações fiscais, perdas monetárias, erros ou ajustes contábeis, danos à reputação ou outros efeitos adversos. Ainda, a percepção ou alegações de que o Bankly, seus funcionários, afiliados ou outras pessoas ou entidades associadas tenham se envolvido em qualquer conduta imprópria podem causar danos significativos à reputação e outros efeitos adversos.

As políticas e procedimentos do Bankly destinados a detectar e impedir o uso de sua rede bancária para lavagem de dinheiro, suborno, financiamento do terrorismo e atividades relacionadas por seus funcionários e agentes, podem não eliminar completamente as instâncias, onde sua rede bancária pode ser usada por outras partes para se envolver em lavagem de dinheiro e outras atividades ilegais ou impróprias, ou não pode impedir seus funcionários e agentes de se envolverem em transações ilícitas. Tais procedimentos e controles podem não ser completamente eficazes na prevenção às contrapartes de usar as relações estabelecidas com o Bankly para o ato de corrupção.

O Bankly pode ser adversamente afetada caso pessoas a ela ligadas (incluindo seu controlador, seus administradores, membros de sua equipe ou terceiros atuando em seu nome) sejam associados, ou mesmo acusados de estarem associados, à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo, à corrupção e a outras atividades ilícitas relacionadas ou, ainda, a estrutura do Bankly seja utilizada, mesmo que sem seu conhecimento, para lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, corrupção ou para outros fins ilegais ou impróprios. De acordo com a legislação anticorrupção brasileira aplicável, uma pessoa jurídica pode sofrer sanções em caso de infrações cometidas por outras sociedades de seu mesmo grupo econômico.

Alterações promovidas pelo Banco Central na taxa básica de juros podem afetar adversamente a condição financeira do Bankly.

A taxa SELIC, taxa básica de juros do sistema bancário brasileiro, tem oscilado frequentemente nos últimos anos. O Comitê de Política Monetária do Banco Central tem frequentemente ajustado a taxa SELIC, em razão de incertezas econômicas e para atingir os objetivos inflacionários e econômicos estabelecidos pelo Governo Federal.

Aumentos na taxa SELIC podem afetar adversamente o resultado das operações do Bankly, por meio da redução da demanda por crédito, do aumento dos custos de captação e aumento do risco de inadimplência dos clientes, dentre outros. Uma parcela significativa das receitas, despesas e passivos do Bankly está diretamente atrelada às taxas de juros. Em particular, a concessão de crédito tende a ser mais afetada pelo aumento da taxa básica de juros, o que pode causar um impacto adverso nos negócios do Bankly. Reduções na taxa básica de juros também podem afetar adversamente o resultado das operações do Bankly, por meio da redução da receita proveniente dos ativos geradores de receita e diminuição das margens, dentre outros. Não há como prever ou assegurar que as atuais taxas de juros praticadas pelo Banco Central serão mantidas.

Danos à reputação do Bankly podem prejudicar seus negócios e perspectivas

O Bankly depende da sua imagem e credibilidade no mercado para realizar seus negócios, atrair e manter seus clientes e empregados. Diversos fatores podem causar danos à sua reputação e criar uma percepção negativa a respeito do Bankly por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou reguladores, tais como o não cumprimento de obrigações legais, celebração de negócios irregulares com clientes, contratação de

4.1 Descrição dos fatores de risco

fornecedores que não assegurem uma conduta ética em seus negócios, vazamento de informações de clientes, má conduta de seus próprios colaboradores e falhas na gestão de riscos, entre outros.

Ademais, publicidade negativa relativa ao Bankly poderá acabar prejudicando os seus negócios. Ainda, ações tomadas por terceiros, inclusive fornecedores, como por exemplo, contratação de mão de obra infantil ou análoga à de escravo, práticas discriminatórias, atos ilícitos e de corrupção, ações contrárias às normas de saúde, segurança de trabalho, bem como socioambientais, podem, indiretamente, impactar a reputação do Bankly perante o mercado em geral.

O não estabelecimento ou preservação de reputação favorável entre os clientes e no mercado em geral poderão impactar de forma adversa os resultados operacionais e as condições financeiras do Bankly.

O Bankly pode ter insuficiência de capital para se enquadrar nas exigências de capital estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") e pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

As instituições financeiras brasileiras devem observar as diretrizes impostas pelo CMN e pelo BACEN semelhantes às diretrizes do Acordo da Basiléia relativas à adequação de capital, inclusive no que se refere ao capital mínimo. O Bankly não pode garantir que terá, no futuro, recursos suficientes ou meios disponíveis para sua capitalização e, assim, pode vir a ser incapaz de alcançar os requerimentos de adequação de capital impostos pelo CMN e pelo BACEN.

A inadequação às regras de capital mínimo poderá afetar negativamente a capacidade do Bankly de distribuir dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas, além de poder afetar adversamente sua capacidade de operação e concessão de empréstimos e fazer com que o Bankly tenha que vender ativos ou tomar outras medidas que podem afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira. O regulador poderá aplicar sanções ao Bankly pela inadequação de capital, incluindo processos administrativos, multas, inabilitação dos administradores e até mesmo a cassação da autorização de funcionamento, o que poderá ter um efeito material adverso sobre as condições operacionais e financeiras do Bankly.

O setor de bancos digitais no Brasil ainda é incipiente e altamente competitivo, em razão disso não é possível garantir que o Bankly conseguirá manter sua posição neste mercado.

O setor de bancos digitais brasileiro ainda está em seu estágio inicial e se apresenta altamente competitivo, fazendo, inclusive, que instituições financeiras consideradas tradicionais também adotem estratégias de atuação com acesso digital, concorrendo diretamente com clientes do Bankly (i) na consolidação da posição no mercado de contas bancárias digitais; (ii) no desenvolvimento de programas de benefícios para atrair e reter correntistas; e (iii) na expansão do portfólio de produtos digitais. O sucesso de concorrentes de clientes do Bankly pode acabar por afetar indiretamente o Bankly.

Muitos dos concorrentes dos clientes do Bankly, em particular bancos tradicionais ou sociedades a eles afiliadas, possuem recursos financeiros, operacionais e de marketing substancialmente maiores do que aqueles disponíveis ao Bankly. Em razão disso, tais concorrentes podem oferecer uma gama maior e melhor de produtos e serviços aos seus clientes, ou oferecer esses produtos e serviços a preços e taxas mais atrativos ou em melhores condições.

Além disso, outras instituições financeiras, incluindo as plataformas digitais de crédito (*fintechs*), passaram a atuar ativamente no segmento de bancos digitais no Brasil, aumentando ainda mais a concorrência.

Terceiros podem impedir o Bankly de usar a tecnologia necessária para fornecer seus serviços ou podem promover litígios de propriedade intelectual contra o Bankly.

O Bankly depende da propriedade intelectual desenvolvida por terceiros, incluindo *open source libraries*, para conduzir seus negócios, como patentes, programas de computador e licenças de uso, entre outros. Se o seu uso de propriedade intelectual de terceiros for considerado ilegal ou irregular, o Bankly pode ser impedida, inclusive judicialmente, de continuar a usar tais ativos.

Além disso, a incapacidade do Bankly de negociar uma licença para usar propriedade intelectual de terceiros que é essencial para seus negócios em termos aceitáveis poderia ocasionar a suspensão do uso da propriedade intelectual em questão ou a suspensão da oferta de serviços que incorporem tal propriedade intelectual. Nesses casos, o Bankly pode ser obrigado a indenizar o terceiro ou ser envolvido em litígios dispendiosos e complexos, o que, independentemente do resultado, poderia afetar materialmente os negócios e resultados das operações do Bankly.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Inadimplemento de outras instituições financeiras podem prejudicar os mercados financeiros de modo geral, assim como o Bankly.

A solidez de diversas instituições financeiras pode estar intimamente inter-relacionada em razão das relações de crédito, negociação, compensação ou outras relações entre as instituições. Em decorrência deste fato, preocupações sobre o inadimplemento de uma instituição podem ocasionar problemas de liquidez significativos ou prejuízos para, ou inadimplementos de outras instituições financeiras. Tal fato é ocasionalmente designado como “risco sistêmico” e pode prejudicar os intermediários financeiros, tais como agências de compensação, câmaras de compensação, bancos, corretoras, empresas de valores mobiliários e bolsas de valores, com os quais o Bankly interage diariamente e que podem ser clientes relevantes do Bankly.

Mudanças na legislação fiscal e previdenciária brasileira poderão afetar adversamente os resultados operacionais e a capacidade financeira do Bankly.

O governo brasileiro regularmente promulga reformas aplicáveis aos regimes tributários aos quais o Bankly e seus clientes são sujeitos. Tais reformas incluem mudanças na taxa de impostos aplicáveis e, ocasionalmente, a promulgação de taxas temporárias, cujos rendimentos são destinados para fins governamentais específicos. Os efeitos dessas alterações e quaisquer outras alterações resultantes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e não há garantia de que tais reformas não podem ter um efeito adverso sobre o negócio do Bankly. Além disso, tais mudanças podem gerar incertezas no sistema financeiro, aumentando o custo de empréstimos e contribuindo para o aumento da carteira de crédito.

Alterações na política tributária, incluindo a criação de novos impostos, podem ocorrer com relativa frequência e tais mudanças podem ter um efeito adverso sobre a posição financeira do Bankly ou resultados operacionais.

A extensa regulamentação dos negócios do Bankly poderá limitar as suas atividades e o afetar de forma negativa.

O setor de serviços financeiros está sujeito à extensa regulamentação. As exigências impostas pelos reguladores se destinam a assegurar a integridade dos mercados financeiros e proteger os clientes e terceiros. Existem custos substanciais para cumprimento de tal regulamentação e tais custos afetam o resultado operacional do Bankly e mudanças na regulamentação podem incrementar tais custos.

O Bankly corre o risco de intervenção significativa por parte de autoridades regulatórias, inclusive atividade de fiscalização e de auditoria, adoção de novas regulamentações mais onerosas ou restritivas e ainda processos judiciais ou administrativos que poderão acarretar sanções substanciais. Dentre outros fatores, o Bankly pode ser multado ou impedido de praticar certas atividades comerciais. Ademais, recentes retrações do mercado levaram a diversas propostas de regulamentação adicional do setor de serviços financeiros. Essas regulamentações podem limitar as atividades comerciais do Bankly, aumentando os custos para sua observância.

O Governo Federal exerce influência sobre a economia brasileira e ações governamentais podem afetar negativamente o mercado brasileiro e os negócios do Bankly, sua condição financeira e o resultado de suas operações.

As políticas econômicas, incluindo as de crédito, monetária, fiscal e cambial, entre outras, são utilizadas como instrumentos para manter o funcionamento do sistema econômico do Brasil. Nesse contexto, as mudanças nos regulamentos em relação a controles cambiais, impostos e outras áreas, aplicáveis aos serviços que instituições financeiras oferecem, podem afetar adversamente os negócios, situação financeira e resultados operacionais do Bankly.

Descontrole da inflação, grandes variações cambiais, instabilidade social e outros acontecimentos políticos, econômicos e diplomáticos, assim como a resposta do Governo Brasileiro a tais eventos, podem afetar negativamente os negócios e estratégia do Bankly. Além disso, a incerteza em relação às diretrizes da política econômica pode contribuir para a desconfiança dos agentes financeiros e aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro, bem como no preço dos títulos de emissores brasileiros. Não é possível prever de forma assertiva que a aprovação de reformas legislativas provocará impactos econômicos positivos no Brasil. Um ambiente de incerteza político e/ou econômico pode afetar e provocar impactos adversos.

Não há como o Bankly estimar o impacto de eventuais mudanças na condução da política econômica e/ou fiscal brasileira, nem como prever como as medidas atuais ou futuras podem impactar o negócio do Bankly. Ademais, devido ao contexto econômico e político atual, existem incertezas substanciais com relação às políticas econômicas futuras e o

4.1 Descrição dos fatores de risco

Bankly não pode prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e se essas políticas irão afetar de maneira negativa a economia ou o negócio ou desempenho financeiro do Bankly. Quaisquer mudanças nas exigências de capital regulatório para crédito, exigências de reserva, ou regulamentações sobre produtos e serviços, dentre outras, ou incerteza política contínua pode ter impacto negativo relevante nos negócios do Bankly.

d. seus administradores

A Companhia pode ser adversamente afetada caso pessoas a ela ligadas (incluindo seu controlador, seus administradores, membros de sua equipe ou terceiros atuando em seu nome) sejam associados, ou mesmo acusados de estarem associados, à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo, à corrupção e a outras atividades ilícitas relacionadas ou, ainda, a estrutura da Companhia seja utilizada, mesmo que sem seu conhecimento, para lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, corrupção ou para outros fins ilegais ou impróprios. De acordo com a legislação anticorrupção brasileira aplicável, uma pessoa jurídica pode sofrer sanções em caso de infrações cometidas por outras sociedades de seu mesmo grupo econômico.

e. seus fornecedores

A Companhia contrata armazenamento dos dados e informações produzidos em suas operações diretamente na rede mundial de computadores (armazenamento em "nuvem"). Eventuais interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação pelos responsáveis pelo armazenamento desses dados ou informações poderão acarretar a perda ou divulgação de informações relevantes, a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser, direta ou indiretamente, afetados por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia.

As operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação. Os dados e informações gerados em suas operações são processados e armazenados em servidores virtuais diretamente na rede mundial de computadores (armazenamento em "nuvem"). Caso esses servidores tenham seu funcionamento interrompido por falhas próprias, falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis, pode haver a interrupção temporária das operações da Companhia.

Ainda, a LGPD estabelece responsabilidade solidária entre os controladores de dados, como a Companhia, e os operadores de dados, definidos como os agentes que realizam tratamento de dados pessoais em seu nome e no seu interesse, sempre que os controladores de dados estiverem diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais pelos operadores. Isto significa que as violações à legislação de proteção de dados por contratados e subcontratados da Companhia que realizem tratamento de dados em seu interesse, inclusive os provedores de aplicativos e conexão na internet, poderão resultar em deveres de compensação e indenização perante terceiros à Companhia, que poderão gerar custos e despesas relevantes e impactar os resultados financeiros da Companhia e sua reputação.

A Companhia conta com terceiros para direcionar tráfego para o site, e esses provedores podem alterar os algoritmos ou os preços dos mecanismos de pesquisa de maneira a afetar negativamente os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de atrair consumidores de maneira eficiente. No que diz respeito aos canais de *marketing*, a Companhia se aproveita de relacionamentos com provedores de serviços *on-line*, mecanismos de pesquisa, mídias sociais e outros sites e negócios de comércio eletrônico para fornecer conteúdo, banners publicitários e outros links que direcionam os consumidores ao site da Companhia. A Companhia utiliza esses relacionamentos para fornecer fontes de tráfego incremental para seu site. Em particular, usamos mecanismos de pesquisa, como Google, Bing e Yahoo! e as principais lojas de aplicativos para celular, como canais de *marketing*. As empresas de mecanismos de pesquisa alteram seus algoritmos naturais periodicamente, e a classificação da Companhia nas pesquisas naturais pode ser afetada negativamente por essas alterações. As empresas de mecanismos de pesquisa também podem determinar que a Companhia não está em conformidade com suas diretrizes e, consequentemente, a penalizar em seus algoritmos. Se os mecanismos de pesquisa alterarem ou penalizarem a Companhia com seus algoritmos, termos de serviço, exibição e apresentação dos resultados de pesquisa, ou se a concorrência por anúncios aumentar, talvez a Companhia não consiga direcionar parte dos consumidores ao seu site e aplicativos. Como resultado, os negócios, resultados operacionais e condições financeiras da Companhia podem ser negativamente afetados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores e Parceiros Comerciais não venham a utilizar práticas irregulares, podendo causar danos à sua imagem, marcas e resultados financeiros.

A Companhia não pode garantir que alguns de seus fornecedores e Parceiros Comerciais não venham a apresentar irregularidades em suas operações por descumprimento de legislações tributária, trabalhista, socioambiental e anticorrupção. É possível que tais parceiros e/ou fornecedores se utilizem da quarteirização da cadeia produtiva, ou mesmo que venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos. Por meio deste modelo, a Companhia atua como intermediária das transações de venda, não estando sob seu controle o cumprimento das obrigações e responsabilidades dos parceiros perante os respectivos usuários. Embora a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) determine que o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, referido artigo é objeto de Ação de Direta de Inconstitucionalidade, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal nos próximos meses. Caso essa disposição seja declarada inconstitucional, haverá um aumento exponencial da responsabilidade civil da Companhia por produtos e serviços comercializados pelos Parceiros Comerciais por meio de suas plataformas, que poderão resultar em prejuízos financeiros relevantes. Além disso, caso algum desses parceiros não cumpra com suas obrigações perante os usuários, a Companhia pode ter seus indicadores de atendimento aos usuários impactados negativamente, sofrer sanções de órgãos reguladores e verificar aumento do número de ações judiciais na esfera cível e tributária, dentre outros. Caso a materialização deste risco ocorra, a Companhia poderá ter prejuízos com sua imagem e, em consequência, perda de atratividade perante seus usuários, com impacto direto na redução de sua receita líquida e resultado operacional, afetado também por sanções, como multas, a serem aplicadas por órgãos competentes. Ademais, poderá sofrer queda no valor das ações de sua emissão.

Uma paralisação do trabalho ou uma greve significativa por parte dos nossos funcionários pode afetar as nossas operações*.*

Os nossos funcionários são representados por sindicatos e estão assegurados por acordo ou convenção coletiva, o qual está submetido a renegociações periódicas nos prazos estabelecidos por lei. Greves e paralisações dos trabalhos ou outra interrupção de trabalho em qualquer dos nossos estabelecimentos que perturbe terceiros, tais como fornecedores de bens ou serviços podem ter um efeito material adverso no nosso negócio, resultados da operação ou condição financeira.

Podemos ser responsáveis por obrigações fiscais, trabalhistas, ambientais e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, ambientais e previdenciárias, podemos ser responsabilizados solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem materialmente nos afetar adversamente, inclusive a nossa imagem. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte dentro de nossas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossos negócios.

Além disso, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelas dívidas trabalhistas, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos trabalhistas por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades. Neste caso, a imagem, os negócios e resultados financeiros da Companhia podem ser adversamente afetados.

f. seus clientes

Precisamos identificar e responder rapidamente e com sucesso a mudanças nas preferências dos consumidores.

O sucesso de nossas vendas e resultados de operações depende da nossa capacidade de identificar, prever e responder prontamente a mudanças e possíveis mudanças nas tendências do mercado (incluindo *design*, estilo, qualidade, tecnologia) e preferências dos nossos clientes. Se não gerenciarmos nossos produtos com precisão, nos mantermos atualizados com as tendências mais recentes ou ajustarmos nossos produtos com êxito às preferências dos clientes, e, portanto, pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e a imagem de nossas marcas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Estamos expostos a riscos relacionados ao endividamento dos nossos clientes.

Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes, sensível a estes fatores, pode se tornar inadimplente, causando piora significativa em nossos negócios. Além disso, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso a demanda por crédito ao consumidor diminua ou, por parte do Governo, surja algum tipo de restrição à extensão de crédito ao consumidor. Qualquer um destes riscos pode afetar negativamente o nosso fluxo de caixa e consequentemente os nossos negócios.

Podemos ser responsabilizados por perdas causadas por nossos serviços aos consumidores, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

As leis de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Nesse sentido, quaisquer pleitos de defesa do consumidor, incluídas as demandas originadas pelas autoridades municipais, estaduais ou federais, tais como a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e o Ministério Público, podem afetar negativamente os nossos negócios. No caso de sermos responsabilizados em um processo judicial ou administrativo, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação e resultados.

Na hipótese de não conseguirmos oferecer suporte de qualidade, nossa imagem, reputação e negócios poderão ser afetados adversamente.

Nossos clientes contam com nossa equipe de suporte para ajudá-los a implantar, utilizar e resolver problemas técnicos e operacionais relacionados aos nossos produtos e serviços. A manutenção de um serviço de suporte de qualidade é fundamental para expandirmos nossos negócios e buscarmos novos clientes. Conforme vamos expandindo nossas operações, precisaremos investir na atual estrutura de suporte existente, o que pode aumentar significativamente nossos custos e despesas operacionais. Adicionalmente, eventuais falhas em auxiliar nossos clientes a resolver seus problemas técnicos e operacionais ou em prestar suporte eficiente, de qualidade e de forma condizente com a demanda decorrente de nosso crescimento, poderá prejudicar nossa imagem, reputação, a captação de novos clientes e a renovação e expansão de nosso relacionamento com clientes existentes, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Outros fatores de risco relacionados aos clientes da Companhia estão descritos no subitem (a) deste item 4.1 do Formulário de Referência da Companhia.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

O Governo Federal está constantemente promovendo modificações na regulação do comércio, da Internet e dos cartões de crédito, e tais mudanças poderão afetar nossos negócios adversamente.

A Companhia está sujeita a regulamentações e leis comerciais, bem como a leis que regem a Internet e o comércio eletrônico. Não existe atualmente diferenciação entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a dificultar o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem abranger tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar nosso negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por nossos produtos e serviços e um aumento nas nossas despesas operacionais.

O BACEN instituiu e regulamentou o arranjo de pagamentos instantâneos (PIX), o qual compreende o pagamento instantâneo e cujo serviço está disponível durante 24 horas por dia, sete dias por semana e em todos os dias no ano. A futura participação da Companhia, de modo a englobar à sua plataforma a modalidade de pagamento PIX, poderá trazer dificuldades na preparação da estrutura operacional exigida, o que poderá gerar reclamações e demandas administrativas e judiciais por clientes e dificuldades na retenção de clientes e exigir investimentos adicionais não previstos, o que poderá impactar seus resultados financeiros negativamente, assim como a sua reputação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, o Governo Federal implantou recentes mudanças na regulamentação das operações com cartões de crédito, com o intuito de reduzir as taxas de juros aplicáveis ao financiamento do saldo da fatura. Mudanças regulatórias relacionadas às operações com cartões de crédito, podem implicar a redução das receitas financeiras de nossos parceiros decorrentes dos juros praticados em tais operações, afetar negativamente as nossas parcerias para oferta dos cartões de crédito com a marca "Méliuz" e, consequentemente, os nossos resultados.

O setor de varejo é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis, como o enfrentado pelo Brasil nos últimos tempos.

Historicamente, o setor varejista tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico geral que levaram à queda nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, a ocorrência de epidemias ou pandemias e qualquer que resulte na queda da demanda de consumo, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira, ou na economia mundial com reflexo na economia brasileira, podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, em especial o consumidor da Classe C, que tem menos acesso a crédito que as classes A e B, mais dificuldade para refinanciar dívidas e potencialmente mais afetado pelo aumento do desemprego. Tais situações poderão afetar adversamente as vendas dos Parceiros Comerciais da Companhia e, consequentemente, o resultado operacional e situação financeira da Companhia em virtude da redução da comissão que esta faria jus pela intermediação da venda do respectivo produto.

No decorrer do ano de 2022 e, com perspectiva de manutenção ao longo de todo o ano de 2023, o Governo Brasileiro falhou no controle da inflação, de modo que a sua manutenção em patamares elevados por um longo período de tempo pode afetar negativamente os resultados operacionais e condição financeira da Companhia, impactando negativamente sua capacidade de cumprir com obrigações, dado que possui diversos contratos que são ajustados pelos índices de inflação. Por outro lado, pressões inflacionárias podem afetar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos.

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil, periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito para reduzir ou aumentar o consumo e, consequentemente, controlar a taxa de inflação. Tais regulamentações incluem, entre outras ferramentas, (i) alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e em outras operações; (ii) a regulação do prazo máximo dos financiamentos; e (iii) a imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas regulamentações podem reduzir a capacidade dos usuários da plataforma da Companhia em obter crédito junto a instituições financeiras. Alguns desses controles podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que reduzam o acesso a créditos junto a instituições financeiras, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o resultado operacional e a situação financeira da Companhia.

Ainda, as atividades da Companhia podem ser influenciadas pelo aumento da taxa de crescimento da população e pelo aumento de sua renda. A redução ou desaceleração em tal crescimento poderá afetar negativamente as suas vendas, seu resultado operacional e a sua situação financeira.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

A regulamentação da Internet e do comércio eletrônico é recente, limitada e está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar os negócios da Companhia.

Atualmente, o tratamento de dados pessoais no Brasil é regulado por uma legislação complexa e as autoridades governamentais têm se mostrado cada vez mais sensíveis e atuantes em questões relacionadas à privacidade e dados pessoais. Eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação podem resultar em indenizações e na perda da confiança de seus usuários na segurança dos serviços, afetando adversamente as receitas da Companhia.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme alterada ("Constituição Federal Brasileira") e pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas

4.1 Descrição dos fatores de risco

envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. Além disso, outras leis setoriais tutelam o tratamento de dados pessoais no Brasil, como o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

A incerteza jurídica proveniente do Marco Civil da Internet permite que diferentes juízes ou tribunais decidam de forma diversa em processos de objetos semelhantes, resultando em jurisprudência contraditória. Um dos temas abordados pelo Marco Civil da Internet, que ainda está sendo debatido e gera controvérsia, é sobre a responsabilidade civil dos provedores de aplicação em relação ao conteúdo divulgado em plataformas digitais por terceiros estar condicionada a uma ordem judicial específica para remoção do conteúdo ilícito. Essa insegurança jurídica pode sujeitar a Companhia em ser responsabilizada pelo conteúdo que é divulgado pelos Parceiros Comerciais.

Apesar do Código de Defesa do Consumidor ter estabelecido algumas regras específicas para contratação no âmbito do comércio eletrônico, não há atualmente distinção significativa entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo.

Ainda, quando foi aprovada a LGPD, as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas setoriais. A LGPD, trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia, especialmente as empresas que tratam um grande volume de dados pessoais, como é o nosso caso. A referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas pela Companhia. A Companhia poderá enfrentar dificuldades em cumprir a LGPD, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações que serão introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação clara e unificada ou ausência de segurança jurídica. Tendo em vista o largo volume de dados pessoais tratados, a Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, sujeitando-se a perdas financeiras e de reputação o que pode afetar significativamente os nossos resultados financeiros. Em caso de infrações às normas da LGPD, a Companhia estará sujeita, além da responsabilidade civil, às sanções previstas em tal lei, conforme já mencionado neste Formulário de Referência.

Além disso, as leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento *online*, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar os negócios da Companhia, ocasionando uma diminuição na demanda por seus produtos e serviços e um aumento nas despesas operacionais.

A Companhia pode sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação tributária brasileira ou a conflitos em sua interpretação.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus usuários, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como o cancelamento de benefícios em vigor.

Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente sua lucratividade. Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Consequentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que se baseia para realizar suas transações.

Não podemos garantir que seremos capazes de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às operações da Companhia, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

Atualmente, existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria alguns tributos federais, estaduais e/ou municipais, dentre eles, por exemplo, IPI, PIS, COFINS, ICMS e o ISS, para a criação de um ou mais tributos incidentes sobre o consumo. Destaca-se também o PL 2.337/2021, o qual propõe

4.1 Descrição dos fatores de risco

alterações significativas na legislação do imposto sobre a renda, como a diminuição gradual da alíquota incidente no imposto sobre a renda de pessoas jurídicas de 15% para 12,5% em 2022 e 10% em 2023.

A Companhia não pode assegurar que não haverá mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, ou em suas interpretações, que eventualmente poderão alterar sua carga tributária e seus incentivos fiscais, ou que os incentivos fiscais serão efetivamente mantidos nas atuais condições até o final de seus prazos de vigência, ou que será capaz de renovar os incentivos fiscais em condições favoráveis depois de expirados seus prazos atuais.

Se a Companhia perder os benefícios das isenções fiscais federais oferecidas pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, conforme alterada ("Lei do Bem"), seus negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser negativamente afetados.

A Lei nº 11.196/2005 ("Lei do Bem") institui incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. Dessa forma, a partir de janeiro de 2019, a Companhia passou a usufruir de um dos incentivos previstos em tal lei, qual seja, a dedução, para efeito de apuração do lucro líquido, de valor correspondente à soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica classificáveis como despesas operacionais pela legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, esses incentivos fiscais totalizaram R$3.907 mil. Para os anos de 2021 e 2022 não houveram incentivos.

Não podemos assegurar que os incentivos serão integralmente mantidos. Qualquer suspensão, modificação, cancelamento ou a não renovação dos incentivos fiscais com as mesmas características pode ter um efeito adverso nos nossos resultados.

A Companhia pode ser considerada responsável por danos causados por seus produtos ou serviços a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

A legislação de defesa do consumidor imputa à Companhia o ônus da prova na demanda de um cliente, colocando-a em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, essas podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Penalidades podem ser aplicadas pelas Agências de Proteção ao Consumidor (PROCON), que supervisionam os problemas dos consumidores de acordo com o distrito. As empresas que operam em todo o Brasil podem sofrer multas em face do PROCON, bem como da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). As empresas podem resolver reclamações feitas pelos consumidores por meio do PROCON pagando uma indenização por violações diretamente aos consumidores e por meio de um mecanismo que permita ajustar sua conduta, denominada contrato de ajuste de conduta (Termo de Ajustamento de Conduta – TAC). Os promotores públicos brasileiros também podem iniciar investigações de supostas violações dos direitos do consumidor, e o mecanismo TAC também está disponível como uma sanção nesses processos. As empresas que violam TACs enfrentam possíveis multas automáticas. O Ministério Público brasileiro também pode ajuizar ações civis públicas contra empresas que violam os direitos do consumidor, buscando uma observação rigorosa das leis de proteção ao consumidor e compensação por quaisquer danos aos consumidores. Caso enfrentemos restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor, nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia era parte passiva em processos de natureza consumerista, incluindo reclamações relativas a produtos ou procedimentos de parceiros comerciais. Novas ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos contra a Companhia sob as alegações de que seus produtos ou serviços estavam viciados, defeituosos, deteriorados ou adulterados; alegações de que os consumidores não receberam informações adequadas entre outras alegações. Decisões desfavoráveis envolvendo, individual ou conjuntamente, valores substanciais em qualquer ação poderão impactar o resultado da Companhia e sua condição financeira. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão impactar a imagem da Companhia afetando, consequentemente, suas vendas e reputação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, mesmo com relação aos produtos comercializados por Parceiros Comerciais por meio do *shopping*, a Companhia poderá ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente no caso de ações judiciais demandadas por seus clientes, ocasionando também um impacto negativo à imagem da Companhia e seus resultados.

i. países estrangeiros em que o emissor atue

***A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da GDPR e poderá ser afetada adversamente pelo investimento na adoção de medidas para adequação à legislação, bem como aplicação de multas e outros tipos de* sanções *em hipótese de não adequação ou descumprimento*.**

A Picodi.com, sociedade controlada pela Companhia sediada na Polônia, em função do tratamento de dados de pessoas localizadas na União Europeia realizado, está sujeita às sanções da *General Data Protection Regulation* ("GDPR"), que foi aprovada em abril de 2016 e entrou em vigor em maio de 2018, na medida em que a Companhia, através da Picodi, realize o tratamento de dados pessoais no contexto de atividades de um estabelecimento localizado na União Europeia ou quando ofereçam produtos e serviços direcionados a pessoas naturais localizadas na União Europeia.

A GDPR inclui disposições sobre direitos dos titulares de dados pessoais, princípios aplicáveis aos tratamentos de dados pessoais, as bases legais que autorizam o tratamento de dados pessoais em termos exaustivos, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos, as transferências internacionais de dados pessoais, o papel das autoridades de supervisão, dentre outras disposições. O descumprimento das determinações estabelecidas em tal regulamento, pode acarretar multas que podem chegar a 4% (quatro por cento) da receita anual global da sociedade ou 20 (vinte) milhões de euros, o que for maior, além de divulgação do incidente para o mercado e até a suspensão de suas atividades.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela controlada da Companhia sediada na União Europeia e eventual descumprimento da GDPR, podem acarretar multas elevadas para a Companhia e outras sanções, a serem aplicadas por entidades estrangeiras ou danos à reputação, o que pode ter um efeito adverso sobre a Companhia e seus negócios, reputação e resultados operacionais.

As operações internacionais da Companhia estão sujeitas a desafios comerciais e regulatórios variados e crescentes, e a possível incapacidade da Companhia de adaptação aos cenários diversificados e em constante mudança dos mercados internacionais pode afetar negativamente os negócios da Companhia.

As operações internacionais da Companhia demandam atenção e recursos da administração da Companhia, bem como exigem que a Companhia esteja em conformidade com uma grande variedade de culturas, práticas comerciais, legislações e políticas locais. As operações internacionais da Companhia estão sujeitas a diversos riscos, incluindo:

(i) a capacidade de manter a satisfação dos seus parceiros e clientes de modo que seus produtos e serviços ofertados continuem a atrair parceiros de alta qualidade;

(ii) a capacidade de responder com sucesso aos desafios macroeconômicos, incluindo os reflexos da pandemia do COVID-19, e a capacidade de otimizar a oferta de acordo com as preferências dos consumidores em períodos específicos;

(iii) instabilidade e incerteza política, econômica e civil (incluindo atos de terrorismo, protestos, greves, violência, eclosões de guerra, surgimento de pandemias ou outras doenças);

(iv) imposição de controles de câmbio ou preço;

(v) flutuações das taxas de câmbio de moeda;

(vi) imposição de restrições às exportações de serviços;

(vii) influência política de governos locais em comunidades onde a Companhia atua que exigem investimentos ou outros gastos;

(viii) fortes concorrentes locais, que podem compreender melhor o mercado local e/ou ter maiores recursos no mercado local;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(ix) a capacidade da Companhia de utilizar uma plataforma tecnológica para operar seus negócios sem interrupções ou atrasos significativos;

(x) dificuldades de integração com fornecedores de pagamentos locais, incluindo bancos, redes de cartões de crédito e de débito e sistemas eletrônicos de transferência de fundos;

(xi) a capacidade da Companhia de consultar e negociar de forma rápida e eficaz sobre assuntos variados com os conselhos e sindicatos aos quais seus colaboradores internacionais venham a ser vinculados, incluindo decisões estratégicas e demais assuntos críticos relacionados às suas atividades, o que pode resultar no atraso na execução de ações-chave ou afetar negativamente a qualidade dos produtos e serviços da Companhia, bem como resultar no aumento de custos;

(xii) dificuldade em termos de contratação pessoal, desenvolvimento e gestão de operações estrangeiras, através centros de serviços partilhados centralizados;

A Companhia está sujeita a leis, requisitos e regulamentos que se aplicam às suas operações internacionais (incluindo potenciais multas e sanções que podem ser impostas por descumprimento desses requisitos), tais como: requisitos de privacidade e proteção de dados, incluindo a GDPR, e leis que proíbem certos pagamentos a funcionários governamentais, regulamentos bancários e de processamento de pagamentos e regulamentos anticoncorrenciais, licenças e certificações empresariais, tributação (incluindo a diretiva da União Europeia sobre *gift cards* e cupons, imposto sobre serviços digitais e regulamentos semelhantes), leis de proteção do consumidor, incluindo as que restringem os tipos de serviços que a Companhia pode oferecer, bancos e transmissão de dinheiro, que podem limitar ou impedir a oferta dos serviços da Companhia em algumas jurisdições, causando despesas de conformidade imprevistas ou limitando a capacidade da Companhia de cumprir obrigações contratuais, entre outros.

O custo do cumprimento destas várias, e, por vezes conflituosas, leis e regulamentos pode vir a ser significativo, bem como a Companhia pode assegurar que os seus funcionários ou agentes não violem tais leis e regulamentos, ou mesmo políticas internas da Companhia.

Como consequência desses riscos, o resultado operacional, a reputação e as condições financeiras das operações nessas regiões onde a Companhia possui operações podem ser negativamente impactados.

j. questões sociais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia atua apenas por meio de plataforma virtual.

k. questões ambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia atua apenas por meio de plataforma virtual.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia atua apenas por meio de plataforma virtual.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

i. fatores macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como o coronavírus ("COVID-19"), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Os mercados de países emergentes, como o Brasil, oferecem risco maior do que o de países considerados desenvolvidos.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido. O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Dessa forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez de nossas ações e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de nossa emissão de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado de nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência. Para mais informações a respeito dos efeitos do COVID-19 nos mercados de valores mobiliários, vide acima "*O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia*".

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam intervenções nas taxas de juros e no mercado de câmbio, mudança das políticas fiscais, controle de preços, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

(1) taxas de juros;

(2) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;

(3) política monetária;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(4) flutuações cambiais;

(5) alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;

(6) Inflação;

(7) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;

(8) expansão ou contração da economia brasileira;

(9) política fiscal e alterações na legislação tributária;

(10) controle sobre importação e exportação;

(11) instabilidade social e política; e

(12) outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. A título ilustrativo, destaca-se o PL 2.337/2021, o qual propõe alterações significativas na legislação do imposto sobre a renda, como a diminuição gradual da alíquota incidente no imposto sobre a renda de pessoas jurídicas.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia, gerando consequências negativas aos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.). Consequentemente, a incerteza sobre se o governo brasileiro fará as reformas econômicas necessárias para melhorar a situação das contas públicas e da economia tem levado a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da descoberta de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, o que culminou com o *impeachment* da ex-Presidente da República Dilma Rousseff em 2016 e com ações contra seu sucessor e sua equipe.

A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de mercado de suas ações. Adicionalmente, operações investigativas como Lava Jato e similares podem resultar em riscos reputacionais, pois, historicamente, o cenário político do Brasil influencia o desempenho da economia do país, razão pela qual crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e do público em geral, o resultaria na desaceleração do valor das ações da empresa no mercado.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em abril de 2021, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal para apurar eventuais ações e omissões do governo federal no enfrentamento à pandemia da COVID-19. Não é possível prever qual será o resultado desta CPI e quais podem ser seus impactos no cenário político nacional.

As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

Adicionalmente, qualquer dificuldade do Governo Federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente da República tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos. Não podemos prever quais políticas o Presidente da República irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira.

Qualquer um dos fatores acima poderá criar incertezas políticas, fato que poderá impactar negativamente a economia brasileira e, por consequência, nossos negócios.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países ou regiões podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países ou regiões, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países ou regiões pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos.

Acontecimentos em outros países e seus mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de nossa emissão, tal como a recente tensão política entre Estados Unidos e Irã o surto mundial do COVID-19 no mundo, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais esteja aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar nossa liquidez, nosso valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de nossas suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação das nossas ações, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários da Companhia.

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de *rating* avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências

4.1 Descrição dos fatores de risco

macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu o grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

(1) Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu *rating* para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor's manteve o *rating* de crédito do Brasil em BB, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa.

(2) Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo.

(3) A Fitch rebaixou o *rating* de crédito brasileiro para BB- em fevereiro de 2018. Em maio de 2020, a Fitch manteve o rating de crédito do Brasil em BB-, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa, citando a deterioração dos cenários econômico e fiscal brasileiro e de riscos de piora para ambas as dimensões, diante da renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia de COVID-19.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre nós e sobre o preço de mercado das nossas ações ordinárias.

Historicamente, o Brasil passou por altas taxas de inflação. A inflação, bem como medidas governamentais criadas para combatê-la tiveram um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira, particularmente antes da introdução da reforma monetária (o Plano Real) em julho de 1994. A taxa de inflação no Brasil, conforme medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, publicada pelo IBGE, foi 5,79% em 2022, 10,06% em 2021 e 4,5% em 2020, . Pressões inflacionárias persistem e medidas tomadas em um esforço de conter a inflação, juntamente da especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, contribuíram, no passado, para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários, o que pode causar efeitos adversos em nós.

Como resultado de pressões inflacionárias e instabilidade macroeconômica, o Governo Federal adotou historicamente políticas monetárias que resultaram em altas taxas de juros no Brasil. O Banco Central define as taxas de juros básicas geralmente disponíveis ao sistema bancário brasileiro, com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. O aumento nas taxas de juros pode afetar negativamente nosso custo de financiamento, incluindo o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes de caixa.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar, e a instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre nossos resultados operacionais. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio de venda de dólar foi de R$ 5,21 por US$ 1,00, em 31 de dezembro de 2021, de R$5,58 por US$ 1,00 e R$5,1967 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2020.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, por conta da retração no consumo e aumento dos custos da Companhia. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispomos da capacidade de prevê-la. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A nossa Companhia é dependente de seus principais Parceiros Comerciais (conforme definido abaixo), que representam uma parte significativa do seu faturamento. O rompimento da relação comercial da nossa Companhia com seus principais Parceiros Comerciais ou a ocorrência de eventos que impactem seus resultados negativamente podem lhe afetar adversamente.

A nossa Companhia atua como uma plataforma de *shopping*, através de site, aplicativo e/ou extensão de navegadores de internet, por meio da qual seus usuários podem comprar produtos e serviços oferecidos por parceiros comerciais da Companhia ("Parceiros Comerciais"). A nossa Companhia não escolhe quais itens serão listados, nem estabelece preços ou outras decisões relacionadas aos produtos e serviços vendidos pelos Parceiros Comerciais nessas plataformas. A nossa Companhia não garante que seus Parceiros Comerciais estarão sempre aptos a oferecer aos seus consumidores os produtos e serviços que procuram. Os principais direcionadores dos negócios da nossa Companhia estão fora de seu controle e a nossa Companhia depende da preferência contínua de milhões de usuários individuais por serviços online de terceiros.

O nosso faturamento e a receita são vinculados aos resultados obtidos por nossos Parceiros Comerciais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía três Parceiros Comerciais que respondiam, individualmente, por mais de 10% das receitas líquidas da Companhia - Vide item 1.5 deste Formulário de Referência para mais informações.

Os contratos com Parceiros Comerciais poderão ser rescindidos, inclusive de forma imotivada, ou não ser renovados em condições semelhantes quando dos seus vencimentos. A rescisão ou a impossibilidade de renovação destes contratos poderá gerar um efeito material adverso nos resultados da nossa Companhia. Uma eventual diminuição na venda dos produtos comercializados pelos Parceiros Comerciais, por qualquer razão (inclusive por dificuldades financeiras ou operacionais desses Parceiros Comerciais), a redução das atividades destes Parceiros Comerciais, bem como desenvolvimento de novas estratégias para fidelização de seus respectivos usuários, são fatores que podem causar efeito adverso relevante para a nossa Companhia e para a nossa situação financeira.

Somos dependentes dos usuários de nossas plataformas eletrônicas, os quais estão sujeitos a alterações dos hábitos de consumo e a novas preferências tecnológicas, fatores substancialmente fora do controle da Companhia.

Nossos negócios dependem substancialmente de usuários que se cadastram nas plataformas eletrônicas da nossa Companhia e da atividade comercial e financeira que nossos usuários geram ao consumir produtos e serviços de nossos Parceiros Comerciais. Estamos sujeitos a alterações de hábitos de consumo e de demanda por produtos e serviços por parte de nossos usuários. Ainda, as atuais plataformas eletrônicas da nossa Companhia podem não ser capazes de acompanhar a transformação digital e tornarem-se obsoletas, afetando adversamente a nossa capacidade de atender às necessidades de nossos usuários. Dessa forma, podemos não ser capazes de nos antecipar ou responder de forma adequada às mudanças de hábito de nossos usuários e podemos não ser capazes de nos adaptar de forma suficientemente rápida para atender às preferências tecnológicas dos nossos usuários ou aos padrões do setor.

A perda de usuários ou a redução de transações de usuários junto aos Parceiros Comerciais são fatores que poderão afetar de forma significativa e adversa os nossos negócios e, por consequência, os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

Operamos em mercados competitivos onde o aumento da competição pode afetar nossa participação nestes mercados e estratégia de preços.

A concorrência pelo reconhecimento e preferência de marca é intensa entre os serviços de pesquisa de produtos online e *shopping*, globalmente e nas principais regiões geográficas. Se não conseguirmos preservar e aumentar efetivamente o reconhecimento da nossa marca, podemos não conseguir manter ou aprimorar o reconhecimento da nossa marca e afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Ainda, podemos enfrentar concorrência em todos os mercados em que atuamos uma vez que eles apresentam reduzidas barreiras de entrada. Tais eventuais concorrentes podem contar com: (i) recursos tecnológicos de ponta; (ii) acesso a mercados de capitais estrangeiros a custos mais baixos e líquidos; e (iii) melhores condições de financiamento que as encontradas no Brasil. Caso não sejamos capazes de nos manter competitivos devido às reduzidas barreiras de entrada ou caso não consigamos responder adequadamente às estratégias de nossos eventuais concorrentes, poderemos ter a

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

nossa participação em um ou mais mercados que atuamos reduzida, o que consequentemente reduziria nossas receitas e criaria uma pressão sobre os preços de nossos produtos e serviços, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam intervenções nas taxas de juros e no mercado de câmbio, mudança das políticas fiscais, controle de preços, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

(1) taxas de juros;

(2) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;

(3) política monetária;

(4) flutuações cambiais;

(5) alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;

(6) Inflação;

(7) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;

(8) expansão ou contração da economia brasileira;

(9) política fiscal e alterações na legislação tributária;

(10) controle sobre importação e exportação;

(11) instabilidade social e política; e

(12) outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. A título ilustrativo, destaca-se o PL 2.337/2021, o qual propõe alterações significativas na legislação do imposto sobre a renda, como a diminuição gradual da alíquota incidente no imposto sobre a renda de pessoas jurídicas.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia, gerando consequências negativas aos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países ou regiões podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países ou regiões, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países ou regiões pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos.

Acontecimentos em outros países e seus mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de nossa emissão, tal como a recente tensão política entre Estados Unidos e Irã o surto mundial do COVID-19 no mundo, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais esteja aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar nossa liquidez, nosso valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de nossas suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação das nossas ações, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças de câmbio e taxas de juros.

i. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, antecipações de earn-out, earn-out a pagar e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, se houver. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 475/08, com o objetivo de estimar o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia, considerando três cenários na variável de risco considerada: cenário mais provável, na avaliação da Companhia; deterioração de 25% (cenário adverso possível) na variável de risco; deterioração de 50% (cenário adverso remoto).

As estimativas apresentadas, por serem fundamentadas em simplificações estatísticas, não refletem necessariamente os montantes apuráveis nas próximas demonstrações contábeis. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

Adicionalmente, a Companhia deve apresentar em sua análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros os riscos que podem gerar prejuízos materiais direta ou indiretamente considerando os seguintes elementos, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08:

- O cenário provável é definido como o cenário esperado pela administração da Companhia e referenciado por fonte externa independente;
- O cenário adverso possível considera uma deterioração de 25% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros; e
- O cenário adverso remoto considera uma deterioração de 50% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros.

O cenário provável adotado pela Companhia é o de manutenção dos níveis de mercado.

Sob a análise da Companhia, os instrumentos financeiros expostos ao risco de variação da taxa de juros correspondem às aplicações financeiras em CDBs e fundos de investimento de renda fixa, classificados como equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	Instrumentos financeiros
	31/12/2022
Ativo	
Taxa CDI (%) Bacen	**13,75%**
Aplicações financeiras em caixas e equivalentes de caixa	418.906
Títulos e valores mobiliários	287.614
Antecipação de earn-out	**12.994**
	759.514
Valores expostos ao risco de variação da taxa CDI	**719.514**
Cenário adverso possível (-25%)	-24.733
Cenário adverso remoto (-50%)	-49.467
Passivo	
Taxa CDI (%) Bacen	**13,75%**

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Earn-out	36.954
Valores expostos ao risco de variação da taxa CDI	36.954
Cenário adverso possível (-25%)	-1.270
Cenário adverso remoto (-50%)	-2.541

ii. Risco de câmbio

O risco de taxa cambial refere-se às alterações das taxas de câmbio do dólar americano, euro e zloty polonês que possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos ativos.

A Companhia detém um baixo volume de operações em dólar americano e euro, representando essencialmente 8,18% da receita do exercício. Além disso, considerando a aquisição da Picodi em fevereiro de 2021, variações do *Zloty* polonês podem afetar o aferimento de receita da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e as suas controladas (Alter, Promobit e Melhor Plano) eram parte em 185 processos judiciais e administrativos, sendo 169 de natureza cível, 8 de natureza trabalhista e 10 de natureza tributária, classificados por seus advogados com chance de perda possível, no montante de R$ 170.229,34, e com chance de perda provável, no montante de R$ 407.208,08, devidamente provisionado pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Acesso Soluções de Pagamentos S.A. era parte em 337 processos judiciais e administrativos, sendo 330 de natureza cível, 1 de natureza trabalhista e 6 de natureza tributária, classificados por seus advogados com chance de perda possível, no montante de R$ 1.635.672,24, e com chance de perda provável, no montante de R$ 2.012.001,46, devidamente provisionado pela Companhia.

A Administração da Companhia entende que nenhum dos processos dos quais é parte, pode ser considerado como individualmente relevante, visto que tais processos não contam com valores que poderiam impactar adversamente o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia, bem como a sua imagem.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, foram provisionados na Companhia e controladas (Alter, Promobit e Melhor Plano) R$ 407.208,08 relativos às causas classificadas como perda provável, dos quais R$ 63.966,29 se referem a ações cíveis, R$ 86.654,19 se referem a ações trabalhistas e R$ 261.587,60 se referem a ações tributárias.

Em 31 de dezembro de 2022, foram provisionados na controlada Acesso Soluções de Pagamentos S.A. R$ 2.012.001,46 relativos às causas classificadas como perda provável, dos quais R$ 692.267,09 se referem a ações cíveis, R$ 1.192.028,70 se referem a ações trabalhistas e R$ 127.705,67 se referem a ações tributárias.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não era parte em nenhum processo sigiloso relevante.

4.7 Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção 4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de setembro de 2020 e estabelece os princípios e parâmetros a serem observados no gerenciamento de riscos da Companhia, com objetivo de monitorar e minimizar os riscos inerentes às suas atividades. A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada no *website* da Companhia (ri.meliuz.com.br).

b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia tem por objetivo buscar a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

i. riscos para os quais se busca proteção

Por meio da Política de Gerenciamento de Riscos, busca-se proteção para os seguintes riscos:

1. **Riscos operacionais**: são riscos decorrentes de falhas, erros, deficiências e/ou inadequações de processos internos, de gestão de pessoas e de uso de tecnologia, ou, ainda, riscos oriundos de eventos externos e que podem afetar a operação dos negócios da Companhia.

2. **Riscos macroeconômicos**: são riscos decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento dos clientes e consumidores, tais como taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros.

3. **Riscos de *compliance***: são riscos causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos e dos códigos e políticas internas, e também dos códigos, políticas e regras de clientes ou de fornecedores com os quais a Companhia se relaciona, ou pela existência de processos em aberto ou processos futuros que podem resultar em perda financeira.

4. **Riscos corporativos**: são os principais riscos de cunho estratégico, operacional, financeiro, regulatório, de mercado, de mão de obra, políticos, socioambientais, que podem impactar as atividades ou os objetivos da Companhia.

5. **Riscos estratégicos**: são os riscos oriundos da implementação de uma estratégia mal sucedida ou ineficaz que deixe de alcançar os retornos pretendidos.

6. **Riscos regulatórios**: são os riscos resultantes de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito internacional ou nacional, que podem resultar na crescente pressão competitiva, aumentar os custos das atividades da Companhia ou até mesmo inviabilizá-la.

7. **Riscos jurídicos**: São aqueles que podem surgir em decorrência de processos nos quais a Companhia é autora ou ré, por descumprimento de obrigações aplicáveis ao negócio, por contratações de terceiros sem análise jurídica, perdas financeiras decorrentes de reclamações ou de indenizações/multas por eventuais danos a terceiros decorrentes das atividades que a Companhia desenvolve;

8. **Riscos tecnológicos e cibernéticos**: riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que podem impactar os negócios da Companhia, como a ocorrência de ciberataques, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI, obsolescência tecnológica, vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas, envio de arquivos confidenciais, em via digital ou telefônica, acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro, dentre outros.

9. **Riscos de imagem:** são riscos resultantes da ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos listados acima e neste Formulário de Referência, nas seções 4.1 e 4.2, que podem causar danos à reputação, imagem, credibilidade e/ou marca, inclusive em razão de publicidade negativa, independentemente de sua veracidade.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

ii. instrumentos utilizados para proteção

A Companhia não adota parâmetros objetivos para tomar decisões a respeito da aceitação ou não aceitação de determinados riscos. O principal instrumento utilizado no processo de gerenciamento de riscos é a "Matriz de Riscos", ferramenta por meio da qual se busca auxiliar os processos decisórios e a definição do apetite a risco da Companhia. O processo de gerenciamento de riscos da Companhia é composto das seguintes etapas: (1) identificação e classificação dos risco nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima; (2) análise dos riscos identificados e indicação gráfica daqueles de baixa probabilidade e baixo impacto; de baixa probabilidade e alto impacto; de alta probabilidade e baixo impacto; e, por fim de alta probabilidade e alto impacto; (3) definição e implementação das ações de resposta aos riscos; e finalmente, (4) definição dos procedimentos de monitoramento e comunicação.

As seguintes abordagens e instrumentos podem ser adotados pela Companhia durante o processo de gerenciamento de riscos:

• **Questionários de risco**: A liderança da Companhia é solicitada a preencher um questionário específico para que indique possíveis riscos aos quais a Companhia está exposta. Os cenários de risco são observados e catalogados;

• **Ciclos de entrevistas**: Os cenários de risco são identificados e discutidos com determinados colaboradores. Os resultados também são documentados como parte da avaliação;

• **Auditorias de processos**: Os processos da Companhia são auditados e avaliados, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Neste processo, Matrizes de Riscos são criadas/atualizadas. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de possíveis ameaças ou fraquezas.

Essa primeira etapa é finalizada com o desenvolvimento de um mapa de riscos, que é avaliado anualmente. O mapa pode ser atualizado devido a: (i) novos cenários (interno, político, econômico, entre outros); (ii) resultados de auditorias, entrevistas, questionários, observações e demais atividades; ou (iii) evolução da cultura de integridade e mitigação de riscos.

A partir disso, é realizada a análise do grau de cada risco. A metodologia utilizada para realização desta análise considera: impacto/consequência do potencial de perdas financeiras, degradação da imagem, penalidades legais etc. e a probabilidade/vulnerabilidade de ocorrência de risco com base em quão robustos os controles internos relacionados são. O perfil do risco é determinado ao se combinar o impacto/consequência e probabilidade/vulnerabilidade esperadas do risco. Por fim, a Companhia determina como cada cenário de risco será respondido, considerando: (i) *terminar*, ou seja, eliminar riscos, redefinir os objetivos e/ou estratégias de negócios; (ii) *diversificar*, ou seja, intensificar o nível de gestão e/ou melhorar os controles internos; (iii) *aceitar*, ou seja, não realizar nenhuma ação adicional e continuar o monitorando, especialmente quando não é possível ou prático respondê-lo; ou (iv) *passar adiante*, transferindo a responsabilidade para terceiros (por exemplo, no risco de incêndio, o custo do sinistro pode ser transferido para seguradoras).

Tais recomendações se desdobram em ações detalhadas, pilotos, testes, validações e ajustes necessários para assegurar a eficácia do tratamento e controle dos riscos aos quais a Companhia está exposta. A partir dos riscos identificados e ações recomendadas, a Companhia deverá implementar os planos de ação a fim de garantir o tratamento dos riscos. Tais atividades são realizadas e monitoradas pelos membros da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos descrita na alínea (iii) deste item 5.1, abaixo.

Além dos instrumentos descritos acima, são utilizados procedimentos de pré-avaliação cadastral de novos clientes, disseminação dos códigos, condutas e procedimentos da Companhia, treinamentos, com a finalidade de identificar e mitigar os riscos aos quais a Companhia está exposta.

iii. estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é composta pelo Conselho de Administração, a Diretoria da Companhia, o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna, a Área de Segurança da Informação, bem como pelas Gerências e demais colaboradores da Companhia.

<u>Conselho de Administração</u>

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O Conselho de Administração aprova a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões e atualizações. Estabelece ainda as diretrizes gerais das estratégias de gerenciamento de riscos e o nível de risco que a Companhia se submete na condução de seus negócios por meio da avaliação e aprovação da Matriz de Riscos apresentada pelo Comitê de Auditoria. Também tem como atribuição acompanhar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos, dando apoio, em caso de necessidade, aos demais integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos. Supervisiona as atividades do processo de gerenciamento de riscos executadas pelos demais integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos; avalia a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas, entre outras áreas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos; e acompanha a evolução do gerenciamento de riscos em atenção aos níveis de riscos considerados aceitáveis para a Companhia.

O Conselho de Administração é ainda responsável por assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional e orçamento próprio, destinado a cobrir as suas despesas de funcionamento. O Conselho de Administração monitora as atividades do Comitê de Auditoria, bem como de quaisquer outros comitês de assessoramento, integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos. Por fim, define as decisões a serem tomadas nos casos de conflitos e impasses, caso o Comitê de Auditoria (e, eventualmente, outros comitês de assessoramento integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos) não cheguem a uma decisão final sobre determinado tema relacionado ao gerenciamento de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, dotado de autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. Assessora o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao gerenciamento de riscos, mediante avaliação e monitoramento do cumprimento e da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos, podendo recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração. Ademais, acompanha e supervisiona as atividades da Auditoria Interna e da área de controles internos da Companhia, inclusive, opinando na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

Compete ainda ao Comitê de Auditoria avaliar e monitorar a exposição aos riscos que possam afetar a continuidade dos negócios da Companhia e supervisionar as atividades da área financeira, controladoria e contábil, avaliando as informações trimestrais e demonstrações financeiras. É também responsável por receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, e por avaliar a efetividade do modelo de gerenciamento de riscos, sugerindo soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, e recomendando ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões na Matriz de Riscos, na distribuição de competências, nas categorias de riscos e nos processos internos de gerenciamento de riscos da Companhia.

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, o Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê o detalhamento de suas funções e procedimentos operacionais.

Diretoria

A Diretoria implementa as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração e executa a Política de Gerenciamento de Riscos. Sempre que necessário, deve propor ao Conselho de Administração revisões às estratégias e diretrizes da Companhia ou à Política de Gerenciamento de Riscos. Adicionalmente, deve identificar riscos preventivamente e fazer a gestão de tais riscos, avaliando a probabilidade de materialização e adotando medidas para prevenção e/ou mitigação.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna teve suas funções aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de outubro de 2020 e é responsável por auditar o processo de gerenciamento de riscos da Companhia; monitorar o ambiente de controles internos e a efetividade do gerenciamento de riscos executado pelo Comitê de Auditoria, Diretoria e Conselho de Administração; e apresentar ao Comitê de Auditoria, periodicamente, pareceres imparciais, independentes e tempestivos contendo as suas conclusões e recomendações. Para tanto, executa os testes de controles de acordo com o planejamento da auditoria; verifica a implementação dos planos de ação e sua eficácia; identifica a necessidade de priorizar determinadas ações, bem como de ampliar testes e/ou monitoramento contínuo, em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados. Ainda, identifica e aponta oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de riscos, emitindo opinião formal sobre os controles internos testados.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os trabalhos de competência da área de Auditoria Interna são terceirizados, sendo realizados pela Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda., empresa contratada em 11 de setembro de 2020, a qual é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, nos termos descritos acima. Os administradores da Companhia entendem que a Auditoria Interna possui estrutura e orçamento suficientes para o desempenho de suas funções. A estrutura e o orçamento da Auditoria interna estão sujeitos a reavaliação pelo Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por recomendação do Comitê de Auditoria, ao menos uma vez ao ano.

Área de Segurança da Informação

A Área de Segurança da Informação tem por competência identificar, monitorar e mitigar os riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que possam prejudicar ou impedir o bom andamento das operações da Companhia, tais como ciberataques, destruição de servidores, restrição de acesso aos sistemas de informação, perda de informações relevantes, dentre outros. Nesse sentido, busca identificar fragilidades nos recursos e procedimentos empregados pela Companhia no tratamento de informações, por meio de inspeções periódicas aos parâmetros e recursos tecnológicos disponíveis, bem como implementar plano de ações e controles aos riscos decorrentes das fragilidades identificadas.

Constatada ocorrência de ciberataques, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI, obsolescência tecnológica, vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas, envio de arquivos confidenciais, em via digital ou telefônica, acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro ou qualquer outro evento relacionado ao ambiente de tecnologia da informação que possa prejudicar ou impedir o bom andamento das operações da Companhia, a Área de Segurança da Informação deve reportar o evento à Diretoria e ao Comitê de Auditoria e recomendar as ações a serem implementadas para o tratamento dos riscos em relação ao ambiente de tecnologia da informação.

Gerências e demais colaboradores

Os gerentes e demais colaboradores da Companhia são responsáveis por observar integralmente as ações de gerenciamento de riscos no dia a dia da Companhia e por participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente do gerenciamento de riscos na Companhia.

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz, no que tange a eficiência operacional e a integridade dos registros e informações, considerando principalmente os seguintes aspectos:

- os objetivos estratégicos da Companhia;
- composição e natureza das contas contábeis;
- possibilidade de perdas decorrentes de erros e fraudes; e
- complexidade nas transações das contas contábeis.

Para atingimento dos seus objetivos, o gerenciamento dos controles internos da Companhia está estruturado em um modelo integrado de três Linhas de Defesa, sendo:

- **1ª Linha de Defesa**: representada pela Diretoria, Área de Segurança da Informação, gerências e demais colaboradores que atuam nas operações da Companhia. Reporta-se ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. É responsável por: (i) identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos (tratamento) de acordo com as diretrizes da Política de Gerenciamento de Riscos; (ii) implantar planos de ação e controles; e (iii) comunicar/reportar, em tempo hábil, informações relevantes relacionadas ao gerenciamento de riscos;
- **2ª Linha de Defesa**: Representada pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração, utiliza a documentação suporte produzida pela 1ª Linha de Defesa como subsídio para revisão do ambiente de controles. Atua apoiando as áreas de negócio no desenvolvimento e implementação dos processos e controles;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **3ª Linha de Defesa**: Auditoria Interna, responsável por analisar e avaliar de forma independente o ambiente de controles internos com base nos trabalhos executados pela 1ª e 2ª linhas de defesa, fornecendo pareceres periódicos ao Comitê de Auditoria. Pode executar trabalhos adicionais conforme necessidade identificada.

Posteriormente, são realizados os mapeamentos e atualizações dos processos, da matriz de riscos e dos controles e testes de controle, com a finalidade de confirmar o entendimento dos processos mapeados, bem como se os controles estão implementados e operando de forma adequada.

Os controles inexistentes ou considerados insatisfatórios para mitigação dos riscos identificados são reportados para as áreas responsáveis pela elaboração de planos de ação (seja a criação do novo controle ou o aperfeiçoamento dos controles existentes).

Os processos e controles mapeados são ferramentas fundamentais para o planejamento da Auditoria Interna. Com base nesse mapeamento, a Auditoria Interna define a estratégia e os testes de efetividade que serão realizados, com o objetivo de avaliar a correta aplicação e eficiência operacional dos controles na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação de efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos, pois permite à Companhia monitorar e avaliar periodicamente os riscos relacionados aos seus negócios, identificar possíveis impactos dos riscos em suas operações e corrigir eventuais falhas tempestivamente.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A administração da Companhia, o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna e os demais colaboradores da Companhia são responsáveis por assegurar que as Demonstrações Financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos. Para tanto, a Companhia adota diversas práticas e controles internos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos, *compliance* e processos que visam fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade na preparação das Demonstrações Financeiras e objetiva: (a) a manutenção de registros que, de forma rigorosa e justa, registrem as transações e disposições dos ativos e passivos da Companhia; (b) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); (c) o fornecimento de garantia razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis; (d) implantação de estrutura e procedimentos de *compliance*, bem como o aprimoramento das respectivas políticas; e (e) gerenciamento de riscos operacionais.

A respeito dos controles para elaboração das demonstrações contábeis, esta é iniciada com o processo de fechamento contábil, que conta com uma estrutura rígida de acompanhamento de fechamentos de módulos sistêmicos, em que são monitorados os processos de integração financeira para o sistema contábil, bem como análise da necessidade de possíveis lançamentos manuais no sistema contábil. O processo de fechamento contábil é revisado mensalmente pela Gerência de Contabilidade, sob a liderança de um Coordenador Contábil e pelo Diretor Financeiro. Todos são responsáveis por assegurar que os números contabilizados estão adequados e confiáveis.

Na sequência, com o uso *de checklists* de divulgação e avaliação interna sobre a necessidade e adequação qualitativa de divulgações, a área contábil da Companhia prepara as demonstrações financeiras, submetendo-as para revisão do Diretor Financeiro. Após revisadas, as demonstrações financeiras são submetidas aos auditores independentes, para elaboração de seu relatório sobre estas demonstrações.

No decorrer do exercício, e de forma concomitante aos trabalhos da Gerência de Contabilidade e da Diretoria Financeira, a Auditoria Interna efetua testes nos controles internos, inclusive controles financeiros, para assegurar sua eficiência e eficácia. A Auditoria Interna julga se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, a Auditoria Interna recomenda melhorias ao Comitê de Auditoria. A Auditoria Interna teve suas funções aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de outubro de 2020 e, atualmente, tem suas atividades terceirizadas à KPMG Auditores Independentes Ltda, empresa contratada em fevereiro de 2022.

Os administradores da Companhia entendem que a Auditoria Interna possui estrutura e orçamento suficientes para o desempenho de suas funções. A estrutura e o orçamento da Auditoria Interna estão sujeitos a reavaliação pelo Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por recomendação do Comitê de Auditoria, ao menos uma vez ao ano.

Os administradores da Companhia entendem que os controles internos da Companhia são suficientes e pertinentes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que a Companhia opera.

Adicionalmente, os administradores da Companhia esclarecem que permanecem empenhados no aprimoramento, revisão e atualização contínua de seus processos e políticas, e na implementação de novas ferramentas para revisão e aprimoramento dos controles internos e de *compliance.* Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos podem não impedir ou não detectar erros.

b. estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui estrutura organizacional de controles internos para assegurar o gerenciamento de riscos envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras:

(i) Gerente Contábil e Fiscal**:** Participa da elaboração de balancetes, papéis de trabalho adicionais e contratos. Responsável pela confecção de controles internos de suporte e validação de saldos de contas bem como

5.2 Descrição dos controles internos

documentos comprobatórios desses saldos.

(ii) Diretor Financeiro: responsável pela revisão e validação do relatório das demonstrações financeiras

Adicionalmente, observadas as demais competências e responsabilidades descritas no item 5.1 (b) (iii) e no item 5.3(a) acima, fazem parte da estrutura (1) o Conselho de Administração, que supervisiona a atuação das demais estruturas organizacionais envolvidas nos controles internos; (2) o Comitê de Auditoria, que acompanha as atividades de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, e supervisiona as atividades da área financeira, controladoria e contábil, reportando as suas conclusões e recomendações ao Conselho de Administração; e (3) a Auditoria Interna, que tem suas atividades terceirizadas a auditor independente registrado na CVM, sendo de sua competência, no decorrer do exercício, efetuar testes nos controles internos, inclusive controles financeiros, para assegurar sua eficiência e eficácia. Dentre as funções da Auditoria Interna está a função de julgar se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para a mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, a Auditoria Interna recomenda melhorias ao Comitê de Auditoria.

Em virtude da necessidade de elaboração das demonstrações financeiras nos padrões contábeis adotados no país, a auditoria independente verifica periodicamente se as informações provenientes dos sistemas estão aderentes aos padrões contábeis exigidos e, nesse sentido, se estão aderentes às exigências e, sempre que necessário, recomenda adequações e melhorias aos padrões existentes.

Os gerentes e demais colaboradores da Companhia são responsáveis por observar integralmente as ações de gerenciamento de riscos no dia a dia da Companhia e por participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente do gerenciamento de riscos na Companhia.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos adotados são mensalmente supervisionados pela Administração da Companhia. A Diretoria Financeira analisa e revisa todos os controles utilizados na preparação das demonstrações financeiras, enquanto os membros do Comitê de Auditoria e os membros do Conselho de Administração são responsáveis pelo acompanhamento da eficiência dos controles internos, mediante supervisão periódica das atividades da área financeira, controladoria e contábil.

Ademais, a Auditoria Interna, terceirizada a empresa de contabilidade registrada na CVM, é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de controle e governança da Companhia, tendo suas atividades acompanhadas e supervisionadas pelo Comitê de Auditoria, a fim de conferir maior confiabilidade aos relatórios financeiros e às demonstrações financeiras. As deficiências de controles são monitoradas periodicamente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas e acompanhadas pelo membro da Auditoria Interna.

Essa estrutura permite que qualquer não conformidade observada que possa impactar nas demonstrações financeiras seja pronta e tempestivamente reportada à Administração da Companhia para adoção das ações corretivas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, não foram apontadas deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que, em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, não foram apontadas deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia.

5.3 Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

Em 25 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração deliberou pela atualização do Código de Ética e Conduta ("Código de Ética") da Companhia, que estabelece, dentre outros, princípios e orientações de condutas com a finalidade de prevenir fraudes e ilícitos (incluindo, mas não se limitando contra a administração pública), boas práticas de mercado e promover o estrito cumprimento de todas as legislações e normas vigentes.

O inteiro teor do Código de Ética pode ser acessado no: (i) website da Companhia (ri.meliuz.com.br); no website da CVM (www.cvm.gov.br); e (iii) no website da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br).

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia compromete-se com o cumprimento das leis e com o combate à corrupção, adotando mecanismos e procedimentos de integridade visando à prevenção, detecção e ao tratamento adequado a eventuais atos de corrupção, fraudes e condutas ilícitas de qualquer natureza, em ambiente público ou privado, incluindo qualquer forma de discriminação e preconceito, e condutas que atentem contra a diversidade ou contra direitos da criança e do adolescente. A Companhia busca ainda garantir a segurança e saúde no trabalho através do desenvolvimento de práticas e políticas que minimizem os riscos ocupacionais.

As relações da Companhia com seus fornecedores e prestadores de serviços devem contemplar os interesses legítimos dos envolvidos, sempre baseados em parâmetros técnicos, não sendo admitidas vantagens indevidas, obtidas por meio da manipulação de informação, ou de intimidação, coerção, coação, constrangimento ou qualquer criação artificial de situações de dependência da outra parte envolvida, sejam práticas de concorrência desleal ou situações caracterizadas como conflito de interesse com os negócios da Companhia.

A Companhia não admite, em nenhuma hipótese, o uso de meios ilegais (roubo, furto, suborno, espionagem por meios eletrônicos e outros) ou antiéticos para obter informações sobre concorrentes.

A Companhia e seus colaboradores devem observar a legislação que regula a participação de empresas em assuntos políticos e no relacionamento com o poder público e órgãos reguladores, inclusive no que diz respeito a contribuições para campanhas eleitorais. A Companhia mantém, com o poder público e órgãos reguladores, uma posição de independência, de colaboração e de respeito às leis e regulamentações. A relação da Companhia com o poder público deve ser sempre transparente e isenta, sendo expressamente vedado favores e doações, seja direta ou indiretamente, a funcionários públicos.

Considerando que a atividade da Companhia é fortemente baseada na utilização de informações confidenciais e estratégicas de seus clientes, tais informações devem ser manipuladas com zelo e cuidado. Para tanto, a Companhia impõe como princípios básicos:

(i) A informação é um ativo da Companhia e de nossos clientes. É dever de todos os colaboradores protegê-la de vazamentos inconscientes ou tentativas maliciosas de terceiros, adotando um comportamento atento e responsável.

(ii) Uma vez que a segurança da informação está fortemente ligada ao comportamento, é necessário adotar-se sempre uma atitude responsável e ética, em consoante com os valores básicos da Companhia.

(iii) As consequências da disponibilização de informações confidenciais podem ser desastrosas para o colaborador e para a Companhia. A disponibilização negligente ou fraudulenta da informação é crime e abre a possibilidade de perdas econômicas por parte das empresas envolvidas.

(iv) *Chinese wall policy*: a confidencialidade de projetos e informações de clientes deve ser mantida inclusive internamente na Companhia, especialmente no caso de times alocados a clientes concorrentes (exemplos de clientes concorrentes: redes de supermercado, e-commerces, etc.).

(v) O uso indevido de informações confidenciais da Companhia ou de clientes é considerado motivo para desligamento por justa causa, além de sujeitar o responsável às penalidades previstas em lei.

5.3 Programa de integridade

Os principais mecanismos normativos do programa de integridade da Companhia foram aprovados pelo Conselho de Administração e compreendem, além do Código de Ética e da Política de Gerenciamento de Riscos aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de setembro de 2020: (i) a política de divulgação de atos ou fatos relevantes ("Política de Divulgação"); (ii) a política de negociação de valores mobiliários ("Política de Negociação"); (iii) a política de transações com partes relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); (iv) a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Remuneração"); (v) a política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"); (vi) o regimento interno do Conselho de Administração ("Regimento Interno do Conselho de Administração"); e (vii) o regimento interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria") (sendo a Política de Divulgação, a Política de Negociação, a Política de Gestão de Riscos, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Remuneração, a Política de Indicação, o Código de Ética, o Regimento Interno do Conselho de Administração e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, em conjunto, definidos como "Políticas de Governança Corporativa").

As Políticas de Governança Corporativas estabelecem padrões de conduta, regras internas para alinhamento com os valores da Companhia, procedimentos e práticas para adequação ao perfil e riscos identificados, frequência de avaliação e demais assuntos relacionados. O inteiro teor das Políticas de Governança Corporativa pode ser acessado no: (i) website da Companhia (ri.meliuz.com.br); (ii) no website da CVM (www.cvm.gov.br); e (iii) no website da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br).

Entre os principais instrumentos, procedimentos e práticas utilizados pela Companhia para gestão de seu programa de integridade estão (i) o Canal de Denúncias, conforme descrito no item (b), abaixo, por meio do qual o descumprimento de quaisquer diretrizes éticas e de outras políticas de integridade podem ser reportadas à Comissão de Ética da Companhia, com a finalidade identificar e remediar e/ou punir a ocorrência de condutas irregulares, ilegais, fraudes ou quaisquer outros descumprimentos à legislação; (ii) ações de comunicação e treinamento periódicos, gerais e específicos, sobre as diretrizes de ética e conduta da Companhia, que visam a conscientizar e facilitar a compreensão dos colaboradores da Companhia quanto às diretrizes, regras e responsabilidades a serem cumpridas no âmbito do programa de integridade; e (iii) a entrega de cópia do Código de Ética e Conduta da Companhia a seus colaboradores, contra a assinatura de um “Termo de Adesão”, pelo qual o colaborador atesta sua ciência sobre as normas de conduta e obriga-se a cumpri-las.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação que tem por objetivo monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*) de acordo com a política previamente aprovada. Para o auxílio na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos e controles internos, além de métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, o Conselho de Administração conta com o Comitê de Auditoria. As competências destes dois órgãos da Administração encontram-se descritas no item 5.1 (a) deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, compete à Auditoria Interna: (i) o monitoramento do ambiente de controles internos e a efetividade da gestão de riscos; (ii) execução dos testes de controles de acordo com o planejamento da auditoria e reportar os resultados ao Comitê de Auditoria; (iii) verificação da implementação dos planos de ação e sua eficácia; (iv) Identificação da necessidade de priorização de ações a partir dos resultados dos processos de riscos em execução, bem como ampliar o ambiente de testes substantivos ou o monitoramento contínuo em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados; (v) identificação e apontamento de oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de riscos; e (v) Emissão de opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria.

Por fim, a companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por supervisionar a aplicação do Código de Ética.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia adota um Código de Ética que foi devidamente atualizado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2021. O Código de Ética define os valores e princípios da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

5.3 Programa de integridade

O inteiro teor do Código de Ética pode ser acessado no *website* da Companhia (ri.meliuz.com.br) e nos websites da CVM e B3, (www.cvm.gov.br) e (www.b3.com.br), respectivamente.

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

As disposições do Código de Ética da Companhia se aplicam, irrestritamente, a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral. Além disso, o Código de Ética estabelece que os princípios éticos e padrões de conduta previstos no documento devem ser observados por todos os fornecedores, clientes e parceiros da Companhia.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Os empregados, bem como todas as pessoas que mantêm vínculo estatutário com a Companhia, recebem treinamento no momento de ingresso na Companhia, sendo objeto de estruturação pela Companhia o fornecimento de treinamentos periódicos aos seus colaboradores.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O Código de Ética da Companhia prevê a adoção de medidas disciplinares em caso de violações. Essas medidas podem ser, dentre outras: (i) advertência; (ii) suspensão; (iii) desligamento do colaborador; (iv) encerramento da relação contratual existente com a Companhia, ou, ainda, (v) propositura de ações judiciais. A Companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por tomar conhecimento das denúncias e concluir, por meio de processo formal, se ocorreu violação ao Código de Ética e Conduta e, em sendo o caso, definir quais medidas serão aplicadas ao infrator.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia disponibiliza canal para comunicação de denúncias de quaisquer comportamentos não éticos, violações à legislação, à regulação e a quaisquer de suas políticas, códigos e regimentos internos. O canal de denúncias da Companhia é disponibilizado aos seus colaboradores e quaisquer terceiros, admitindo-se denúncias anônimas. O canal de denúncias pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: https://ouvidordigital.com.br/meliuz/

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é interno. Todas as denúncias são tratadas com o sigilo e as respectivas informações são acessadas apenas pelas pessoas envolvidas no processo de investigação, cujo processo varia conforme seu grau de criticidade, de forma a prevenir que nenhuma conclusão seja tomada precipitadamente, sem que os fatos e as circunstâncias tenham sido objetivamente investigados e avaliados.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de colaboradores e de terceiros.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

A Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e a Companhia se compromete a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Comissão de Ética é responsável pela proposição de ações quanto à disseminação e cumprimento do Código, de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade. A Comissão de Ética analisará e deliberará sobre as denúncias recebidas considerando-se o seu grau de criticidade, sempre zelando pelo sigilo e, importância dada a respectiva denúncia. Cabe à

5.3 Programa de integridade

Comissão de Ética decidir, por meio de processo formal, sobre as penalidades que serão aplicadas a cada fato objeto de denúncia.

Casos denunciados, que tiverem por escopo questões contábeis e fiscais, bem como denúncias que envolvam membros da Administração da Companhia (conselheiros e diretores) além da Comissão de Ética, o caso será reportado também ao Comitê de Auditoria da Companhia, que acompanhará e dará suporte às decisões da Comissão de Ética.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Na data deste Formulário de Referência não houveram casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

As alterações mais relevantes aos riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem da incorporação de ações da Acesso, tais riscos foram incluídos no capítulo 4 deste Formulário de Referência.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos no capítulo 4 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

Em complemento ao item 5.2 em que não há uma política específica que trata de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, a Companhia divulga as condições gerais e as diretrizes observadas no processo de gestão de riscos.

Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

(em R$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes e Títulos e valores mobiliários	743.386

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros, sendo: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de câmbio e taxas de juros.

Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros, sendo: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de câmbio e taxas de juros.

Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças de câmbio e taxas de juros.

i) Risco de câmbio

O risco de taxa cambial refere-se às alterações das taxas de câmbio do dólar americano, euro e zloty polonês que possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos ativos.

A Companhia detém um baixo volume de operações em dólar americano e euro, representando essencialmente 8,18% da receita do exercício. Além disso, considerando a aquisição da Picodi em fevereiro de 2021, variações do zloty polonês podem afetar o aferimento de receita da Companhia.

5.5 Outras informações relevantes

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, antecipações de earn-out, earn-out a pagar e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, se houver. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

Risco de crédito

O risco de crédito se baseia na concentração de receita que a Companhia tem de 44,9% em três clientes, o restante é pulverizado em centenas de clientes finais, com os quais a Companhia tem relacionamento direto. O resultado dessa gestão crédito está refletido na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5. das demonstrações financeiras de 2022 disponíveis no site de RI da Companhia (ri.meliuz.com.br).

A Companhia está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

Risco de liquidez

A administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs de instituições financeiras que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração).

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Fornecedores	18.716	-	18.716
Empréstimos e financiamentos	132	-	132
Cashback	16.270	954	17.224
Créditos em circulação e estabelecimentos a pagar	356.016	-	356.016
Adiantamentos	13.426	-	13.426
Earn-out	8.034	28.920	36.954
Opção de compra	-	12.794	12.794
Carteira de criptoativos	6.707	-	6.707
Total	419.301	42.668	461.969

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
André Amaral Ribeiro					
076.677.516-09	Brasil	Sim	Sim	01/06/2023	
Não					
457.880	0,527	0	0,000	457.880	0,527
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
Ordinária Classe A	457,880	0.527	0.527	0.527	
Israel Fernandes Salmen					
094.163.596-10	Brasil	Sim	Sim	31/01/2024	
Não					
14.750.360	16,963	0	0,000	14.750.360	16,963
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
Ordinária Classe A	14,750,360	16.963	16.963	16.963	
Lucas Marques Peloso Figueiredo					
080.616.826-99	Brasil	Sim	Sim	01/06/2023	
Não					
1.446.180	1,663	0	0,000	1.446.180	1,663
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
Ordinária Classe A	1,446,180	1.663	1.663	1.663	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ORG Investments LLC					
44.557.481/0001-06	Estados Unidos	Sim	Sim	01/06/2023	
Sim	Ofli Campos Guimarães		Fisica	073.331.416-32	
4.368.000	5,023	0	0,000	4.368.000	5,023
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
Ordinária Classe A	4,368,000	5.023	5.023	5.023	
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
65.935.533	75,825	0	0,000	65.935.533	75,825
TOTAL					
86.957.953	100,000	0	0,000	86.957.953	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ORG Investments LLC				**44.557.481/0001-06**	
Ofli Campos Guimarães					
073.331.416-32	Brasil	Sim	Sim	28/03/2022	
Sim	Ofli Campos Guimarães		Fisica	073.331.416-32	
4.368.000	100,000	0	0,000	4.368.000	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
4.368.000	100,000	0	0,000	4.368.000	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	06/11/2023
Quantidade acionistas pessoa física	79.411
Quantidade acionistas pessoa jurídica	0
Quantidade investidores institucionais	587

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

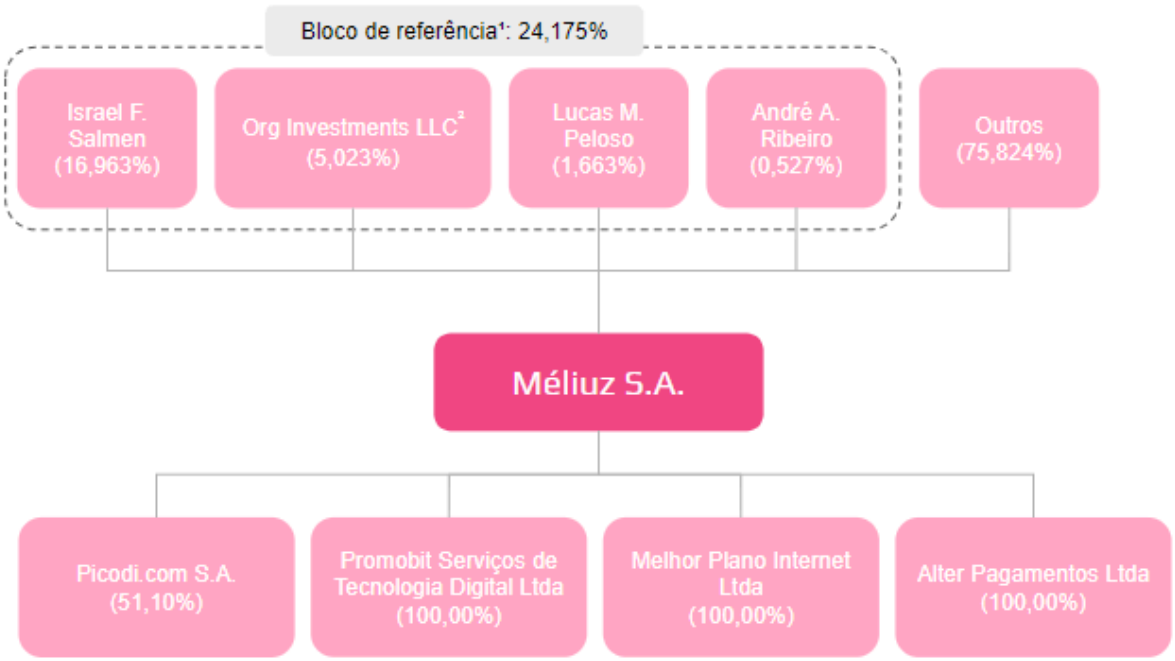
Quantidade ordinárias	65.506.009	75,331%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	65.506.009	75,331%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ALTER PAGAMENTOS S/A	29.617.760/0001-24	100
Melhor Plano Internet Ltda.	26.181.101/0001-08	100
PICODI.COM	00.000.000/0000-00	51,15
Promobit Serviços de Tecnologia e Internet Ltda	23.895.251/0001-87	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Na data deste Formulário de Referência, segue abaixo organograma da nossa estrutura societária:



¹ Acionistas signatários do Acordo de Acionistas;

² ORG Investments LLC de titularidade do Presidente do Conselho de Administração e controlador Ofli Campos Guimarães.

6.6 Outras informações relevantes

Em 2015:	
Evento:	**Investimento realizado pelos investidores abaixo indicados na Meliuz Holdings Ltd., constituída e existente de acordo com as leis das Ilhas Cayman, e detentora de 100% das ações da Cash 3 LLC (anteriormente denominada Meliuz LLC), localizada em Delaware, EUA, que, por sua vez, detém 99,99% das ações de emissão da Companhia**
Principais condições do negócio:	Em 20 de agosto de 2015 foram celebrados 6 (seis) contratos de mútuo conversível em participação societária (Convertible Notes), por meio do qual os investidores abaixo indicados disponibilizaram para a Cash 3 LLC uma quantia total de US$300.000,00. Incidia no valor mutuado uma taxa de juros pactuada entre as Partes de 5,0% ao ano, com vencimento a partir de 20 de agosto de 2017. O mútuo seria automaticamente convertido em participação societária caso a Cash 3 LLC captasse valores iguais ou superiores a US$1.000.000,00 em uma futura rodada de investimentos, com base em menor *valuation* entre (i) US$5.700.000,00; ou (ii) 80% (oitenta por cento) do preço por ação a ser emitida na próxima rodada de investimentos.
Sociedades envolvidas:	Meliuz Holdings Ltd. e os seguintes investidores: (i) Graph Ventures III, L.L.C.; (ii) GE32 Capital Limited (anteriormente denominada Pitanga Ventures Limited); (iii) The Social+ Capital Partnership III, LP; (iv) Fabrice Grinda 6KJ LLC; (v) Fabrice Grinda; e (vi) Serendipity Investments S.L.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:	Não aplicável. As alterações no quadro acionário somente ocorreram mediante conversão do mútuo conversível. Vide quadro abaixo.
Quadros societários antes e depois da operação:	Não aplicável. As alterações no quadro acionário somente ocorreram mediante conversão do mútuo conversível. Vide quadro abaixo.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:	Não aplicável.

Em 2016:	
Evento:	**Investimento realizado pelos investidores abaixo indicados na Meliuz Holdings Ltd., constituída e existente de acordo com as leis das Ilhas Cayman, e detentora de 100% das ações da Cash 3 LLC, localizada em Delaware, EUA, que, por sua vez, detém 99,99% das ações de emissão da Companhia**
Principais condições do negócio:	Em 30 de novembro de 2016, foi realizado investimento na Meliuz Holdings Ltd., por meio do qual a Meliuz Holdings Ltd. (i) recebeu recursos dos investidores abaixo indicados, de acordo com os termos e condições do contrato de compra de ações preferenciais série A celebrado em referida data, mediante a subscrição e integralização de 568.838 ações preferenciais série A, emitidas pela Meliuz Holdings Ltd. ao preço de emissão de US$ 7,438 por ação; e (ii) converteu dívidas da sociedade em

6.6 Outras informações relevantes

<table>
<tr><td></td><td>participação societária, emitindo 319.607 novas ações preferenciais série “Seed”, ao preço de US$1,00 (um dólar) por ação, aos credores abaixo listados.

Na mesma data do investimento, foram celebrados, entre outros documentos, Acordo de Voto, Acordo de Direitos dos Investidores e Acordo de Direito de Preferência entre os acionistas da Meliuz Holdings Ltd., com o fim de regrar os direitos e deveres dos signatários enquanto acionistas da Meliuz Holdings Ltd. Tais acordos foram integralmente substituídos pelos acordos celebrados no âmbito do investimento realizado no ano de 2017 (abaixo descrito).</td></tr>
<tr><td>Sociedades envolvidas:</td><td>No que se refere ao investimento por meio do ingresso de novos recursos, diretamente para compra de participação societária: Meliuz Holdings Ltd. e os seguintes investidores: (i) Monashees Capital VII, L.P; (ii) Monashees Capital Partners Co-Investment Fund VII, L.P.; (iii) Lumia Capital 2014 Fund, L.P.; (iv) Lumia Capital 2014 Fund (Delaware), L.P.; (v) FJ Labs 3VC LLC; (vi) FGI Investments Ltd.; e (vii) FJ Labs LLC.

No que se refere à conversão das dívidas da sociedade: Meliuz Holdings Ltd. e os seguintes investidores: (i) Fabrice Grinda; (ii) Fabrice Grinda 6KJ LLC; (iii) GE32 Capital Limited; (iv) Serendipity Investments S.L.; (v) Graph Ventures III, L.L.C.; e (vi) The Social+Capital Partnership III, L.P.</td></tr>
<tr><td>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:</td><td>Houve o ingresso dos seguintes investidores no capital social da Meliuz Holdings Ltd.: (i) Monashees Capital VII, L.P; (ii) Monashees Capital Partners Co-Investment Fund VII, L.P.; (iii) Lumia Capital 2014 Fund, L.P.; (iv) Lumia Capital 2014 Fund (Delaware), L.P.; (v) FJ Labs 3VC LLC; (vi) FGI Investments Ltd.; (vii) FJ Labs LLC.; (vii) Fabrice Grinda; (viii) Fabrice Grinda 6KJ LLC; (ix) GE32 Capital Limited; (x) Serendipity Investments S.L.; (xi) Graph Ventures III, L.L.C.; e (xii) The Social+Capital Partnership III, L.P.

Com a operação, todos os investidores acima descritos passaram a ter direitos e obrigações costumeiras a esse tipo de investimento. Não houve efeito relevante na participação dos acionistas do Bloco de Referência e demais acionistas da Companhia, bem como nos administradores da Companhia.</td></tr>
<tr><td>Quadros societários antes e depois da operação:</td><td>Não houve alteração no quadro acionário da Companhia. Mas o quadro acionário da Meliuz Holdings Ltd. foi alterado conforme abaixo.

Antes:
<table>
<tr><th>Acionistas</th><th>Ações Ordinárias</th><th>%</th></tr>
<tr><td>Ofli Campos Guimarães</td><td>1.688.573</td><td>30,87%</td></tr>
<tr><td>Israel Fernandes Salmen</td><td>1.688.573</td><td>30,87%</td></tr>
<tr><td>Lucas Marques Peloso Figueiredo</td><td>191.484</td><td>3,50%</td></tr>
<tr><td>Leandro de Barros Alves</td><td>959.225</td><td>17,53%</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

6.6 Outras informações relevantes

Demais Acionistas Pessoas Físicas	**319.140**	**5,83%**
Pool* de Ações *(1)	**623.636**	**11,40%**
Total	**5.470.631**	**100,00%**

(a) Quantidade fixa de ações que poderiam ser concedidas pelos acionistas da Meliuz Holding Ltd., observadas as Leis de Cayman, de forma inteiramente discricionária, entre os próprios acionistas ou a terceiros considerados por tais acionistas como estratégicos a integrar o capital da Meliuz Holdings Ltd, sendo cada caso avaliado individualmente de acordo com interesses societários e estratégicos da Meliuz Holdings Ltd, em seu benefício.

Depois:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais		Ações Totais	
		Série "Seed"	Série A	Quantidade	%
Ofli Campos Guimarães	**1.688.573**	**0**	**0**	**1.688.573**	**26,55%**
Israel Fernandes Salmen	**1.688.573**	**0**	**0**	**1.688.573**	**26,55%**
Lucas Marques Peloso Figueiredo	**191.484**	**0**	**0**	**191.484**	**3,01%**
Leandro de Barros Alves	**959.225**	**0**	**0**	**959.225**	**15,08%**
Demais Acionistas Pessoas Físicas	**319.140**	**0**	**0**	**319.140**	**5,01%**
Graph Ventures III, L.L.C.	**0**	**53.268**	**0**	**53.268**	**0,84%**
GE32 Capital Limited	**0**	**53.268**	**0**	**53.268**	**0,84%**
The Social+ Capital Partnership III, LP	**0**	**53.268**	**0**	**53.268**	**0,84%**
Fabrice Grinda 6KJ LLC	**0**	**106.536**	**0**	**106.536**	**1,68%**
Fabrice Grinda	**0**	**37.287**	**0**	**37.287**	**0,59%**
Serendipity Investments S.L.	**0**	**15.980**	**0**	**15.980**	**0,25%**
FGI Investments Ltd.	**0**	**0**	**20.166**	**20.166**	**0,32%**
FJ Labs 3VC LLC	**0**	**0**	**20.166**	**20.166**	**0,32%**
FJ Labs LLC	**0**	**0**	**13.441**	**13.441**	**0,21%**
Lumia Capital 2014 Fund, L.P.	**0**	**0**	**37.203**	**37.203**	**0,59%**
Lumia Capital 2014 Fund (Delaware), L.P.	**0**	**0**	**3.129**	**3.129**	**0,05%**
Monashees Capital VII, L.P.	**0**	**0**	**472.360**	**472.360**	**7,43%**

6.6 Outras informações relevantes

		Monashees Capital Partners Co-Investment Fund VII, L.P.	**0**	**0**	**2.373**	**2.373**	**0,04%**
		Pool de Ações	**623.636**	**-**	**-**	**623.636**	**9,81%**
		Total	**5.470.631**	**319.607**	**568.838**	**6.359.076**	**100,00%**
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:	Não aplicável.						

Em 2017:	
Evento:	**Investimento realizado pelos investidores abaixo indicados na Meliuz Holdings Ltd., constituída e existente de acordo com as leis das Ilhas Cayman, e detentora de 100% das ações da Cash 3 LLC, localizada em Delaware, EUA, que, por sua vez, detém 99,99% das ações de emissão da Companhia**
Principais condições do negócio:	Em 3 de julho de 2017, foi realizado investimento na Meliuz Holdings Ltd., de acordo com os termos e condições do contrato de compra de ações preferenciais série B celebrado em referida data, por meio do qual os investidores indicados abaixo subscreveram e integralizaram 792.097 ações preferenciais série B, emitidas pela Meliuz Holdings Ltd. a preço de emissão de US$ 8,9635 por ação. Assim como em 2016, foram celebrados Acordo de Voto, Acordo de Direitos dos Investidores e Acordo de Direito de Preferência entre os acionistas da Meliuz Holdings Ltd., com o fim de substituir os acordos anteriormente celebrados e regrar determinados direitos e deveres de todos os signatários dos novos acordos enquanto acionistas da Meliuz Holdings Ltd. Com a realização, em 2020, de reorganização societária da Meliuz Holdings Ltd. e da Cash 3 LLC (descrita abaixo), tais acordos perderam seu objeto e estão atualmente rescindidos.
Sociedades envolvidas:	Meliuz Holdings Ltd. e os seguintes investidores: (i) Monashees Capital VII, L.P; (ii) Monashees Capital Partners Co-Investment Fund VII, L.P.; (iii) Lumia Capital 2014 Fund, L.P.; (iv) Lumia Capital 2014 Fund (Delaware), L.P.; (v) Lumia Capital Constellation Fund, L.P.; (vi) FJ Labs LLC; (vii) FJ Labs 4VC LLC; (viii) FGI Investments Ltd.; (ix) Endeavor Catalyst II L.P.; e (x) Endeavor Catalyst II-A L.P.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do	Aumento da participação acionária detida pelos investidores (i) Monashees Capital VII, L.P; (ii) Monashees Capital Partners Co-Investment Fund VII, L.P.; (iii) Lumia Capital 2014 Fund, L.P.; (iv) Lumia Capital 2014 Fund (Delaware), L.P.; (v) FGI Investments Ltd.; e (vi) FJ Labs LLC na Meliuz Holdings Ltd., de, aproximadamente, 8,63% para, aproximadamente, 16,23% do capital social total da Meliuz Holdings Ltd.

6.6 Outras informações relevantes

capital social e dos administradores do emissor:

Adicionalmente, houve o ingresso dos investidores (i) Lumia Capital Constellation Fund, L.P.; (ii) FJ Labs 4VC LLC; (iii) Endeavor Catalyst II L.P.; e (iv) Endeavor Catalyst II-A L.P. no quadro acionário da Meliuz Holdings Ltd., com participação total de, aproximadamente, 3,04% do capital social total da Meliuz Holdings Ltd.

Com a operação, todos os investidores acima descritos passaram a ter direitos e obrigações costumeiras a esse tipo de investimento. Não houve efeito relevante na participação dos controladores e demais acionistas da Companhia, bem como nos administradores da Companhia.

Quadros societários antes e depois da operação:

Não houve alteração no quadro acionário da Companhia. Mas o quadro acionário da Meliuz Holdings Ltd. foi alterado conforme abaixo.

Antes:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais		Ações Totais	
		Série "Seed"	Série A	Quantidade	%
Ofli Campos Guimarães	1.688.573	0	0	1.688.573	26,55%
Israel Fernandes Salmen	1.688.573	0	0	1.688.573	26,55%
Lucas Marques Peloso Figueiredo	191.484	0	0	191.484	3,01%
Leandro de Barros Alves	959.225	0	0	959.225	15,08%
Demais Acionistas Pessoas Físicas	319.140	0	0	319.140	5,01%
Graph Ventures III, L.L.C.	0	53.268	0	53.268	0,84%
GE32 Capital Limited	0	53.268	0	53.268	0,84%
The Social+ Capital Partnership III, LP	0	53.268	0	53.268	0,84%
Fabrice Grinda 6KJ LLC	0	106.536	0	106.536	1,68%
Fabrice Grinda	0	37.287	0	37.287	0,59%
Serendipity Investments S.L.	0	15.980	0	15.980	0,25%
FGI Investments Ltd.	0	0	20.166	20.166	0,32%
FJ Labs 3VC LLC	0	0	20.166	20.166	0,32%
FJ Labs LLC	0	0	13.441	13.441	0,21%
Lumia Capital 2014 Fund, L.P.	0	0	37.203	37.203	0,59%
Lumia Capital 2014 Fund (Delaware), L.P.	0	0	3.129	3.129	0,05%
Monashees Capital VII, L.P.	0	0	472.360	472.360	7,43%

6.6 Outras informações relevantes

Monashees Capital Partners Co-Investment Fund VII, L.P.	**0**	**0**	**2.373**	**2.373**	**0,04%**
***Pool* de Ações**	**623.636**	**-**	**-**	**623.636**	**9,81%**
Total	**5.470.631**	**319.607**	**568.838**	**6.359.076**	**100,00%**

Depois:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais			Ações Totais	
		Série "Seed"	Série A	Série B	Quantidade	%
Ofli Campos Guimarães	**1.688.573**	**0**	**0**	**0**	**1.688.573**	**23,61%**
Israel Fernandes Salmen	**1.688.573**	**0**	**0**	**0**	**1.688.573**	**23,61%**
Lucas Marques Peloso Figueiredo	**191.484**	**0**	**0**	**0**	**191.484**	**2,68%**
Leandro de Barros Alves	**959.225**	**0**	**0**	**0**	**959.225**	**13,41%**
Demais Acionistas Pessoas Físicas	**319.140**	**0**	**0**	**0**	**319.140**	**4,46%**
Graph Ventures III, L.L.C.	**0**	**53.268**	**0**	**0**	**53.268**	**0,74%**
GE32 Capital Limited	**0**	**53.268**	**0**	**0**	**53.268**	**0,74%**
The Social+ Capital Partnership III, LP	**0**	**53.268**	**0**	**0**	**53.268**	**0,74%**
Fabrice Grinda 6KJ LLC	**0**	**106.536**	**0**	**0**	**106.536**	**1,49%**
Fabrice Grinda	**0**	**37.287**	**0**	**0**	**37.287**	**0,52%**
Serendipity Investments S.L.	**0**	**15.980**	**0**	**0**	**15.980**	**0,22%**
FGI Investments Ltd.	**0**	**0**	**20.166**	**8.367**	**28.533**	**0,40%**
FJ Labs 3VC LLC	**0**	**0**	**20.166**	**0**	**20.166**	**0,28%**
FJ Labs LLC	**0**	**0**	**13.441**	**8.367**	**21.808**	**0,30%**
FJ Labs 4VC LLC	**0**	**0**	**0**	**16.734**	**16.734**	**0,23%**
Lumia Capital 2014 Fund, L.P.	**0**	**0**	**37.203**	**308.752**	**345.955**	**4,84%**
Lumia Capital 2014 Fund (Delaware), L.P.	**0**	**0**	**3.129**	**25.938**	**29.067**	**0,41%**
LW Direct LLC (anteriormente denominado Lumia Capital Constellation Fund, L.P.)	**0**	**0**	**0**	**111.563**	**111.563**	**1,56%**

6.6 Outras informações relevantes

		Monashees Capital VII, L.P.	**0**	**0**	**472.360**	**219.780**	**692.140**	**9,68%**
		Monashees Capital Partners Co-Investment Fund VII, L.P.	**0**	**0**	**2.373**	**3.346**	**5.719**	**0,08%**
		Endeavor Catalyst II, L.P.	**0**	**0**	**0**	**86.885**	**86.885**	**1,21%**
		Endeavor Catalyst II-A, L.P.	**0**	**0**	**0**	**2.365**	**2.365**	**0,03%**
		Pool de Ações	**623.636**	**-**	**-**	**-**	**623.636**	**8,72%**
		Total	**5.470.631**	**319.607**	**568.838**	**792.097**	**7.151.173**	**100,00%**
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:	Não aplicável.							

Em 2018:	
Evento:	**Não ocorreu nenhum evento societário relevante no exercício social de 2018.**

Em 2019:	
Evento:	**Não ocorreu nenhum evento societário relevante no exercício social de 2019.**

Em 2020:	
Evento:	**Reorganização Societária**

6.6 Outras informações relevantes

Principais condições do negócio:	Em 5 de outubro de 2020, foi realizada reorganização societária implementada pela acionista controladora indireta da Companhia, a Meliuz Holdings Ltd., sociedade constituída e existente de acordo com as leis das Ilhas Cayman, e, sua subsidiária integral Cash 3 LLC (anteriormente denominada Meliuz, LLC), localizada em Delaware, EUA, a qual detém 99,99% das ações de emissão da Companhia, por meio da qual: a. a Cash 3 LLC distribuiu todas as ações por ela detidas na Companhia para a Meliuz Holdings Ltd., deixando de ter qualquer participação no capital social da Companhia; e, na sequência, b. a Meliuz Holdings Ltd. recomprou a totalidade de suas ações, exceto uma ação detida pelo acionista Israel Fernandes Salmen, de forma que os seus acionistas receberam, em contrapartida a tal recompra, ações ordinárias de emissão da Companhia até então detidas pela Meliuz Holdings Ltd. ("Reorganização Societária"). A Reorganização Societária teve como principal finalidade simplificar a estrutura societária e trazer os acionistas indiretos da Companhia para a sua base acionária direta (respeitando a mesma proporção de participação que os acionistas anteriores detinham na Meliuz Holdings Ltd. (seja por meio de participação detida diretamente em tal sociedade por acionista pessoa física, seja por meio de veículos de investimento/fundos). Conforme demonstrado nos quadros acima, a estrutura societária de *venture capital* no exterior, se mostrou essencial e importante, em especial, devido ao setor de atuação da Companhia (tecnologia), para que fosse possível o ingresso de novos investidores por meio das rodadas de investimento descritas nos quadros acima. No entanto, foi verificado, no âmbito da Oferta Pública da Companhia que, para fins de aumentar a liquidez e dispersão acionária da Companhia, a Reorganização Societária seria o passo necessário para tal, ao permitir que os acionistas minoritários que, assim o desejassem, pudessem vender ações no âmbito da Oferta Pública da Companhia, de forma individualizada. Tendo em vista a conclusão da Reorganização Societária: **(a)** os Acordos de Voto, Acordo de Direitos dos Investidores e Acordo de Direito de Preferência entre acionistas da Meliuz Holdings Ltd. perderam sua vigência; enquanto **(b)** o Acordo de Acionistas celebrado por Ofli Campos Guimarães, Israel Fernandes Salmen, Lucas Marques Peloso Figueiredo e André Amaral Ribeiro, conforme descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência, entrou em vigor com a finalidade de regrar os direitos e obrigações de tais acionistas enquanto acionistas da Companhia.
Sociedades envolvidas:	Meliuz Holdings Ltd., Cash 3 LLC e Companhia.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a	Em virtude da Reorganização Societária, 99,99% das ações de emissão da Companhia detidas pela Cash 3 LLC passaram, a princípio, a serem detidas pela Meliuz Holdings Ltd. e, na sequência, foram transferidas a cada um dos acionistas da Meliuz Holdings Ltd., na proporção por eles detidas no capital social da Meliuz Holdings Ltd.

6.6 Outras informações relevantes

participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

Não houve efeito relevante na participação dos acionistas do do Bloco de Referência e demais acionistas da Companhia, uma vez que estes já detinham participação indireta e passaram a ter participação direta na Companhia na mesma proporção. Também não houve efeito relevante na participação dos administradores da Companhia.

Quadros societários antes e depois da operação:

Antes da Reorganização Societária

QUADRO SOCIETÁRIO DA MELIUZ HOLDINGS LTD.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais			Ações Totais	
		Série "Seed"	Série A	Série B	Quantidade	%
Ofli Campos Guimarães	1.797.919	0	0	0	1.797.919	25,14%
Israel Fernandes Salmen	1.797.919	0	0	0	1.797.919	25,14%
Lucas Marques Peloso Figueiredo	286.047	0	0	0	286.047	4,00%
Andre Amaral Ribeiro	107.268	0	0	0	107.268	1,50%
Leandro de Barros Alves	959.225	0	0	0	959.225	13,41%
Graph Ventures III, L.L.C.	0	53.268	0	0	53.268	0,74%
Florian Hagenbuch	0	53.268	0	0	26.634	0,37%
Mate Pencz	0	106.536	0	0	26.634	0,37%
The Social+ Capital Partnership III, LP	0	37.287	0	0	53.268	0,74%
Fabrice Grinda 6KJ LLC	0	15.980	0	0	106.536	1,49%
Serendipity Investments S.L.	0	53.268	0	0	15.980	0,22%
FGI Investments Ltd.	0	37.287	20.166	8.367	65.820	0,90%
FJ Labs 3VC LLC	0	0	20.166	0	20.166	0,28%
FJ Labs LLC	0	0	13.441	8.367	21.808	0,30%
FJ Labs 4VC LLC	0	0	0	16.734	16.734	0,23%
Lumia Capital 2014 Fund, L.P.	0	0	37.203	308.752	345.955	4,84%
Lumia Capital 2014 Fund (Delaware), L.P.	0	0	3.129	25.938	29.067	0,41%
LW Direct LLC	0	0	0	111.563	111.563	1,56%
Monashees Capital VII, L.P.	0	0	472.360	219.780	692.140	9,68%

6.6 Outras informações relevantes

Monashees Capital Partners Co-Investment Fund VII, L.P.	**0**	**0**	**2.373**	**3.346**	**5.719**	**0,08%**
Endeavor Catalyst II, L.P.	**0**	**0**	**0**	**86.885**	**86.885**	**1,21%**
Endeavor Catalyst II-A, L.P.	**0**	**0**	**0**	**2.365**	**2.365**	**0,03%**
Demais Acionistas Pessoas Físicas(1)(2)	**522.253**	**0**	**0**	**0**	**522.253**	**6,73%**
Total	**5.470.631**	**319.607**	**568.838**	**792.097**	**7.151.173**	**100,00%**

(1) Inclui demais pessoas físicas que não as listadas nas linhas da tabela acima.
(2) Na categoria “Demais Acionistas Pessoas Físicas”, figuram acionistas que também são empregados ou ex-empregados da Meliuz S.A. os quais detém 1,75% do capital social da Meliuz Holding Ltd. (sendo 1,53% detido por empregados e 0,22% por ex-empregados).

QUADRO SOsocietário DA CASH 3 LLC

Acionistas	Ações	%
Meliuz Holdings Ltd.	**1.797.919**	**100,0%**

QUADRO SOCIETÁRIO DA COMPANHIA

Acionistas	Ações Ordinárias	%
Cash 3 LLC	**92.965.210**	**99,99997%**
Ofli Campos Guimarães	**13**	**0,00001%**
Israel Fernandes Salmen	**13**	**0,00001%**
Leandro de Barros Alves	**13**	**0,00001%**
Total	**92.965.249**	**100%**

Depois da Reorganização Societária

QUADRO SOCIETÁRIO DA MELIUZ HOLDINGS LTD.
Com a conclusão da Reorganização Societária, a Meliuz Holdings Ltd. passou a ser integralmente detida por Israel Fernandes Salmen, uma vez que todos os seus acionistas descritos acima deixaram de ter participação na Meliuz Holdings Ltd. e passaram a ter participação direta no capital social da Companhia.

6.6 Outras informações relevantes

QUADRO SOCIETÁRIO DA CASH 3 LLC

Não houve alteração no quadro societário da Cash 3 LLC durante a Reorganização Societária, a qual continuou sendo detida integralmente pela Meliuz Holdings Ltd.

QUADRO SOCIETÁRIO DA COMPANHIA

Em razão da Reorganização Societária, o quadro acionário da Companhia foi alterado conforme segue:

Acionistas	Ações Ordinárias	%
Ofli Campos Guimarães	23.372.947	25,14%
Israel Fernandes Salmen	23.372.947	25,14%
Lucas Marques Peloso Figueiredo	3.718.611	4,00%
Andre Amaral Ribeiro	1.394.484	1,50%
Leandro de Barros Alves	12.469.925	13,41%
Arilo Claudio Dias Neto	504.842	0,54%
Graph Ventures III, L.L.C.	692.484	0,74%
Florian Hagenbuch	346.242	0,37%
Mate Pencz	346.242	0,37%
The Social+ Capital Partnership III, LP	692.484	0,74%
Fabrice Grinda 6KJ LLC	1.384.968	1,49%
Serendipity Investments S.L.	207.740	0,22%
FGI Investments Ltd.	855.660	0,92%
FJ Labs 3VC LLC	262.158	0,28%
FJ Labs 4VC LLC	217.542	0,23%
FJ Labs LLC	283.504	0,30%
Lumia Capital 2014 Fund, L.P.	4.497.415	4,84%
Lumia Capital 2014 Fund (Delaware), L.P.	377.871	0,41%
LW Direct LLC	1.450.319	1,56%
Monashees Capital VII, L.P.	8.997.820	9,68%
Monashees Capital Partners Co-Investment Fund VII, L.P.	74.347	0,08%

6.6 Outras informações relevantes

	<table><tr><td>**Endeavor Catalyst II, L.P.**</td><td>**1.129.505**</td><td>**1,21%**</td></tr><tr><td>**Endeavor Catalyst II-A, L.P.**</td><td>**30.745**</td><td>**0,03%**</td></tr><tr><td>**Demais Acionistas Pessoas Físicas**</td><td>**6.284.447**</td><td>**6,73%**</td></tr><tr><td>**Total**</td><td>**92.965.249**</td><td>**100%**</td></tr></table>
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:	A Reorganização Societária foi aprovada por deliberação escrita da unanimidade dos acionistas da Meliuz Holdings Ltd. (*written shareholders resolution*) e da única acionista da Cash 3 LLC (*member consent*), na forma estabelecida pelas legislações aplicáveis e pelos documentos societários das respectivas sociedades. Além disso, conforme já informado, a Reorganização Societária resultou apenas na troca da participação detida pelos acionistas na Companhia, de forma indireta, pela participação direta, sendo mantidas as proporções de suas respectivas participações no capital social da Meliuz Holdings Ltd.

Em 2021:	
Evento:	**Aquisição Picodi**
Principais condições do negócio:	Em fevereiro de 2021, foi divulgado Fato Relevante sobre a aprovação do Conselho de Administração da Companhia para a celebração do *Share Purchase Agreement* ("Contrato") celebrado entre a Companhia e os sócios da Picodi. O Contrato teve por objeto a aquisição pela Companhia de ações representativas de 51,2% do capital social de emissão da Picodi.com por R$ 118,6 milhões ("Aquisição"). A Picodi é uma plataforma que reúne cupons de descontos, códigos promocionais e demais promoções de diversas lojas e marcas, presente em mais de 40 países. Fundada em 2010, a Picodi conecta, mensalmente, mais de 12 mil lojas online a 4 milhões de usuários. A Aquisição é estratégica para os negócios da Companhia, na medida em que permitirá um ganho de escala e volume para a operação do seu marketplace e ampliará a exposição da Méliuz a mercados internacionais. Destaca-se ainda, que todas as condições suspensivas que haviam sido estabelecidas no âmbito do contrato, encontram-se cumpridas. Cumpre ressaltar que, posteriormente à aquisição, a participação da Companhia foi alterada para 51,1%, em razão da emissão de novas ações para fins de remuneração do plano de incentivo à longo prazo, já previsto no contrato de aquisição. Adicionalmente, foi celebrado Acordo de Acionistas entre a Companhia e os demais acionistas da Picodi para reger a relação de forma a cooperarem para garantir o desenvolvimento da Companhia, o aumento de seu valor, definir seus princípios de governança corporativa, e os direitos e obrigações de cada um com relação ao seu envolvimento na Companhia. O referido Acordo prevê a possibilidade de a Companhia adquirir, dos vendedores, a participação de aproximadamente 48,8% restante, por meio do exercício das opções de compra ou venda, em data a ser determinada pelos acionistas vendedores. Caso o número de usuários da Picodi, em 30 de setembro de 2024, esteja no patamar acordado entre as partes, os demais acionistas poderão determinar se o exercício das opções poderá ocorrer entre 31 e 60 dias úteis a partir desta data ou a partir de

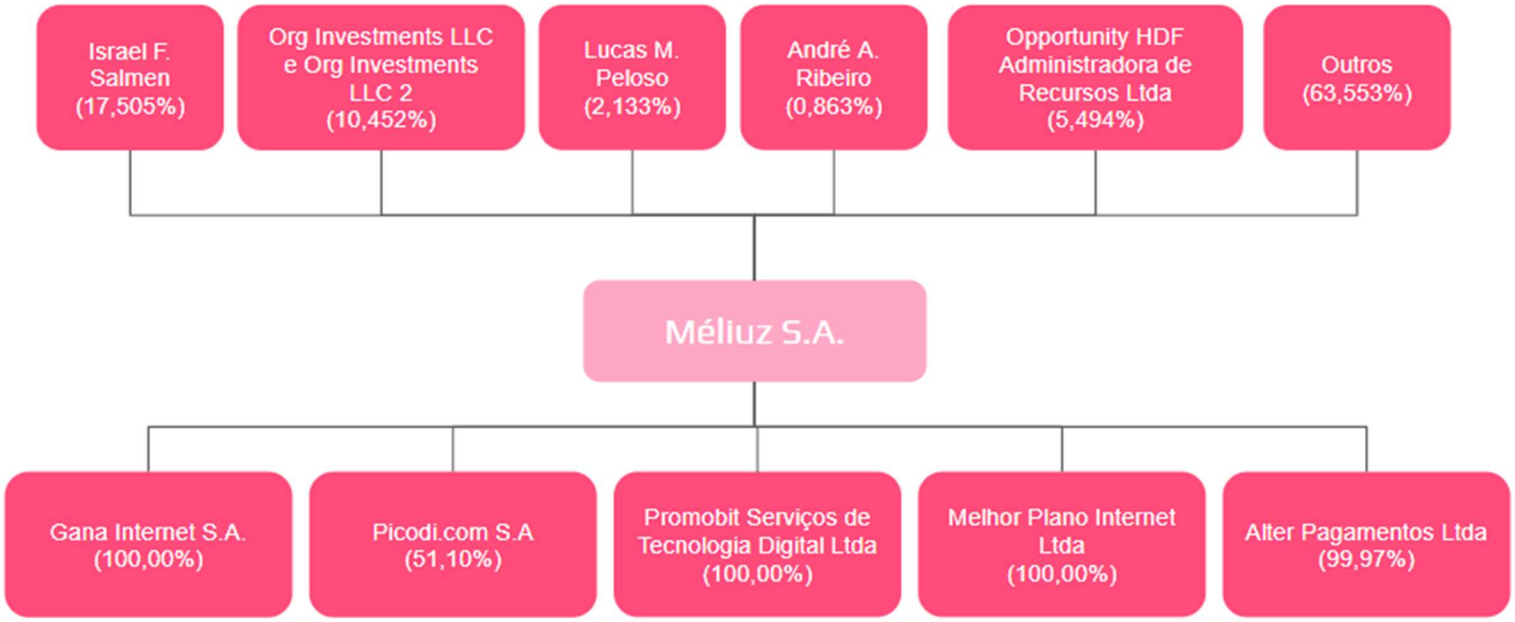
6.6 Outras informações relevantes

	30 de setembro de 2025. Caso o número de usuários da Picodi esteja abaixo do patamar acordado, os demais acionistas não terão a discricionariedade, e a aquisição poderá ocorrer entre 31 e 60 dias úteis a partir de 30 de setembro de 2024. Em cada caso, a venda das ações pelos Demais Acionistas deverá ser acompanhada do fornecimento de determinadas garantias por parte dos então vendedores. O preço da aquisição da participação será calculado proporcionalmente com base em métricas de captação de usuários pela Picodi. Nesse sentido, o valor a ser pago pelas ações dos Demais Acionistas poderá variar entre PLN 66.346.920,00 a PLN 1,00, a depender do número de primeiros usuários na data de saída igual ou menor que 731.000. As partes do Acordo de Acionistas estão sujeitas à obrigação de manter suas ações por determinado período de tempo ("lock-up"), desde a vigência do Acordo de Acionistas até que os Demais Acionistas, que não a Méliuz, alienem todas as suas ações. Em caso de violação ao período de lock-up, a penalidade prevista para a Méliuz, para pagamento aos Demais Acionistas, é de PLN 20.000.000 (vinte milhões de zlotis), aproximadamente R$ 29 milhões, enquanto, caso os Demais Acionistas deem causa à violação do lock-up, cada um deles deverá pagar o valor da multa proporcionalmente à sua participação societária. O Acordo de Acionistas prevê, também, um direito de *drag-along* dos Demais Acionistas na hipótese em que ocorra determinadas falhas no cumprimento das obrigações pela Méliuz. Ainda, caso as referidas falhas ocorram e não seja possível implementar o *drag-along*, os Demais Acionistas contarão com a prerrogativa de adquirir a participação da Méliuz na Picodi. A Aquisição foi ratificada pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021.
Sociedades envolvidas:	Meliuz S.A. e Picodi.com
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:	Não aplicável.
Quadros societários antes e depois da operação:	Não aplicável.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:	A Aquisição da Picodi foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração e ratificada pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021.

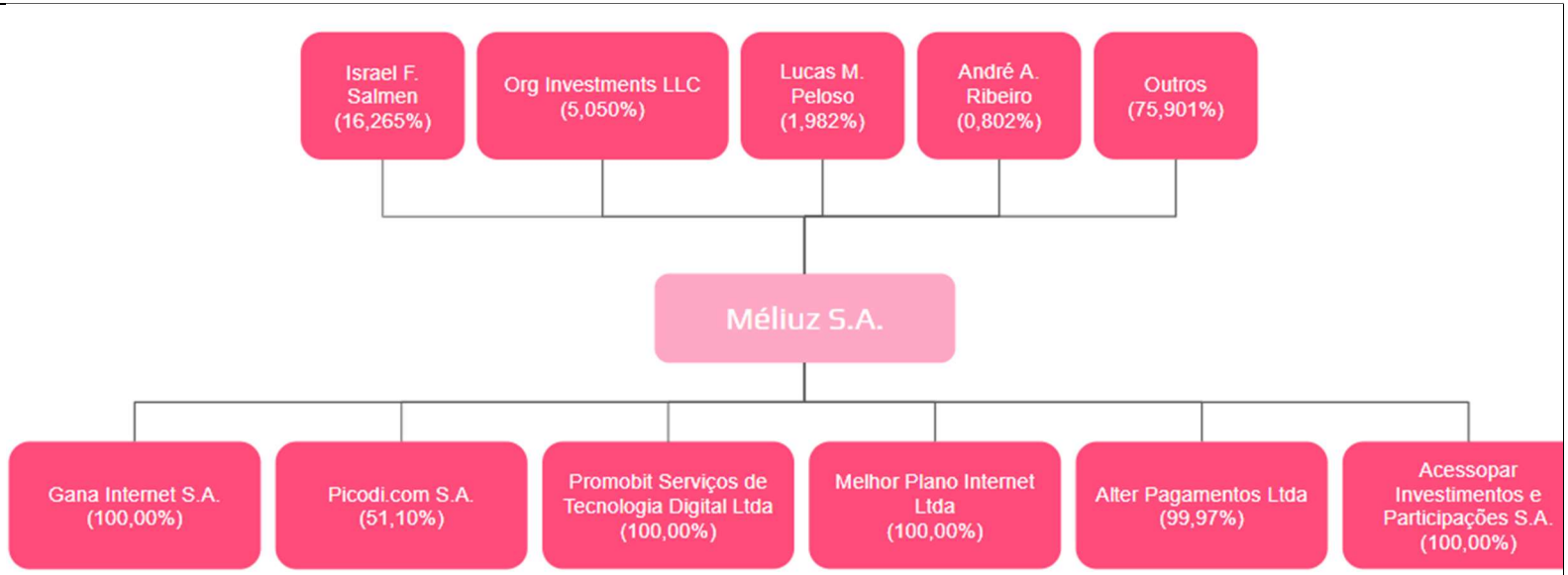
6.6 Outras informações relevantes

Evento:	Acordo de Associação com o Grupo Acesso
Principais condições do negócio:	A Companhia celebrou, em 03 maio de 2021, o "Acordo de Associação" com a Acessopar Investimentos e Participações S.A. ("Acessopar") e a Acesso Soluções de Pagamento S.A. (em conjunto com a Acessopar, "Grupo Acesso"), fintech especializada em soluções de pagamento e banking as a service e que opera utilizando as marcas "Acesso", "Acesso Bank", "Bankly" e "Banco Acesso" ("Bankly" e "Acordo de Associação", respectivamente). O Acordo de Associação prevê, dentre outras avenças, a incorporação pela Companhia de 100% das ações de emissão da Acessopar, *holding* controladora do Bankly, em troca de novas ações de emissão da Companhia ("Transação"), totalizando R$ 324,5 milhões. Por meio da referida Transação, a Acessopar passará a ser uma subsidiária integral da Companhia e os acionistas da Acessopar tornar-se-ão acionistas da Companhia. Adicionalmente, a Transação prevê a existência eventual *earn out,* a depender do atingimento de determinadas metas financeiras apuradas pelo Bankly, podendo ser emitidas até 5.312.299 (cinco milhões, trezentos e doze mil, duzentas e noventa e nove) ações em função de tal *Earn-out* (ou o Méliuz poderá optar por realizar o pagamento do *Earn-out* em dinheiro no valor bruto de até R$ 27.500.000,00). Em 31 de março de 2022, por meio do Ofício nº 7287/2022–BCB/Deorf/GTSP3, o Banco Central do Brasil ("BACEN") aprovou a transferência do controle societário do Grupo Acesso à Companhia, sendo essa uma das principais condições suspensivas da operação e em 30 de maio de 2022, aprovada pela assembleia geral extraordinária do Méliuz a incorporação de ações da Acessopar pelo Méliuz, de forma que, nesta data, a operação está concluída e a Acessopar é uma subsidiária integral do Méliuz. O Acordo de Associação prevê também a obrigação de a Companhia realizar, anteriormente ao fechamento da operação, aporte de valores no Bankly para fins de manutenção das atividades (capital de giro), na forma de mútuo conversível em ações do Bankly mediante capitalização (a critério da Méliuz) ou aumento de capital com emissão de ações preferenciais do Bankly. Esta conformidade com a referida obrigação foi celebrado mútuo conversível entre a Companhia e a Acesso Soluções de Pagamento S.A., em 30 de junho de 2021, conforme descrito no item 16.4 deste Formulário de Referência. A associação com o Bankly e sua equipe de gestão marca mais um passo na expansão do ecossistema de serviços financeiros da Companhia, permitindo o desenvolvimento de soluções em contas digitais, pagamentos, e outros temas relacionados a serviços e produtos transacionais. O Bankly hoje é uma instituição de pagamento autorizada a funcionar pelo Banco Central, possuindo as licenças, tecnologia e infraestrutura bancária que permitirão à Companhia ser protagonista no desenvolvimento e construção de uma solução que atenda as expectativas dos seus usuários. Com isso, passamos a ter capacidade de aumentar ainda mais o engajamento da base de usuários, facilitando o lançamento de novos produtos financeiros como investimentos e seguros em parceria com outras instituições financeiras, além de aumentar a venda cruzada com os produtos e serviços já existentes: Cartão Méliuz, Marketplace e Méliuz Nota Fiscal.
Sociedades envolvidas:	Meliuz S.A., Acessopar Investimentos e Participações S.A. e a Acesso Soluções de Pagamento S.A. (em conjunto com a Acessopar, "Grupo Acesso").
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário,	Como a operação implica em emissão de novas ações pela Companhia, os acionistas controladores serão diluídos, conforme quadro abaixo.

6.6 Outras informações relevantes

especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:	
Quadros societários antes e depois da operação:	Quadro acionário anterior:  Quadro acionário posterior:

6.6 Outras informações relevantes

	
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:	No protocolo e justificação da incorporação de ações da Acessopar, a relação de troca estabelecida (conforme fundamentos e justificativas contidas no protocolo), conferiu tratamento equitativo a todos os acionistas da Companhia e a todos os acionistas da Acessopar.

6.6 Outras informações relevantes

Evento:	Aquisição da Promobit
Principais condições do negócio:	Em 12 maio de 2021 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos sócios da Promobit Serviços de Tecnologia Digital Ltda. (“Promobit”) para aquisição, pela Companhia, de quotas representativas de 100% do capital social total e votante da Promobit, por um preço de aquisição composto por uma parcela inicial, no montante de R$ 13.000,000,00, sujeita a ajustes usuais em operações desta natureza e por eventuais parcelas de earn-out, a depender do atingimento de determinadas metas financeiras apuradas pela Promobit. As parcelas de earn-out serão precificadas de acordo com certas métricas acordadas no Contrato, mediante o atingimento de determinados patamares de EBITDA da Promobit nos exercícios sociais de 2022 e 2023. O valor máximo que poderá ser pago pela Companhia aos Vendedores a título de parcelas de earn-out é de R$27 milhões. O eventual pagamento das parcelas de earn-out será efetuado nos exercícios sociais subsequentes aos exercícios sociais definidos como parâmetros para apuração das métricas financeiras, a saber, 2023 e 2024. O Contrato prevê a retenção, pela Companhia, de parte da parcela inicial, no valor correspondente a R$ 3.000.000,00, até 12 de maio de 2026, a qual servirá como garantia das obrigações assumidas pelos vendedores no Contrato. O contrato prevê, ainda, a obrigação da Companhia de executar um plano de investimentos, mediante aportes na Promobit no montante de até R$ 2.000.000,00. A aquisição amplia a capacidade da Méliuz de se posicionar e se fazer presente em mais etapas do funil de tomada de decisão do consumidor, além de ser uma importante fonte de tráfego qualificado e a baixo custo, minimizando os gastos da companhia com a aquisição de novos usuários.
Sociedades envolvidas:	Meliuz S.A. e Promobit Serviços de Tecnologia Digital Ltda. (“Promobit”)
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:	Não aplicável.
Quadros societários antes e depois da operação:	Não aplicável.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:	A Aquisição da Promobit foi ratificada pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de junho de 2021.

6.6 Outras informações relevantes

Evento:	Aquisição Melhor Plano
Principais condições do negócio:	Em 13 maio de 2021 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos sócios da Melhor Plano Internet Ltda. ("Melhor Plano") para aquisição, pela Companhia, de quotas representativas de 100% do capital social total e votante da Melhor Plano, por um preço de aquisição composto por uma parcela inicial, no montante aproximado de R$10.300.000,00 sujeita a ajustes usuais em operações desta natureza. Adicionalmente, os vendedores poderão fazer jus, ainda, a eventual pagamento de *earn-out*, a depender do atingimento de determinadas metas financeiras apuradas pela Melhor Plano. A parcela de earn-out será precificada de acordo com certas métricas acordadas no Contrato, mediante o atingimento de determinados patamares de EBITDA da Melhor Plano no exercício social de 2023. O valor máximo que poderá ser pago pela Companhia aos Vendedores a título de parcelas de earn-out é de R$47.025.000,00. O eventual pagamento da parcela de earn-out será efetuado no exercício social subsequente ao exercício social definido como parâmetro para apuração das métricas financeiras, a saber, 2024. O Contrato prevê a retenção pela Companhia de parte da parcela earn-out, no valor correspondente a R$ 500.000,00, até 1º de janeiro de 2027, a qual servirá como garantia das obrigações assumidas pelos Vendedores no Contrato. O contrato prevê, ainda, a obrigação da Companhia de executar um plano de investimentos, mediante aportes na Melhor Plano no montante de até R$4.000.000,00, os quais deverão ser descontados do valor devido a título de *earn-out*. Em m 28 de maio de 2021, foi realizado aumento de capital sócia da Melhor Plano, pela Méliuz, no valor de R$4.912.372,35, observado que do referido valor aportado, R$1,0 milhão se refere à obrigação de realização de aportes acima referida. Atualmente, a Melhor Plano possui 48 funcionários, sendo 35% com foco em SEO - Search Engine Optimization, ou Otimização para Mecanismos de Busca, um importante canal de aquisição orgânica. Assim como na aquisição do Promobit, o tráfego de qualidade do Melhor Plano representa uma importante fonte de aquisição de novos usuários a baixo custo para a Companhia.
Sociedades envolvidas:	Meliuz S.A. e Melhor Plano Internet Ltda. ("Melhor Plano")
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:	Não aplicável.
Quadros societários antes e depois da operação:	Não aplicável.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:	A aquisição da Melhor Plano foi ratificada pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de junho de 2021.

6.6 Outras informações relevantes

Evento:	Acordo de Associação com a Alter
Principais condições do negócio:	Em 29 de julho de 2021, a Meliuz adquiriu o controle da Alter Pagamentos Ltda., na forma do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças ("Contrato"). O Contrato teve por objeto a aquisição pela Companhia de quotas representativas de 100% do atual capital social total e votante da Alter, totalmente subscritas e integralizadas, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, por um preço de R$10.200.228,21, sendo que R$9.131.957,94 serão pagos em parcela única na data de fechamento da transação e R$1.068.270,27 ficarão retidos pelo prazo de 5 (cinco) anos e servirão de garantia para eventuais indenizações a que a Companhia tenha direito. O preço de aquisição ficou sujeito a ajuste em caso de variações no capital de giro e na dívida líquida da Alter que foram considerados na negociação. Juntamente com a aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da Alter, a transação também contemplou a aquisição de direitos detidos por terceiros contra a Alter em contratos de investimento e de mútuo que conferem a seus titulares o direito de, em determinadas circunstâncias, subscrever participação no capital social da Alter, fazendo com que o valor da transação alcance aproximadamente R$ 25,9 milhões. . Em janeiro de 2022 foi realizada a conversão de notas conversíveis em participação societária da Alter que eram detidas por investidores desde momento anterior à aquisição da companhia pelo Alter. Com a conversão dessas notas, o Méliuz passou a ser titular de 99,67% do capital social do Alter. Em 06 de abril de 2022 foi dado início ao processo de incorporação de ações do Alter para que ele se torne uma subsidiária integral do Méliuz, e em 16 de agosto de 2022 foi homologada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a conclusão da incorporação das ações. Sendo assim, a partir do dia 16 de agosto de 2022 o Méliuz passou a ser titular de 100% do capital social do Alter. A Alter é uma empresa especializada na negociação de criptoativos, que desde 2018 vem atuando na melhora da experiência dos usuários no uso de criptomoedas em transações financeiras do dia a dia. A Alter, que possui um time de 24 pessoas, sendo 9 do time de produto e desenvolvimento, movimentou no primeiro semestre de 2021 um volume de R$ 184 milhões em negociações de Bitcoin, um volume 14 vezes maior do que o mesmo período de 2020. Entre outros serviços, a Alter consolida em um único aplicativo uma carteira de criptomoedas com integração a uma conta digital e um cartão pré-pago. O principal objetivo da Companhia com o negócio é adicionar à gama de produtos e serviços ofertados pela Companhia os produtos e serviços da Alter, incorporar um time altamente capacitado e integrado ao Companhia, bem como incorporar a carteira de criptoativos da Alter. Tais aquisições tem como finalidade fortalecer a atuação da Companhia negócios envolvendo criptoativos – segmento de negócio de alto crescimento que poderá contribuir como uma boa ferramenta de engajamento e atração de novos usuários, o que é parte importante da estratégia da Companhia.
Sociedades envolvidas:	Meliuz S.A. e Alter Pagamentos Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de	Não aplicável.

6.6 Outras informações relevantes

acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:	
Quadros societários antes e depois da operação:	Não aplicável.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:	A transação foi submetida à aprovação dos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária em 1º de outubro de 2021, quando foi conferido o direito de recesso previsto nos termos do art. 256 §2º da Lei das S.A.

Evento:	**Aquisição de Ativos da Muambator**
Principais condições do negócio:	Em dezembro de 2021, foi assinado contrato com os sócios da Bridi e Rolim Ltda. ("Muambator"), empresa que consolida rastreamento online de pacotes e encomendas nacionais e internacionais, para a compra de 100% dos ativos que hoje estão constituídos dentro da empresa pelo valor de R$ 3,0 milhões, onde 15% serão pagos em dinheiro à vista e 85% em ações com período de *lock up* de até 5 anos. O website e o aplicativo do Muambator permitem ao usuário cadastrar códigos de rastreio de compras feitas nas maiores lojas online do Brasil e do mundo, dentre elas Shopee, Ali Express, Wish, Mercado Livre etc. Os usuários passam a ter um controle maior sobre suas compras e a receber notificações a cada movimentação do pacote ou encomenda. A aquisição da Muambator não se enquadrou como investimento relevante para o Méliuz, portanto, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei das S.A., a aquisição não precisou ser submetida à ratificação pelos seus acionistas em assembleia.
Sociedades envolvidas:	Meliuz S.A. e Bridi e Rolim Ltda. ("Muambator")
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:	Não aplicável.
Quadros societários antes e depois da operação:	Não aplicável.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:	A aquisição da Muambator não se enquadrou como investimento relevante para o Méliuz, portanto, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei das S.A., a aquisição não precisou ser submetida à ratificação pelos seus acionistas em assembleia.

6.6 Outras informações relevantes

Em 2022:	
Evento:	Alienação de 100% do Capital Social do Gana
Principais condições do negócio:	A Companhia celebrou, em 16 de novembro de 2022, “Contrato Particular de Compra e Venda de Ações”, para vender e transferir ao Comprador 100% do capital social do Gana, composto por 5.003.576 (cinco milhões, três mil quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas de emissão da Companhia, com todos os direitos que representam (“Operação”), pelo valor total de R$2.000.000,00 (dois milhões de reais).
Sociedades envolvidas:	Meliuz S.A. e Gana Internet S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:	Não aplicável.
Quadros societários antes e depois da operação:	Não aplicável.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:	Não aplicável.

Evento:	Alienação da Acesso Soluções de Pagamento S.A. (Bankly) e de até 100% das ações da Acessopar Investimentos e Participações S.A. (“Acessopar”)
Principais condições do negócio:	A venda do Bankly e de até 100% das ações da Acessopar Investimentos e Participações S.A. (“Acessopar”), subsidiária integral da Companhia (nos termos do artigo 252 e seguintes da Lei das S.A.) que detém 52,19% do capital social do Bankly, mediante o cumprimento de determinadas condições, será realizada com base em um *enterprise value* de R$ 210 milhões, sendo que o valor será pago em parcela única, em dinheiro, no closing da operação, sujeito a determinados ajustes e correção pela variação positiva acumulada do CDI entre 31 de março de 2023, e a data do efetivo pagamento do preço pelo banco BV à Companhia. A operação encontra-se em andamento.
Sociedades envolvidas:	Meliuz S.A., Bankly e B anco BV
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:	Não aplicável.

6.6 Outras informações relevantes

Quadros societários antes e depois da operação:	Não aplicável.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:	Não aplicável.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A administração da Companhia é composta por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Em reunião realizada em 1º de setembro de 2020, o nosso Conselho de Administração aprovou a criação de um Comitê de Auditoria não estatutário, cujas atribuições e funcionamento estão previstos no Regimento Interno do Comitê de Auditoria. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria poderão contar, ainda, com o apoio de outros comitês de assessoramento.

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia adota uma Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação") a qual institui os critérios e procedimentos a serem observados para a composição do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de Assessoramento.

A Política de Indicação da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de setembro de 2020, e pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia; e (ii) internet: site da Companhia (ri@meliuz.com.br).

A nossa Política de Indicação, como diretriz geral, propõe que a indicação de candidatos para ocupar os cargos elegíveis ser baseada em uma análise da necessidade do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos comitês de assessoramento, conforme aplicável, garantindo a composição por membros de perfis diversificados, levando-se em conta experiências, competências, condutas, origens, faixa etária e gênero.

Os indicados aos cargos elegíveis deverão ser profissionais altamente qualificados, com relevante experiência profissional, técnica e acadêmica, e com reputação ilibada.

Quando da indicação de membros dos cargos elegíveis, serão observados os critérios de integridade (*background check* de integridade).

No processo de seleção será realizada a busca de candidatos com conhecimentos e experiências nos setores de negócios em que a Companhia e suas controladas atuem ou venham a atuar.

b. mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência

Conselho de Administração e Diretoria

O Conselho de Administração realizará, anualmente, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho de Administração, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos comitês, do Presidente do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria. A condução do processo de avaliação dos membros individuais do Conselho de Administração e do Conselho de Administração como órgão colegiado é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. O processo de avaliação dos membros da Diretoria será conduzido pelos membros independentes do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa independente especializada para fins de avaliação de desempenho.

Comitê de Auditoria

A autoavaliação do Comitê e a avaliação do seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros, individualmente, deverão ser realizadas, no mínimo, anualmente. O processo de avaliação é de responsabilidade do coordenador do Comitê.

Os resultados consolidados das avaliações do Comitê de Auditoria e de seus membros serão disponibilizados a todos os membros do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, coordenador do Comitê e ao Presidente do nosso Conselho de Administração, e serão discutidas em sessões de feedback individuais.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

ii. metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

Além da metodologia e periodicidade mencionadas no item anterior, o processo de avaliação é estruturado levando-se em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente, do Diretor Presidente e demais membros da Diretoria, do Comitê de Auditoria, seu coordenador e seus membros, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação. Os principais critérios utilizados na avaliação são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções e nossos valores e objetivos.

Os membros da Diretoria são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com as nossas políticas e estratégias.

iiii. Contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

Na data deste Formulário de Referência, não havíamos contratado serviços de consultoria ou assessoria externas para avaliação de desempenho de nossos órgãos e/ou comitês.

c. regras de identificação e administração de conflito de interesses

É vedado aos Conselheiros intervir em qualquer deliberação em que o tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. O Conselheiro que tiver interesse conflitante com da Companhia deverá cientificar os demais Conselheiros do seu impedimento e fazer consignar, em ata da reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento. Na hipótese de o Conselheiro que tiver interesse conflitante com o da Companhia não cumprir com esta, os demais conselheiros, caso tenham conhecimento, deverão cumpri-la.

Em caso de conflito de interesse, o Conselheiro deverá observar a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia e a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, sem prejuízo das normas legais aplicáveis.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	2	6	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 16	**2**	**14**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	8
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	8
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 16	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**16**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Diretoria

A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 9 (nove) diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de até 2 (dois) anos, permitida a reeleição e autorizada a cumulação de mais de um cargo por qualquer Diretor, sendo designados, no mínimo: (i) 1 (um) Diretor Presidente; (ii) 1 (um) Diretor Financeiro; (iii) 1 (um) Diretor de Relações com Investidores; (iv) 1 (um) Diretor de Operações; e (v) 1 (um) Diretor de Estratégia. Os demais diretores da Companhia terão a designação e as atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Presidente: coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele confiados pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; (iii) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição; (iv) elaborar e apresentar, anualmente, ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e (v) administrar os assuntos de governança corporativa e *compliance* em geral.

Compete ao Diretor Financeiro: dentre outras atribuições que lhe venham a ser atribuídas pelo Conselho de Administração: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia e de suas controladas; (ii) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia e de suas controladas; (iii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia e de suas controladas; (iv) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro, fiscal/tributária, *facilities,* compras e jurídica da Companhia e de suas controladas; (v) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas/coligadas, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior da Companhia e de suas controladas e coligadas de forma consolidada; e (vi) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial ("ITR") detalhado da Companhia consolidado com o de suas controladas e coligadas.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores: dentre outras atribuições que lhe venham a ser atribuídas pelo Conselho de Administração, pelo Regulamento do Novo Mercado ou por normas editadas pela CVM: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados); (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às Bolsas de Valores nas quais a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; (iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; (iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e (v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Compete ao Diretor de Operações: dentre outras atribuições que lhe venham a ser atribuídas pelo Conselho de Administração: (i) avaliar e acompanhar as políticas e estratégias de comercialização de produtos e serviços da Companhia; (ii) coordenar o funcionamento, definir a estrutura e avaliar a atuação dos departamentos operacionais; (iii) estabelecer metodologias de administração e operação desses departamentos; (iv) estabelecer metodologias e melhores práticas processuais para a Companhia; (v) colaborar com os demais Diretores na melhoria contínua dos processos e estruturas organizacionais; (vi) colaborar com os demais Diretores na melhor forma de operacionalizar os produtos existentes e os novos produtos; e (vii) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades operacionais relativas à introdução de novos produtos e serviços.

Compete ao Diretor de Estratégia: dentre outras atribuições que lhe venham a ser atribuídas pelo Conselho de Administração: (i) em conjunto com os demais Diretores, criar estratégias e políticas comerciais para a Companhia; (ii) planejar e desenvolver estratégias de negócios para a Companhia, de acordo com o modelo de negócios definido pelo Conselho de Administração; (iii) realizar a prospecção e o atendimento dos maiores clientes da Companhia; e (iv) auxiliar os demais Diretores na execução de suas respectivas funções

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Conselho fiscal

A Companhia não conta com Conselho Fiscal permanente, bem como esclarece que na data deste Formulário de Referência não há Conselho Fiscal instalado.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais da rede mundial de computadores onde o documento possa ser encontrado.

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é de responsabilidade (i) da Diretoria recomendar ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes e garantir que estes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da Diretoria e da auditoria interna, e (ii) do Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes.

Compete à Diretoria auxiliar permanentemente o Conselho de Administração, monitorando a efetividade dos processos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e ao cumprimento da legislação tributária aplicável, analisando os relatórios e acompanhando/supervisionando os auditores externos e internos da Companhia, preservando sempre sua relação de independência para com a Companhia.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia não conta com canal interno de comunicação para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do Conselho de Administração. Somos uma empresa de tecnologia, cujas atividades não provocam impactos negativos nos aspectos do meio-ambiente e do social. Além disso, desde 2020, com o início da pandemia estamos atuando no regime de teletrabalho, reduzindo significativamente o consumo de energia dentro da empresa.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

---

Nome: André Amaral Ribeiro **CPF:** 076.677.516-09 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 21/08/1990

Experiência Profissional: O Sr. André Amaral Ribeiro é formado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2014. Possui mais de 8 anos de experiência em planejamento estratégico, finanças e planejamento corporativo, modelagem financeira, inteligência de negócio e growth. Antes de virar membro do Conselho de Administração e Diretor de Estratégia da Companhia, o Sr. André Amaral Ribeiro atuou como Head de Estratégia da Companhia. Além disso, foi, entre os anos de 2015 e 2017 Business Analyst e Associate na Advisia OC;C Strategy Consultants; e, entre os anos de 2013 e 2014, Trainee na Vallourec. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	31/08/2023	01/09/2024	Outros Conselheiros / Diretores	Conselheiro (efetivo)	01/09/2023	Sim	30/04/2021
Diretoria e Conselho de Administração	01/09/2023	01/09/2024	Outros Conselheiros / Diretores	Diretor de Shopping, Estratégia e Dados	01/09/2023	Sim	01/09/2020

Nome: Bruno Chamas Alves **CPF:** 351.472.938-76 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 06/02/1987

Experiência Profissional: O Sr. Bruno Chamas Alves é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas-SP. Possui mais de 15 anos de experiência no mercado financeiro. O Sr. Bruno é sócio-fundador da Lazuli Partners. Anteriormente, foi sócio da Gávea Investimentos, onde se dedicou às atividades de private equity entre 2009 e 2021, e trabalhou na divisão de private equity da Merrill Lynch em São Paulo entre 2008 e 2009. Além disso, foi membro dos Conselhos de Administração do Grupo GPS, da Fras-le e da Paschoalotto Serviços Financeiros, além de membro do Conselho Fiscal da Rumo Logística.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/08/2023	01/09/2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		01/09/2023	Sim	01/09/2020

Nome: DÚNIA NEVES RUAS MOURÃO **CPF:** 074.864.956-51 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 01/07/1985

Experiência Profissional: Dúnia Ruas Mourão é pós graduanda em Direito Bancário e Mercado Financeiro pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e foi responsável pela cadeira de LGPD do MBA de Advocacia de Alta Performance pela PUC-MG. Possui sólida experiência em Jurídico Corporativo e é especialista em Direito do Trabalho & Previdenciário, Compliance e Governança Corporativa. Está a frente da área jurídica do Méliuz desde o IPO da Companhia, e atuou nos últimos 14 anos em empresas e escritórios renomados, com passagens pela multinacional Esab Indústria e Comércio Ltda, como responsável jurídica América do Sul, e atuações pela MRV Engenharia e Magazine Luiza. A Sra. Dúnia é certificada pela Legal, Ethics & Compliance (LEC) em Compliance e Anticorrupção e possuí curso de extensão em Sociedade Anônima pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A Diretora declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A diretora declara, adicionalmente, que não é considerada pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/09/2023	01/09/2024	Outros Diretores	Diretora Jurídica	01/09/2023	Sim	01/09/2023

Nome: Gabriel Loures Araujo **CPF:** 114.679.806-76 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 05/08/1992

Experiência Profissional: O Sr. Gabriel é formado em administração de empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais e possui MBA em Administração e Gestão de Negócios pela Harvard Business School. Tem sólida experiência em M;A e Consultoria Estratégica, com passagem pela McKinsey ; Company e Boutique de Investimento. Se juntou ao time do Méliuz em 2018 e foi responsável pela estratégia de internacionalização e expansão das verticais de negócio da Companhia. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do Banco central do Brasil, da Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	31/08/2023	01/09/2024	Outros Conselheiros / Diretores	Conselheiro (efetivo)	01/09/2023	Sim	10/03/2023
Diretoria e Conselho de Administração	01/09/2023	01/09/2024	Outros Conselheiros / Diretores	Diretor de Marketing	01/09/2023	Sim	01/12/2022

Nome: Israel Fernandes Salmen **CPF:** 094.163.596-10 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 03/10/1988

Experiência Profissional: O Sr. Israel Fernandes Salmen é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2011. Possui mais de 16 anos de experiência em desenvolvimento de produto, novos negócios, vendas e gestão, sendo também fundador da Companhia. O Sr. Israel Fernandes Salmen atua também como CEO da Companhia e já atuou como Diretor e membro do Conselho de Administração da Méliuz Holding Ltd. (de 24/10/2016 até seu encerramento em 2020) e Diretor da Méliuz LLC (de 12/11/2015 até seu encerramento em 2020), sociedades que integravam o grupo econômico do emissor. Além disso, foi sócio e diretor comercial da Solo Investimentos, uma gestora de recursos da qual foi sócio fundador, de 2009 a 2011. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do Banco central do Brasil, da Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	31/08/2023	01/09/2024	Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente		01/09/2023	Sim	01/09/2020

Diretoria e Conselho de Administração	01/09/2023	01/09/2024	Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	01/09/2023	Sim	06/08/2015

Nome: Julio Cesar Tozzo Mendes Pereira **CPF:** 379.765.161-91 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 11/04/1970

Experiência Profissional: O Sr. Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira possui experiência profissional de mais de 30 anos desenvolvida em instituição financeira de Capital Aberto e Fundo de Pensão, no Brasil e no exterior. Trabalhou 34 anos no Banco do Brasil, foi membro do conselho de administração do BB Americas e Diretor financeiro do Economus Instituto de Seguridade Social. Formado em administração pelo UniCEUB, possui MBA em Finanças, Governança Corporativa e Digital Business, Advanced Management Program pela University of Chicago e formação para Conselheiros de Administração do IBGC. O membro do Conselho de Administração declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Conselho de Administração declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/08/2023	01/09/2024	Conselho de Administração (Efetivo)		01/09/2023	Sim	10/03/2023

Nome: Marcio Loures de Araujo Penna **CPF:** 110.659.767-20 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 06/12/1985

Experiência Profissional: O Sr. Marcio Loures de Araujo Penna é formado em Administração de Empresas e possui Mestrado em Finanças e Gestão pela Neoma Business School realizado em 2016/2017, em Paris, França. O Sr. Marcio possui sólida experiência na área financeira e de mercado de capitais, estando a frente da área de Relações com Investidores do Méliuz desde junho de 2021. Atuou nos últimos 15 anos em empresas renomadas do mercado, sendo a última passagem pela Petrobras, entre 2019 e 2021, como Assessor do Presidente nas áreas de Relações com Investidores, ESG e Estratégia. Entre 2017 e 2019 atuou como gerente de Relações com Investidores e ESG da Light S.A., e entre 2007 e 2016, atuou na Vale S.A. como analista de FP;A e Relações com Investidores. O Sr. Marcio também possui cursos executivos pela Chicago Booth School of Business, em Decision Making ; Capital Management in the Firm; Creating an Entrepreneurial Culture ; Leadership Training; e Financial Economics ; Strategy Decision. O Diretor declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável. O Diretor declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/09/2023	01/09/2024	Diretor de Relações com Investidores		01/09/2023	Sim	23/03/2023

Nome: Marcos de Barros Lisboa **CPF:** 806.030.257-49 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 02/08/1964

Experiência Profissional: O Sr. Marcos de Barros Lisboa é Ph.D em economia pela University of Pennsylvania, localizada na cidade da Filadélfia, nos Estados Unidos, e é mestre em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também se formou. Atualmente o Sr. Marcos de Barros Lisboa é Diretor Presidente do Insper e membro do Conselho de Administração da Ambev, Cerradinho Híbrido, Mercedes-Benz do Brasil Ltda e Cerc Central de Recebíveis. O sr. Marcos possui mais de 30 anos de experiência, atuando no segmento de serviços financeiros, com passagens pelo Itaú Unibanco S/A, onde atuou por 8 anos como Vice- Presidente de Risco Operacional e Eficiência e pelo Ministério da Fazenda, onde atuou como Secretário de Política Econômica entre 2003 e 2005. Como conselheiro, também atuou como membro do Conselho de Administração da Natura Cosméticos por 7 anos e da PagSeguro Internet por 2 anos. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Conselho de Administração também declara que é membro independente do Conselho de Administração de acordo com o critério de independência do Regulamento do Novo Mercado. Adicionalmente, o Conselheiro declara não ser considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/08/2023	01/09/2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		01/09/2023	Sim	01/10/2021

Nome: Mauro Rojas Herrera **CPF:** 528.331.002-72 **Profissão:** Analista de sistemas **Data de Nascimento:** 30/10/1984

Experiência Profissional: O Sr. Mauro Rojas Herreira é o Diretor de Plataforma da Companhia e possui formação em ciência da computação pelo Instituto de Computação da UFAM, com mestrado focado nas áreas de Recuperação de Informação, Machine Learning e Banco de Dados. Foi co-fundador da Neemu, empresa amazonense que se tornou referência nacional no desenvolvimento de sistemas de busca e personalização para e-commerces e varejo físico. A Neemu dominou o mercado de tecnologia nesse segmento e foi adquirida pela Linx em 2015. Na Méliuz, Mauro é diretor das áreas de Plataformas e Cyber Security, as quais são áreas responsáveis por garantir que a operação da Méliuz, principalmente de engenharia, cresça de forma escalável, resiliente e segura. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/09/2023	01/09/2024	Outros Diretores	N/A	01/09/2023	Sim	01/12/2022

Nome: Michelle Meirelles **CPF:** 070.395.466-04 **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 28/02/1986

Experiência Profissional: A Sra. Michelle Meirelles é formada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais e possui MBA em Direito Tributário pela FGV com extensão pela Ohio University, nos Estados Unidos. A Sra. Michelle possui mais de 15 anos de experiência na área financeira e, atualmente, é responsável pela área Contábil/Fiscal do Méliuz, onde atua desde fevereiro de 2021. Entre 2019 e 2021, atuou como Controller na Laborum, estruturando a área financeira de diversas entidades no Brasil, como Sociedade São Vicente de Paulo e Santa Casa. Entre 2016 e 2019, foi responsável pela área de Technical Accounting da América Latina da Stellantis e, entre 2013 e 2016, trabalhou na FCA UK, em Londres, onde atuou na estruturação da holding após a fusão entre Fiat e Chrysler. Entre 2011 e 2014, atuou na Fiat do Brasil, como Analista de Compliance Contábil e, entre 2008 e 2010, foi responsável pela área de Suporte Contábil da Thomson Reuters. A Diretora declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A diretora declara, adicionalmente, que não é considerada pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/09/2023	01/09/2024	Outros Diretores	Diretora Financeira	01/09/2023	Sim	23/03/2023

Nome: Ofli Campos Guimarães **CPF:** 073.331.416-32 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 15/06/1985

Experiência Profissional: O Sr. Ofli Campos Guimarães é formado em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) em 2011. Possui mais de 15 anos de experiência em empreendedorismo, estratégia, gerenciamento de risco, finanças, planejamento corporativo e novos negócios, sendo também fundador da Companhia. O Sr. Ofli Campos Guimarães foi também Diretor, Diretor Executivo da Gana Internet S.A. (de 24/07/2020 a 10/10/2021) e já atuou como membro do Conselho de Administração da Méliuz Holding Ltd. (de 24/10/2016 até seu encerramento em 2020) e Diretor da Méliuz LLC (de 12/11/2015 até seu encerramento em 2020), sociedades que integram o grupo econômico do emissor. Adicionalmente, atuou como Diretor de Relações com Investidores (de 01/09/2020 a 25/02/2021) e Diretor Financeiro (de 01/09/2020 a 29/10/2021) da Companhia. Além disso, foi sócio e diretor da Solo Investimentos, uma gestora de recursos da qual foi sócio fundador, de 2008 a 2011. O Presidente do Conselho de Administração declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Presidente do Conselho de Administração declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/08/2023	01/09/2024	Presidente do Conselho de Administração		01/09/2023	Sim	01/09/2020

Nome: Tulio Braga Paiva Pacheco **CPF:** 097.210.046-69 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 25/10/1989

Experiência Profissional: O Sr. Tulio Braga Paiva Pacheco cursou Engenharia Mecânica na PUC Minas, tem experiência de mais de 14 anos atuando com aperfeiçoamento de processos e desenvolvimento de novos negócios. Teve uma passagem de mais de 8 anos pela Vale, com atuação internacional em países como Peru, Wales e Canadá. Está há mais de 6 anos no Méliuz. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	31/08/2023	01/09/2024	Outros Conselheiros / Diretores	Conselheiro (efetivo)	01/09/2023	Sim	10/03/2023
Diretoria e Conselho de Administração	01/09/2023	01/09/2024	Outros Conselheiros / Diretores	Diretor de Operações	01/09/2023	Sim	01/12/2022

7.4 Composição dos comitês

Nome: Bruno Chamas Alves **CPF:** 351.472.938-76 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 06/02/1987

Experiência Profissional: O Sr. Bruno Chamas Alves é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas-SP. Possui mais de 15 anos de experiência no mercado financeiro. O Sr. Bruno é sócio-fundador da Lazuli Partners. Anteriormente, foi sócio da Gávea Investimentos, onde se dedicou às atividades de private equity entre 2009 e 2021, e trabalhou na divisão de private equity da Merrill Lynch em São Paulo entre 2008 e 2009. Além disso, foi membro dos Conselhos de Administração do Grupo GPS, da Fras-le e da Paschoalotto Serviços Financeiros, além de membro do Conselho Fiscal da Rumo Logística.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	01/09/2023	01/09/2024			01/09/2023	Sim	01/09/2020

Nome: Leonardo de Paiva Rocha **CPF:** 598.802.797-00 **Profissão:** Consultor **Data de Nascimento:** 24/03/1959

Experiência Profissional:

O Sr. Leonardo de Paiva Rocha possui 40 anos de experiência profissional, tendo atuado como executivo financeiro e de RI em grandes organizações multinacionais e nacionais de capital aberto. Graduado em engenharia mecânica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME-1981) ,possui especialização em administração de empresas-finanças pela PUC/RJ (1989) e participou do CFO¶s Executive Program na University of Chicago (2007), de formação de conselheiros no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC-2009), de governança corporativa na Yale School of Management (2012), Conselhos de Administração/Comitês de Auditoria na Harvard Business School (2014), Private Equity ±Investing and Creating Value Program na The Wharton School (2017), Effective Board Leadership Workshop no IFC (2017) , Director¶s College do Rock Center for Corporate Governance na Stanford University (2017), do Programa para Conselheiro de Estatais na Fundação Dom Cabral (2019) ,Corporate Compliance and Enforcement Program na New York University School of Law (2019) ePrograma Avançado para Conselheiros de Administração (IBGC-2020). Em 2003, foi um dos três finalistas ao prêmio de melhor executivo de finanças concedido anualmente pelo IBEF-SP. O membro do Conselho de Administração declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Conselho de Administração declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável. O membro do Conselho de Administração também declara que é membro independente do Conselho de Administração da Companhia de acordo com critério de independência constante do Regulamento do Novo Mercado.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	01/09/2023	01/09/2024			01/09/2023	Sim	01/09/2022

Nome: Matheus Costa Ferreira **CPF:** 073.600.726-11 **Profissão:** Consultor Jurídico e Contábil **Data de Nascimento:** 14/11/1985

Experiência Profissional:

O Sr. Matheus Costa Ferreira é formado em Direito (2008) e em Ciências Contábeis (2014), ambos na Universidade Federal de Minas Gerais. É pós-graduado em Auditoria Contábil (2010), pela Universidade Cândido Mendes, e mestre em Direito Empresarial, na área de Direito e Tecnologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais (2018). Atua há mais de dez anos como consultor jurídico no CF Consultoria Jurídica de Negócios, da qual é sócio fundador, sociedade que não integra o grupo econômico do emissor, nem é controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O membro do Comitê de Auditoria declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Comitê de Auditoria declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Presidente do Comitê	01/09/2023	01/09/2024			01/09/2023	Sim	01/09/2020

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há existência de relações conjugais, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

Luciano Cardoso Valle	596.651.732-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Gana Internet S.A.	37.675.515/0001-00		
Diretor Executivo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Luciano Cardoso Valle é Diretor Executivo da Gana nomeado para o cargo em 04 de outubro de 2021, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta.
Cumpre destacar que a Companhia celebrou, em 16 de novembro de 2022, “Contrato Particular de Compra e Venda de 100% das ações” do Gana.

Administrador do Emissor

Luciano Cardoso Valle	596.651.732-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ALTER PAGAMENTOS S/A	29.617.760/0001-24		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Luciano Cardoso Valle foi eleito como Diretor da Alter em 10 de outubro de 2021, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta

---

Administrador do Emissor

Lucas Marques Peloso Figueiredo	080.616.826-99	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Recursos Humanos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Promobit Serviços de Tecnologia e Internet Ltda	23.895.251/0001-87		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
O Sr. Lucas Marques Peloso Figueiredo é Diretor Presidente da Promobit, eleito em 12 de maio de 2021, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta			
Administrador do Emissor			
Lucas Marques Peloso Figueiredo	080.616.826-99	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Recursos Humanos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Melhor Plano Internet Ltda.	26.181.101/0001-08		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
O Sr. Lucas Marques Peloso Figueiredo é Diretor Presidente da Melhor Plano, eleito em 13 de maio de 2021, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta.			
Administrador do Emissor			
Lucas Marques Peloso Figueiredo	080.616.826-99	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Recursos Humanos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
PICODI.COM	00.000.000/0000-00		
Membro do Supervisory Board	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
O Sr. Lucas Marques Peloso Figueiredo é Membro do Supervisory Board, nomeado em 12 de maio de 2021, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta			
Administrador do Emissor			
Davi de Holanda Rocha	648.041.193-53	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ACESSO SOLUÇÕES DE PAGAMENTO S.A. INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO	13.140.088/0001-99		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
O Sr. Davi de Holanda Rocha é Membro do Conselho de Administração e CEO do Bankly, eleito em 30 de junho de 2022, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada indireta			
Administrador do Emissor			
Davi de Holanda Rocha	648.041.193-53	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CEIBA DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA.	29.036.459/0001-27		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
O Sr. Davi de Holanda Rocha é Membro do Conselho de Administração e CEO do Bankly, eleito em 30 de junho de 2022, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada indireta			
Administrador do Emissor			
Davi de Holanda Rocha	648.041.193-53	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
UPSIGHT LTDA.	03.745.607/0001-99		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
O Sr. Davi de Holanda Rocha é Diretor da Upsight, nomeado em 19 de dezembro de 2018, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada indireta			

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor			
Lucas Marques Peloso Figueiredo	080.616.826-99	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operações e Conselheiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Promobit Serviços de Tecnologia e Internet Ltda	23.895.251/0001-87		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Observação

O Sr. Lucas Marques Peloso Figueiredo é Diretor Presidente da Promobit, eleito em 12 de maio de 2021, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta

Administrador do Emissor			
Lucas Marques Peloso Figueiredo	080.616.826-99	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operações e Conselheiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Melhor Plano Internet Ltda.	26.181.101/0001-08		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Lucas Marques Peloso Figueiredo é Diretor Presidente da Melhor Plano, eleito em 13 de maio de 2021, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta.

Administrador do Emissor			
Lucas Marques Peloso Figueiredo	080.616.826-99	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operações e Conselheiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
PICODI.COM	00.000.000/0000-00		
Membro do Supervisory Board	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Lucas Marques Peloso Figueiredo é Membro do Supervisory Board, nomeado em 12 de maio de 2021, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta

Administrador do Emissor			
Luciano Cardoso Valle	596.651.732-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Gana Internet S.A.	37.675.515/0001-00		
Diretor Executivo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Observação

O Sr. Luciano Cardoso Valle é Diretor Executivo da Gana nomeado para o cargo em 04 de outubro de 2021, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta.
Cumpre destacar que a Companhia celebrou, em 16 de novembro de 2022, “Contrato Particular de Compra e Venda de 100% das ações” do Gana.

Administrador do Emissor			
Luciano Cardoso Valle	596.651.732-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ALTER PAGAMENTOS S/A	29.617.760/0001-24		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Luciano Cardoso Valle foi eleito como Diretor da Alter em 10 de outubro de 2021, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor			
Ofli Campos Guimarães	073.331.416-32	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Gana Internet S.A.	37.675.515/0001-00		
Diretor Executivo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Ofli Campos Guimarães é Diretor Executivo da Gana em 24 de julho de 2020, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta.

Administrador do Emissor			
Ofli Campos Guimarães	073.331.416-32	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
MELIUZ LLC.	23.719.075/0001-22		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Ofli Campos Guimarães era Diretor da Méliuz LLC, sociedade que integrava o grupo econômico da Companhia, como sua controladora direta, a qual foi encerrada em 2020.

Administrador do Emissor

Ofli Campos Guimarães	073.331.416-32	Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Méliuz Holding Ltd.			
Diretor e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Ofli Campos Guimarães era Diretor e membro do Conselho de Administração da Méliuz Holding Ltd., sociedade que integrava o grupo econômico da Companhia, como sua controladora indireta, a qual foi encerrada em 2020.

Administrador do Emissor

Israel Fernandes Salmen	094.163.596-10	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Presidente e Conselheiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

MELIUZ LLC.	23.719.075/0001-22		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Israel Fernandes Salmen era Diretor da Méliuz LLC, sociedade que integrava o grupo econômico da Companhia, como sua controladora direta, a qual foi encerrada em 2020.

Administrador do Emissor

Israel Fernandes Salmen	094.163.596-10	Subordinação	Controlador Indireto
Diretor Presidente e Conselheiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Méliuz Holding Ltd.			
Diretor e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Observação

O Sr. Israel Fernandes Salmen era Diretor e membro do Conselho de Administração da Méliuz Holding Ltd., sociedade que integrava o grupo econômico da Companhia, como sua controladora indireta, a qual foi encerrada em 2020.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia contrata, apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou pessoas físicas que tenham poderes de representação da Companhia e/ou suas Subsidiárias cujo cargo ou função demande gestão ou representação legal exclusivamente em nome desta (“D&O”), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros, além de empregado da Companhia e/ou suas Subsidiárias, incluindo mas não se limitando a gestor de risco (*risk manager*), advogado, contador, auditor interno, desde que atuando em sua função na Companhia e/ou suas Subsidiárias, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um Segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputada a um segurado enquanto atuando como tal. A apólice de seguro não garante a ação ou omissão voluntária, que viole direito e cause danos a outrem, ainda que exclusivamente moral ("Ato Ilícito Doloso"), além de não garantir danos causados a terceiros quando o Segurado agir fora da sua alçada na Companhia e/ou suas Subsidiárias

A apólice, com vigência até 17 de abril de 2024, foi contratada junto à Liberty Seguros S.A. (“Seguradora”). O valor total do prêmio líquido do seguro contratado foi de R$186.254,42, com limite máximo de garantia, no valor de R$ 70.000.000,00. O D&O conta com (i) Cobertura A: a Seguradora indenizará em nome da, ou à Companhia, as Perdas Indenizáveis resultantes ou decorrentes de alguma Reclamação contra a Companhia, com base em ato danoso, (ii) Cobertura B: a Seguradora reembolsará a Companhia por tal Perda Indenizável, se a Companhia efetuar o pagamento de uma Perda Indenizável de um segurado coberta pela apólice.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

7.8 Outras informações relevantes

Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais

7.8 Outras informações relevantes

Seguem abaixo informações sobre a instalação de nossas assembleias gerais de acionistas ocorridas nos últimos três anos e no exercício corrente até a data de arquivamento deste Formulário de Referência:

Tipo de Assembleia Geral	Data de realização	Convocação	Quórum de instalação
Extraordinária	28/02/2019	1ª convocação	100%
Ordinária e Extraordinária	27/05/2019	1ª convocação	100%
Extraordinária	16/09/2019	1ª convocação	100%
Extraordinária	18/06/2020	1ª convocação	100%
Extraordinária	20/07/2020	1ª convocação	100%
Ordinária	01/09/2020	1ª convocação	100%
Extraordinária	01/09/2020	1ª convocação	100%
Extraordinária	05/10/2020	1ª convocação	100%
Ordinária e Extraordinária	30/04/2021	1ª convocação	53,15%
Extraordinária	28/05/2021	2ª convocação	51,60%
Extraordinária	28/06/2021	1ª convocação	43,79%
Extraordinária	28/07/2021	2ª convocação	37,7%
Extraordinária	23/08/2021	1ª convocação	Não instalada
Extraordinária	03/09/2021	2ª convocação	42,3%
Extraordinária	01/10/2021	1ª convocação	47,00%
Extraordinária	23/12/2021	1ª convocação	25,14%
Extraordinária	06/01/2022	2ª convocação	22,57%
Extraordinária	06/04/2022	1ª convocação	40,81%
Ordinária e Extraordinária	29/04/2022	1ª convocação	35,59%
Extraordinária	30/05/2022	1ª convocação	35,99%
Extraordinária	16/08/2022	1ª convocação	35,5%
Extraordinária	11/11/2022	1ª convocação	Não instalada
Extraordinária	30/11/2022	2ª convocação	34,1%
Extraordinária	24/02/2023	1ª convocação	Não instalada
Extraordinária	08/03/2023	2ª convocação	44,65%
Extraordinária	24/04/2023	1ª convocação	Não aplicável
Ordinária e Extraordinária	28/04/2023	1ª convocação	31,16%
Extraordinária	08/05/2023	2ª convocação	30,89%

8.1 Política ou prática de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Em 1º de setembro de 2020, nosso Conselho de Administração aprovou nossa política de remuneração ("Política de Remuneração"). A Política de Remuneração é aplicável aos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários e não Estatutários, membros do Conselho Fiscal (caso instalado) e membros do Comitê de Auditoria, e demais comitês de assessoramento, estatutários ou não estatutários (“Pessoas Sujeitas à Política”).

A Política de Remuneração visa a estabelecer diretrizes que deverão ser observadas no âmbito da remuneração das Pessoas Sujeitas à Política, consolidando seus interesses com os nossos objetivos e os objetivos de nossas controladas.

Os elementos que compõem as remunerações dos administradores visam a: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhados aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciam o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos executivos.

A nossa Administração entende que a remuneração das Pessoas Sujeitas à Política de Remuneração é compatível com as melhores práticas observadas pelo nosso mercado de atuação, o que contribui para a atração e a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções.

O inteiro teor da nossa Política de Remuneração poderá ser consultado no nosso site de relações com investidores (ri.meliuz.com.br) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), na categoria Política de Remuneração.

Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração fixa e variável visa estimular, em conjunto com a remuneração baseada em ações, a melhor gestão, atratividade e retenção dos membros da Administração, buscando ganhos pelo comprometimento com os resultados de curto e médio prazo. Além disso, o plano de remuneração baseado em ações confere aos seus beneficiários a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia de modo sustentável no longo prazo.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Participam do processo decisório sobre remuneração a nossa Assembleia Geral e o nosso Conselho de Administração. A remuneração global dos nossos Administradores é fixada por meio de nossa Assembleia Geral, devendo o Conselho de Administração fixar as remunerações individuais de seus membros e dos membros da nossa Diretoria. A remuneração dos comitês de assessoramento não estatutários, como o Comitê de Auditoria, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração. Cabe ao Conselho de Administração determinar a alocação de cada parte da remuneração, dentre as quais (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) participação nos lucros; (iv) benefícios; (v) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; e (vi) remuneração baseada ou referenciadas em ações, conforme aplicável, levando em consideração a estrutura de remuneração de cada órgão da administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para fixação da remuneração individual, o nosso Conselho de Administração realizará pesquisas de mercado periódicas, visando a identificação de padrões remunerativos no nosso mercado de atuação, e caso necessário, lhe é facultado contratar empresas de consultoria especializadas no tema em questão.

8.1 Política ou prática de remuneração

Como parâmetro, a remuneração fixa das Pessoas Sujeitas à Política é proporcional à responsabilidade do cargo, ao tempo dedicado às funções, à competência e reputação profissional, experiência individual e ao valor dos serviços com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo. A remuneração variável, quando aplicável aos nossos Administradores, observará regras específicas, sendo atribuída conforme resultados da Companhia e demais indicadores operacionais a serem definidos pela Companhia. Para tal, os indicadores e metas são revisados periodicamente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento de resultados da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avaliará anualmente a adequação da prática utilizada para definição da remuneração dos membros da Administração, no tocante à sua metodologia, práticas e procedimentos adotados para tanto.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõe a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração dos Administradores e da Diretoria Não Estatutária da Companhia (em conjunto, "Administração") é composta, conforme o caso, por (i) uma remuneração fixa, que poderá, conforme o caso, incluir benefícios diretos ou indiretos; (ii) uma parcela variável atrelada ao cumprimento de metas. Cada órgão terá a composição de sua remuneração conforme descrito nos itens abaixo.

Todos esses elementos da remuneração têm como objetivo promover o desempenho das equipes, além de atrair e reter profissionais de grande qualificação na Administração da Companhia.

Adicionalmente à remuneração acima referida, em alguns casos, se, e desde que aprovados pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração (conforme aplicável), os membros da Administração podem ser elegíveis a participar de um plano de remuneração baseado em ações. Na visão da Companhia, trata-se de instrumento que, de um lado, envolve risco, mas de outro, permite o alinhamento de interesses da Administração aos de seus acionistas no médio e longo prazo.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Pró-labore. Os membros do Conselho de Administração poderão vir a fazer jus a uma remuneração fixa mensal (honorários), a qual terão por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos membros do Conselho Fiscal, é fixado na Assembleia Geral Ordinária e distribuído pelo Conselho de Administração. Apesar de existir a possibilidade de os membros do Conselho de Administração da Companhia receberem remuneração fixa mensal (honorários), nos últimos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2022 e 2021) não houve pagamento de remuneração fixa para os membros do Conselho de Administração, tendo sido os mesmos elegíveis a recebimento exclusivamente de remuneração baseada em plano de remuneração baseado em ações da Companhia. Para o exercício social de 2023, a previsão também é de recebimento somente de remuneração baseada em ações pelos membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração podem vir a receber valores relativos à remuneração fixa diferentes, caso exerçam outros cargos na Companhia ou sejam independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos.

Participação em Comitês. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração por participação em comitês.

8.1 Política ou prática de remuneração

Remuneração Variável.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

Os membros do Conselho de Administração são elegíveis à participação no plano de remuneração baseado em ações da Companhia. Para mais informações sobre o referido plano, vide o item 8.4 do Formulário de Referência.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

Pró-labore ou Salário. Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários), a qual é definida de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as melhores práticas do mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos. A remuneração acima destacada poderá, conforme o caso, ser complementada por benefícios diretos ou indiretos, quais sejam: assistência médica, assistência odontológica, ajuda de custo e vale refeição. A remuneração fixa tem como objetivo remunerar a atuação de cada diretor de acordo com o seu escopo de atuação e senioridade.

Participação em Comitês. Os Diretores Estatutários não fazem jus à remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

A remuneração variável da Diretoria Estatutária é composta por montante anual baseado no atingimento de metas da Companhia. Dessa forma, os Diretores Estatutários poderão ser elegíveis ao recebimento de bônus, o qual tem como objetivo remunerar os resultados atingidos pelos Diretores de acordo com seu desempenho e retorno para a Companhia. O prêmio compreenderá o pagamento mediante o atingimento de metas pré-definidas com base em indicadores financeiros e operacionais da Companhia, bem como relativos à adesão à cultura corporativa da Companhia.

Na presente data, os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus à remuneração por participações em reuniões, comissões e participações por resultados.

Benefícios Pós-Emprego

Na presente data os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Na presente data os Diretores não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

Os membros da Diretoria Estatutária poderão ser elegíveis à participação no plano de remuneração baseado em ações da Companhia. Para mais informações sobre o referido plano, vide o item 8.4 do Formulário de Referência.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa

8.1 Política ou prática de remuneração

Benefícios Diretos e Indiretos. A remuneração acima destacada poderá, conforme o caso, ser complementada por benefícios diretos ou indiretos, quais sejam: assistência médica, assistência odontológica, vale refeição, vale transporte, auxílio creche, auxílio luto e benefícios legais previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

Participação em Comitês. Os Diretores Não Estatutários não fazem jus à remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

A remuneração variável das Diretoria Não Estatutária é composta por montante anual baseado no atingimento de metas da Companhia. Dessa forma, os Diretores Não Estatutários poderão ser elegíveis ao recebimento de bônus, o qual tem como objetivo remunerar os resultados atingidos pelos Diretores de acordo com seu desempenho e retorno para a Companhia. O prêmio compreenderá o pagamento mediante o atingimento de metas pré-definidas com base em indicadores financeiros e operacionais da Companhia, bem como relativos à adesão à cultura corporativa da Companhia.

Benefícios Pós-Emprego

Na presente data os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Na presente data os Diretores Não Estatutários não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

Os membros da Diretoria Não Estatutária poderão ser elegíveis à participação no plano de remuneração baseado em Os membros da Diretoria Não Estatutária poderão ser elegíveis à participação no plano de remuneração baseado em ações da Companhia. Para mais informações sobre o referido plano, vide o item 8.4 do Formulário de Referência.

Conselho Fiscal

Na presente data o Méliuz não possui Conselho Fiscal instalado.

No caso de instalação do Conselho Fiscal, buscaremos assegurar uma remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição destes pelo exercício de suas funções. Os membros do nosso Conselho Fiscal receberão uma remuneração fixa, equivalente a, pelo menos, o mínimo legal estabelecido pelo art. 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada. Os membros do Conselho Fiscal serão, também, obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês de Assessoramento

Os Comitês de Assessoramento são os comitês, estatutários ou não estatutários, criados com o objetivo de auxiliar a Companhia e seus Administradores na condução das atividades em conformidade com as políticas, códigos e regimentos da Companhia, bem como da legislação e regulamentação aplicáveis, podendo ou não ser permanentes, de acordo com as necessidades da Companhia. Atualmente a Companhia possui um comitê de auditoria não estatutário, qual seja, Comitê de Auditoria, estruturado em conformidade com o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os membros do Comitê de Auditoria, que não exercem outras funções na Companhia, são elegíveis a uma remuneração fixa mensal a ser definida pela Conselho de Administração. Adicionalmente, os membros dos Comitês serão reembolsados por eventuais despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função. Os membros dos Comitês poderão ser elegíveis à participação no plano de remuneração baseado em ações da Companhia. Para mais informações sobre o referido plano, vide o item 08.4 do Formulário de Referência.

- **sua proporção na remuneração total dos últimos 3 exercícios sociais**

A Companhia não contava com um Conselho Fiscal instalado nos últimos três exercícios sociais, e o Conselho de Administração e Comitê de Auditoria foram instalados somente em 2020. Dessa forma, a proporção de cada elemento na

8.1 Política ou prática de remuneração

remuneração total da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária nos últimos três exercícios sociais e do Conselho de Administração e dos Comitês no último exercício social foram as seguintes:

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa	**0**	**49,8%**	**0**	**50,77%**	**49,65%**
Remuneração Variável	**0**	**22,3%**	**0**	**26,84%**	**0**
Benefícios Pós-Emprego	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Cessação do Exercício do Cargo	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Remuneração Baseada em Ações	**100%**	**27,9%**	**0**	**22,39%**	**50,35%**
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**0**	**100,0%**	**100,0%**

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa	**0**	**79,9%**	**0**	**73%**	**100%**
Remuneração Variável	**0**	**20,1%**	**0**	**0**	**0**
Benefícios Pós-Emprego	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Cessação do Exercício do Cargo	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Remuneração Baseada em Ações	**100%**	**0**	**0**	**27%**	**0**
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**0**	**100,0%**	**100,0%**

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa	**0**	**93,7%**	**0**	**100%**	**0**
Remuneração Variável	**0**	**6,3%**	**0**	**0**	**0**
Benefícios Pós-Emprego	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Cessação do Exercício do Cargo	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Remuneração Baseada em Ações	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**0**	**100,0%**	**100,0%**

- **metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

O valor global máximo a ser pago aos nossos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152

8.1 Política ou prática de remuneração

da Lei das Sociedades por Ações. Cabe ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, de acordo com os valores e parâmetros aprovados em Assembleia Geral.

A Companhia não conta com uma metodologia específica formalizada contemplando parâmetros financeiros pré-determinados para o cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração da Administração da Companhia (que não os reajustes legais em decorrência de dissídios, aplicável à Diretoria Não Estatutária), sendo tal análise realizada a cada exercício social, pelo Conselho de Administração considerando a análise de benchmarks de empresas do mesmo setor da Companhia, cenário macroeconômico e condições financeiras e patrimoniais da Companhia. A partir da análise de tais informações, cabe ao Conselho formatar a proposta da administração de remuneração dos administradores para fins de submissão à Assembleia Geral.

A remuneração total alvo individual dos Diretores é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação com empresas do mesmo setor da Companhia, de acordo com a função.

Cabe ao Conselho de Administração determinar, anualmente, o reajuste de honorários fixos dos membros do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária. A remuneração fixa da Diretoria Não Estatutária, por sua vez, é reajustada conforme dissídio aplicável aos demais colaboradores da Companhia.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ESG**

Para a determinação da remuneração fixa e variável dos Diretores, a Companhia utiliza estudos de mercado como referência, considerando também a meritocracia, assim como o atingimento de metas da Companhia, as quais são fixadas anualmente.

No que se refere à remuneração fixa e aos benefícios, não são levados em conta indicadores de desempenho para sua determinação. Tais elementos de remuneração estão atrelados aos cargos exercidos, e no caso específico da remuneração fixa, também é considerada a qualificação do profissional para o exercício da função.

Os principais indicadores de desempenho considerados para fixação da remuneração variável consistem em (i) indicadores financeiros, tais como, por exemplo, a receita da Companhia e EBITDA; (ii) indicadores operacionais de produtividade e de sustentabilidade, tais como, NPS, números de chamados resolvidos, por agentes, volume de vendas junto aos parceiros e geração de receitas mediante venda de espaços publicitários, a depender da esfera de competência do administrador ou atribuição do cargo de cada colaborador; e (iii) alinhamento à cultura da Companhia, sendo que tal alinhamento é avaliado de forma subjetiva por meio da verificação da aderência do administrador ou colaborador aos sete principais valores da Companhia, por meio de respostas a perguntas constantes em um formulário pré-definido pela Companhia.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Analisamos nossa performance e o desempenho de nossos administradores para manter uma remuneração compatível com as práticas de mercado, adequadas a qualidade e responsabilidades de nossos executivos e dentro de nossas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência de nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento e ao desempenho no curto prazo.

Membros não remunerados

Em 2022, a Companhia possuía 3 membros do Conselho de Administração que renunciaram, ao recebimento de sua remuneração fixa mensal, na qualidade de Conselheiros de Administração, uma vez que são acionistas da Companhia, bem como também Diretores Estatutários da Companhia e recebem remuneração na qualidade de membros da Diretoria da Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou acionistas do Bloco de Referência controladores diretos ou indiretos pelos cargos exercidos pelos Administradores na Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,00	0,00	16,00
Nº de membros remunerados	3,00	8,00	0,00	11,00
Esclarecimento			A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.495.092,00	0,00	4.495.092,00
Benefícios direto e indireto	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.894.546,00	0,00	6.894.546,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	1.725.151,53	60.000,00	0,00	1.785.151,53
Observação	Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular-Anual-2022 - CVM/SEP.	Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular-Anual-2022 - CVM/SEP. O valor acima relativo ao bônus se refere ao valor que estimado a ser provisionado nas Demonstrações Financeiras de 2023 relativo ao bônus a ser pago em 2024 referente às metas de 2023.	A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	
Total da remuneração	1.725.151,53	11.649.638,00	0,00	13.374.789,53

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,30	4,66	0,00	11,96
Nº de membros remunerados	3,66	4,66	0,00	8,32
Esclarecimento			A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.787.484,00	0,00	2.787.484,00
Benefícios direto e indireto	0,00	174.421,67	0,00	174.421,67
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.320.050,01	0,00	1.320.050,01
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	2.998.634,00	1.660.426,32	0,00	4.659.060,32
Observação	Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular-Anual-2022 - CVM/SEP. Vide item 8.16 para a metodologia de cálculo.	Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular-Anual-2022 - CVM/SEP.	A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	
Total da remuneração	2.998.634,00	5.942.382,00	0,00	8.941.016,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,25	4,67	0,00	10,92
Nº de membros remunerados	1,91	4,67	0,00	6,58
Esclarecimento			A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.819.258,00	0,00	1.819.258,00
Benefícios direto e indireto	0,00	106.623,40	0,00	106.623,40
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	483.442,00	0,00	483.442,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	868.080,00	0,00	0,00	868.080,00
Observação	Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/N°01/2021. Vide item 13.16 para a metodologia de cálculo.	Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/N°01/2021. Vide item 13.16 para a metodologia de cálculo. O valor acima relativo ao bônus se refere ao valor que estimado a ser provisionado nas Demonstrações Financeiras de 2021 relativo ao bônus a ser pago em 2022 referente às metas de 2021.	A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	
Total da remuneração	868.080,00	2.409.323,40	0,00	3.277.403,40

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,66	4,00	0,00	5,66
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	O Conselho de Administração somente foi instalado a partir de 1º de setembro de 2020.		A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.645.070,81	0,00	1.645.070,81
Benefícios direto e indireto	0,00	18.172,14	0,00	18.172,14
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	124.249,08	0,00	124.249,08
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Encargos arcados pela Companhia. INSS à parcela paga como pró-labore	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/N°01/2021. Vide item 13.16 para a metodologia de cálculo. O Conselho de Administração somente foi instalado a partir de 1º de setembro de 2020.	Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/N°01/2021. Vide item 13.16 para a metodologia de cálculo. O valor acima relativo ao bônus se refere ao valor que foi provisionado nas Demonstrações Financeiras de 2020 relativo ao bônus a ser pago em 2021 referente às metas de 2020. O valor do bônus de 2020 será pago em abril de 2021.	A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	
Total da remuneração	0,00	1.907.492,03	0,00	1.907.492,03

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,00	0,00	**16,00**
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	**8,00**
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável		A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	6894546,00	0,00	**6.894.546,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6894546,00	0,00	**6.894.546,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6894546,00	0,00	**6.894.546,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,30	4,66	0,00	**11,96**
Nº de membros remunerados	0,00	4,66	0,00	**4,66**
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável		A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1320050,01	0,00	**1.320.050,01**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5499237,28	0,00	**5.499.237,28**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1320050,01	0,00	**1.320.050,01**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1320050,01	0,00	**1.320.050,01**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,25	4,67	0,00	**10,92**
Nº de membros remunerados	0,00	4,67	0,00	**4,67**
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável		A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	483442,00	0,00	**483.442,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1384788,00	0,00	**1.384.788,00**

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	483442,00	0,00	**483.442,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	483442,00	0,00	**483.442,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,66	4,00	0,00	**5,66**
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	**4,00**
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável		A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	120000,00	0,00	**120.000,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1132397,54	0,00	**1.132.397,54**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1132397,54	0,00	**1.132.397,54**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	120000,00	0,00	**120.000,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a. termos e condições gerais

Nosso Estatuto Social prevê, dentro do limite do capital autorizado, a possibilidade de outorga de opção de compra de ações e ações restritas a nossos administradores (incluindo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e de Comitês da Companhia, conforme indicados e aprovados pelo próprio Conselho de Administração), colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia (em conjunto, "Beneficiários"), sem que os nossos acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações.

Plano de Outorga de Opções

De forma a prever a distribuição de opções de compra de ações aos nossos Beneficiários, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano de Opções") na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de setembro de 2020, conforme retificado e consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de outubro de 2020, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2021 e na Assembleia Geral Extraordinária de 06 de abril de 2022 ("Plano de Opções").

As ações efetivamente subscritas/adquiridas em razão do exercício de opções nos termos do Plano de Opções manterão todos os direitos pertinentes a sua espécie, de acordo com a legislação aplicável e o Estatuto Social vigente da Companhia.

A administração do Plano de Opções compete ao nosso Conselho de Administração, o qual terá poderes para tomar as medidas necessárias e adequadas para a implantação e gerência do Plano de Opções, desde que obedecidas as condições gerais do Plano de Opções, do Estatuto Social vigente da Companhia e da legislação aplicável.

De acordo com o Plano de Opções, o Conselho de Administração determinará periodicamente, dentre outras condições, (i) os Beneficiários, (ii) as metas de desempenho para os departamentos, setores ou operações da Companhia, as quais não deverão ser atreladas individualmente a um respectivo Beneficiário, (iii) a quantidade de Opções a serem outorgadas a cada um dos Beneficiários e/ou grupos específicos de Beneficiários, (iv) o preço de exercício e (vi) os termos e condições dos contratos de opção de compra de ações a serem celebrados pela Companhia e cada um dos Beneficiários (os "Contratos de Opção"). O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia entre os Beneficiários.

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da legislação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários e/ou prejudique a Companhia.

Nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, no entanto, aumentar o limite de ações a serem outorgadas aos Beneficiários ou, sem o consentimento prévio do Beneficiário, alterar ou prejudicar quaisquer obrigações ou direitos definidos em qualquer Contrato de Opção.

O Plano de Opções entrou em vigor em 1º de setembro de 2020, e poderá permanecer vigente por até 6 (seis) anos, observado o prazo máximo de exercício previsto em cada Contrato de Opção.

Plano de Outorga de Ações Restritas

De forma a prever a distribuição de ações restritas aos nossos Beneficiários, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Outorga de Ações Restritas ("Plano de Ações Restritas") na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 23 de dezembro de 2021.

Este Plano tem por objetivo permitir que a Companhia, após verificadas as condições expressamente determinadas pelo Conselho de Administração, possa: (a) atrair, incentivar, reter e motivar talentos; (b) alinhar os interesses de determinados Beneficiários (conforme definidos na Cláusula 2.1) com o sucesso das atividades da Companhia e o retorno aos seus acionistas, motivando-os, assim, a contribuírem substancialmente para o sucesso e progresso da Companhia; (iii) compartilhar riscos e ganhos de suas atividades com certos Beneficiários; e (iv) conceder incentivos de longo prazo para certos Beneficiários visando à estratégia de continuidade dos negócios da Companhia.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

A administração do Plano de Ações Restritas compete ao nosso Conselho de Administração, o qual terá poderes para tomar as medidas necessárias e adequadas para a implantação e gerência do Plano de Ações Restritas, desde que obedecidas as condições gerais do Plano de Ações Restritas, do Estatuto Social vigente da Companhia e da legislação aplicável.De acordo com o Plano de Ações Restritas, o Conselho de Administração determinará periodicamente, dentre outras condições, (i) os Beneficiários, (ii) o número de ações, (iii) prazos, e (iv) os termos e condições dos contratos de outorga de ações restritas a serem celebrados pela Companhia e cada um dos Beneficiários (os "Contratos de Outorga"). O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia entre os Beneficiários.

Nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, no entanto, aumentar o limite de ações a serem outorgadas aos Beneficiários ou, sem o consentimento prévio do Beneficiário, alterar ou prejudicar quaisquer obrigações ou direitos definidos em qualquer Contrato de Outorga.

O Plano de Opções entrou em vigor em 23 de dezembro de 2021 e permanecerá vigente por prazo indeterminado.

b. data de aprovação e órgão responsável

Plano de Outorga de Opções

O plano de Opções de Compra de Ações foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de setembro de 2020, conforme retificado e consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de outubro de 2020, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2021 e na Assembleia Geral Extraordinária de 06 de abril de 2022.

A administração do Plano de Opções compete ao nosso Conselho de Administração, o qual terá poderes para tomar as medidas necessárias e adequadas para a implantação e gerência do Plano de Opções, desde que obedecidas as condições gerais do Plano de Opções, do Estatuto Social vigente da Companhia e da legislação aplicável.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O Plano de Outorga de Ações Restritas foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2021.

A administração do Plano de Outorga de Ações Restritas compete ao nosso Conselho de Administração, o qual terá poderes para tomar as medidas necessárias e adequadas para a implantação e gerência do Plano de Opções, desde que obedecidas as condições gerais do Plano de Opções, do Estatuto Social vigente da Companhia e da legislação aplicável.

c. número máximo de ações abrangidas

Plano de Outorga de Opções

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opções poderão conferir direitos de subscrição/aquisição sobre ações representativas de até 5% (cinco por cento) do Capital Social. O número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas no termo do Plano de Opções deve observar o limite do capital autorizado da Companhia. Cada opção dará o direito ao Beneficiário, de subscrição/aquisição de 1 ação ordinária de emissão da Companhia.

Plano de Outorga de Ações Restritas

As Ações Restritas outorgadas nos termos do Plano não poderão exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia, o limite total de 2,5% (dois e meio por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Outorga de Opções

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opções poderão conferir direitos de subscrição/aquisição sobre ações representativas de até 5% (cinco por cento) do Capital Social da Companhia. Considerando que cada opção dará o direito ao Beneficiário, de subscrição/aquisição de 1 ação ordinária de emissão da Companhia, o número máximo de opções a serem outorgadas deverá respeitar o limite acima.

Plano de Outorga de Ações Restritas

As Ações Restritas outorgadas nos termos do Plano não poderão exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia, o limite total de 2,5% (dois e meio por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação deste Plano.

e. condições de aquisição de ações

Plano de Outorga de Opções

A outorga de opções no âmbito do Plano de Opções será formalizada por meio da celebração de um Contrato de Opção entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, nos termos e condições a serem aprovados pelo nosso Conselho de Administração de acordo com o previsto no Plano de Opções. Os Contratos de Opção deverão prever, necessariamente, (a) a quantidade de opções objeto da outorga; (b) os prazos e condições de pagamento, bem como as condições para aquisição do direito ao exercício das opções; e (c) o prazo final para exercício das opções.

Plano de Outorga de Ações Restritas

A outorga do direito de receber Ações Restritas, nos termos do Plano, será realizada mediante a celebração do Contrato de Outorga entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, os quais deverão prever, sem prejuízo de outras condições eventualmente determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Outorga de Opções

O preço de exercício por ação será definido pelo Conselho de Administração quando da outorga de cada Opção e será pago pelos Beneficiários à vista, em moeda corrente nacional, mediante transferência de fundos imediatamente disponíveis para a conta corrente a ser estipulada pela Companhia no respectivo Contrato de Opção.

Plano de Outorga de Ações Restritas

A entrega de Ações Restritas será realizada a título gratuito aos Participantes. O preço de referência por Ação Restrita, para os fins deste Plano de Ações, corresponderá à cotação das ações da Companhia na B3 no pregão imediatamente anterior à data de concessão das Ações Restritas.

g. critérios para fixação de prazo de exercício

Plano de Outorga de Opções

Deverão ser observados, para o exercício das opções, os respectivos Períodos de Vesting abaixo e o prazo máximo de exercício de 2 (dois) ou de 6 (seis) anos, em ambos os casos contados a partir da assinatura de cada um dos Contratos de Opção, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia (qualquer um, o “Prazo Máximo de Exercício”), total ou parcialmente.

As opções poderão ser exercidas nos dias 1º (primeiro) do mês de janeiro e/ou 1º do mês de julho de cada ano, exceto se de outra forma for estabelecido nos Contratos de Opção e/ou nos Programas (“Datas de Exercício”). Caso as Datas de Exercício não sejam dias úteis, o Beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Em qualquer caso, o exercício de qualquer opção outorgada somente poderá ocorrer até o prazo máximo para exercício definido em cada Contrato de Opção. Eventuais parcelas de opções não exercidas caducarão automaticamente, sem que seja devida qualquer indenização pela Companhia aos Beneficiários.

Exceto se expressamente previsto de outra forma nos Contratos de Opção e observado o previsto no parágrafo abaixo, as opções outorgadas aos Beneficiários serão exercidas após devidamente apurados e verificados os seguintes períodos, nas seguintes proporções ("Períodos de Vesting"): (i) até 30% das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas nas Datas de Exercício, a partir do 3º (terceiro) ano decorrido após a data de assinatura de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício; (ii) até 30% das opções tornar-se-ão disponíveis a partir do 4º (quarto) ano decorrido após a data de assinatura de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício; (iii) os 40% remanescentes das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas, no todo ou em parte, a partir do 5º (quinto) ano contado da data da assinatura de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício.

Não obstante os períodos acima, o Conselho de Administração da Companhia é autorizado a outorgar opções a Beneficiários que ocupem cargos no Conselho de Administração e/ou em Comitês Estatutários da Companhia, cujo exercício de até 100% (cem por cento) das opções poderá ocorrer após verificado e apurado Período de Vesting equivalente a 18 (dezoito) meses contados do Contrato de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O Conselho de Administração definirá em cada Contrato de Outorga as condições para a transferência das Ações Restritas ao Beneficiário.

O Contrato de Outorga a ser celebrado com cada Beneficiário, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, poderá estipular prazos de carência (vesting) para a outorga das Ações Restritas, limitado a 24 meses contados da celebração do respectivo Contrato de Outorga, ou a entrega imediata das Ações Restritas ao Beneficiário.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições para a transferência de Ações Restritas no Contrato, sempre de acordo com o Plano de Ações e com o respectivo Programa, que definirá, dentre outras o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito às Ações Restritas.

h. forma de liquidação

Plano de Outorga de Opções

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opções, podemos, a critério do Conselho de Administração: (i) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; e/ou (ii) alienar ações mantidas em tesouraria, restrições à transferência das ações As opções outorgadas nos termos do Plano de Opções são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer forma alienar a quaisquer terceiros as opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, salvo nas hipóteses de sucessão aplicáveis ou se previsto de outra forma no Plano de Opções e/ou no respectivo Contrato de Opção.

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício das opções a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação dessas mesmas ações pelo Beneficiário.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Com o propósito de possibilitar a outorga das Ações Restritas nos termos deste Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital social autorizado; e/ou, ainda, (b) autorizar a aquisição e alienação de ações em tesouraria, nos termos do artigo 4º, inciso I da Instrução CVM 567.

i. restrições à transferência de ações

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano de Outorga de Opções

Atualmente as Opções outorgadas nos termos do plano de opções da Companhia são intransferíveis pelos beneficiários do plano, exceto no caso de sucessão e cessão pelos beneficiários para pessoas jurídicas nas quais o próprio beneficiário original seja titular de 100% do capital social.

Uma vez exercida a opção e adquiridas as ações no âmbito do plano, tais ações não estão sujeitas a qualquer outra restrição de transferência.

Plano de Outorga de Ações Restritas

As ações abrangidas pelo Plano de Ações Restritas não poderão ser negociadas pelo seu beneficiário ao menos por 12 (doze) meses após ao seu recebimento. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, definir período de Lock-up distinto a cada Beneficiários, desde que estejam atendidos, cumulativamente, os seguintes critérios: (i) o Beneficiário não seja parte relacionada aos acionistas controladores da Companhia; e (ii) o prazo de Lock-Up definido pelo Conselho de Administração não seja inferior a 6 meses.

A vedação de negociação das Ações Restritas recebidas poderá se estender por prazo superior aos 12 (doze) meses, ou no Contrato de Outorga, se o Beneficiário estiver de posse de informação relevante não divulgada ao mercado, nos termos da legislação em vigor.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Outorga de Opções

O Conselho de Administração da Companhia poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei e/ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários e/ou prejudique a Companhia.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano de Opções e/ou no Contrato de Opção, as opções outorgadas nos termos do Plano de Opções e que estejam válidas, extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

a) mediante exercício integral nos respectivos Períodos de Vesting;
b) após decurso do respectivo prazo de vigência do exercício das opções, a ser definido em cada Contrato de Opção, sem que o Beneficiário tenha exercido tais opções;
c) mediante distrato do respectivo Contrato de Opção por suas partes e/ou de acordo com seus respectivos termos;
d) nas hipóteses de desligamento do Beneficiário previstas no Plano de Opções e/ou no Contrato de Opção (conforme descritos na letra “n” deste item 08.4);
e) por comum acordo entre o Conselho de Administração da Companhia e o Beneficiário;
f) caso a Companhia seja dissolvida, liquidada, tiver sua falência decretada e/ou, ainda, pedido de recuperação (judicial e/ou extrajudicial) solenemente formulado; e/ou, ainda
g) por qualquer outra hipótese especificamente prevista no respectivo Contrato de Opção de cada Beneficiário, caso aplicável.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O direito de receber as Ações Restritas, nos termos deste Plano, será automaticamente extinto, sem direito a qualquer indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, nos seguintes casos:
(a) mediante distrato do Contrato de Outorga;
(b) nas hipóteses aplicáveis previstas nas Cláusulas 7ª e 8ª deste Plano e/ou quaisquer outras eventualmente previstas no Contrato de Outorga, observado, neste caso, o tratamento previsto nas respectivas cláusulas em relação às Ações Restritas;
(c) por comum acordo entre o Conselho de Administração da Companhia e o Beneficiário; e/ou

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(d) caso a Companhia seja dissolvida, liquidada, tiver sua falência decretada e/ou, ainda, pedido de recuperação (judicial e/ou extrajudicial) solenemente formulado.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Outorga de Opções

Desligamento: Na hipótese de desligamento do Beneficiário por justa causa nos termos da legislação vigente, todas as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus Períodos de Vesting na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo Contrato de Opção, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Na hipótese de desligamento do Beneficiário, de forma voluntária pelo próprio Beneficiário ou por meio de demissão do Beneficiário pela Companhia sem justa causa, então: (i) as opções que já tenham completado seus Períodos de Vesting e ainda não tenham sido exercidas na data do desligamento, de acordo com o respectivo Contrato de Opção, poderão ser exercidas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, sendo que após o referido prazo, tais direitos, se não exercidos, ficarão automaticamente extintos de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (ii) as opções que ainda não tiverem completado seus Períodos de Vesting na data do desligamento ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada por Invalidez: Durante uma licença não-remunerada do Beneficiário em razão de gozo de benefício previdenciário por invalidez, nos termos da legislação aplicável, os prazos dos Períodos de Vesting ainda não transcorridos ficarão suspensos pelo correspondente período da licença legal, e as opções exercíveis e ainda não exercidas poderão ser exercidas nos termos do Plano de Opções e do Contrato de Opção.

Caso as autoridades previdenciárias venham a declarar que a invalidez para o trabalho ou que os problemas de saúde são irreversíveis, todas as opções tornar-se-ão imediatamente exercíveis, podendo ser exercidas pelo Beneficiário ou seus responsáveis legais pelo prazo de até 12 (doze) meses a contar da declaração oficial de invalidez.

Aposentadoria: No caso da aposentadoria do Beneficiário: (a) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data de início de sua aposentadoria, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (b) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua aposentadoria, poderão ser exercidas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de início de sua aposentadoria, após tal prazo, as opções, se não exercidas, automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada Voluntária: Caso o Beneficiário exerça uma licença não remunerada voluntária, desde que autorizada pela Companhia, pelo período de até 2 (dois) anos (“Licença Não-Remunerada Voluntária”), as opções exercíveis ou não exercíveis não serão extintas. Após esse período, caso o Beneficiário: (a) retorne ao seu cargo, todos os termos e condições do respectivo Contrato de Opção continuarão vigentes e aplicáveis, sendo que os Períodos de Vesting e Prazo Máximo de Exercício serão prorrogados automaticamente pelo prazo correspondente ao período da Licença Não-Remunerada Voluntária; ou (b) não retorne ao seu cargo, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Falecimento: Diante do falecimento do Beneficiário, continuarão vigentes e aplicáveis, podendo ser exercidas, no todo ou em parte, por seu espólio, seus sucessores, e/ou herdeiros, nos termos do respectivo Contrato de Opção.

Alienação de Controle: Caso, durante o período de vigência do Plano de Opções e do respectivo Contrato de Opção, os acionistas controladores da Companhia alienem, direta ou indiretamente, por meio de uma única operação ou de operações sucessivas, um número de ações que implique na alteração do controle da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia, das normas da B3, do Novo Mercado e da CVM, as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus respectivos Períodos de Vesting na data da alteração do controle serão liberadas para serem exercidas, no todo ou em parte, pelos Beneficiários.

Reestruturação Societária com Extinção da Companhia: Em caso de reestruturação societária que resulte na extinção da Companhia, a Companhia deverá fazer com que a sua sociedade sucessora antecipe os Períodos de Vesting, de forma

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

que todas as opções cujos Períodos de Vesting ainda não tenham sido completados sejam acelerados, devendo o ônus do pagamento do valor final relacionado a tais opções ser assumido pela Companhia e/ou por sua sucessora legal, conforme aplicável.

Reestruturação Societária com Sobrevivência da Companhia: Nos casos de cisão parcial, ou seja, sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou transformação envolvendo a Companhia, bem como no caso de incorporação de ações, em que a Companhia seja a sociedade sobrevivente, não haverá qualquer alteração ao Plano de Opções ou ao respectivo Contrato de Opção.

Dissolução/Liquidação: Caso a Companhia venha a se tornar sujeita a dissolução/liquidação, os Períodos de Vesting serão automaticamente antecipados e os Beneficiários terão 30 (trinta) dias contados da deliberação da dissolução/liquidação para exercerem todas as suas opções, incluindo aquelas exercíveis e ainda não exercidas, e participarem da dissolução/liquidação, sendo certo que, após o término do referido prazo de 30 (trinta) dias e independentemente de prévia comunicação expressa neste sentido pela Companhia ao Beneficiário, tal direito estará automaticamente extinto e todas as opções não exercidas serão automaticamente canceladas.

O Plano de Opções prevê que o Conselho de Administração poderá, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas para a saída do administrador da companhia e estipular condições específicas adicionais no caso de desligamento de determinados beneficiários ou ocorrência de quaisquer eventos extraordinários, podendo conferir tratamento diferenciado a determinado beneficiário ou situação.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Demissão/Destituição motivada: Na hipótese de demissão/destituição do Beneficiário motivada, nos termos da legislação vigente, o direito do Beneficiário de receber as Ações Restritas que lhe foi outorgado/eventualmente ainda não transferidas restará automaticamente extinto de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento, salvo disposição em contrário no Contrato de Outorga.

Invalidez permanente ou falecimento: em caso de invalidez permanente ou falecimento do Beneficiário, os direitos e obrigações decorrentes das Ações Restritas estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores, que terão direito às Ações Restritas, as quais permanecerão sujeitas às regras relativas ao Lock-Up.

Alienação de Controle: Caso, durante o período de vigência do Plano e do respectivo Contrato de Outorga, os acionistas controladores da Companhia alienem, direta ou indiretamente, por meio de uma única operação ou de operações sucessivas, um número de ações que implique na alteração do controle da Companhia, nos termos do Estatuto Social, das normas da B3, do Novo Mercado e da CVM, o Beneficiário fará jus ao recebimento, em até 30 dias contados da verificação da alteração do controle da Companhia, da totalidade das Ações Restritas que lhe foram outorgadas, independentemente do decurso de eventual prazo de carência estipulado nos respectivos Contratos de Outorga.

Reestruturação Societária com Extinção da Companhia: Caso a Companhia se sujeite a uma reestruturação societária que venha a resultar em sua extinção, será promovida a transferência aos Beneficiários de todas as ações que lhe foram outorgadas, independentemente do atendimento às condições previstas nos respectivos Contratos de Outorga, notadamente eventual prazo de carência, em até 30 (trinta) dias contados da deliberação que aprovar a referida reestruturação societária.

Reestruturação Societária com a Sobrevivência da Companhia: Nos casos de cisão parcial, ou seja, sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou transformação envolvendo a Companhia, bem como no caso de incorporação de ações, em que a Companhia seja a sociedade sobrevivente, não haverá qualquer alteração a este Plano ou ao respectivo Contrato de Outorga.

Dissolução/Liquidação: Caso a Companhia venha a tornar-se sujeita a dissolução/liquidação, será promovida a transferência aos Beneficiários de todas as ações que lhe foram outorgadas, independentemente do atendimento às condições previstas nos respectivos Contratos de Outorga, em até 30 (trinta) dias contados da deliberação da dissolução/liquidação.

Demais hipóteses: As hipóteses de aposentadoria, desligamento voluntário, demissão sem justa causa e de licença não-remunerada observarão o disposto em cada Contrato de Outorga.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,00	0,00	**16,00**
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	0,00	**6,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,170000	0,030000	0,000000	**0,20**
Esclarecimento			A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,30	4,66	0,00	**11,96**
Nº de membros remunerados	7,30	4,66	0,00	**11,96**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,210000	0,470000	0,000000	**0,68**
Esclarecimento			A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,25	4,67	0,00	**10,92**
Nº de membros remunerados	1,91	4,67	0,00	**6,58**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,030000	0,020000	0,000000	**0,05**
Esclarecimento			A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	3,93	0,00	0,00	**3,93**

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,66	4,00	0,00	**5,66**
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	**0,00**
Esclarecimento	O Conselho de Administração somente foi instalado a partir de 1º de setembro de 2020.	O Conselho de Administração somente foi instalado a partir de 1º de setembro de 2020.	A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente:

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	8	8
N° de membros remunerados	3	8
Data de outorga	-	01/02/2023
Quantidade de opções outorgadas	0	270.271
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	01/07/2026
Prazo máximo para exercícios das opções	-	01/02/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data de outorga	-	R$ 1,11
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	-	R$ 300.000,00

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,30	4,66
N° de membros remunerados	3,66	4,66
Data de outorga	02/03/2022 03/05/2022 03/10/2022	01/02/2022 02/03/2022 01/04/2022 02/05/2022 30/06/2022 01/07/2022 03/10/2022 18/11/2022 05/12/2022 14/12/2022
Quantidade de opções outorgadas	2.624.804	3.845.705
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	07/09/2023 08/05/2024 08/10/2023	30/08/2025 01/07/2025 01/07/2026
Prazo máximo para exercícios das opções	02/03/2025 03/05/2025 03/10/2025 03/10/2028	01/02/2028 02/03/2028 01/04/2028 02/05/2028 30/06/2028 01/07/2028 03/10/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data de outorga	R$ 2,38 R$ 1,77 R$ 1,13	R$ 2,93 R$ 2,38 R$ 2,59 R$ 1,88 R$ 1,90 R$ 1,08 R$ 1,13 R$ 1,13 R$ 1,12 R$ 1,13
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	R$ 3.544.804,63	R$ 11.046.757,17

2021	Conselho de	Diretoria

8.6 Outorga de opções de compra de ações

	Administração	Estatutária
N° total de membros	6,25	4,67
N° de membros remunerados	1,91	4,67
Data de outorga	03/05/2021	25/02/2021
Quantidade de opções outorgadas	36.000	30.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	08/11/2022	25/08/2024
Prazo máximo para exercícios das opções	03/05/2024	25/02/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data de outorga	R$ 6,04	R$ 4,48
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	R$ 217.440,00	R$ 134.400,00

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	0	0
N° de membros remunerados	0	0
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	0	0
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercícios das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data de outorga	R$ 0,00	R$ 0,00
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	R$ 0,00	R$ 0,00

8.7 Opções em aberto

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,30	4,66
N° de membros remunerados	3,66	4,66
Opções ainda não exercíveis		
i. Quantidade de opções outorgadas	2.624.804	2.849.897
ii. Data em que se tornarão exercíveis	07/09/2023 08/05/2024 08/10/2023 01/01/2026 01/01/2027	30/08/2025 06/01/2023 01/07/2025 01/01/2026
iii. Prazo máximo para exercícios das opções	02/03/2025 03/05/2025 03/10/2025 03/10/2028	01/02/2028 02/03/2028 01/04/2028 02/05/2028 30/06/2028 01/07/2028 03/10/2028
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
v. Preço médio ponderado de exercício	R$ 0,002	R$ 0,002
vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social	R$ 2,38 R$ 1,77 R$ 1,13	R$ 2,93 R$ 2,38 R$ 2,59 R$ 1,88 R$ 1,90 R$ 1,08 R$ 1,13 R$ 1,13 R$ 1,12 R$ 1,13
Opções exercíveis		
i. Quantidade de opções outorgadas	-	186.750
ii. Data em que se tornarão exercíveis	-	01/02/2028 03/05/2024
iii. Prazo máximo para exercícios das opções	-	Não se aplica
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	-	R$ 0,002
v. Preço médio ponderado de exercício	-	R$ 6,04 R$ 2,93
vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social	R$ 1.111.315,48	R$ 11.929.814,67

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2022:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,30	4,66
N° de membros remunerados	3,66	4,66
Número de ações	0	0
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado de ações relativas às opções exercidas	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2021:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	6,25	4,67
N° de membros remunerados	1,91	4,67
Número de ações	72.000	0
Preço médio ponderado de exercício	R$ 0,002	-
Preço médio ponderado de mercado de ações relativas às opções exercidas	R$ 3,93	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R$ 282.840,00	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2020:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	-	-
N° de membros remunerados	-	-
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado de ações relativas às opções exercidas	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Remuneração baseada em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários prevista para o exercício social corrente (2023):

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	8	8
N° de membros remunerados	-	-
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	-

Remuneração baseada em ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,30	4,66
N° de membros remunerados	1	-
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não se aplica	R$ 0,00

Remuneração baseada em ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	6,25	4,67
N° de membros remunerados	-	-
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	-

Remuneração baseada em ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	-	-
N° de membros remunerados	-	-
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	-

8.10 Outorga de ações

Outorgas de ações prevista para o exercício social corrente (2023):

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	8	8
N° de membros remunerados	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data de outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data de outorga	-	-
N° total de membros	-	-

Outorgas de ações exercício social de 31 de dezembro 2022:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,30	4,66
N° de membros remunerados	1	0
Data de outorga	01/02/2022	-
Quantidade de opções outorgadas	208.442	-
Prazo máximo para entrega das ações	02/02/2022	-
Prazo de restrição à transferência das ações	24 meses	-
Valor justo das ações na data de outorga	R$ 2,93	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data de outorga	R$ 610.735,06	-

Outorgas de ações exercício social de 31 de dezembro 2021:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	6,25	4,67
N° de membros remunerados	-	4,67
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data de outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data de outorga	-	-
N° total de membros	-	-

Outorgas de ações exercício social de 31 de dezembro 2020:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	-	-
N° de membros remunerados	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data de outorga	-	-

8.10 Outorga de ações

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data de outorga	-	-
N° total de membros	-	-

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,30	4,66	0,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00	0,00
Nº de ações	208.442	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	8,43	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	1.757.166,06	0,00	0,00
Esclarecimento		Não houveram ações entregues neste ano	A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	6,25	4,67	0,00
Nº de membros remunerados	1,91	4,67	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	1,66	4,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	O Conselho de Administração somente foi instalado a partir de 1º de setembro de 2020.	Não houveram ações entregues neste ano	A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.

8.12 Precificação das ações/opções

a. modelo de precificação

Plano de Outorga de Opções

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Binomial de precificação de opções.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das ações outorgadas é o valor de fechamento da ação na data de outorga.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Outorga de Opções

No âmbito do Plano, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a outorga de opções aos Diretores Estatutários e Conselheiros de Administração da Companhia. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Binomial de precificação de opções. As premissas consideradas para os cálculos de 25/02/2021, 03/05/2021, 01/02/2022, 02/03/2022, 01/04/2022, 02/05/2022, 30/06/2022, 01/07/2022, 03/10/2022, 18/11/2022, 05/12/2022 e 14/12/2022 são apresentadas na tabela a seguir:

Data da outorga	Total de opções de compra concedido	Preço de exercício	Volatilidade anual estimada	Dividendo esperado sobre as ações	Taxa de juros livre de risco média ponderada	Maturidade máxima	Valor justo na data da concessão
25/02/2021	180.000	R$ 0,002	81,45%	0,14%	7,13%	6 anos	R$ 4,48
03/05/2021	216.000	R$ 0,002	93,22%	0,14%	6,07%	6 anos	R$ 6,06
01/02/2022	413.616	R$ 0,002	71,00%	0,00%	11,22%	6 anos	R$ 2,36
02/03/2022	413.057	R$ 0,002	72,12%	0,00%	11,19%	6 anos	R$ 2,56
01/04/2022	39.063	R$ 0,002	77,40%	0,00%	11,02%	6 anos	R$ 2,56
02/05/2022	53.192	R$ 0,002	77,89%	0,00%	12,16%	6 anos	R$ 1,88
30/06/2022	2.939.381	R$ 0,002	76,26%	0,00%	12,61%	6 anos	R$ 1,90
01/07/2022	92.593	R$ 0,002	76,26%	0,00%	12,61%	6 anos	R$ 1,08
03/10/2022	2.390.178	R$ 0,002	75,59%	0,00%	11,53%	6 anos	R$ 1,13
18/11/2022	2.548.866	R$ 0,002	75,97%	0,00%	12,72%	6 anos	R$ 1,13
05/12/2022	485.723	R$ 0,002	75,46%	0,00%	12,61%	6 anos	R$ 1,12
14/12/2022	114.544	R$ 0,002	75,46%	0,00%	12,61%	6 anos	R$ 1,13

Forma de determinação da volatilidade esperada

Como não há um histórico suficientemente grande de pregões da Companhia, optou-se por utilizar empresas consideradas “comparáveis” para o cálculo da volatilidade esperada das ações da Companhia. Mais especificamente foi utilizado a média dos desvios padrão dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações de emissão dos peers Locaweb (LWSA3) e Banco Inter (BIDI11) desde a abertura do capital de cada uma das companhias, até a data da outorga das opções.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Para ações restritas outorgadas a única premissa para o valor justo da ação na data da outorga, foi o valor de fechamento da ação na data da outorga.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Outorga de Opções

Não foram considerados efeitos de exercício antecipado da opção no modelo de precificação de opções.

8.12 Precificação das ações/opções

Plano de Outorga de Ações Restritas

Não foram considerados efeitos de exercício antecipado.

8.13 Participações detidas por órgão

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Ações emitidas pela Companhia

Ações ordinárias	Data base 31/12/2022
Conselho de Administração	197.590.908
Diretoria Estatutária	21.180.345
Conselho Fiscal	-

(1) As ações detidas por Diretores Estatutários que também são membros do Conselho de Administração foram contabilizadas na linha relativa ao Conselho de Administração.

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos acionistas do Bloco de Referência controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Não aplicável, uma vez que não há ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos acionistas do Bloco de Referência controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, por membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária.

8.14 Planos de previdência

Não aplicável, tendo em vista que não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e/ou aos diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	4,66	4,67	4,00	7,30	6,25	1.66	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	4,66	4,67	4,00	3,66	1,91	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.283.503,74	718.477,31	603.133,70	2.000.000,00	577.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	1.029.615,63	466.481,39	358.708,90	435.690,00	290.640,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.275.189,27	515.915,07	476.873,01	819.298,91	454.492,15	0,00	0,00	0,00	0,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2022	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.	
31/12/2021	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.	
31/12/2020	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.	

	Conselho de Administração	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2022	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social.	
31/12/2021	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social.	
31/12/2020	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social.	O Conselho de Administração somente foi instalado a partir de 1º de setembro de 2020.

	Conselho Fiscal	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2022	A Companhia não possuía Conselho Fiscal.	A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.
31/12/2021	A Companhia não possuía Conselho Fiscal.	A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.
31/12/2020	A Companhia não possuía Conselho Fiscal.	A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não firmamos com os membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Para detalhes relativos a apólices de seguros envolvendo o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia, ver o item 7.7 do Formulário de Referência da Companhia.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Órgão	2022	2021	2020
Conselho de Administração	12,44%	0,00	0,00
Diretoria Estatutária	80,55%	100,00%	100,00%
Conselho Fiscal	0,00	0,00	0,00

8.18 Remuneração - Outras funções

Não houve, em relação aos 3 últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos acionistas do Bloco de Referência controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

O capítulo 8 se refere às informações de 31/12/2022, ou seja, antes do desdobramento e grupamento realizado simultâneamente pela Companhia no dia 01/06/2023 nas proporções de 100:1 e 1:10, respectivamente.

Apresentamos abaixo, para os três últimos exercícios sociais e para o exercício social corrente, as memórias de cálculo do:

Número de membros total de cada órgão apresentado no quadro 8.2, correspondente à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais;

O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais serão ou foram (conforme aplicável) atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício.

NÚMERO DE MEMBROS TOTAL

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2022	4	7	0
Fevereiro de 2022	5	7	0
Março de 2022	5	7	0
Abril de 2022	5	7	0
Maio de 2022	5	8	0
Junho de 2022	5	8	0
Julho de 2022	5	8	0
Agosto de 2022	5	8	0
Setembro de 2022	6	7	0
Outubro de 2022	6	7	0
Novembro de 2022	6	7	0
Dezembro de 2022	6	7	0
Média	5,20	7,30	0,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2021	4	5	0,00
Fevereiro de 2021	4	5	0,00
Março de 2021	5	5	0,00
Abril de 2021	5	5	0,00
Maio de 2021	5	7	0,00
Junho de 2021	5	7	0,00
Julho de 2021	5	7	0,00
Agosto de 2021	5	7	0,00
Setembro de 2021	5	6	0,00
Outubro de 2021	5	7	0,00
Novembro de 2021	4	7	0,00
Dezembro de 2021	4	7	0,00
Média	4,67	6,25	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

8.20 Outras informações relevantes

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2020	4,00	0,00	0,00
Fevereiro de 2020	4,00	0,00	0,00
Março de 2020	4,00	0,00	0,00
Abril de 2020	4,00	0,00	0,00
Maio de 2020	4,00	0,00	0,00
Junho de 2020	4,00	0,00	0,00
Julho de 2020	4,00	0,00	0,00
Agosto de 2020	4,00	0,00	0,00
Setembro de 2020	4,00	5,00	0,00
Outubro de 2020	4,00	5,00	0,00
Novembro de 2020	4,00	5,00	0,00
Dezembro de 2020	4,00	5,00	0,00
Média	4,00	1,66	0,00

NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2022	4	3	0
Fevereiro de 2022	5	3	0
Março de 2022	5	3	0
Abril de 2022	5	3	0
Maio de 2022	5	4	0
Junho de 2022	5	4	0
Julho de 2022	5	4	0
Agosto de 2022	5	4	0
Setembro de 2022	5	4	0
Outubro de 2022	6	4	0
Novembro de 2022	6	4	0
Dezembro de 2022	6	4	0
Média	5,2	3,6	0,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2021	4	2,00	0,00
Fevereiro de 2021	4	2,00	0,00
Março de 2021	5	2,00	0,00
Abril de 2021	5	2,00	0,00
Maio de 2021	5	2,00	0,00
Junho de 2021	5	2,00	0,00
Julho de 2021	5	2,00	0,00
Agosto de 2021	5	2,00	0,00

8.20 Outras informações relevantes

Setembro de 2021	**5**	**1,00**	**0,00**
Outubro de 2021	**5**	**2,00**	**0,00**
Novembro de 2021	**4**	**2,00**	**0,00**
Dezembro de 2021	**4**	**2,00**	**0,00**
Média	**4,67**	**1,91**	**0,00**

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2020	**4,00**	**0,00**	**0,00**
Fevereiro de 2020	**4,00**	**0,00**	**0,00**
Março de 2020	**4,00**	**0,00**	**0,00**
Abril de 2020	**4,00**	**0,00**	**0,00**
Maio de 2020	**4,00**	**0,00**	**0,00**
Junho de 2020	**4,00**	**0,00**	**0,00**
Julho de 2020	**4,00**	**0,00**	**0,00**
Agosto de 2020	**4,00**	**0,00**	**0,00**
Setembro de 2020	**4,00**	**0,00**	**0,00**
Outubro de 2020	**4,00**	**0,00**	**0,00**
Novembro de 2020	**4,00**	**0,00**	**0,00**
Dezembro de 2020	**4,00**	**0,00**	**0,00**
Média	**4,00**	**0,00**	**0,00**

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social		**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda		Juridica	61.366.936/0001-25
Data de contratação do serviço		**Data de início da prestação de serviço**	
01/09/2018		01/09/2018	

Descrição dos serviços prestados
A Ernst amp; Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) está contratada para prestar os seguintes serviços para a Companhia: (i) auditoria independente das demonstrações contábeis da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022; (ii) serviços de revisão das Informações Trimestrais – ITR da Companhia relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022, com os respectivos saldos comparativos para os trimestres equivalentes findos em 2021 e 2022 e (iii) outros serviços de revisão.
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social
A remuneração dos auditores independentes, no exercício social de 2022, relativa ao item (i) acima foi de R$ 180.800,00, relativa ao item (ii) acima foi de R$ 177.000,00 e relativa ao item (iii) acima foi de R$ 356.518,00.
Justificativa da substituição
Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não aplicável.

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia não tem nenhuma situação de desacordo com as regras de independência para os auditores independentes conforme NBC PA 290 - Independência, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.311/2010.

A Companhia possui procedimentos internos específicos de pré-aprovação dos serviços contratados, visando evitar conflitos de interesse ou perda de objetividade de seu auditor independente. Adicionalmente, conforme o art. 3º da Instrução da CVM nº 381/2003, o auditor deverá declarar à administração das entidades auditadas as razões de que, em seu entendimento, a prestação de outros serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

9.4 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram incluídas nos demais itens deste capítulo.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	47	55	1	0	0
Não-liderança	143	190	2	0	3
TOTAL = 441	190	245	3	0	3

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	2	75	3	22	0	0	1
Não-liderança	10	198	28	84	4	0	14
TOTAL = 441	12	273	31	106	4	0	15

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	30	72	1
Não-liderança	221	116	1
TOTAL = 441	251	188	2

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	11	2	2	80	8	0
Não-liderança	54	22	14	218	30	0
TOTAL = 441	65	24	16	298	38	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	21	44	0	0	0
Nordeste	11	13	0	0	0
Centro-Oeste	8	8	0	0	0
Sudeste	138	156	1	0	3
Sul	12	24	2	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 441	190	245	3	0	3

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	23	4	35	0	0	3
Nordeste	0	9	4	10	1	0	0
Centro-Oeste	4	7	0	3	1	0	1
Sudeste	8	199	23	55	2	0	11
Sul	0	35	0	3	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 441	12	273	31	106	4	0	15

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	35	30	0
Nordeste	17	7	0
Centro-Oeste	9	7	0
Sudeste	171	125	2
Sul	19	19	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 441	251	188	2

10.1 Descrição dos recursos humanos

b. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela abaixo apresenta o número de empregados do Méliuz em 31 de dezembro de 2022, 2022 e 2020, conforme a localização geográfica:

Empregados por Localização Geográfica			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Localidade	Nº pessoas	Nº pessoas	Nº pessoas
MG	161	158	96
SP	102	86	0
AM	59	78	59
RJ	32	37	0
PR	16	16	0
PE	8	12	0
RS	11	11	0
SC	11	9	0
BA	7	9	0
PA	6	7	0
GO	3	6	0
DF	7	6	0
CE	3	6	0
ES	3	5	0
PI	2	3	0
SE	3	3	0
PB	0	3	0
MS	4	3	0
RN	1	2	0
MA	0	2	0
RR	0	2	0
MT	2	2	0
AL	0	2	0
Total	**441**	**468**	**155**

Ainda, a tabela abaixo apresenta o número de empregados do Méliuz em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, conforme as atividades desempenhadas:

Empregados por Atividade			
Atividades	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Time de Produto	227	262	75
Time de Suporte e Comercial	214	206	80
Total	**441**	**468**	**155**

10.1 Descrição dos recursos humanos

A tabela abaixo apresenta o número consolidado de empregados considerando todas as empresas do grupo do Méliuz, o que compreende a Companhia e todas as sociedades controladas por ela, em 31 de dezembro de 2022, 2022 e 2020, considerando a localização geográfica:

Grupo Méliuz – Empregados por Localização Geográfica			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Localidade	Nº pessoas	Nº pessoas	Nº pessoas
AL	0	2	0
AM	59	78	59
BA	20	16	0
CE	8	10	3
DF	10	9	0
ES	4	7	1
GO	6	8	0
MA	0	2	0
MG	219	226	98
MS	4	4	0
MT	3	3	0
PA	8	8	0
PB	3	6	0
PE	16	16	0
PI	4	3	0
PR	23	19	0
RJ	57	48	0
RN	4	6	0
RR	0	2	0
RS	18	13	1
SC	19	17	0
SE	4	3	0
SP	308	329	0
Polônia	121	94	0
Total	**918**	**929**	**162**

c. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela abaixo apresenta o número de terceirizados do Méliuz em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, conforme a localização geográfica:

10.1 Descrição dos recursos humanos

Terceirizados por Localização Geográfica			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Localidade	Nº pessoas	Nº pessoas	Nº pessoas
SP	77	67	0
BH	0	0	0
AM	0	8	1
PR	0	1	0
RJ	0	1	0
SC	0	1	0
Estados Unidos	1	1	0
Moçambique	1	1	0
Total	**79**	**80**	**1**

A tabela abaixo apresenta o número de terceirizados do Méliuz em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, conforme a atividade desempenhada:

Terceirizados por Atividade			
Atividades	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Limpeza e Segurança	0	8	1
Atendimento	77	65	0
Tecnologia	2	7	0
Consultoria e assessoria administrativa e financeira	0	0	0
Consultoria e assessoria em Marketing	0	0	0
Consultoria e assessoria em planejamento e estratégia	0	0	0
Total	**79**	**80**	**1**

(1) Foi considerado para este item o CNPJ do prestador dos serviços.

(c) Índice de rotatividade

A Companhia apresenta abaixo o índice de rotatividade (1) referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, e que considera apenas os empregados do Méliuz:

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
0,31	1,49	0,35

(1) O índice de rotatividade é calculado pela Companhia a partir da seguinte fórmula: *((nº de funcionários admitidos no período + nº de funcionários demitidos no período)/2)/nº de funcionários no período anterior*

O ano de 2021 foi de crescimento para a Companhia, ocorrendo o aumento de 203% no tamanho do time de colaboradores em relação ao ano de 2020 (considerando para este cálculo apenas o número de empregados do Méliuz). Assim, o índice de rotatividade da Companhia foi diretamente impactado por essa situação.

Tanto que, se considerarmos apenas a taxa de saída de funcionários (1) da Companhia, é possível verificar que tivemos pouca alteração na taxa nos últimos três exercícios sociais já encerrados:

10.1 Descrição dos recursos humanos

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
0,36	0,47	0,30

(1) A taxa de saída foi calculada pela Companhia a partir da seguinte fórmula: *(Nº funcionários desligados no período/Nº de funcionários no período anterior)*

10.2 Alterações relevantes

Como mencionado no item 10.1 (a) acima, no exercício social de 2021, a Companhia passou a contratar colaboradores fora do Brasil. Atualmente, existe 1 funcionário localizado nos Estados Unidos e 1 funcionário localizado em Moçambique. Estes foram detalhados na tabela de terceirizados no item 10.1. Ainda, no exercício social de 2021, a Companhia aumentou expressivamente o número das contratações de colaboradores para suportar o desenvolvimento de novos produtos.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A política de remuneração e carreira da nossa Companhia tem como objetivo recompensar e estimular o desenvolvimento profissional dos nossos colaboradores e nos manter competitivos, de acordo com as melhores práticas do mercado.

A metodologia que embasa o nosso modelo foi desenvolvida em 2017, junto à consultoria *SG Comp Partners*, que disponibiliza um amplo banco de dados de empresas do setor de tecnologia, segmentado por níveis de faturamento bruto anual.

O principal balizador da remuneração é a relação entre oferta e demanda de mercado pelas diferentes competências e qualificações dos cargos da nossa estrutura. As faixas salariais são atualizadas mediante nova pesquisa, realizada via consultoria, com frequência de acordo com a nossa necessidade (geralmente, a cada 1 ou 2 anos, observado que, no caso de algumas áreas que são mais visadas pelo mercado, como, por exemplo, a área de desenvolvimento de *software*, é necessário atualizar as faixas salariais em períodos menores).

Os salários dos colaboradores são corrigidos anualmente, via convenção coletiva, de acordo com os termos do sindicato e com base nos índices de inflação. Além disso, concedemos promoções e reajustes salariais por mérito duas vezes ao ano, a partir de um processo que avalia desempenho com base em entregas e comportamentos alinhados à nossa cultura. O teto de aumento salarial é 25% sobre o salário fixo por avaliação realizada (dividido entre 12,5% de aumento por entregas e 12,5% por alinhamento cultural).

Nossa estrutura de cargos foi construída para atender às necessidades do negócio e é organizada por níveis de complexidade. Esse modelo nos ajuda a ter mais flexibilidade e velocidade para definir a melhor estrutura hierárquica e organizacional, a depender dos desafios estratégicos atuais. Nossa estrutura de cargos foi construída no modelo Y, de forma a permitir iguais oportunidades de desenvolvimento profissional para gestores e perfis mais técnicos.

O nosso time de colaboradores é também elegível para o recebimento de premiação anual. A nossa campanha de premiação compreende o pagamento de 2 a 16 salários (a depender do cargo). Em 2022, alteramos o modelo de bonificação, e os funcionários recebem o bônus de maneira escalonada, a depender do percentual de atingimento das metas coletivas. O time é bonificado a partir de 80% do atingimento da meta, com possibilidade de receber 200% do bônus (a partir de 150% do atingimento da meta).

b. política de benefícios

Como forma de atrair, motivar e reter os melhores talentos, a nossa Companhia adota um modelo de benefícios que seja competitivo em relação ao mercado. A fim de definir os benefícios que melhor atendem à nossa realidade, rodamos pesquisas internas e buscamos referências de melhores práticas com outras empresas do setor.

Oferecemos benefícios que contribuem com o bem-estar dos nossos colaboradores e que sejam coerentes com os valores da nossa cultura. Seguem abaixo os principais benefícios:

(a) **Plano de saúde coparticipativo (com plano odontológico):** Todos os colaboradores possuem plano de saúde válido em todo o território nacional. Além das coberturas comuns, em apartamento, o plano cobre também atendimento psicológico. O plano tem a mensalidade toda coberta pela nossa Companhia e o colaborador somente paga coparticipação em caso de uso.

(b) **Vale refeição/Vale alimentação:** O vale refeição é oferecido através de cartão benefício para todos os nossos colaboradores. Em 2021, atualizamos o valor para 60 reais por dia e passamos a utilizar um cartão que garante maior flexibilidade para o time.

(c) **Vale Transporte:** O vale transporte tem como objetivo custear as despesas com transporte no percurso diário residência / trabalho e vice-versa. Conforme previsto na legislação trabalhista, o colaborador que cumpre o regime de jornada de trabalho tem desconto em folha de 6% do salário com o teto máximo do valor do benefício.

(d) ***Cashback* em dobro para lojas online parceiras da Méliuz:** Todos os colaboradores da Méliuz recebem *cashback* em dobro ao comprar em lojas parceiras da Méliuz.

(e) **Teletrabalho:** Nossos colaboradores trabalham sob o regime de teletrabalho. Isso significa que avaliamos as pessoas do nosso time pelas entregas feitas e não pelas horas trabalhadas. Esse modelo de trabalho permite que as pessoas tenham mais autonomia e qualidade de vida, uma vez que podem definir um horário próprio de

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

jornada e não precisam bater ponto. A Companhia fornece uma ajuda de custo para os gastos com internet e energia, e também fornece um subsídio para a compra de cadeira e mesa.

(f) **Empresa Cidadã:** Desde 2017, a Méliuz adotou as regras como empresa cidadã. Os colaboradores possuem hoje, licença maternidade e paternidade estendida - 6 meses para maternidade (2 a mais que a lei) e 20 dias para paternidade (15 dias a mais que a lei) mesmo em casos de adoção.

(g) **Auxílio Creche:** Para auxiliar as mães no retorno às suas atividades, concedemos uma ajuda de custo para a creche da criança após o retorno da licença.

(h) **Auxílio Luto:** auxílio concedido nos casos em que algum familiar de primeiro grau (Ascendente, descendente ou irmão) de algum funcionário da Méliuz venha a falecer.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores grupos de beneficiários

Em 1º de setembro de 2020, foi aprovado plano de opção de compra de ações, o qual foi aditado em 5 de outubro de 2020 e em 30 de abril de 2021 e conta com os empregados da Companhia como beneficiários elegíveis.

i. grupo de beneficiários

Poderão ser beneficiados com a outorga de Opções de Ações, nos termos deste Plano, os administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e de Comitês da Companhia, conforme indicados e aprovados pelo próprio Conselho de Administração, nos termos da Cláusula 3.1(c) abaixo, colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia (“Beneficiários” ou “Beneficiário”). Recebida a Opção de compra de Ações, o Beneficiário deverá celebrar um Contrato de Opção (conforme definido na Cláusula 4.2), nos termos deste Plano.

ii. condições para o exercício

A outorga de Opções nos termos do Plano de Opção será oportunamente realizada mediante a celebração de Contrato de Opção entre a Companhia e os respectivos Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições eventualmente determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; e (c) o prazo final para exercício das Opções (“Contratos de Opção”).

As Opções poderão ser exercidas nos dias 1º (primeiro) do mês de janeiro e/ou 1º (primeiro) do mês de julho de cada ano, observados os respectivos Períodos de Vesting abaixo e o prazo máximo de exercício previsto nos Contratos de Opção (“Datas de Exercício” e “Prazo Máximo de Exercício”), total ou parcialmente. Caso as Datas de Exercício não sejam dias úteis, o Beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

O Beneficiário que desejar exercer suas Opções deverá comunicar à Companhia, por escrito, dentro do respectivo Período de Vesting e em uma Data de Exercício, indicando a quantidade de Opções que deseja exercer, nos termos do modelo de comunicação que deverá ser anexado ao respectivo Contrato de Opção (“Notificação de Exercício”).

A Companhia informará ao Beneficiário, no prazo de até 5 dias úteis a contar da data do recebimento da Notificação do Exercício, pelo menos (i) se as Ações adquiridas serão as detidas em tesouraria ou se serão novas Ações a serem emitidas dentro do limite do capital autorizado da Companhia, (ii) o preço de exercício total a ser liquidado, e (iii) a conta corrente a ser creditada, com base na correspondente quantidade de Opções exercidas informada pelo Beneficiário, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição, pelo Beneficiário, das Ações objeto do exercício em conformidade com o disposto no Plano de Opção.

iii. preços de exercício

O preço de exercício por ação será definido pelo Conselho de Administração quando da outorga de cada Opção e será pago pelos Beneficiários à vista, em moeda corrente nacional, mediante transferência de fundos imediatamente disponíveis para a conta corrente a ser estipulada pela Companhia no respectivo Contrato de Opção.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

iv. prazos de exercício

Deverão ser observados, para o exercício das opções, os respectivos Períodos de Vesting abaixo e o prazo máximo de exercício de 2 (dois) ou de 6 (seis) anos, em ambos os casos contados a partir da assinatura de cada um dos Contratos de Opção, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia (qualquer um, o "Prazo Máximo de Exercício"), total ou parcialmente.

As opções poderão ser exercidas nos dias 1º (primeiro) do mês de janeiro e/ou 1º do mês de julho de cada ano, exceto se de outra forma for estabelecido nos Contratos de Opção e/ou nos Programas ("Datas de Exercício"). Caso as Datas de Exercício não sejam dias úteis, o Beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

Em qualquer caso, o exercício de qualquer opção outorgada somente poderá ocorrer até o prazo máximo para exercício definido em cada Contrato de Opção. Eventuais parcelas de opções não exercidas caducarão automaticamente, sem que seja devida qualquer indenização pela Companhia aos 85 Beneficiários.

Exceto se expressamente previsto de outra forma nos Contratos de Opção e observado o previsto no parágrafo abaixo, as opções outorgadas aos Beneficiários serão exercidas após devidamente apurados e verificados os seguintes períodos, nas seguintes proporções ("Períodos de Vesting"): (i) até 30% das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas nas Datas de Exercício, a partir do 3º (terceiro) ano decorrido após a data de assinatura de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício; (ii) até 30% das opções tornar-se-ão disponíveis a partir do 4º (quarto) ano decorrido após a data de assinatura de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício; (iii) os 40% remanescentes das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas, no todo ou em parte, a partir do 5º (quinto) ano contado da data da assinatura de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício.

Não obstante os períodos acima, o Conselho de Administração da Companhia é autorizado a outorgar opções a Beneficiários que ocupem cargos no Conselho de Administração e/ou em Comitês Estatutários da Companhia, cujo exercício de até 100% (cem por cento) das opções poderá ocorrer após verificado e apurado Período de Vesting equivalente a 18 (dezoito) meses contados do Contrato de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício.

v. Quantidade de ações comprometidas pelo plano

Em 31/12/2022 o total de opções ativas outorgadas é de 40.123.716. Para informações sobre o Plano de Opções acima mencionado, ver o item 8 deste Formulário de Referência.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social é de 6,37.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A Companhia sempre manteve um bom relacionamento com os sindicatos aplicáveis (SINDADOS – Sindicato dos empregados em empresas de processamento de dados, serviços de informática e similares do estado de Minas Gerais), respeitando suas iniciativas e práticas e reconhecendo a importância de sua função. Relacionamento, este, pautado não só no direito à livre associação e à negociação coletiva em prol de seus colaboradores, mas também na busca em fortalecer o segmento agregando valor ao negócio.

Tendo como princípio uma relação pautada pela transparência e pilares da nossa cultura como ganha-ganha-ganha e clientes para vida toda, no decorrer da nossa história, sempre buscamos estar em conformidade com as diretrizes estipuladas em convenção coletiva. Buscamos encontrar soluções que atendam de forma favorável todos os envolvidos, observando sempre a legislação trabalhista aplicável e dos demais princípios e direitos previstos pela Organização Internacional do Trabalho - OIT. Dessa forma, garantimos, sem qualquer intervenção, a liberdade sindical e a proteção do direito de sindicalização e de negociação coletiva.

Desde o início de nossas atividades, não ocorreram greves ou qualquer tipo de paralisação das nossas atividades.

Considerando que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2023, a alteração do endereço da sede da Companhia para a Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, o sindicato passará a ser o SINDIESP - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas e Cursos de Informática do estado de São Paulo.

10.5 Outras informações relevantes

A Companhia foi avaliada por seus funcionários com nota 4,29 (em escala de 1 a 5) na plataforma Glassdoor(1). Ainda, em dezembro de 2022, 84% dos funcionários que avaliaram o Méliuz na Glassdoor recomendariam a Companhia a um amigo para trabalhar.

(1) A *Glassdoor* é um dos maiores sites de vagas e recrutamento do mundo, no qual funcionários e ex-funcionários utilizam a plataforma para avaliar anonimamente as empresas em que trabalham ou trabalharam, dando notas a essas empresas e provendo opiniões pessoais, informações sobre remuneração e relatos de entrevistas de emprego.

11.1 Regras, políticas e práticas

Em 1º de setembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a nossa Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas"). A Política tem por objetivo definir as condições e procedimentos internos para garantir que as transações com partes relacionadas sejam realizadas sempre no melhor interesse da Companhia, com plena independência e transparência dos interesses pessoais dos seus tomadores de decisão.

Para os efeitos da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, definimos “conflito de interesse” como o envolvimento de uma Parte Relacionada em processo decisório no qual não esteja em condições de comutatividade e independência, tendo ela o poder de influenciar o seu resultado final e assegurar ganho para si, algum familiar ou terceiro com o qual esteja envolvida, ou ainda qualquer outra situação que possa interferir na sua capacidade de julgamento isento (“Partes Relacionadas”). As decisões em que os objetivos pessoais dos tomadores de decisão da Companhia, por qualquer razão, não estejam alinhados aos nossos objetivos também serão consideradas como “conflitos de interesse”.

Nos termos de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, no caso de contratação de Partes Relacionadas deveremos utilizar as mesmas normas e critérios de contratação aplicáveis à seleção e contratação de prestadores de serviços independentes e observar as condições de mercado. Neste sentido, temos por política realizar operações com partes relacionadas com estrita observância dos preços e condições usuais de mercado.

O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das Sociedades por Ações, que prevê que, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração da Companhia, o acionista ou administrador, conforme o caso, deve se abster de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o nosso.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores da Companhia de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento do interesse da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Desta forma, caso seja identificada uma matéria que envolva Partes Relacionadas, nossos Administradores ou colaboradores que estejam envolvidos devem manifestar seu potencial conflito de interesses acerca da referida matéria, ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar a respeito da respectiva matéria. Adicionalmente, caso solicitado pelo Diretor Presidente, os Administradores envolvidos poderão participar parcialmente da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a Transação com Partes Relacionadas e as próprias Partes Relacionadas envolvidas. Nesse caso, de qualquer forma, tais Administradores deverão se ausentar do processo de votação da matéria.

Nessas situações, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção da discussão e votação a respeito da referida matéria deverão constar da ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação. Caso algum Administrador ou colaborador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesses, qualquer terceiro que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

Anualmente, os Administradores e os colaboradores devem assinar uma declaração, atestando a observância do disposto na nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e confirmando a inexistência de participação em transação objeto de conflito de interesse.

A íntegra da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas poderá ser obtida no nosso site de relações com investidores (ri.meliuz.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), na categoria Política de Transações entre Partes Relacionadas.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ALTER PAGAMENTOS S/A	23/12/2021	897.440,32	897.440,32	897.440,32	Até 36 meses a contar da data da efetiva disponibilização do valor	0,000000
Relação com o emissor	Acionista Controladora Direta da Companhia					
Objeto contrato	O Contrato de Mútuo foi celebrado em 23/12/2021 e o valor principal de R$ 897.440,32 foi disponibilizado em parcela única no mesmo dia. · Vencimento: o vencimento do Mútuo ocorrerá no prazo de até 36 (trinta e seis) meses a contar da data da efetiva disponibilização do valor do Mútuo, ou seja, até dia 23/12/2024. · Forma de pagamento: o Mútuo, acrescido dos Juros, deverá ser pago pela Mutuária, de forma antecipada ou na data de vencimento, em única parcela.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O vencimento do Mútuo ocorrerá no prazo de até 36 (trinta e seis) meses a contar da data da efetiva disponibilização do valor do Mútuo.					
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros: taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI acrescido de 4% ao ano.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
ALTER PAGAMENTOS S/A	06/08/2021	3.642.000,00	3.642.000,00	R.$ 3.642.000,00	30/04/2022	0,000000
Relação com o emissor	Acionista Controladora Direta da Companhia					
Objeto contrato	O Contrato de Mútuo foi celebrado em atendimento ao disposto no Contrato de Compra e Venda de Quotas celebrado entre a Companhia e o Alter, em 29 de julho de 2021, com a finalidade de disponibilizar recursos ao Alter para o pagamento de dívidas que a Mutuária possui. Esclarece-se ainda, que, em outubro de 2021 ocorreu a aprovação da aquisição de 100% das quotas da Alter passando, portanto, a ser considerada parte relacionada conforme termos do pronunciamento técnico CPC 05 (R1). · Vencimento: o vencimento do Mútuo ocorrerá em 30 de abril de 2022, após alteração via termo aditivo. · Forma de pagamento: o Mútuo, acrescido dos juros, deverá ser pago pela Mutuária, de forma antecipada ou na data de vencimento, em única parcela.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O vencimento do Mútuo ocorrerá em 30 de abril de 2022, após alteração via termo aditivo.					
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: 100% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário- CDI					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

As transações relacionadas no item 11.2 obedeceram ao critério de materialidade igual ou superior a 0,25% do patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022, ou seja, igual ou superior a R$ 1.697 mil para transações individuais ou conjunto de transações correlatas.

Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(1) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Na data deste Formulário de Referência, nosso Estatuto Social estabelece que compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração ou rescisão de contratos ou realização de operações envolvendo partes relacionadas (assim definidas na "Política de Transações com Partes Relacionadas" da Companhia, aprovada em sede de Reunião do Conselho de Administração, em 1º de setembro de 2020, exceto (a) entre a Companhia e sociedades coligadas; ou (b) controladas diretas e indiretas da Companhia, no curso normal de seus negócios .

Caso seja identificada, pelos nossos administradores, qualquer matéria que possa dar ensejo a qualquer conflito de interesse entre nós ou nossas controladas e qualquer parte relacionada, estes devem, obrigatoriamente, manifestar as razões de tal conflito de interesses, ausentando-se das discussões sobre o tema e abstendo-se de votar a respeito da respectiva matéria. Adicionalmente, caso solicitado pelo Diretor Presidente, os Administradores da Companhia envolvidos poderão participar parcialmente da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a Transação com Partes Relacionadas e as próprias Partes Relacionadas envolvidas. Nesse caso, de qualquer forma, tais Administradores deverão se ausentar do processo de votação da matéria.

Nessas situações, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção da discussão e votação a respeito da referida matéria deverão constar da ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação. Caso algum Administrador ou colaborador da Companhia que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesses, qualquer terceiro que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

Adicionalmente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os nossos acionistas não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-los de modo particular, ou em que tiverem interesse conflitante com da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição das vantagens que tiver auferido.

(2) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Nos termos da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, devemos divulgar ao mercado quaisquer contratações realizadas com partes relacionadas, com detalhes que sejam suficientes para a identificação das partes envolvidas e de quaisquer condições essenciais ou não estritamente comutativas inerentes às transações em questão, assegurando, assim, ao mercado, a possibilidade de fiscalizar e acompanhar nossos atos de gestão, e a riscos que estejamos expostos eventualmente, ainda que não tenham se consumado, de acordo com o previsto no artigo 247 da Lei das Sociedades por Ações e na Deliberação CVM 642, de 7 de outubro de 2010. A divulgação dessas informações também deverá ser realizada, de forma clara e precisa, nas notas explicativas às nossas demonstrações financeiras trimestrais e anuais, de acordo com os princípios contábeis aplicáveis, e no nosso Formulário de Referência. Ademais, todas as transações com partes relacionadas são formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas. As partes com quem contratamos também devem declarar, por meio de cláusula específica contida nos nossos contratos, que têm conhecimento, respeitam e estão de acordo com a nossa Política de Transação com Partes Relacionadas a partir da data de sua correspondente aprovação conforme item 11.1 acima.

11.3 Outras informações relevantes

Os créditos decorrentes dos Contratos de Mútuos mencionados no item 11.2 foram quitados mediante subscrição e integralização em 20 de agosto de 2022 do capital social da Alter.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
02/04/2024	-	610.403.349,57
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
86.957.953	0	86.957.953

Capital social por classe de ações ordinárias	
Classe de ação ordinária	**Quantidade de ações**
Ordinária Classe A	86.957.953

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
02/04/2024	-	610.403.349,57
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
86.957.953	0	86.957.953

Capital social por classe de ações ordinárias	
Classe de ação ordinária	**Quantidade de ações**
Ordinária Classe A	86.957.953

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
02/04/2024	-	610.403.349,57
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
86.957.953	0	86.957.953

Capital social por classe de ações ordinárias	
Classe de ação ordinária	**Quantidade de ações**
Ordinária Classe A	86.957.953

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
01/09/2020		2.000.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
0	0	0

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Data de emissão	30/05/2022
Data de vencimento	28/05/2025
Quantidade Unidade	48
Valor nominal global R$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Antes de sua conversão, o Bônus de Subscrição não poderá ser transferido a terceiros.
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	O Bônus de Subscrição deverá ser exercido em até 60 (sessenta) dias após completado o terceiro aniversário de emissão do Bônus de Subscrição, será enviada a Notificação de Apuração, nos termos do Acordo de Associação e Outras Avenças, celebrado em 02 de maio de 2021 entre a Companhia, a Acesso Soluções de Pagamento S.A., a Acessopar Investimentos e Participações S.A. e outros, arquivado na sede da Companhia, para que o titular possar exercer o Bônus mediante notificação da Companhia, ou comparecimento por meio de seus representantes na sede da Companhia, dentro do Período de Exercício. As ações a que os titulares do Bônus de Subscrição terão potencialmente direito são parte da relação de troca das ações de emissão da Acessopar pelas ações de emissão da Companhia na Incorporação de Ações objeto do Acordo de Associação. A diluição máxima a que os acionistas da Companhia estarão sujeitos mediante o exercício integral dos Bônus de Subscrição é de aproximadamente 0,377% (calculada pela quantidade máxima de ações a serem potencialmente emitidas sobre a quantidade total de ações emitidas pela Companhia após a aprovação da Incorporação de Ações, excluídas as ações atualmente em tesouraria).
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bônus constitui valor mobiliário distinto das ações de emissão da Companhia, conferindo ao seu titular, nas condições aprovadas pela AGE, tão somente o direito de subscrever ações de emissão da Companhia, cumpridas as condições previstas no presente certificado do Bônus e no Protocolo e Justificação. A titularidade do Bônus, por si só, não assegura ao Titular qualquer direito a dividendos, juros sobre capital próprio e outros direitos de acionista; ou seja, apenas a partir do exercício do Bônus, que resultará na emissão das ações da Companhia, é que o Titular passa a poder usufruir os direitos de acionista. O preço de exercício do Bônus de Subscrição corresponderá à média ponderada por volume do preço por ação de fechamento da CASH3 nos pregões ocorridos nos 30 (trinta) dias anteriores à data da notificação de exercício do bônus, observados os termos do Acordo de Associação e no certificado do Bônus de Subscrição.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Qualquer modificação do presente Bônus de Subscrição depende de anuência expressa e escrita do Titular.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Bônus de Subscrição	43	4	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no mercado de bolsa administrado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento do Novo Mercado, sob o código de negociação “CASH3”.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos provenientes do IPO realizado em 2020 e do *Follow On* realizado em 2021 foram destinados para: (i) ampliar a participação da Companhia nos mercados em que já atua: shopp*ing* e serviços financeiros; e (ii) potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que não há desvios relevantes na destinação dos recursos provenientes da oferta descrita no item 12.8 acima.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que não há desvios relevantes na destinação dos recursos provenientes da oferta descrita no item acima.

12.9 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram incluídas nos demais itens deste capítulo.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Israel Fernandes Salmen	Diretor Presidente	Registrado	
Marcio Loures de Araujo Penna	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Israel Fernandes Salmen
Cargo do responsável	Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20

c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades

Israel Fernandes Salmen

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Marcio Loures de Araujo Penna
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20

c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades

Marcio Loures de Araujo Penna